

CADERNOS IPPUR

Publicação semestral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Editor

Henri Acselrad

Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Fania Fridman
Henri Acselrad
Hermes Magalhães Tavares
Pedro Abramo
Rosélia Perissé Piquet

Conselho Científico

Aldo Paviani (UNB)
Bertha Becker (UFRJ)
Celso Lamparelli (USP)
Inaiá Carvalho (UFBA)
Leonardo Guimarães (FJRN)
Lícia do Prado Valladares (IUPERJ)
Maria Brandão (UFBA)
Maurício de Almeida Abreu (UFRJ)
Milton Santos (USP) *in memoriam*
Neide Patarra (UNICAMP)
Roberto Smith (UFCE)
Tânia Bacelar de Araújo (UFPE)
Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

O **CADERNOS IPPUR** é um periódico semestral, editado desde 1986 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Dirige-se ao público acadêmico interdisciplinar formado por professores, pesquisadores e estudantes interessados na compreensão dos objetos, escalas, atores e práticas da intervenção pública nas dimensões espaciais, territoriais e ambientais do desenvolvimento econômico-social. É dirigido por um Conselho Editorial composto por professores do IPPUR e tem como instância de consulta um Conselho Científico integrado por destacadas personalidades da pesquisa urbana e regional do Brasil. Acolhe e seleciona artigos escritos por membros da comunidade científica em geral, baseando-se em pareceres solicitados a dois consultores, um deles obrigatoriamente externo ao corpo docente do IPPUR. Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não expressando necessariamente a opinião do corpo de professores do IPPUR.

IPPUR / UFRJ

Prédio da Reitoria, Sala 543
Cidade Universitária / Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2598-1676
Fax: (21) 2598-1923
E-mail: cadernos@ippur.ufrj.br
<http://www.ippur.ufrj.br>

CADERNOS IPPUR

Ano XVI, N° 2

Ago-Dez 2002

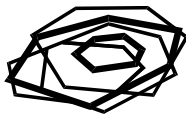
Indexado na Library of Congress (E.U.A.)
e no Índice de Ciências Sociais do IUPERJ.

Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planeja-
mento Urbano e Regional da Universidade Federal
do Rio de Janeiro. – ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) –
Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1986 –

Irregular.

Continuação de: Cadernos PUR/UFRJ
ISSN 0103-1988

1. Planejamento urbano – Periódicos. 2. Planejamen-
to regional – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio
de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
e Regional.



IPPUR

Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal
do Rio de Janeiro

Apoio



EDITORIAL

As transformações socioespaciais em curso sugerem a necessidade de uma redefinição das armas teóricas e dos instrumentos apropriados à observação empírica. Como captar a relação entre cultura e meio físico em contexto de deslocalização da produção, desterritorialização de pessoas, moradias e edifícios em um espaço que não “se esvaziou”, mas cujos conteúdos e modos de construção social foram redefinidos? O desafio é explicar uma complexidade que agora abrange novas e específicas configurações tanto da conhecida territorialidade dita enraizada, como da nova territorialidade “desenraizada”. Pois as práticas socioespaciais desenvolvem-se hoje em seus cruzamentos e transversalidades, em situações de uma territorialidade dilatada, configurada por feixes distintos de atividades e processos que, ademais, são protagonizados por forças sociais sabidamente desiguais.

Para a compreensão sociológica da relação entre o espaço geofisiográfico e os territórios da cultura, sublinha-se a fertilidade das técnicas de observação etnográfica e dos levantamentos de campo capazes de recuperar detalhes das condições materiais de existência dos grupos sociais, bem como de suas representações acerca de categorias como espaço, tempo e justiça. Quanto aos instrumentos de registro estatístico, aponta-se a necessidade de superar os desencaixes conceituais decorrentes da difusão de formas flexíveis de produção e da expansão da indústria cultural apoiadas nas tecnologias da informação e da comunicação. Tais registros são questionados em sua capacidade de dar conta das novas relações de trabalho, das fragmentações, recomposições e articulações das categorias ocupacionais, das novas funções do domicílio e arranjos familiares, dos padrões reconfigurados de consumo individual e coletivo, do redesenho da dicotomia “produtor” e “consumidor” etc.

No plano das teorias, procura-se construir adequadamente a informalidade urbana como objeto científico, constatando-a como múltipla e mutante, alimentada ao mesmo tempo pela mobilidade residencial dos pobres e pelos mecanismos de funcionamento do mercado informal de terra no contexto das grandes metrópoles latino-americanas. O mesmo se pode dizer da noção de proximidade, aparentemente um atributo desvalorizado pelo sucesso liberador da revolução dos meios de transporte e de telecomunicação. Ao contrário, essa noção constitui objeto de interesse crescente, seja nos trabalhos sobre os “ambientes inovadores” e sobre os distritos industriais que a consideram um fundamento da competitividade territorial, seja na geografia econômica, que se dedica a analisar a dinâmica relativa das forças de aglomeração e de dispersão. Assim ocorre nos debates recentes sobre a natureza das metrópoles, cuja força específica residiria na proximidade geográfica não-organizada que lhes daria um dinamismo econômico

particular, associado à geração de encontros aleatórios, inesperados e criadores de inovação. A proximidade estaria também na origem de conflitos por utilização de recursos, sendo suporte de iniciativas de estruturação espacial pelo direito ou por formas locais de “governança”. Este conjunto de interrogações testemunharia uma inversão na percepção do espaço, sugerindo que, quando este parece aberto, mundial ou virtual, a proximidade “conta” não mais porque seria um limite, algo a que se estaria condenado, mas porque seria um recurso a ser mobilizado.

CADERNOS IPPUR

Ano XVI, Nº 2
Ago-Dez 2002

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Antonio Carlos Galvão
Carlos Antônio Brandão
Clelio Campolina
Frank Moulaert
Jean-Benoît Zimmermann
Mauro Borges
Michel Grosseti
Rainer Randolph
Ricardo Farret

SECRETÁRIO

João Carlos de Paula Freire

PROJETO GRÁFICO E REVISÃO

Claudio Cesar Santoro

CAPA

André Dorigo
Lícia Rubinstein

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Vila do Jenipapo, 2002. Foto de
Geraldo Ramos
Revista Fapesp???

SUMÁRIO

Antropologia e Território, 7
Alfredo Wagner Berno de Almeida e
Marcia Anita Sprandel, 9
Palafitas do Jenipapo na ilha de Marajó:
a construção da terra, o uso comum das
águas e o conflito

Artigos, 57

Alain Rallet, 59

Economia da proximidade: em direção a
um balanço

Maryline Filippi e

André Torre, 81

Organizações e instituições locais. Como
ativar a proximidade geográfica por meio
de projetos coletivos?

Pedro Abramo, 103

Uma teoria econômica da favela: quatro
notas sobre o mercado imobiliário
informal em favelas e a mobilidade
residencial dos pobres

Sophie Oldfield, 135

Elos faltantes: iniciativas de Estado e de
vizinhança contra o crime na África do Sul

Instrumentos, 159

Rosa Maria Porcaro, 161

Implicações da sociedade da informação
para a mensuração estatística: desajustes
conceituais e metodológicos

Resenhas, 181

Alicia Lindón Villoria, 183

De la trama de la cotidianidad a los modos de
vida urbanos. El Valle de Chalco.

(por Ana Izabel de Carvalho Pelegrino)

Jean-Luc Pinol, 189

Le monde des villes au XIX siècle
(por Luís Octávio da Silva)

Antropologia e Território

Palafitas do Jenipapo na ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Marcia Anita Sprandel

Introdução

O povoado do Jenipapo, pertencente ao município de Santa Cruz do Arari, Estado do Pará, encontra-se localizado na margem direita do rio Arari, próximo ao lago de mesmo nome, o maior da Ilha do Marajó. Dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991/Pará (IBGE) informam que na zona rural¹ do

município viviam, em 1991, 3.121 pessoas, residentes em 683 domicílios. Estimativas fornecidas pelo Posto de Saúde do Jenipapo, em janeiro de 1994, referem-se, no entanto, a uma população de 6.988 pessoas, apenas no Jenipapo, distribuídas entre cerca de 623 habitações.² O Censo Demográfico de

¹ Os resultados preliminares do recenseamento de 1991 referentes ao Estado do Pará, que se encontram sob contestação, assinalam para Santa Cruz do Arari um total de 4.751 habitantes. Considerando esse total, a taxa anual de crescimento demográfico do município é inferior a 1,5%, enquanto a taxa anual média do Estado do Pará é de 3,6%. O município é um dos cinco menos populosos do Estado. O censo de 2000 não dispôs ainda à consulta os nomes das localidades que conformariam a “zona rural” de Santa Cruz do Arari. Apesar de Jenipapo ser a mais populosa, existem outras 53 localidades, conforme mapa do município distribuído pela prefeitura municipal, em 1993, em que também se informa que o mesmo foi fundado em 1962, tendo uma população estimada, em 1993, em 10.500 habitantes. Constata-se, pois, que as estatísticas oficiais disponíveis mostram-se inteiramente discrepantes.

² O trabalho de campo nessa região foi realizado em três etapas: a primeira, em novembro e dezembro de 1993; a segunda, em janeiro e fevereiro de 1994, no âmbito da pesquisa coordenada por Alfredo Wagner B. de Almeida, intitulada “Transformações Econômicas e Questões Sociais na Borda do Lago Arari”, componente do Projeto PNUD-Sudam/BRA/87/021; a terceira, em fevereiro de 1997, como atividade autônoma.

2000 parece não ter dirimido as dúvidas que motivaram a contestação jurídica dos dados de 1991 pelas autoridades municipais e assinalam tão-somente que a população residente no município corresponde a 5.255 pessoas.

No verão ou estação seca, o povoado espreme-se entre a borda do rio e o chamado *centro*, formado por campos, pastagens naturais, aguadas e tesos ou pequenas elevações, utilizados segundo modos de uso comum por pequenos criadores, descendentes de antigas famílias contempladas com terras naquela região, em conformidade com determinação do poder real em fins do século XVIII.³ Na estação chuvosa ou inverno, tudo se alaga e os próprios campos são um reino sob as águas, tornando difícil delimitar rios e igarapés. Os pequenos criadores, também designados como *herdeiros*, possuem rebanhos que não ultrapassam duas centenas de cabeças e detêm formalmente os direitos de propriedade.⁴ Seus imóveis rurais estendem-se, numa faixa estreita de formato retangular, do chamado *centro* até a região próxima às margens do rio Arari,

que constitui a *beira* ou *frente*. O desmembramento dos antigos quinhões pelo sistema de herança e a impossibilidade de a pecuária extensiva desenvolver-se satisfatoriamente em áreas menores, conjugados com a incapacidade desse tipo de pecuária de absorver todo o contingente da força de trabalho das famílias dos denominados *herdeiros*, resultaram no incremento da pesca artesanal. A paisagem predominante no sudeste do município de Santa Cruz do Arari, que se estende do Jenipapo até pouco além da sede municipal, numa extensão de 15 km, margeando as bordas do Lago Arari, caracteriza-se, pois, por uma concentração de pequenos criadores e de pescadores. Eles ocupariam 4,1% da área cadastrada pelo Incra. Nas demais regiões do município, prevalecem os grandes imóveis rurais, classificados como latifúndios por exploração e empresas rurais, que ocupam 95,9 % da área cadastrada.

O povoado do Jenipapo localiza-se justamente no tênue interstício ou na linha imaginária de demarcação que separa a diminuta região de incidência dos

³ Sobre o tema, ler Arthur Vianna (1904). Esses 22 sesmeiros contemplados receberam então além do quinhão de terras – cada um com uma légua de frente e três de fundo-, um rebanho tendo entre 420 e 520 reses.

⁴ “Regionalmente, os habitantes dos ‘Campos de Marajó’ diferenciam os proprietários por termos dimensionais que lhes são mais convenientes. Assim, é chamado de ‘criador’ o pequeno proprietário de gado cujo plantel não ultrapassa, de modo aproximado, a 1.000 cabeças. Em contrapartida, classificam de ‘fazendeiro’ o proprietário possuidor de um rebanho acima de 1.000 cabeças de gado”. (Incra/Idesp, 1977, p. 19). Essa noção operacional elaborada por agrônomos e advogados, a partir de verificações localizadas, elide a extensão dos imóveis rurais como fator diferencial. Ao fazê-lo, reforça um antigo preceito local de que a riqueza e a propriedade devem ser medidos pelo tamanho dos rebanhos. Tal noção pode ser utilizada, entretanto, para melhor identificar historicamente os sesmeiros, também designados como *criadores*, e seus descendentes que passaram a controlar áreas e rebanhos menores.

pequenos criadores daquela dos grandes imóveis rurais, que a circundam e envolvem. Consiste num território de passagem obrigatória aos que demandam o lago através do rio Arari ou aos que, em sentido contrário, por ele buscam alcançar a baía do Marajó e a capital, Belém. O surgimento do povoado do Jenipapo ocorreu consoante um processo de desagregação da economia dos pequenos criadores, acentuada por repetidas inundações que dizimaram rebanhos inteiros, e pela incapacidade de os grandes imóveis rurais incorporarem maior força de trabalho, não obstante terem ampliado seus domínios por meio da aquisição de numerosas pequenas propriedades. O resultado desse processo compreende a instituição de uma “comunidade” autônoma e relativamente independente das unidades de produção pecuária. Desse modo, próximo ao rio, em terrenos alagáveis, foram edificadas desde meados do século XIX as casas palafitadas dos que passaram a se dedicar principalmente à pesca. A piscosidade do lago, o financiamento da pesca pelos chamados *consignatários* e o incentivo à comercialização por interesses pesqueiros dos portugueses, que abasteciam Belém, atraíram também *vaqueiros*, expulsos dos estabelecimentos pecuários, e pescadores das regiões vizinhas, desde as primeiras décadas do século XX. Ao chegar, pediam autorização para construir suas casas naquele local, sem maiores obstáculos. As licenças lhes eram concedidas.

O ritual de permissão funcionava para legitimar a presença dos adventícios e o seu próprio acesso aos recursos bási-

cos. Os chamados *herdeiros* assumiram, através do consentimento, a responsabilidade pelos recém-chegados, legitimando-os como vizinhos e membros das equipes de pesca. A descendência genética, sacramentada pelos nomes de família dos antigos “contemplados” (Gemaque, Pamplona), é referida como fator relevante para igualar, idealmente, as condições materiais de existência, assegurando o direito de moradia e de uso dos recursos naturais aos que se empenham no exercício da pesca. A herança representaria, sob esse prisma, um elemento de coesão social e de expectativa de direitos, que os pescadores sabem legalmente reconhecidos pela sociedade nacional. Quando instados a falar, durante as entrevistas, os pescadores não vêem excesso em asseverar repetidamente que se encontram em terras fundamentadas em direitos de sucessão, que, portanto, não pertencem ou pertenceram a outrem. Pelo parentesco ou pela concessão dos testamentários, mesmo sem formalidade judicial, configura-se uma situação de posse legal. A preocupação em definir o patrimônio do povoado, segundo implicações jurídico-formais, é vista como necessária e imprescindível num contexto de antagonismos e litígios com *fazendas* lindeiras.

O discurso memorialístico, provocado pelas entrevistas com os que foram apresentados aos pesquisadores como os moradores mais antigos, exalta invariavelmente a terra onde se ergue o povoado como propriedade dos avós, que viabilizaram formalmente sua ocupação. No relato do Sr. L. Gemaque, pescador aposentado com mais de 70 anos, ouve-se o seguinte:

“Os meus avós eram os proprietários da terra. Quando chegavam outros, eles vendiam ou davam um terreno para fazerem casa.”

Os direitos de propriedade e de posição são recebidos, portanto, segundo três modalidades, a saber: por sucessão, em linha direta ascendente, por concessão ou por atos de compra e venda, ou seja, através do mercado de terras. Quaisquer dessas vias têm amparo nos códigos jurídicos. Embora os primeiros entrevistados sejam do sexo masculino, observa-se que nem a herança e nem a descendência se fixaram num único sexo. Tem-se uma descendência bilateral, cuja reconstituição permite avaliar a ancianidade da ocupação:

“Meu pai morreu em 1978, com 98 anos, e tinha nascido aqui no Jenipapo. O pai dele já era daqui. Tinha uma tira de terra, pequena mas tinha. Meu pai casou com minha mãe, que tinha herdado uma sorte de terra. Eles tinham uma tira e hoje em dia não temos mais. E nós vendemos. Vendi para o próprio filho meu, que tem um retiro lá adiante [aponta em direção ao centro]. A terra continua com os herdeiros.”

Os chamados *herdeiros* funcionam como o elo de ligação que viabiliza o acesso legítimo às águas e aos campos, num contexto em que as atividades pecuárias de base familiar encontram-se numa certa transição para a pesca:

“Meu pai tinha uma vaqueirice também e pescava. O mesmo o meu

avô. Mas, eu mesmo não entendi de vaqueirice. Veio uma invernada grande e levou tudo e ele não quis que nós tivéssemos reses. O inverno de 44 veio rápido, levou o capim para o fundo e o gado não tinha o que comer. E sobrou só três e foram terminando.”

As crenças de descendência, que facultam o controle das águas e das terras, inclusive por parentes que ainda estão no chamado *centro*, definem a denominação do povoado pela incidência de uma espécie vegetal do próprio campo: “Neste tempo no campo tinha muito *jenipapeiro*”.

A designação do povoado é, de certa maneira, tributária do campo. O campo designaria a *beira* porque é de lá que emana o direito de ocupá-la e de concedê-la, ou vendê-la a outrem. A diversidade do ecossistema sugere, diluída nessa forma de representação, que é preciso apagar as distinções geográficas entre *centro* e *beira* para poder existir enquanto diferente.

O discurso da legitimação, em sua linearidade de observância dos preceitos legais, faz com que da herança se passe para o reconhecimento do distrito municipal. Por conseguinte, conforme os relatos, com o tempo as diversas prefeituras a que o povoado pertenceu (anteriormente pertencia ao município de Ponta de Pedras) foram também adquirindo essas terras, visando constituir o patrimônio urbano. O Sr. Lucas, pescador aposentado, nascido em Jenipapo no ano de 1920, assim narra o processo de

formação do povoado, até se tornar unidade administrativa municipal:

“Aqui tinha uma porção de tiras de terra. Tinha um negócio de parte de herdeiros, muito. Uma tira dum, outra tira do outro, outra tira do outro. Quem chegava pedia ao proprietário para fazer uma casa. Um lugar de casa. Aí ele dava. Não cobrava, só dava para morar, mesmo. Já depois é que a prefeitura foi comprando. Comprando uma parte, comprando, comprando, até que cresceu.”

O povoado desenvolveu-se, entretanto, apenas na margem direita do alto Arari, quase junto ao Lago, engolfado parcialmente pelos imóveis rurais dos pequenos *criadores* sempre empenhados na faina de pastorear seus rebanhos, que são criados soltos, pastejando livremente e em comum na borda do Lago. Não há, nesse trecho da referida margem, que avança até a sede municipal, nem cercas, interditando o acesso às águas e pastagens, nem vigias, coibindo o seu uso. Não obstante a titulação em cartório, os recursos básicos são mantidos em aberto, em conformidade com regras centenárias que disciplinam o usufruto comum. Os campos e as *beiras*, assim como os rios, os lagos e os igara-

pés, possuem, desse modo, características de uso que são concomitantemente públicas e privadas. Ademais, são acatadas de maneira consensual seja pelos pequenos criadores e pescadores entre si seja entre seus pares e internamente a cada um desses segmentos. Atestam-no não apenas o gado pastando em comum, mas também os critérios de apropriação não-permanente dos chamados *pontos* que dividem o lago entre as diferentes equipes de pesca durante o verão⁵. O individual não se sobrepõe ao uso comum, mas com ele se articula, permitindo que se imagine um amplo pacto quanto ao manejo dos recursos essenciais.

Na margem oposta, bem defronte à povoação, não existe uma habitação sequer, e as terras constituem domínio de grande proprietário territorial denominado localmente de *fazendeiro*. Essa margem já pertence a outro município, o de Cachoeira do Arari. Acompanhando-a, seja no sentido da borda do Lago ou no sentido do rio Arari, tem-se um rosário de grandes imóveis rurais (Fazendas Tuiuiú, Severino, São Miguel, Diamante), voltados sobretudo à produção pecuária bovina e bubalina. O cercamento recente dos campos e das beiras e a interdição aos pescadores das margens

⁵ A partir da borda, os locais de pesca, destinados a cada uma das unidades produtivas, são balizados com estacas. Uma vez explorado aquele local, vão mudando de lugar em direção às partes mais centrais e mais profundas do Lago Arari. A ordem dos denominados *pontos* não é necessariamente a mesma, podendo variar no decorrer de uma mesma safra ou em relação à seguinte, já no outro verão. As unidades produtivas se apropriam provisoriamente do espaço correspondente a cada ponto. Na assertiva de um pescador, nascido no Jenipapo em 1914, tem-se o seguinte: *“Ele balizava o ponto dele. Só a vara balizava. A gente sabia, tava todo dia no lago e sabia. Todo o tempo, toda a safra. Cada qual respeitava o ponto do outro (...). Quando o ponto falhava tinha que procurar outro. Hoje quase não se adota mais isto de ponto, que a pesca tá muito desorganizada.”*

do Lago, do rio e dos igarapés com vigias armados, denotam o fechamento dos recursos básicos pelos *fazendeiros* como uma tática de controle exclusivo desses recursos. Ocorre em concomitância com uma valorização relativa da pesca diante de uma pecuária em crise que não se modernizou. As *fazendas* passam a explorar mais intensamente lagos e igarapés, arrendando-os para os *geleiros*. O valor da chamada “renda” corresponde à metade da produção obtida. Verifica-se um processo acelerado de monopolização dos recursos hídricos e dos campos. A apropriação individual, permanente e exclusiva se sobrepõe à possibilidade histórica de uso comum dos recursos naturais. Na representação dos chamados *fazendeiros*, ao domínio privado corresponderia única e exclusivamente o uso privado. Trata-se de uma relação unívoca, que evocam como necessária no momento atual, ao separarem rigidamente o público do privado, contrariando disposições consuetudinárias em que a titulação individual coexistia com o uso comum. O domínio privado sobre as águas e margens de um rio navegável como o Arari e do lago do mesmo nome, cuja corrente é pública de uso comum, contraria o código de águas e também as servidões.

A divisão político-administrativa entre os mencionados municípios, que têm no rio Arari e no Lago de mesmo nome seus limites físicos, reflete, nesse contexto, modalidades colidentes de utilização e controle dos solos e dos recursos hídricos.

Pontificam, deste outro lado, em terra firme, ainda que na beira dos igara-

pés que demandam o Lago, as sedes daqueles referidos estabelecimentos pecuários designadas de *casa-grande*, a exemplo do que sucede em todo o curso do rio Arari e em toda a ilha de Marajó. Construções sólidas, assobradadas e de paredes espessas, que deixam os amplos compartimentos bem afastados do chão úmido, elas são destinadas à habitação dos *fazendeiros*, também chamados de *brancos* tanto pelos *vaqueiros* quanto pelos pescadores. Com suas fileiras de janelas envidraçadas e balaustradas de madeira, consistem em antigas edificações cheias de ecos dos faustosos dias de épocas pretéritas, que ainda pairam dominantes sobre todo o Arari, rio e lago, apesar do absentismo de seus atuais proprietários, que desde os anos 1950 residem notadamente na capital, Belém. Os responsáveis pela administração das fazendas, que localmente são conhecidos como *feitor* e *feitor geral*, habitam mais próximo às *casas-grandes* e têm sua importância elevada sobretudo devido ao referido absentismo. O que transparece, na atualidade de termos e expressões como *casa-grande*, *branco* e *feitor*, é que configuram posições atreladas aos seus significados originais. Com seu conjunto de linhas imponentes e sólidas, as chamadas *casas-grandes* representam o símbolo de um poder cujos fundamentos compreendem o monopólio da terra e do acesso aos recursos hídricos, bem como os mecanismos de mobilização da força de trabalho. Erguidas em posição senhorial, com terraços ou avarandados, que permitem ampla visibilidade e controle dos currais, dos campos e dos embarcadouros de gado, essas *casas-grandes* sobressaem apala-

çadas em oposição à casaria de madeira dos *vaqueiros*, que lhes é tão próxima quanto subordinada, e às casas palafitadas dos pescadores do mais distante povoado do Jenipapo.

Para além desse elemento contrastante, observa-se que a povoação do Jenipapo ergue-se, historicamente, fora dos domínios da denominada “indústria pastoril”, consolidando-se de maneira autônoma, sem subordinação direta ao poder dos *fazendeiros* circundantes. Suas linhas arquitetônicas e de disposição espacial não se confundem, portanto, com as do casaredo agregado às necessidades da *casa-grande*. Mais se aproximam dos antigos povoados da ilha de Marajó, que se firmaram livres da dominação dos chamados *brancos*. Índios destribalizados que ficaram dispersos a partir do confisco pelo poder real das fazendas das ordens religiosas (jesuítas, mercedários),⁶ tanto quanto escravos fugidos ou quilombolas, estabeleceram núcleos de povoação livre, não obstante o sistema repressor da força de trabalho.⁷ Esses índios e escravos têm sido também apontados na literatura de alguns viajantes e geógrafos como os antepassados dos pescadores (Lage, 1944, p. 181), passando a receber a denominação de *caboclos da beira*.

“São José, Fazendinha, Boa Vista, eles também pescam. Adiante de Ananatuba vem Santa Bárbara, tem o igarapé Teso Comprido. Para frente da Santa Bárbara tem a Apíi, Santa Helena. Depois é o Cajueiro, lá quem pesca é só o pessoal de São José. O pessoal de Boa Vista pesca no Lago Arari com a gente. Mais adiante (...) para fechar o lago, tem Ananatuba. Santa Helena, Apíi e Diamantino, já na outra borda. Da Diamantino vem São Miguel, aí já se pesca no Madeira, Pacoval, Boca do Severino, Duas Ilhas. Aí vem a Tuiuiú. Aí já fechou de novo.” (Pescador do Jenipapo)

“Entre Jenipapo e Santa Cruz tem a Fazendinha, tem pequenos criadores, depois de Santa Cruz vem os grandes. Fazenda Ananatuba, Fazenda Santa Bárbara, Fazenda Apíi, Fazenda Diamante. Mas, saindo do Jenipapo, a primeira é Fazenda Mercês. Na mesma margem do rio Arari que o Jenipapo, fica a Fazenda Menino Jesus, já em Ponta de Pedras, depois do Anajás-Miri. Do lado de lá do rio, em frente ao Jenipapo, é a Fazenda Tuiuiú, depois vem o Severino, do mesmo dono, e depois a Fazenda São Miguel.” (Pequeno criador de centro próximo ao Jenipapo)

⁶ Consultar Leite (1943).

⁷ Sandoval Lage, em 1944, viajou pelas povoações do Jenipapo e de Santa Cruz e por numerosas fazendas (São Miguel, Menino Jesus, Tapera) observando inclusive vestígios de alguns quilombos: “No terreno viceja a laranjeira, o abacateiro, o limoeiro, goiabeiras e outras árvores frutíferas. Há lugares que mostram ter sido bem plantados. São restos de pequenos ‘quilombos’ dos pretos escravos fugidos das fazendas da ilha. Os índios foram os primeiros a esconder-se dos brancos colonizadores e depois os pretos, seguindo a mesma rota. Os negros fugidos se estabeleceram para as bandas do Camutins, aproveitando os ‘aterros’ dos índios, que haviam desertado do local, deixando ali o atestado de sua vida.” (Lage, 1944, p. 221. Grifo nosso)

Numa representação idealizada, Lage sublinha que os antagonismos entre os pescadores e os *fazendeiros* re-produzem aqueles entre os índios e os escravos negros diante dos *brancos*:

Descendendo dos índios que cruzaram a ilha em todos os sentidos que plasmaram no barro a história (...) o pescador de hoje *ainda guarda no sangue o ódio* que o *nheengaíba* acumulou desde o instante em que o branco foi surpreendê-lo na mansidão de suas malocas felizes. *O pescador tem a mágoa do índio e a revolta do africano...* (Lage, 1944, p. 181. Grifo nosso)

Ao acatarem a designação pejorativa de *caboclos*, que denota, segundo Galvão, posição social inferior (Galvão, 1955, p. 196), os pescadores do Jenipapo reverterem-na, exprimindo sua condição de livres e de não-subordinados ao rigor dos mecanismos de controle de inspiração escravocrata. Na verdade, tem-se uma expressão genérica que abarca indistintamente os moradores da povoação, sejam eles *herdeiros* ou adventícios, de ascendência indígena ou não, cujo significado encerra uma afirmação étnica numa situação social marcada pelos antagonismos com os denominados *fazendeiros*. Admite-se que o conflito provoca um deslocamento nessa atribuição regional de uso difuso, dispondo-a segundo uma interpretação positiva, embora marcada por uma existência atomizada que não se objetivou em movimento social.

A singularidade arquitetônica do Jenipapo, povoado dos *caboclos*, em

oposição às *casas-grandes*, expressa as principais vicissitudes desses pescadores como produtores autônomos da *beira*, com suas unidades de trabalho familiar compondo extensas redes de vizinhança dispostas simetricamente em cooperação simples. As relações de trabalho e de moradia nesse processo produtivo opõem-se à subordinação e à assimetria intrínsecas às *fazendas*, resumindo o arquétipo do cenário de que emerge a categoria *caboclo*, como autodefinição, negando explicitamente o mundo das fazendas regido pelos *brancos* e caracterizado por rígida estratificação e pela imobilidade social.

Ao contrário do isolamento dos moradores do *centro*, o povoado dos *caboclos* constituiu-se numa ruidosa praça de mercado da produção pesqueira, com complexas relações de circulação. No verão, especialmente, transforma-se num entreposto comercial de referência para todos os núcleos urbanos localizados na borda do lago Arari. Nesse período, as águas baixam, tornando impossível o acesso das embarcações a Santa Cruz, a Boa Vista ou a São José. O Jenipapo, porto de verão, passa a ser um ponto de convergência do fluxo de pessoas em trânsito e a concentrar as operações de recebimento e distribuição de todas as mercadorias importadas da capital e das demais cidades da região.

O povoado do Jenipapo, no entanto, se consolidou principalmente em torno da figura de comerciantes, que financiavam os instrumentos de trabalho (embarcações, anzóis, linhas, redes) e propiciavam adiantamentos em gêneros

alimentícios e artigos diversos para suprir as necessidades das famílias dos pescadores na entressafra. Os débitos deveriam ser saldados com a produção de peixe no verão. Tais comerciantes, mais conhecidos como *consignatários*, exerciam seu domínio sobre os resultados do processo produtivo mediante o controle do crédito, dos preços e dos circuitos de colocação dos produtos no mercado. Importava-lhes mais os mecanismos de apropriação dos excedentes do que propriamente o controle do monopólio do acesso aos meios de produção. Distinguiam-se, nesse sentido, da dominação historicamente exercida pelos fazendeiros. Diferentemente de outras regiões amazônicas, nas bordas do Lago Arari as formas de subordinação pelo sistema de aviamento são posteriores, no tempo, e coexistem com a dominação apoiada no monopólio da terra e demais recursos naturais.

Os *consignatários*, também usualmente referidos como *patrões*, com seu padrão clientelístico de relação, fundado no endividamento prévio e na ideologia do favor, configuram a representação política do povoado. Desde os anos 1920, aproximaram-se da Colônia de Pescadores, opondo-se às limitações que os *fazendeiros* representavam ao desenvolvimento e ampliação da pesca, e reforçando assim sua posição de mediação nos aparatos de poder. Usufruíram, por conseguinte, da plenitude da ação mediadora na conjuntura de transição de 1930, quando os *fazendeiros* do Marajó colidiram, num primeiro momento, com a administração do interventor federal Major Joaquim de Magalhães Cardoso

Barata. Datam desse período as visitas festivas do interventor ao povoado do Jenipapo na abertura da temporada de pesca, quando se hospedou na casa do principal *consignatário*, “um português transformado em autêntico caboclo (...)”, conforme definição de Luxardo (1977, p. 100). O exercício dessa mediação, em que pese a mobilização populista, teve como um dos seus desdobramentos a abertura do Jenipapo a diferentes perspectivas e representações, numa quadra em que a Interventoria conferia prioridade à atividade pesqueira na região, relativizando a importância da pecuária.

Participante de uma das comitivas do interventor Magalhães Barata em visita ao Jenipapo, em meados dos anos 1930, o documentarista cinematográfico Líbero Luxardo, em tom memorialístico, acentuando aquela referida singularidade, assim descreve a “Vila do Jenipapo”:

Muitos anos viram correr aquelas águas diante da vila do Jenipapo, num preguiçoso semicírculo povoado de casas de madeira plantadas em altos esteios que davam a impressão de pernas-de-pau, pernas que sustentam o ventre das casas, todas elas contornadas por úteis varandas. (...) Quase todas as casas estavam ligadas entre si por esguias pontes de comunicação, como um passadiço, no verão, com mais de três metros de altura, e no inverno, como numa embarcação, sobre as águas. (Luxardo, 1977, p. 93-4)

Viajando pela região, em 1943, Lage descreve uma situação em que as mar-

gens dos rios, atualmente desabitadas e interditadas, ainda eram ocupadas por pescadores, com o assentimento dos *fazendeiros*. Ele capta um momento em que essas famílias ainda não haviam sido completamente expulsas e usufruíam do livre acesso às *beiras e águas*:

Quem cruza o Arari, sobretudo nas proximidades do lago, sobre o Anajás-Miri, corta os igarapés mais largos, vai encontrando às beiradas palhoças rústicas, minúsculas desconfortáveis, umas apenas mal cobertas, habitadas por gente paupérrima, doentia, embrulhada, à guisa de roupa, em farrapos e mulambos. (...) *São as casas dos pescadores que moram aí com as suas famílias, mercê dos proprietários das fazendas de gado*, donos das terras, que vão deixando levantar-se esses casebres. (Lage, 1944, p. 177. Grifo nosso)

Visitando a área em 1955, a geógrafa Vieira Pinto, participante de uma equipe técnica do IBGE, afirma o seguinte:

Instalada na margem direita do rio Arari, sob terreno inundável (terrenos de aluvião), a povoação do Jenipapo, sede da colônia de pescadores Z-25, é um povoado de cerca de 1.200 habitantes, cuja única atividade é a pesca (...). A população ali é formada “exclusivamente” de pescadores, com ausência absoluta de culturas de subsistência. (Pinto, 1956, p. 400)

No Jenipapo não há propriamente elevações naturais que se destaquem em

comparação com as áreas em derredor. Somente as habitações edificadas sobre estacas, com altura máxima de três metros a descoberto totalizando sete metros se consideradas as partes enterradas no solo, permanecem acima do nível das inundações e enchentes. Na estação chuvosa, as águas do rio e do Lago Arari sobem, ilhando completamente as casas do povoado, privando seus moradores da terra, na mesma época em que a pesca é proibida legalmente e os peixes, na afirmação dos velhos pescadores, “vão embora” para os campos alagados. Moradores antigos comentam um fenômeno que complica ainda mais a dramaticidade da situação. O curso do rio Arari estaria deslocando-se em direção às casas. A *frente* do povoado está sendo gradativamente impelida para o campo, enquanto as edificações mais próximas à *beira* já foram tragadas pelo curso de água. Os pescadores assistem ao crescimento das denominadas *terras altas* na margem oposta, descortinando a cena das janelas de suas casas voltadas para o nascente, bem às margens do Rio Arari.

As águas avançam sobre o território do Jenipapo. Redesenham-se mapas, a hidrografia conhece alterações. Segundo um pescador, diante de um povoado com sua área comprimida, “a terra cresce é para os ricos”. O Sr. Pedro, pescador, nascido em 1918, lembrando sua infância, descreveu essa mudança no seguinte depoimento:

“*Aqui a vida era boa antigamente... Aqui não contava umas quinze casas, quando me entendi. A casa que era*

do meu pai já está lá dentro do rio. O rio avança para o lado de cá, e a terra cresce do lado de lá.”

A outra margem do rio, onde a terra “cresce”, pertence, conforme já foi dito, a grandes proprietários rurais, que não permitem que os moradores do Jenipapo nela construam suas casas. Na verdade, impedem também que os pescadores façam seus acampamentos provisórios para pesca e sequem suas redes nas margens e que mulheres e crianças delas tirem terra, lenha ou capim. Para controlar essas ocupações, há a figura do *vigia*, tradicionalmente empregado de fazenda cuja função precípua era tão-somente guardar os rebanhos, uma vez que o furto de gado desde meados do século XIX era freqüente, principalmente no inverno. As acusações de roubo, historicamente, sempre recaíram sobre outros criadores (Ferreira Penna, 1971, p. 61). Segundo relatos dos pescadores, havia relações cordiais entre os fazendeiros e a comunidade do Jenipapo. A partir da década de 1980, no entanto, essa atividade de vigilância, antes praticada por *vaqueiros* da fazenda, que mantinham relações face a face com os habitantes do Jenipapo, sem maiores hostilidades, vem sendo exercida por vigilantes armados que recebem localmente a designação de *pistoleiros*. Recrutados fora da região, principalmente no Sul do Pará, Mara-

nhão e Piauí, sem contato com os pescadores, exercem um tipo de vigilância que dissemina o pânico, tal sua virulência e brutalidade. As acusações de roubo de gado passaram também a ser atribuídas mais comumente aos pescadores, não obstante as detenções efetuadas pelas autoridades competentes assinalarem a existência de quadrilhas organizadas.

Nesse contexto de conflito aberto, as atividades desenvolvidas pelo grupo doméstico revestem-se de imensas dificuldades. É com riscos, esforços e extrema criatividade, que as mulheres do Jenipapo exercem os “trabalhos domésticos”, invariavelmente descritos como complementares e acessórios na literatura sobre comunidades de pescadores⁸. Da mesma forma, seus filhos precisam acostumar-se a esse cotidiano, que cada vez mais envolve riscos e apreensões⁹: as crianças, quando ajudam as mães, e os adolescentes, quando saem para pescar com seus pais e irmãos, no Lago Arari.

De outra parte, os pescadores, a despeito de acusarem seus pares pela redução do tamanho das malhas das redes, afetando a reprodução ictiológica, responsabilizam os interesses pecuários como os maiores responsáveis pela atual escassez de peixes. Atribuem a seca do Lago Arari nos últimos anos às medidas de aprofundamento do canal da

⁸ Ver: O trabalho feminino na unidade de produção familiar. In: *Tecedeiras do Jenipapo: o trabalho feminino na pesca - Ilha do Marajó*, parte deste projeto de pesquisa, redigido por Marcia Anita Sprandel.

⁹ A propósito de arbitrariedades nesses tipos de antagonismos sociais, convém ressaltar que desde 1986 as entidades confessionais (CPT, CPP) e o Idesp, bem como o Monape, têm registrado inúmeras ocorrências nesse sentido, abrangendo toda a bacia fluvial do Arari.

Tartaruga. Asseveram que o propósito último de tal iniciativa governamental consiste em transformar o lago em pastagem de verão, ou seja, em convertê-lo num imenso campo.

Na versão de um *ex-consignatário*, com 67 anos, não há qualquer “catástrofe” ou “fenômeno natural” em jogo, uma vez que o esvaziamento do lago é fruto de uma decisão oficial que teria como pretexto evitar as grandes inundações.

*“No canal da Tartaruga há vazão de água nos 12 meses, todo o ano. A consequência é que resulta a seca mais rápida no verão. A terra cresce e entolha o lago. Antes o lago era mais fundo, com poços mais profundos ainda. O acaú, o pirarucu, eles cavam. O pirarucu cava com a boca um buraco para desovar lá dentro. Agora acabou o pirarucu. O lago não secava assim nesta época do verão. Os poços secaram. O lago seca e o capim vai tomando tudo. Foi aquele projeto do canal da Tartaruga que eu lhe falei. **Porque a intenção era fazer virar campo o Lago do Arari.**”*
(Grifo nosso)

Percebe-se uma acusação velada de que aos denominados *fazendeiros* interessa expandir seus domínios sobre os “novos campos”, incorporando as pastagens do lago seco de verão. Já há, entre eles, quem afirme que os limites de seus imóveis rurais alcançam o meio do lago. Essas redefinições de limites adentrando o espaço das águas provoca certa insegurança, uma vez que variando sazonalmente, do inverno para

o verão, tornam-se ameaçadoramente móveis.

A falta de capacidade coercitiva do Estado em administrar de maneira sistemática as situações conflituosas e em disciplinar convenientemente, através de ação localizada, o regime de posse e uso dos recursos hídricos e da terra, acentua o quadro potencial de tensão.

Para uma compreensão sociológica da gravidade das repercussões desses acontecimentos na vida cotidiana da população atingida, fez-se mister recorrer às técnicas de observação etnográfica, recuperando detalhes, aparentemente insípidos, das suas condições materiais de existência e de suas representações acerca da idéia de justiça. A preocupação em descrever as situações concretas orientou, desse modo, cada procedimento de pesquisa durante o trabalho de campo, apoiado em entrevistas não-diretivas e em verificações *in loco* das condições de moradia, de trabalho e de produção.

Em termos metodológicos, entretanto, as limitações saltam aos olhos, quando se destaca que não houve um largo período de estudo e residência na própria comunidade, nem participação direta em algumas atividades do grupo local, nem mesmo um trabalho intensivo com os entrevistados. As dificuldades de realização de censos, de aplicação de técnicas referentes às “histórias de vida” e de acompanhamento das diferentes etapas dos calendários econômico e religioso deixam à mostra a fragilidade dos dados e a necessidade de relativizar as interpretações ora desenvolvidas.

O povoado do Jenipapo

As edificações características do Jenipapo são de madeira e fixadas sobre longas estacas, que as elevam acima das águas estacas, que as elevam acima das águas móveis, crescidas na estação chuvosa. Um dos princípios mais observados nessas construções é que devem ser colocadas de frente para o nascente, sendo bem iluminadas pelo sol da manhã. Elas exibem então suas fachadas ornadas com lambrequins¹⁰ às beiradas incertas do rio Arari, deixando aos que ali navegam a impressão predominante de um casario que se debruça a pique sobre o espelho das águas turvas. As madeiras recortadas, como uma fita de rendas estendida sobre os caibros que compõem o beiral das edificações, emolduram as fachadas das casas, distinguindo-as entre si. Esses contornos simetricamente ondulados dos lambrequins configuram uma paisagem arquitetônica singular, que denota não exatamente o “recanto miserável de palafitas” das versões estigmatizadas dos interesses hostis que, de

fora, se referem depreciativamente ao Jenipapo, mas os elementos de cultura material distintivos de um povoado centenário, de pescadores e de artesãos.

O rendilhado dos lambrequins embeleza tanto as ruas estreitas e suspensas do Jenipapo, cognominadas localmente de *pontes*, quanto o corredor de casas enfileiradas na margem direita de quem entra pelo Igarapé Santa Cruz, que dá acesso ao trapiche da sede municipal. Constituem peças artesanais em acapu, entalhadas com a presteza e a habilidade dos carpinteiros, mais conhecidos por *mestres*, que outrora trabalharam para os grandes comerciantes compradores de peixe. Dois desses *mestres*, em idade bastante avançada, por volta dos 80 anos, reproduzem, ainda hoje, os ensinamentos elementares para o acesso às técnicas apropriadas para trabalhar o acapu e outras espécies utilizadas na construção das embarcações¹¹ (sapu-

¹⁰ Esse termo era completamente estranho aos pesquisadores, mas repetido com ênfase pelos pescadores entrevistados. Acabou por chamar a atenção, alertando-nos e advertindo-nos sobre as vias de acesso possíveis à percepção das relações sociais que organizam o povoado. Acabou por constituir um traço forte às descrições do povoado e à sua própria identidade, tornando-se elemento contrastante diante das representações estigmatizadas e hostis de grandes proprietários territoriais, cujos imóveis rurais são fronteiriços e circundantes.

¹¹ No Jenipapo são construídas e reparadas pequenas embarcações. Não há estaleiro e as obras são executadas sob as casas, no período seco, ou nos próprios atracadouros, quando as águas já subiram. Nos meses de junho e julho ocorrem, preferencialmente, as obras de recuperação dos barcos de pesca que serão utilizados intensamente no verão. Já no final do período, em novembro e dezembro, são reparadas as embarcações que carregam mercadorias várias durante a estação chuvosa. Estes são barcos para “fazer frete”, principal meio de transporte de pessoas e cargas, quando as águas aumentam e facultam a navegação por praticamente todos os locais de moradia e produção. Se os reparos são feitos pelos próprios donos das embarcações, a construção do barco, em contrapartida, exige a ação dos carpinteiros, posto que envolve a combinação de diversas espécies de madeira, em diferentes etapas de trabalho. Apenas eles conhecem as propriedades mais indicadas para resistir à água e

caia, prauíba), das casas (maçaranduba) ou do mobiliário rústico¹² (cedro, pau-amarelo).

Embora não haja acapuzeiros nas bordas do Lago Arari, constata-se que é uma espécie de madeira bastante utilizada, sobretudo no casario senhorial de toda a bacia fluvial do Arari, onde predomina o piso assoalhado em acapu e pau-amarelo alternados. Nas denominadas *casas-grandes* também sobressaem os caixilhos das vidraças de onde jorra luz no interior dos salões, os alizares das portas e a marchetaria dos assoalhos. Essas madeiras são importadas nos períodos de pique das safras, quando há mais abundância e circula um volume maior de recursos. Segundo relato do mestre Gonçalves, que em 1936 já trabalhava com o comerciante João Farias de Barros, então proprietário do maior e mais antigo estabelecimento comercial,

Casa Jenipapo, elas viriam de Breves, Anajás, Afuá e do rio Capim. Segundo relato de outro mestre que atualmente exerce serviços de carpintaria numa fazenda próxima, onde tem morada habitual, as madeiras viriam também de Abaetetuba ou dos rios Moju e Guamá. Elas são adquiridas através dos circuitos de mercado que também utilizam o peixe, fresco ou salgado, e o gado nas trocas mercantis. Os tipos de materiais utilizados nas construções e em seus ornamentos, como as espécies de madeira e pregos, evidenciam diferenciações econômicas e sociais internas ao povoado. Segundo narrativa de um pescador que possui barco, redes, e mobiliza sete outros para as atividades de pesca no verão,

“nem todo mundo pode fazer um lambrequim com acapu e prego galvanizado.” (Entr. 5)

aos insetos coleópteros, bem como as que conjugam peso, resistência e maleabilidade correspondentes às exigências de uso de cada uma das partes que compõem as embarcações. Eis uma descrição breve das principais espécies e sua utilização, feita pelo carpinteiro “mestre Gonçalves”, a partir de entrevista: *“Os barcos são feitos de sapucaia, prauíba, piquiá. A armação do barco, o esqueleto do barco é de piquiá. O forro do barco é de sapucaia porque é uma madeira forte e é resistente para água. A prauíba é uma madeira preta também boa para o braçame, o esqueleto do barco preparado para pegar o forro. Estas madeiras vêm do Abaeté, vêm do Capim. Tem a tatajuba para fazer tudo da embarcação, tábuas e vigas, serve para a armação dos convés. Tem uma que é muito macia, o pau-rosa. Isto tem muito é pro Baixo Amazonas. A itaúba, esta é que é a pérola para construções navais. Não dá turu, que é um bicho branco que dá na madeira, ele fura e não vara do outro lado. Ele vai só entrando na madeira. Para fazer as montarias é farças de louro. Tábuas de 40, 30 ou 60 palmos. Agora, leva o piquiá e a sapucaia para fazer a forma deles. A largura das farças é de 2 palmos e meio.”*

¹² Transcrevendo-se um excerto do relato do Sr. Gonçalves tem-se uma idéia aproximada da variedade de madeiras com que trabalham os carpinteiros e marceneiros: *“Aquele banco ali é de pau-amarelo, mas hoje não tem mais. Tem o mocho também, faz triângulo quadrejado de acapu, andiroba, pau-amarelo. As madeiras daqui vêm de Breves, Anajás, Afuá. As mesas são de cedro. Já a madeira para fazer as casas é maçaranduba. A armação, o esqueleto da casa, é de maçaranduba. Os flexais e o que suporta o piso, tudo é maçaranduba. O angelim faz as pontes e também as casas.”*

Afinal, trata-se de um símbolo de prosperidade, que tanto pode projetar o povoado para fora, em face de outros núcleos urbanos vizinhos que se derramam nas bordas do lago Arari (Santa Cruz, São José, Boa Vista), quanto distinguir internamente os grupos domésticos que o compõem. Os planos sociais que organizam o povoado permitem, pois, diferenciar as casas que os pescadores designam como estilo *chalé*, ornadas com os rendilhados de acapu, das outras, de “tacaniça”. Estas últimas, inclusive, por não terem sequer um simulacro de lambrequim, no contexto em que os pescadores entrevistados falam a respeito das construções, são mencionadas como *barracos*. Há, portanto, uma certa hierarquização social, perpassando nas edificações, que, vistas a distância ou à primeira vista, seriam completamente iguais, homogêneas e indiferenciadas. Mas, nem só as famílias de pescadores acham-se atreladas à eficácia do símbolo. No Jenipapo, não apenas as residências mas também os prédios da Igreja Católica e dos estabelecimentos comerciais estampam vistosos lambrequins. Investidos de autoridade, externam as marcas evidentes de distinção, que concorrem para que sejam reconhecidos como tal.

No caso específico dos estabelecimentos comerciais, também ornamentam as paredes das varandas da frente, denominadas *terraços*, com pinturas em arte *naïf*, numa representação pictórica de índios, plantas, animais, casas e pai-

sagens, desenhados em cores bem vivas e destacadas. Os tons acentuados das cores avivam também as demais paredes externas daqueles estabelecimentos, que chegam a ter pavimentos superiores em certas situações. São chamados pela população local de “casas de altos e baixos”. Convém ressaltar aqui o bar “O Tabocão”, casario assobradado, todo pintado de amarelo claro, com os portais em verde.¹³ O prédio da Igreja Católica é brique. O templo da Assembléia de Deus tem a frente pintada em tons de azul. O salão de São Benedito é destacado em verde. E há casas multicoloridas, como a do Sr. R., com paredes amarelas, umbral e portais em vermelho e portas e janelas azuis. As edificações sem pintura, com nódoas na madeira realçando a ação do tempo, encontram nas roupas de diferentes cores penduradas para secar nos chamados *terraços* um ornamento imprevisto nos dias de sol. O principal artista que executa as pinturas *naïf* é natural do povoado, filho de pescadores, e é quem também pinta os barcos e neles desenha emblemas, bandeiras, escudos, motivos religiosos como imagens de santos e adágios. Predominam nos diferentes tipos de embarcação as cores vermelha, azul e branca, cujos matizes podem ser aproximados dos da bandeira estadual.

O povoado do Jenipapo, entretanto, consoante os entrevistados, já foi mais belo e teve cores mais firmes, que eram sempre avivadas a cada safra. Na representação de um pescador entrevistado,

¹³ Uma das outras edificações, que tem dois pavimentos, encontra-se em relativo abandono. Trata-se de um dos prédios onde se erguia o estabelecimento comercial do Sr. João Farias de Barros, falecido em 1963, que hoje é uma precária unidade residencial.

Sr. Manoel, essa visão do passado contrasta com a situação atual do povoado, que teria perdido sua expressividade, em meio ao madeirame embotado e descolorido:

“Antes, dificilmente se via uma casa não pintada. E agora dificilmente se vê uma casa pintada. Mesmo as embarcações parecem mais velhas, todas descascadas, com os remendos descobertos...”

Os fragmentos das cores vivas mantêm-se empalidecidos na maioria das edificações, com marcas já quase indeléveis das águas de chuvas de muitos invernos, bem como nos próprios barcos, revelando a impossibilidade de, no momento atual, serem incorporados à pauta de despesas domésticas os gastos com manutenção de moradia e com instrumentos de trabalho:

“A tinta está muito cara e ainda tem o transporte de Belém para cá. Não dá.” (Entr. 02)

De igual modo, percebem-se lambrequins quebrados, com sucessivas falhas, como se estivessem sendo impietosamente desdentados pela corrosão inexorável das chuvas sucessivas e dos fortes verões de sol a pino, que lhes esmaecem as cores e lhes enfraquecem os recortes de madeira.¹⁴

Há ademais um clima de criatividade de arquitetônica consecutiva, em que se elevam trechos das *pontes* para permitir a navegação de embarcações maiores ou se aproveitam as toijas de mururé para abrigar as aves a molde de um galinheiro flutuante, bem como de perpétua invenção, simbolizada talvez nos curiosos helicópteros e aviões de madeira pendurados nos caibros do teto do *terraço* da casa amarela do Sr. Homero, nas ossadas de cabeças de búfalos pintadas e iluminadas por dentro, nas diversas “instalações” espontâneas pacientemente elaboradas por esse pescador.¹⁵ Podem-se observar também fragmentos de cerâmica, provavelmente dos sítios arqueológicos marajoaras localizados nas bordas do Lago Arari, decorando o cômodo de entrada de algumas casas de pescadores: vestígios de igaçabas, pedaços de adornos antropomórficos e zoomórficos, e sobretudo pequenos ídolos, da Fase Aruã ou da Fase Marajoara (Meggers e Evans, 1954, p. 7). Para efeitos de melhor decorar e apagar as marcas terrosas e de antigüidade, que comprometem os arabescos, alguns desses fragmentos foram pintados a óleo, em cores bem pronunciadas capazes de representá-los como mais recentes e mais esplendorosos. É com orgulho que estampam tais peças, considerando-as um aperfeiçoamento do trabalho dos artesãos que, em tempos pretéritos, as produziram. Havia ídolos, com cerca de

¹⁴ Apesar desse quadro de declínio, novos bairros parecem surgir no povoado, como a chamada Vila Nova, e podem ser observadas pelo menos onze novas casas em construção. As pontes estavam sendo também inteiramente recuperadas e ampliadas. Cf. observações de campo em janeiro de 1994.

¹⁵ Pescador que possui um barco, redes, e chefia uma equipe de pesca, respondendo pela denominação de *dono de rede*, que aliás é como ele se apresenta.

20 cm, que inclusive se encontravam em perfeito estado de preservação, com seus contornos e linhas realçados pela pintura recente. Essa releitura, que talvez causasse estranhamento à pesquisa arqueológica convencional, revela uma reapropriação simbólica legítima, que concorre para uma afirmação dos pescadores como grupo específico, com traços culturais distintivos e identidade própria, não obstante o quadro de privação extrema e a hostilidade dos antagonistas. Nada há de bizarro nessas práticas artísticas que redefinem obras seculares de artesanato indígena. O orgulho coletivo por essas obras do passado é grande, embora não tão grande quanto pelas realizações arquitetônicas em madeira, que configuram o Jenipapo de hoje.

Mas, nas fachadas das casas, também há sinais exteriores de defesa e proteção contra as flagrantes adversidades. Chifres de bois ou de búfalos são enfiados nas extremidades da cercadura dos lambrequins para, na representação religiosa dos pescadores, “*as doenças não entrarem em casa*” (Entr. 05). Existem também espécies cultivadas nos jirais e canteiros suspensos nos *terraços*, para defender do mau olhar e da denominada *panemice*, assinalados pelo pescador como responsáveis pelos insucessos na pesca e na caça, quando não na vida:

“*Às vezes ele se queixa que está panema. Sente que está panema pela morrinha no corpo. Sai para pescar e não traz nada... Tem que tomar um*

banho de malagueta, de amoníaco. Com o banho a panemice sai e melhora o corpo (...)” (Entr. 13)

“*Não te disse que o tio Joca tá panema? Pescamos desde uma da manhã até agora e só pegamos 5 peixes para duas casas.*”¹⁶

Os infortúnios passam a ser explicados magicamente, nesse contexto, em que se alega ser inútil sair, porque não se obterá resultado algum. Acusa-se alguém, jamais nominado publicamente, de ter “feito” *panemice*, para que não se lograsse êxito nas suas atividades.

A afirmação de “estar panema” explica as particularidades da desventura circunstancial do pescador. Compreende a relação entre o homem e os acontecimentos desventurados na vida doméstica, no processo produtivo e na vida social da “comunidade”, abrangendo potencialmente quaisquer pequenos infortúnios de rotina. De acordo com as informações levantadas, trata-se de uma alegação que busca responder à questão específica de como um indivíduo é vítima de um insucesso em um dado momento, num certo local, no exercício de determinada atividade produtiva. Referiam-se aos resultados infrutíferos na pesca, na caça e às ocorrências que inibem o potencial de vigor físico para a plena realização do trabalho, tais como enfermidades, falta de disposição ou “morrinha” e mal-estar súbito.

¹⁶ Comentário entre pescadores feito na nossa presença, à tarde, no porto, quando já haviam voltado da pescaria. Posteriormente, visitamos a casa do pescador que havia feito o comentário e o entrevistamos formalmente.

Como sugere Evans-Pritchard, na sua análise sobre feitiçaria entre os Azande, não se trata de preguiça ou de má vontade antes de empreender a atividade produtiva, nem tampouco de erro de cálculo, de inabilidade, de falta de destreza ou de imperícia durante a realização do trabalho (Evans-Pritchard, 1978). O “estar panema” transcenderia aos critérios de competência que definem o considerado “bom pescador”. O insucesso jamais seria explicado nesse contexto pela má conservação e mau uso dos apetrechos de pesca (anzóis, linhas, embarcações, remos, redes, tarrafas etc.) ou dos instrumentos de caça, ou por um acidente de trabalho. Os pescadores enfatizam sempre as condições de excelência de suas ferramentas básicas, quando admitem a *panemice*, voltando para casa de mãos vazias. A explicação, recorrendo ao pensamento mágico, elucida o que aparentemente não tem razões práticas.

A crença na *panemice* circunscreve-se aos planos internos que organizam as relações sociais e morais na comunidade do Jenipapo. Refere-se a disputas internas entre indivíduos, entre grupos familiares e entre equipes ou *turmas* de pesca. Não há, porém, nenhuma menção explícita a um provável suspeito por ter provocado tal infortúnio. A suposta inveja do competidor, jamais explicitado, não atinge apenas um membro do grupo doméstico, senão todos os que vão pescar juntos ou que moram sob o mesmo teto, comendo à mesma mesa. O insucesso depende apenas do próprio homem, como diriam os antropólogos que analisam tal questão (Galvão, 1951

e 1955; Matta, 1972), entretanto, não só o homem fica temporariamente impotente para explorar a natureza, mas também toda a equipe de pesca da qual participa ou todos os que com ele caçam. Se não há um contágio, haveria pelo menos uma forma de espalhar a desventura, de disseminá-la e de configurá-la não exatamente como individual, embora de maneira limitada e até certo ponto controlada socialmente. A *panemice* pode denotar, dessa maneira, uma situação conflituosa, contingencial, vivida como desgraça pessoal ou circunscrita a um certo grupo, sem atingir, entretanto, uma dimensão coletiva que envolva todo o povoado. Não obstante um tempo presente de escassez generalizada e de crise acentuada da produção pesqueira, a *panemice* permanece vivida de forma atomizada. O infortúnio situacional mostra-se distinto, ao nível da representação dos pescadores, do insucesso repetido, regular e freqüente, da catástrofe que ameaça atualmente a própria reprodução física das famílias que compõem a comunidade.

A gravidade da escassez extrema e dos antagonismos com agentes sociais externos, que interdita o acesso dos pescadores aos recursos da natureza, parece exigir uma interpretação prática, e não necessariamente mágico-religiosa dos fatores causais. A situação social do presente, de conflito aberto e de abrangência coletiva, excluiria da sua explicação a noção de *panemice*. Não significa “estar panema” o fato de não poder ter acesso a recursos hídricos por proibição expressa de oponentes. Não

se trata de azar, má sorte, ou coincidência, fruto do acaso. Nos conflitos para fora, com grupos externos à comunidade, não se verificam pois explicações por *panemice*. Os pescadores explicitam os antagonistas externos causadores das fatalidades. Não há dúvidas, nem simulação, embora tenham medo de enunciá-los em situações em que não haja confiabilidade mútua. O pescador que levou um tiro e foi morto ou ferido, ou, ainda, teve seus instrumentos de trabalho apreendidos, quando insistia em pescar em zonas agora tornadas proibidas, não recebe a atribuição de azar, ninguém afirma que “está panema”, ou sob efeito de alguma forma de enfeitiçamento. A *panemice* não explicaria tal evento. Nem é usada como tal, mesmo quando se diz que morreu este pescador e não aquele que o acompanhava. A causa é atribuída a terceiros, plenamente identificados, e isso é acatado consensual e comunalmente. Trata-se de uma forma deliberada que ameaça impedir a reprodução física do grupo em caráter permanente. Não teria qualquer similitude com a segunda lança ou a “umbaga”, de que fala Evans-Pritchard. A crença na *panemice* não explica pois a impossibilidade de acesso aos recursos naturais, tampouco as restrições que são expostas aos pescadores por seus antagonistas históricos: a pesca comprimida numa pequena parte do igarapé, do rio ou do lago, cujo uso tem sido privatizado à força por vigilantes postados militarmente às suas margens. A maldade e a perfídia aqui nada têm de inveja, mesmo quando Dona Rita, esposa de um pescador, diz que os fazendeiros “parece que eles têm ciúme da

água”. Seria outra, portanto, a explicação das atuais “desventuras” do povo do Jenipapo.

Para reverter os efeitos da *panemice* recorre-se pois a soluções mágicas e de caráter individualizante. Os banhos teriam a função de limpar o corpo das emanções invisíveis do chamado “olho gordo”, neutralizando a inveja e reintroduzindo o pescador purificado nas suas tarefas cotidianas. De acordo com as prescrições, após o banho, deve-se ter o cuidado de retornar para dentro de casa, deixando do lado de fora a roupa antes vestida, já que ficou irremediavelmente impregnada. Completa-se, assim, idealmente a passagem para um nova quadra que promete fartura e bonança. Está-se diante de rituais de passagem mágicos, próprios dessa sociedade de pescadores, que busca afirmar sua identidade cultural num contexto de ameaças e enfrentamentos, imprimindo suas marcas e particularidades em cada aspecto do povoado.

O povoado reveste-se assim de dimensões mágico-religiosas consideradas exóticas para uma representação algo ingênua de “turismo ecológico”, que procura captar as configurações “orientais”, os ângulos mais extravagantes das palafitas, a imensidão do lago, o rio de folhas e toíças de canarana retidas sobre a água melancólica, o reflexo da luz bruxuleante sobre os barcos de pesca que saem nas madrugadas de verão ou do período da *safra*, e os pescadores entalhando redes, lançando tarrafas no alvo-recer e dobrando as distâncias com seus diferentes formatos de remos. Cenas se-

melhantes, em sua difusão, têm tornado o Jenipapo, desde o início dos anos 1930, um ponto de convergência de documentaristas, fotógrafos e cinegrafistas, sobretudo na estação chuvosa. No verão, nada cintila no cinzento lodo seco. No dizer do jesuíta Giovanni Gallo, diretor de “O Museu do Marajó”, o Jenipapo seria o “paraíso dos fotógrafos”¹⁷, sempre conhecido pela valorização do estranho. E essa assertiva, examinada no tempo, parece irretorquível. Líbero Luxardo, na primeira metade dos anos 1930, integrando as comitivas do interventor Magalhães Barata, fotografou e filmou uma multiplicidade de cenas. Retornou muitas vezes, nos anos seguintes, extasiado diante do movimento das águas. As fotos estão estampadas em seu livro *Marajó: terra anfíbia* (1977). O filme, porém, não foi concluído, e os rolos desapareceram. Na Cinemateca do Centur, em Belém, há indicações esparsas dos descaminhos do acervo, sem qualquer confirmação de sua exata localização.¹⁸ Há velhos pescadores que se recordam dessas filmagens, tanto quanto das visitas do interventor para as solenidades de abertura da tempo-

rada de pesca. Mencionam a presença das autoridades no povoado, como o senador Álvaro Adolfo da Silveira, tal um sinônimo de uma época de fartura extrema, com grandes peixes em quantidades razoáveis e com festejos magníficos capazes de deixar iluminado o povoado num período em que ali não havia energia elétrica. Com nostalgia, o Sr. Manoel Lisboa narra o seguinte:

“O dois de agosto em Santa Cruz do Arari era uma data comemorativa na época. Fez a primeira abertura de pesca aqui o general Magalhães Barata. Não me recordo o ano, sei que faz muito tempo desde general que comandou a política no Pará. Era dois de agosto a data de abertura da pesca. Isto aqui no Jenipapo ficava enfeitado de bandeirinhas, as montarias da pesca, tudo. Era uma festa, companheiro! Não existia esta pobreza que tem hoje que para você ver uma embarcação pintada aqui hoje é raríssimo. Não tinha luz elétrica na época. Você conhece aqueles candeeiros, aqueles faróis? Vou ver se ainda tenho um aqui, sabe?”

¹⁷ O álbum de fotografias mais recente sobre o Marajó, que também inclui o povoado do Jenipapo, intitula-se *Marajó*, de autoria de José de Paula Machado, publicado pela Editora Agir, do Rio de Janeiro, em 1989. Ver também foto de barcos de pesca da ilha de Marajó, de autoria de Bubby Costa, na revista *Irisfoto*, ano 47, n. 471, p. 26-7, mar./abr. 1994, e as reportagens ilustradas da revista *Ver-o-Pará*, ano VIII, n. 19, set./out. 2000, que focalizam Santa Cruz do Arari e contêm uma foto panorâmica do povoado do Jenipapo, de autoria de Geraldo Ramos.

¹⁸ Lévi-Strauss exerce a crítica sobre esse “gênero de narrativa” em *Tristes Trópicos*, contrapondo-o ao rigor e ao sentido crítico da observação etnográfica: “A Amazônia, o Tibet e a África invadem as lojas sob a forma de *livros de viagens, relatórios de expedições e álbuns de fotografia*, em que a preocupação do efeito é demasiado predominante para que o leitor possa apreciar convenientemente o valor testemunhal que encerram. *Quanto menos despertado é o seu sentido crítico mais ele pede desse alimento, de que engole quantidade prodigiosa (...)*” (Lévi-Strauss, s.d., p. 12, [1. ed., 1955]. Grifo nosso).

Tinha para mais de trezentos faróis ali, ficava uma vara aqui, vinha um... com os faróis todos, isto aqui tudo ficava iluminado, porque não tinha luz elétrica, nada. Era uma festa muito bonita.”

Em contraste, a representação do presente, ressaltando a escassez de bens essenciais e reavivando inseguranças quanto ao futuro, mostra-se, de todo, prevaiente. A todos os entrevistados lhes apraz exaltar a abundância do passado, a tranqüilidade no exercício da pesca e as safras fartas, em oposição às tensões sociais que dramaticamente os ameaçam e inquietam. Rancores imensos parecem repousar sob as águas do lago e do alto rio Arari, disseminando temores e trêmulos acentos de receio ao falarem da situação atual. Quaisquer

que fossem os entrevistados, pescadores, pequenos criadores ou *fazendeiros*, sobressaíam sentimentos de perigo real ou aparente. Houve quem falasse, explicitamente, no calor dos depoimentos, que a vida parecia transcorrer como num “tempo de guerra”, tantas eram as adversidades do cotidiano. Houve também quem proibisse terminantemente aos pesquisadores o registro escrito ou gravado de suas conversas. Puderam-se apreender, inclusive, um certo silêncio e inúmeras pausas durante as entrevistas, quando não expressões cautelosas e indagações esparsas quase sempre relativas a fatos e ocorrências de arbitrariedades resultantes do intenso processo de monopolização dos recursos hídricos e do solo por grupos sociais estranhos à pesca e hostis aos pescadores.

O problema da água

O povoado do Jenipapo não possui saneamento básico. Durante o verão, o lixo e os dejetos acumulam-se sob o casario palafitado. Nessa época do ano, as mulheres e as crianças, em pequenos barcos (denominados localmente de *cascos*), remam até a correnteza central do rio Arari, onde as águas idealmente seriam mais limpas, enchendo baldes e bilhas. Crianças também buscam água nas margens, onde registramos diversos homens adultos ensaboados, se banhando. A água recolhida no meio do rio é levada para casa e despejada num reservatório chamado “tamborilo”. Com

ela, as mulheres precisam cozinhar, lavar as roupas, limpar a casa, fazer a própria higiene e a de seus filhos. É também, para a maioria da população, a água disponível para beber. Na sede municipal, há um reservatório que capta a água diretamente do Lago Arari e a distribui pelas residências apenas nas primeiras horas da manhã. O encanamento já atinge o Jenipapo, atendendo no entanto a poucas habitações.

No inverno, quando as águas sobem ao nível das edificações, surgem diversos problemas. O da comunicação, antes

possível unicamente por embarcações, vem sendo resolvido pela ampliação de grandes extensões de *pontes* de madeira de 1,20 m de largura e a 3 m do solo que unem as partes do povoado. Somente as *pontes* em construção no corredor de edificações chamado Vila Nova, localizado na extremidade do povoado mais próxima do Lago Arari, se tomarmos o curso do rio como referência, medem 29 m. De lá até a casa do Sr. B., podem ser percorridos mais 135 m de *ponte*. Dobrando-se à esquerda e tomando-se a *ponte* que passa defronte do templo da Assembléia de Deus, percorrem-se mais 118 m, e daí até a casa do Sr. J., mais 38 m. Na bifurcação, o trajeto até a escola tem 48 m, enquanto o outro, até o Centro Comunitário e o Posto de Saúde, mede 145 m. Para frente, caso se tome a *ponte* do Pereira, indo até o rio Arari, são mais 100 m. E o Jenipapo assim delineado não está percorrido em nem mesmo um terço de sua extensão. Vila Alegria, Tabocão e Trapiche sequer foram alcançados.¹⁹ Esses passadiços e escadas são construídos em angelim, madeira considerada mais resistente às águas. Segundo mestre Gonçalves:

“O angelim faz as pontes e também as casas. Estas pontes, tudo isto é Angelim. É bom para a água. Tem o angelim amarelo, o rajado e o pedra. O rajado e o pedra servem para móveis. Ele não pode pegar calor senão vira hélice de avião, entorta todo.”

Quando próximas das casas, as *pontes* ganham um corrimão para que os passantes possam se apoiar e descer as escadas com maior garantia. As *pontes* são construídas num mesmo nível, diferentemente das casas. Estas distribuem-se por diferentes planos, de altura irregular, e são ligadas às *pontes* por lances de escada ou passadiços que bem refletem as variações. De igual modo, cada casa acha-se ligada ao solo por uma escada. No inverno, as águas vão subindo e ocupando gradativamente degrau por degrau, que a sua vez e a seu tempo vão servindo para o embarque nas pequenas embarcações chamadas *cascos* e *montarias*. As escadas e passadiços são engenhosamente construídos e atendem à diversidade dos planos de circulação definidos pelos níveis das águas sazonalmente móveis, consoante os índices pluviométricos.

O problema do abastecimento de água, porém, ainda é dramático. Com a água que cresce, misturam-se os dejetos e a sujeira. O sistema de caixas de madeira como depósito fecal revela-se inócuo. As águas contaminadas por bactérias, parasitas e fezes de homens e animais (porcos, búfalos, reses), entre outros poluentes, envolvem todo o povoado. Além disso, segundo o relato de uma autoridade municipal, o vereador Sr. Carlos Augusto Rodrigues,

“(...) No Jenipapo há quatro anos consecutivos não tem água potável. A passagem do gado rompe com a

¹⁹ Não há qualquer ponte que ligue o centro do povoado à pequena elevação – local mais distante das margens do rio Arari –, onde fica o cemitério.

tubulação (que se estende da caixa d'água da cidade de Santa Cruz até o povoado do Jenipapo). Os búfalos são pesados e os canos são de plástico. Rompem com facilidade.”

Sem opção, os moradores se vêm obrigados a consumir essas águas servidas. As conseqüências aparecem nos registros feitos pelo Posto de Saúde do Jenipapo: numerosos casos de gripe, pneumonia (que atinge principalmente as crianças), diarreia (casos de morte de crianças de 0 a 5 anos), hepatite, cólera (nove óbitos em 1992 e três em 1993), diabete e hipertensão. A amebíase, conforme expressou um funcionário, “não

tem quem não tenha”. São feitas distribuições regulares de hipoclorito, insuficientes para tratar toda a água necessária para o consumo. No inverno, aumentam ainda os casos de feridas purulentas, conhecidas como “maria preta”, comuns nos braços, pernas e nádegas das crianças pequenas. O Posto de Saúde, pelo qual respondem apenas três agentes de saúde e cinco auxiliares de enfermagem, não tem estufa de esterilização nem geladeira para conservar vacinas. Tampouco há transporte próprio para levar os feridos ou doentes graves para atendimento em Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras ou Belém.

O problema da terra e o cálculo do consumo

Mesmo no verão, pouquíssimas residências do Jenipapo possuem uma arca de terra para plantio ou para criação. Louvam a fertilidade da terra, mas reconhecem a impossibilidade de cultivos maiores, exceto os de aterros e jiraus, nesses terrenos inundáveis. No dizer de um pescador, oriundo de uma região de agricultura:

“Se não fosse no fundo, tinha muito plantio aqui. Planta mamoeiro e produto dá. Planta bananeira e dá.”
(Entr. 31)

As terras próximas, destinadas à pecuária, não se encontram disponíveis. Nas fazendas, tem-se uma limitada produção para autoconsumo, que sequer atende às necessidades dos seus traba-

lhadores, ou seja, *vaqueiros e feitores*. A queijaria só é produzida até janeiro, cessando com as chuvas. Trata-se basicamente de alimentos complementares. O aluguel das terras firmes consiste numa prática restrita aos criadores, e seus preços são proibitivos para uma pequena produção agrícola sazonal e de base familiar. Ante esse quadro, os moradores do Jenipapo necessitam, pois, comprar os alimentos básicos produzidos em outras regiões, tais como farinha, verduras, legumes e frutas. Estabelecem relações de trocas horizontais com pequenos agricultores de municípios vizinhos. Se é possível administrar uma pequena criação de porcos ou galinhas no verão, torna-se um desafio mantê-la na estação chuvosa. Carne e leite, que abundam nas grandes fazendas que cir-

cundam o povoado, dificilmente são oferecidos à venda localmente. O gado é levado diretamente a Belém para ser abatido. Os donos dos grandes rebanhos alegam que os baixos preços não compensariam o abastecimento regular do mercado consumidor de Santa Cruz e Jenipapo. Consideram mais vantajoso vender a arroba do “gado em pé”. Uma tentativa de solucionar o abastecimento de carne com interferência da prefeitura foi afastada, pois as autoridades competentes pressupõem que os consumidores ficariam devendo aos cofres públicos, sem perspectivas de saldar seus débitos.

Mesmo a terra para o fogão à lenha e a lenha para o fogo são difíceis de obter, em virtude das distâncias e das interdições. Na estação chuvosa, adensa-se a movimentação das pessoas pelas *pontes*. As crianças se distribuem por tais artérias, devido à alagação, que alcança caminhos, campos de futebol e locais costumeiros de apanhar água e recolher lenha. Por ser o período da entressafra os pescadores podem ser encontrados mais amiúde, próximos às suas habitações, reparando as redes arrebitadas e preparando os equipamentos necessários à pesca de verão. Agrupam-se mais nos *terraços* das casas dos chamados *donos de rede*, onde os materiais são usualmente pendurados nos caibros, bem junto ao teto do cômodo de entrada. Um pedaço de lata afunilado e perpassado pela corda que envolve as redes protege-as da ação dos roedores. As

redes com suas bóias de cortiça ou plástico, as “japonesas”, parecem flutuar sobre os paneiros com alça, usados para tirar peixes, e os diferentes remos e arpões amontoados nos cantos daquele cômodo.

Se chove forte, saem do terraço e se apertam nesse primeiro aposento da casa²⁰, onde geralmente há uma mesa ou “banca de comer” e alguns tamboretos de madeira, mais conhecidos como *mochos*. Passam a trabalhar consertando as *redes de arrasto*, recompondo os buracos na malha. Para tanto, utilizam uma agulha de madeira com linha de algodão, para tecer as partes rompidas. Também reparam a *malhadeira*, feita de fio de *nylon*, mais usada no período de chuvas, já que não precisa secar. Para repor os materiais já depreciados e condenados ao desuso, começam a tecer as redes para a próxima safra, que deverão ser concluídas pelas mulheres que exercem tal ofício, localmente denominadas *tecedeiras*.

Recuperam ainda os *arpões*, examinando o estado da linha presa no prego da haste, chamada *linha arpoadeira*. A haste, de maçaranduba, é confeccionada com orientação direta dos carpinteiros. Devem ter as dimensões exatas, já que o “cálculo” do arremesso tem de ser preciso para que se obtenha o resultado esperado. Tais conhecimentos, tanto para a confecção do instrumento de trabalho e para a verificação de suas con-

²⁰ Nos dias em que estivemos no povoado, na segunda etapa de campo, em fins de janeiro, este era o local mais apropriado para as conversas informais e para a realização das entrevistas. Havia sempre um clima propício a conversas, com muita zombaria e jocosidade, sobretudo quando, explicando a pesca, indicavam as ferradas de arraia e as mordidas de piranha.

dições para uso, quanto para sua própria utilização²¹, devem ser criteriosos, conforme o afirmam os pescadores. Fazem parte da competência e dos saberes intrínsecos ao considerado “bom pescador” e o distinguem dos demais. Como sublinha um dos pescadores entrevistados:

“*Aqui nada tem de puçangas. É cálculo. Os puçangueiros é que trabalham com a sorte.*”

Das pontes do Jenipapo, no período de chuvas, podem-se avistar as canoas dos muitos pescadores que jogam suas *tarrafas*. É uma atividade que se repete a cada manhã de inverno, voltada para suprir as necessidades básicas. Denominam-na de *bóia*, porque seus resultados destinam-se à aquisição da farinha diariamente necessária para compor a dieta alimentar.²² Os demais gêneros são obtidos tão-somente nos dias em que a pescaria é mais bem-sucedida. Podem-se ver então as crianças caminhando pelas *pontes*, carregando uma enfiada de peixes para venda. Os peixes, de diferentes espécies, atados por um cipó que é introduzido em suas guelras, constituindo a designada *cambada*, são trocados por sal, açúcar, óleo e fósforo, em quantida-

des que quase nunca ultrapassam as necessidades de consumo correspondentes a uma semana. O *inverno* é considerado, pois, o tempo de maior “precisão”, isto é, em que há mais dificuldades para assegurar a alimentação e mais enfermidades acarretadas pelas deficiências habituais dos nutritivos elementares. O excedente potencial só estaria ao alcance dos chamados *donos de rede*, evidenciando uma estratificação social e papéis diferenciados entre os pescadores do Jenipapo.

Entretanto, mesmo esses *donos de rede* são compelidos a lançar *tarrafas* em meados do *inverno*, quando se agravam as dificuldades para o abastecimento de suas famílias. A unidade do cálculo econômico, seja de produção ou de consumo, é diária. Não há possibilidades de operar com pequenos estoques ou gêneros alimentícios armazenados para dois ou três dias.

Nesse contexto de escassez, não há tampouco alternativas delineadas em relação a crédito. Nos estabelecimentos comerciais predominam as vendas à vista. Referem-se a isso, mencionando que o “fiado”, uma das instituições mais caras ao sistema tradicional de aviamen-

²¹ Segundo um dos pescadores entrevistados, ao jogar um arpão, deve-se saber a direção que toma o peixe, sua posição – já que o espelho de água produz reflexos – e sua profundidade. A identificação do local exato e da profundidade orienta a força física que deve ser despendida no arremesso. Há vários tipos de arpão, de diferentes tamanhos: os maiores são usados para fisgar pirarucus e os menores, para pegar jacarés. Relatam que a denominada *flecha* (conjugação da haste, do arpão e da linha arpoadeira) não é igual à dos índios, já que a ponta do arpão é encastada e sai. A dos índios, asseveram, jamais sai, constituindo uma peça única. No contexto dos instrumentos de trabalho, buscam afirmar a identidade de pescadores por meio de técnicas mais aperfeiçoadas do que as atribuídas usualmente aos índios.

²² Nesse período chuvoso, a dieta básica dos pescadores e de suas famílias compõe-se de peixe fresco com farinha, portanto muito pobre em substâncias alimentares.

to, restringe-se hoje a apenas alguns assalariados que trabalham nos serviços públicos (professoras, merendeiras²³ e serventes do Grupo Escolar; funcionários da prefeitura municipal, inclusive os que têm contrato de prestação de servi-

ços, como a construção das *pontes*; enfermeiras, policiais) e aos aposentados:

“*As quitandas só vendem fiado para os funcionários e aposentados, que têm ganho certo.*”

Os fundos cerimoniais

Os componentes simbólicos das trocas econômicas entre os pequenos produtores rurais de regiões vizinhas, chamados *goiabas*, e os pescadores do Jenipapo tornam-se manifestos quando das festas de Santo²⁴. Os patrocinadores das cerimônias religiosas, designados localmente como *festeiros*, elencam demandas de bens específicos que, para serem satisfeitos, exigem o emprego das redes de troca mais abrangentes, que envolvem pequenos produtores agrícolas e extrativistas. As cerimônias ocorrem, principalmente, no fim do primeiro mês do período de safra, no verão, e no final deste mesmo período. Pode-se adiantar que o calendário das festividades reli-

gias acha-se atrelado às etapas do calendário de produção, em que o grupo possui um montante de recursos superior ao fundo de manutenção necessário para sua reprodução simples.

A festa do padroeiro, São Pedro, acontece invariavelmente no dia 7 de setembro. Considerando que a abertura da temporada da pesca ocorre na primeira semana de agosto, após as agruras do inverno os grupos domésticos já terão logrado alguns resultados na pesca. Podem, portanto, contribuir com espórtulas que serão reunidas e administradas pelos denominados *festeiros*. No momento atual, não se observa a participação

²³ Entrevistando uma dessas merendeiras, tivemos acesso ao caderno em que são anotadas suas dívidas no comércio. Conforme essa senhora, que vive com o marido, um filho de 19 anos e outro de 14 anos, os produtos listados ali referiam-se “ao cardápio da gente todo mês”. Estávamos no dia 25 de janeiro, e da lista constavam os seguintes produtos: *alimentação* – biscoito salgado (2 pacotes), biscoito maizena (1 pacote), roscas (1 kg e 100 g), manteiga (1 pacote), açúcar (5,5 kg), leite (1 pacote), sopa (1 saquinho), colorau (1 pacote), alho (2 cabeças), refresco em pó (3 saquinhos), farinha (5 kg); *material de limpeza* – sabão em pó (1 cx.), água sanitária (1 l), sabão (1/2 barra) e bombril (1 pacote); *higiene pessoal* – pasta de dente (1 tubo), papel higiênico (1/2 pacote); *outros* – velas (12), remédio para gripe (2 comprimidos).

²⁴ O relato sucinto das festas de Santo foi possível a partir de duas entrevistas. A primeira com uma senhora que contribui para a organização dos festejos e a outra com um jovem que participa das etapas de carregar, assentar e derrubar os mastros. Quanto ao Círio de Nazaré, realizado em 8 de novembro, as referências são menores. A imagem da santa é conduzida em procissão, por via terrestre, do povoado do Jenipapo até Santa Cruz, sede do município.

de clérigos na organização das seqüências cerimoniais que compõem as festas de Santo. Os encarregados da festa dirigem inclusive os cultos religiosos como as rezas e as novenas. A composição dos fundos cerimoniais no passado era determinada pelo resultado das andanças das chamadas “comissões”, que recolhiam donativos e oferendas nos povoados da borda do Lago Arari e mesmo nas casas dos pescadores que então moravam em terras das fazendas mais próximas dos rios Arari e Anajás-Mirim. Com respeito ao presente, observam-se alterações nessa composição:

“O Santo não esmola. Dantes ele saía, uma imagem pequena. Esse ano não saiu...”

As estiagens prolongadas afetaram diretamente as quantidades pescadas. Os poucos resultados, por sua vez, refletiram-se no reduzido montante de recursos disponíveis para a festa do Santo. Os esforços dos pescadores nesse período de escassez voltaram-se fundamentalmente para a reposição das necessidades dos grupos domésticos e não lograram condições materiais para os excedentes cerimoniais e de natureza religiosa.

A outra festa de Santo, por assim dizer, encerra a safra. Trata-se da festa do “Glorioso São Benedito”, que ocorre entre 24 e 26 de dezembro. Nesse ritual, os *festeiros* não mudam a cada ano. Há uma senhora que é *festeira* constante. Cabe-lhe organizar a cognominada “festa dos pretos” e receber as doações de galinhas, patos e marrecos. A festa se estende por uma semana, no salão junto

à capela do Santo. Por realizar-se no final da safra, os pescadores idealmente dispõem de maiores recursos. Há uma “comissão” destinada a angariar fundos, que vai de casa em casa e percorre ainda o interior do município e regiões de municípios vizinhos (Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari). Alcança os moradores das fazendas localizadas rio abaixo, sempre na margem direita do Arari, entre as quais foram mencionadas as seguintes: Menino Jesus, Loreto e Nossa Senhora da Guia. Não se dirige, entretanto, às fazendas da borda do Lago Arari ou da margem oposta do rio. O itinerário delimita os planos sociais distintos das redes de solidariedade e dos territórios dos potenciais adversários.

Essas festas são marcadas pelos atos iniciais de carregar os três mastros e enterrá-los. As velas gotejam diante dos ícones simbolizando graças alcançadas e promessas. À noite, os tambores podem ser ouvidos à distância. Encerram as comemorações com a derrubada dos mastros correspondentes aos homens, às mulheres e às crianças. Os troncos de madeira para os mastros são obtidos fora da região do Lago Arari, onde não há matas com árvores grossas e mais avantajadas. Os organizadores das festas encomendam os denominados “paus do santo” aos canoieiros que tradicionalmente abastecem o Jenipapo de produtos agrícolas e extrativos. Quem se encarrega de escolhê-los, cortá-los e transportá-los até o povoado do Jenipapo, para que sejam devidamente enfeitados, são os chamados *goiabas*. Fazem-no quando os pescadores já organizaram seus fundos cerimoniais com os respectivos equiva-

lentes de troca: peixes frescos, caso da Festa de São Pedro, ou peixes já salgados, como é mais usual em fim da safra, caso da Festa de São Benedito.

“Eles [os goiabas] toram o pau. O gerente da festa compra os três paus com o dinheiro do Santo. Aí que ele vai pintar, vai mandar tinta.”

Os canoeiros desembarcam os mastros numa das extremidades do Jenipapo, mais próxima do Lago Arari, conhecida como Ponta da Pescada. Logo após, os devotos os transportam nos ombros, saudados por tambores e fogos de artifício, até a casa dos *festeiros*, onde serão pintados²⁵ e preparados para as subseqüentes etapas do ritual.

É importante observar que parte dos fundos dos cerimoniais religiosos são transferidos para outros grupos sociais,

no contexto de relações de trocas horizontais e de reciprocidade positiva, sem que haja situações de assimetria ou de retenção indevida. Semelhante fato revela que, se de um lado o tamanho desses fundos encontra-se subordinado aos resultados da safra, de outro, essa questão pode ser relativa, já que o sistema de relações mercantis existe para além desse domínio específico de rituais religiosos. Para manter-se equilibrado, esse sistema de trocas pode conhecer revezes contingenciais e assimilá-los. Em outras palavras, sempre há festejos e transporte das madeiras para os mastros, mesmo que não haja recursos suficientes para remunerar os canoeiros de Ponta de Pedras. Pode-se afirmar que nessas trocas horizontais estão implícitas estratégias de resistência às adversidades, que tanto incluem o crédito, quanto expressam relações solidárias impossíveis de serem mensuradas monetariamente.

As tentativas de resolução dos problemas

Para conseguir uma água de melhor qualidade, além do uso de hipoclorito e de filtros, as mulheres do Jenipapo, durante o inverno, enchem os “tamborões” com água da chuva, que será utilizada, no início do verão, para a lavagem de roupas, em bacias, no “terraço das casas”; para “arear vasilhas” no “lavatório”, que consiste numa tábua apoiada do lado de fora da janela da cozinha, ao lado do “tamborão”; para “assear” a

casa, ou seja, lavar, varrer e espanar; para preparar a “bebida” (café, chá de erva cidreira ou chá de capim marinho), o almoço e o chamado “chibezinho” (mistura de água com farinha, levada pelos homens nas pescarias). Dona Gládis, de 66 anos, dona de casa que também tece redes de pesca por encomenda e lava roupas para fora, assim descreve esse cotidiano:

²⁵ As cores dos mastros da Festa de São Pedro são as seguintes: vermelho, branco, verde e amarelo, com variações para rosa e azul. No caso da Festa de São Benedito, há também mastros pintados apenas de preto e branco.

“De casa é lavar uma roupinha, preparar o almoçozinho, fazer a bebida, assear a casa.... Além de ser velhinha, porca não dá, tem que assear. Zelar com os filhos, lavar a roupa deles, preparar almoçozinho para eles. A água nós buscamos no rio, para beber, para cozinhar, fazer tudo!”

A terra, necessária para a instalação das chamadas “hortas”, “jiraus” ou “canteiros” suspensos, onde as mulheres plantam verduras, legumes, árvores frutíferas e ervas aromáticas ou curativas, é obtida por processos variados, mas em geral é transportada, por etapas, de locais mais elevados, localmente designados *tesos*. Com técnicas artesanais de aterro, foram construídas pequenas elevações, sendo a terra recolhida, paneiro após paneiro, durante verões sucessivos, e depositada junto ao fundo das casas, onde os restos da cozinha são cotidianamente lançados. As técnicas de terraceamento se conjugam com as de compostagem. Para que a terra acumulada não escoe com a descida das águas, ergue-se antes uma pequena contenção de madeira. De maneira concomitante, ocorre a contenção dos materiais orgânicos. Para tanto, utilizam-se as sobras das edificações e os troncos caídos nas matas ciliares, que ladeando o curso do rio Arari vão, aos poucos, deixando as raízes à mostra e sucumbindo à ação do tempo. O povoado do Jenipapo é, assim, pontilhado de aterros, erguidos nos fundos das casas, construídos pela ação dos moradores. A terra, em certa medida, é construção dos homens e não da natureza. Trata-se, na

verdade, de uma terra fabricada pelo esforço físico dos membros de cada grupo familiar.

Numa arqueologia de superfície, essas técnicas de terraceamento dos pescadores do Jenipapo, rústicas e imperfeitas, porém eficazes, poderiam ser aproximadas às dos chamados “tesos indígenas”²⁶. As camadas superpostas e os sedimentos orgânicos acumulados a cada vazante vão alteando os aterros, cujas altura e largura são determinadas diretamente pela capacidade física do grupo familiar de carregar terra de razoáveis distâncias e de cercar. As reservas hídricas do solo mantêm-se constantemente elevadas, favorecendo o viço dos pequenos plantios. Para consolidar as diferentes camadas, plantam-se algumas espécies de “fruteiras” (taperebá, bananeiras), cujas raízes se espalham e dão firmeza aos aterros. A camada superior do aterro é sempre nova e acolhe os pequenos cultivos de ciclo curto: verduras e legumes. Cada edificação possui ademais seus canteiros suspensos e seus jiraus erguidos sobre vãos de madeira, sem contato direto com o solo, como se verá mais adiante. Cabe às mulheres a administração desses três tipos de terras cultivadas.

Dona Gládis reside em uma casa sobre estacas bem altas, longe da terra, uma das primeiras a serem alagadas na estação chuvosa, o que a impede de plantar. Assim ela explica:

“Planto nada, porque não tem condição. Agora é terra, mas o inverno

²⁶ Sobre os tesos artificiais da ilha do Marajó, ver Meggers e Evans (1954).

quando vem é grande, é seis meses sem pisar na terra, é seis meses lá, só dentro de casa, olhando. Quem dera desse! Uma banana, um coco, uma mandioca. Nós não temos isso...

Uma outra senhora, de 51 anos, esposa de pescador e mãe de 14 filhos, Dona Fátima, ajuda o marido com um pequeno comércio de frutas e legumes que compra de agricultores do município de Ponta de Pedras, cerca de dez horas de viagem rio Arari abaixo. Também costura, cozinha para fora e vende, pelo sistema de catálogos e reembolso postal, confecções, produtos de beleza e de higiene pessoal, além de cápsulas e vitaminas “naturais” (industrializadas). Ela tem em sua residência diversos “canteiros” e ensina como fazê-los:

“A gente pega as tábuas, 8 tábuas com todo o comprimento, e faz tipo uma caixa. Se for aqui no fundo, põe como se fosse fazer um terracinho. Finca 4 ou 6 paus e finca aquela caixa em cima. Depois de pronta, começa a jogar terra. Vai uma camada de terra grossa daqui mesmo. É melhor a terra queimada. Toca fogo no cerrado e junta aquela terra que se queimou. Depois de molhar, começa a semear as plantas. Aqui no interior tem o estrume do gado, do boi, e aí aduba a terra.”

No peitoril da janela do cômodo de sua casa, que fica de frente para a ponte, Dona Fátima tem diversos vasos (feitos com latas ou vasilhas plásticas fora de uso) de flores que ela chama de “tere-

zinhas”. No terraço, sob essa janela, há dois canteiros grandes, um plantado com couve e chicória, e o outro, com tomate. Ao lado deles, uma velha bacia de metal repleta de “onze horas”. Ela sonha em ter um aterro, mas a terra que possui e a que pode conseguir só lhe permitem fazer canteiros:

“Para fazer o aterro, tem de pegar um trator. Se não, pegar a terra e ir jogando ali, vai jogando até onde a terra não pode chegar. Eu, como não tenho terra para fazer um aterro, eu quero fazer um novo canteiro.”

Uma outra senhora que entrevistamos, Dona Manuela, trabalha durante o dia como merendeira no Grupo Escolar, contando com a ajuda do filho adolescente para cuidar da casa. Seu filho mais velho já sai para pescar, e as filhas estão empregadas em Belém. Após ter um canteiro por alguns anos, Dona Manuela desistiu de conservá-lo, alegando tratar-se de atividade muito dispendiosa. Se fazia os canteiros em vasilhames plásticos, estes acabavam quebrando. Um maior, suspenso, feito de madeira, apodreceu com as águas. Além disso, sua casa é “no fundo”, o que exige trabalho intensivo de terraceamento e é reduzido seu grupo familiar:

“É bom quando é assim, na terra. Tem poucos canteiros aqui no Jenipapo porque dá um serviço! Dá um serviço maluco! De estar chegando esse tempo e estar aterrando, estar jogando a terra, para as plantas não morrer.”

Sua vizinha, Dona Bituca, tem atrás da casa um aterro. Para construí-lo, explica Dona Manuela, foi mais fácil porque o terreno já era mais teso, próprio para “aterrar um canteiro”:

“Ela finca um pau assim. É só mulher que faz a horta. Ela só finca os paus e aterra. Só ela, com dois filhos. Ela enche de terra, roça esses cerrados aí e cava com a enxada, carrega nas vasilhas. Terra queimada, queima o capim e dá aquela terra fofa. Ela vai com umas vasilhas e vai enchendo. Aí as plantas não morrem. Lá é mais teso. Eles aterram bem para ficar mais teso. Ela teve possibilidade de jogar terra porque não é muito fundo.”

O resultado do investimento em esforço físico e extremo zelo dessas mulheres e seus grupos domésticos mostra-se eficaz, notadamente num contexto de conflito aberto e manifesto, em que os antagonistas procuram inviabilizar suas possibilidades de reprodução física pelo cerceamento dos direitos à pesca fluvial e lacustre. Percorrendo as *pontes* do povoado, percebem-se, ainda nos aterros, hortas, canteiros, jiraus e uma variedade de flores, ervas medicinais, legumes, temperos e árvores frutíferas. Desenvolvem um herbário caseiro, obtendo remédios de origem vegetal, antídotos para todos os tipos de mal-estar cotidianos: “dores de cabeça”, “nervosismo” e outros males comuns. Houve menções vagas referentes a plantas abortivas, cuja existência, entretanto, jamais foi diretamente constatada pelos pesquisadores. Adotam regras de plantio, conservação e uso, que são amplamente partilhadas.

Para os chás e banhos, recorrem a procedimentos tais como: lavar bem as folhas, secá-las à sombra e armazená-las em local arejado. Os chás devem sempre ser coados.

Dona Ana se enquadra na categoria das mulheres que desempenham ação curativa. No seu canteiro, predominam as denominadas “plantas de remédio”. Enquanto a entrevistávamos, crianças vieram lhe pedir “mocotó”, que ela entregou em um pequeno frasco e explicou que era um líquido retirado da pata do gado indicado para pessoas com “fraqueza no juízo”, quando se deve passar o remédio na frente, e para pessoas com insônia, quando deve ser misturado ao café torrado. Sobre as ervas de seu canteiro, que fez com a terra que carregou de uma moradia à outra, obtivemos as seguintes informações:

“A gengibre é bom de tomar o chá, da folha e da raiz, e a batata dela é bom para friadagem. Quando deu ano passado aquela doença, a cólera, dava muita câibra. Aí então a pessoa bate a gengibre e mistura com álcool, azeite de andiroba e quando não com o amoníaco, para passar. A batata eu mastigo, é bom para friadagem na garganta. Do capim-marinho eu faço chá. O amor-crescido é uma plantinha para dor. O desinflama é para mulher com problema de útero. A chicória é que coloca no peixe fresco, é muito bom. A quebradeira é para rim e prisão de urina. A quebradeira gre-lou na terra, eu não plantei, trouxe essa terra da dita casa que eu estava no ano passado.”

Foram registradas as seguintes espécies nos canteiros, jiraus e aterros, em conformidade com as próprias designações utilizadas pelos entrevistados:

Quadro representativo da produção dos canteiros e aterros do povoado do Jenipapo – fevereiro de 1994

<i>“Plantas de legumes, verduras e temperos. Árvores frutíferas, remédio” e raízes</i>	<i>Legumes, verduras e raízes</i>	<i>Temperos</i>	<i>Árvores frutíferas</i>
Gengibre	Tomate	Chicória (sabor de coentro)	Taperebá
Capim-marinho	Couve	Favaca (ou alfavaca)	Ameixa
Amor-crescido	Couve-manteiga		Conde
Desinflama	Quiabo		Limoeiro
Quebradeira	Cariru		Laranjeira
Anador	Mandioca		Goiabeira
Jamacaru			Bananeira
Quaramina			Coqueiro

A criação

Durante o verão, galinhas e porcos²⁷ são criados soltos, no terreno de uso comum que se estende sob o casario, que também responde pela denominação de “terreiro”. Num aparente descontrole, os animais mantêm-se dispersos²⁸. Com atenção, percebem-se as marcas distintivas: pedaços de pano coloridos amarrados nas asas de galinhas, penas pintadas

com tintas de cores vivas e marcas nas orelhas de porcos representam sinais indiscutíveis de propriedade. Combinam o uso comum dos recursos naturais com a apropriação privada dos animais e aves que criam. Os cercamentos são feitos em torno dos aterros, contribuindo para sustentá-los. Galinhas também foram vistas, durante a estação chuvosa,

²⁷ Os porcos são de responsabilidade maior dos homens do grupo familiar e devem ser guardados sob as edificações no verão. No período chuvoso, são mantidos nos aterros levantados no fundo das casas ou, se não há aterros, são criados amarrados nos terraços.

²⁸ Segundo relato de um velho pescador, esses animais domésticos, tal como o gado, seriam “criados a bangu”, isto é, soltos em terras e aguadas de uso comum onde se misturam, numa aparente indiferença, animais de diferentes donos.

presas em galinheiros formados por quatro esteios de madeira cobertos por uma velha rede de pesca em desuso e um pedaço de lona ou plástico.

Dona Manuela cria galinhas para que, no inverno, com a escassez do peixe, os membros de sua família possam ter um reforço alimentar:

“Tem galinha, cria solta, anda aí nos terreiros. No verão eu tinha oitenta bicos, quando o peixe começa a ficar difícil, tem a galinha para comer.”

Nos meses de inverno, homens e mulheres recolhem nas margens do rio Arari camadas de capim flutuante, que descem os rios impelidas pela força das águas crescidas do inverno. São os chamados “barrancos”, ou ainda “barrancos de canarana”, formados com a acumulação de toijas de canarana, de mururé e demais espécies vegetais carregadas pelas águas. Com eles, as mulheres fazem o que chamam de “flutuante” isto é, uma ilhota onde mantêm durante o dia as galinhas. Ao entardecer, guardam a criação dentro das próprias casas.

O fogão

O fogão mais utilizado nas casas palafitadas do Jenipapo é o fogão a lenha, que consiste numa caixa de madeira retangular, com terra dentro. São feitas referências ainda a fogões a carvão (feitos de ferro) e a fogões a gás. Estes últimos, todas as informantes afirmavam possuir, embora não os estivessem utilizando pelo preço elevado do produto, que é transportado por via fluvial desde Cachoeira do Arari, seis horas rio abaixo, em barcos a motor:

“Comprei um fogão desses de segunda mão, escangalhou, eu não tive condições de comprar outro. Eu trabalho é com fogão a lenha.” (Dona Gládis)

“Tem mais é fogão de gás. Mas para assar o peixe é mesmo na lenha ou

no carvão. Muda o gosto, porque a lenha às vezes deixa fumaça, o carvão não.” (Dona Elis, 42 anos, merendeira no Grupo Escolar, esposa de pescador)

“Butano é só nas outras casas. Aqui é só fogão a lenha. Essezinho que eu trabalho aí é só mesmo na lenha. Uma caixinha de madeira, coloca terra. Aí a gente faz em cima da terra, coloca a lenha.” (Dona Ana)

“Meu fogão é a gás. Quando acaba o gás, vai para a lenha.” (Dona Manuela)

Os homens que saem para pescar mais distante, para os lados do canal Targaruga, no extremo oposto do Lago Arari, usam um fogão especial. Essa pesca des-

tina-se à produção de peixe salgado. Geralmente vão dois homens e permanecem pescando e salgando de 8 a 15 dias, enquanto o sal não desmanchar²⁹. O fogão é feito com um latão de querosene, sem o tampo, que é substituído por uma grelha e com uma abertura lateral, para introdução da lenha. Conforme a época do ano e o destino do barco, a lenha é levada de casa.

Assim, para cozinhar, há a necessidade imediata de terra e de lenha, dois produtos de difícil acesso. Se a terra pode ser obtida em alguma casa com terreno mais teso ou em margens desertas de rio, a lenha é recolhida sobretudo pelas mulheres e crianças, que atravessam o rio, de barco, e na outra margem procuram pelas árvores próprias para lenha, especialmente a juteirana, a pitombeira, o aturiá e a iriuri. Juntam galhos secos e quantidades coadunadas com as pequenas embarcações. As mulheres não fazem uso de machados, portam apenas facões. Ao fazê-lo, juntamente com as crianças, se expõem aos constrangimentos da vigilância belicosa de *pistoleiros* a serviço de *fazendeiros* que usurpam as margens externas do rio, legalmente de domínio público, o que constitui fator de tensão cotidiana

e permanente. No entanto, não registamos ocorrências com vítimas nesse contexto:

“Consegue lenha aí, pelos matos, do outro lado do rio. Tem árvore própria para lenhas: folha miúda, pitombeira, iriuri, juteirana. A gente vai lá, corta e traz.” (Dona Manuela)

“Eu, mamãe, chamamos os meninos aí, encosta o barco na beira, corta e vem embora. É verão, é inverno. Termina o gás, não tem dinheiro para comprar...” (Airton, filho de Dona Manuela)

Dona Ana, quando dispõe de recursos e acha-se impossibilitada de atravessar o rio, compra lenha nos pequenos estabelecimentos comerciais, nos denominados “quitandeiros”. Usa também a madeira gasta e em desuso de casas e pontes abandonadas:

“Eu parto lenha para poder fazer a comida. Pau velho, de madeira velha, desse assoalho aí mesmo. Ou comprasses quitandeiros. Eles compram dos goiabas, uns homens que vêm de Ponta de Pedras, trazem achas para dono de padaria.”

²⁹ No inverno, pescam de rede de fio de *nylon* e levam de um a dois sacos de sal de 30 a 25 kg. No verão, pescam mais com tarrafa e levam maior quantidade de sal. Quando a pesca do dia encerra, um dos dois pescadores cozinha, enquanto o outro abre o peixe. Também são divididas as tarefas de consertar as tarrafas destruídas por piranhas, de salgar o peixe e de arrumar um local (ou “agasalho”, como se diz em Jenipapo) para dormir. No inverno, dormem na própria canoa. No verão, na margem do rio, embaixo de uma barraca de encerado.

A comida

Sem disponibilidade de terra, com pouca produtividade nos pequenos canteiros e aterros e longe dos mercados de gêneros alimentícios, as famílias do Jenipapo encontram dificuldades para abastecer suas dispensas. No inverno, mesmo tendo dinheiro, não é fácil achar alimentos à venda. O peixe torna-se escasso e farinha não há. Dona Elis assim define os apertos desse período de entressafra:

“Tempo desses, para cá, é muito farento. O ramo de vida do pobre é só o triste peixe, acabou...”

Os geógrafos, como Hurley, que produziram relevantes análises sobre a pesca no Pará nos anos 1930, estabelecem uma divisão sexual e etária do trabalho chamando a atenção para o fato de a agricultura (nesses grupos domésticos) constituir uma atividade feminina:

O pescador-lavrador tem sempre em casa uma boa farinha, torrada e cheirosa, que a mulher e as filhas fabricam para a semana. (Hurley, 1933, p. 16)

No caso do Jenipapo, apesar de o trabalho feminino compreender as atividades nos pequenos cultivos nos aterros, não se pode falar em “pescador-lavrador”. O que é produzido em termos agrícolas o é no limite dos canteiros e sequer supre as necessidades básicas de subsistência do grupo doméstico. O peixe, por outro lado, não é pescado apenas para

autoconsumo e não tem apenas valor de uso. Tem um equivalente monetário, com valor de troca estabelecido nos casos de aquisição de gêneros alimentícios escassos ou inexistentes localmente, que são produzidos pelos pequenos produtores rurais das regiões vizinhas. O excedente alimentar produzido pela economia desses pequenos agricultores estimula, por sua vez, uma atividade comercial cada vez mais difusa. São os denominados *goiabas* e os chamados *costauaras*, que concorrem para o abastecimento do Jenipapo. Os primeiros vêm do município de Ponta de Pedras, onde só se dedicam à agricultura. Em barcos carregados de frutas, legumes, farinha e lenha, sobem o rio Arari, abastecendo o Jenipapo e Santa Cruz do Arari. Despendem no mínimo oito horas nesse trajeto. Além de vender sua produção, os *goiabas* têm interesse em comprar o peixe ou “bóia”, como é dito localmente, dos pescadores do Jenipapo, conforme narra Dona Elis, dona de casa que não prescinde do tucupi e do limão trazidos por aqueles, para preparar peixe assado:

“Eles vêm de motorzinho, de lanchinha. É fruta, é madeira, tucupí, manga, banana, tucumã, cana. Para lá eles têm a roça deles, eles vêm vender. Para lá eles têm os sítios. Para lá é difícil o negócio da bóia, peixe. Para gente facilita o peixe. Eles não têm. Então a gente faz negócio com eles.” (Dona Elis. Grifo nosso)

Essa situação de mercado, tal como narrada, evidencia a inexistência da auto-suficiência para diferentes grupos sociais, seja de pequenos produtores agrícolas seja de pescadores. Os portos e os trapiches constituem, em virtude disso, praças de mercado informais ou pontos de articulação de diferentes grupos (*costauaras, goiabas, pescadores, pequenos criadores e comerciantes*), referidos a ciclos sazonais de mercado, que visam assegurar a produção permanente e as condições para sua reprodução. Quem tem o peixe sabe aonde se dirigir para obter farinha. Por serem trocas horizontais, ou seja, quem produz os bens e quem os consome ocupam posições similares na organização social, configuram situações de reciprocidade com valores equilibrados. Os preços, entretanto, não são regulados, e o mercado é livre. No caso do peixe, esses circuitos de mercado são observados com funcionamento regular, a partir principalmente do fim do verão, quando idealmente cessaria o controle dos preços pelos chamados *consignatários e geleiros* e se iniciariam as atividades de salgamento.

Verifica-se, no entanto, uma tendência de revigoreamento e de expansão desses circuitos de mercado, diante da relativa desagregação dos denominados

consignatários. A consolidação de centros costumeiros de trocas e de mecanismos informais sucede ao colapso do sistema de aviamento que se apoiava nos comerciantes, geleiros e consignatários, disciplinando as condutas nas trocas econômicas.

A propósito, convém sublinhar que nos anos 1950-1960 havia no Jenipapo 41 estabelecimentos comerciais operando com gêneros alimentícios básicos e artefatos elementares para a pesca. Funcionavam tanto na estação chuvosa quanto no período mais seco. No verão, os atos de compra e venda se realizavam embaixo das próprias edificações onde se erguiam aqueles estabelecimentos. No momento atual, há no Jenipapo apenas quatro “quitandas”, como afirmou o pescador Januário, para suprir o povoado com gêneros alimentícios, que não conseguem abastecê-lo regularmente. Além do mais, como já foi dito, só vendem à vista. Desse modo, micro-circuitos de troca vão adquirindo uma feição permanente, rompendo com a idéia de ciclo sazonal de mercado e com os dispositivos de controle institucional, como as barreiras de arrecadação de impostos e congêneres³⁰. Há uma especialização na circulação, na qual os pescadores vão informalmente abastecer, de maneira mais regular, os cha-

³⁰ Os estabelecimentos dos grandes comerciantes de peixe é que em anos passados organizavam todos esses circuitos de troca, inclusive os que envolviam madeiras. De maneira concomitante, monopolizavam as mercadorias essenciais, os instrumentos de trabalho, e controlavam a produção pesqueira. Com a relativa desagregação dos mecanismos urdidos pelos chamados *consignatários*, foram sendo criadas as precondições para a emergência dos mercados livres. Atente-se para um dos momentos dessa ruptura, que supostamente coincide com o falecimento do principal comerciante do Jenipapo, tal como narrado por um pescador de épocas pretéritas: “*Tinha muitas quitandas que salgava os peixes e comprava madeira. Quem mais comprava madeira era o Sr. João Farias de Barro, que fazia canoa para todo mundo. Depois que ele morreu é que vieram os marreteiros.*” (Grifo nosso)

mados *goiabas* e *costauaras*, enquanto estes, em contrapartida, encarregam-se de supri-los com os produtos agrícolas. O enfraquecimento circunstancial dos *consignatários* e, em decorrência, o afrouxamento dos rígidos mecanismos que instituem a dívida propiciam um estímulo indireto a essas trocas livres, em pequena escala. Florescem pequenas iniciativas comerciais, ainda incipientes, mas já bastante vigorosas, uma vez que ocorrem livremente entre produtores diretos, que têm simultaneamente, nos próprios grupos domésticos, os integrantes de sua unidade produtiva e os responsáveis pela colocação dos produtos no mercado.

O marido de Dona Fátima, que, como vimos, produz peixe salgado, vende-o sempre para famílias de agricultores de Ponta de Pedras. Estes, quando vêm ao Jenipapo, vendem sua produção para Dona Fátima, que abastece assim sua “venda” em formação. As diferenças entre as atividades agrícolas e a pesca aparecem em duas observações de mulheres do Jenipapo: Dona Fátima, ao afirmar que os *goiabas* vêm vender no povoado porque lá em Ponta de Pedras o mercado de consumo dos produtos que colhem é menor, pois todos teriam acesso à terra; e Dona Elis, ao acreditar que os agricultores têm mais mobilidade espacial que os pescadores:

“Nós vendemos nosso produto do peixe em Ponta de Pedras, e eles vêm trazer as frutas aqui para gente. Às vezes, se tiver uma viagem que der para ir, a gente vai. Mas é difícil. A gente recompra deles aqui. São os

mesmos que plantam que vendem. Eles têm o plantio deles, e lá não consomem tudo, porque todos têm.” (Dona Fátima. Grifo nosso)

“Se o pescador também vende em Ponta de Pedras? Não, porque os goiabas vêm. O tempo que o pescador ia para lá vender ele fica pescando. Quando ele volta ele já encontra.” (Dona Elis. Grifo nosso)

Em estudo clássico sobre economia pesqueira, Firth (1966, p. 2-3) procurou refletir sobre o contraste entre a economia de comunidades de pescadores e uma economia agrícola, ao perceber que, enquanto a produção agrícola é sazonal, com espaços sem recebimento de renda direta, a produção da pesca tem idealmente incrementos diários. O agricultor, por receber o produto de sua colheita no mais das vezes numa só época do ano, pode planejar o que poderá estocar para consumo e o que poderá vender, tendo o tempo calculado para essa atividade. Já o pescador, cujas rendas diárias são irregulares, não pode estocar e precisa exercer sua atividade todos os dias. Finalmente, se a principal colheita do agricultor é também sua base alimentar, o pescador não vive apenas de peixe, necessita da farinha, de vegetais e de frutas. As observações feitas pelas mulheres do Jenipapo, Dona Fátima e Dona Elis, corroboram as reflexões teóricas supracitadas, ao indicarem a complementaridade efetiva entre os processos produtivos da pequena agricultura e da pesca artesanal, ambos de base familiar. Também com base nessas reflexões, pode-se pensar o caso dos *costauaras*,

agricultores que habitam ao norte da ilha de Marajó. O Sr. Manoel, um velho pescador de 72 anos, assim descreve a terra natal dos *costauaras*, e sua passagem pelo Jenipapo:

“Moram lá onde o mar debruça, e sempre no inverno passam com suas igarités pelo Jenipapo, no rumo de Belém, com muitas frutas como jaca, graviola, açai, bacuripari. Vão para Belém vender na feira do Açai.”

Haveria relações de troca intra-regiões na ilha do Marajó numa complementaridade de gêneros para o consumo básico. As estratégias do consumo de bens essenciais aparecem, dessa forma, condicionadas aos resultados da pesca e das demais atividades necessárias para a manutenção da casa.

O consumo alimentar não inclui necessariamente o peixe salgado, cujo beneficiamento é fonte de renda para as mulheres durante a “safra”, posto que a dieta básica abrange notadamente o peixe fresco e a farinha. Os grupos familiares que não possuem condições de conservação do pescado são forçados a se organizar para as atividades de pesca cotidianas, perpassando as estações sazonais. O chefe de família administra o conjunto de membros do grupo numa divisão de trabalho, durante o inverno, voltada para o exercício diário da pesca, com a finalidade de prover a casa. O produto do trabalho da pesca na entressafra, como sublinhado, destina-se sobretudo ao consumo alimentar, mesmo quando as sobras são vendidas em “cambadas” pelas crianças nos locais das *pontes* mais próximos aos atracadouros e portos.

O senso de injustiça

Constata-se rígido controle do trânsito de pessoas à noite por essas *pontes*. O destacamento de polícia rural da PM as mantém sob severa vigilância. À exceção dos sábados, segundo relato de uma das moradoras mais antigas, os bares do Jenipapo são obrigados a fechar as portas às 23 horas, e, após esse horário, é proibida a circulação de pessoas pelas pontes. Existe uma tensão constante a esse respeito, que não permitiu, inclusive, a realização de entrevistas formais. Percebe-se um retraimento dos entrevistados para narrar com pormenores algumas ocorrências de arbitrariedades comentadas à boca pequena.

A mais grave e de maior efervescência, registrada uma semana antes de chegarmos ao povoado para a segunda etapa de trabalho de campo, em 21 de janeiro de 1994, atingiu o Sr. José Luis Leal de Almeida, mais conhecido como Surubim, recém-empossado como presidente da Colônia de Pescadores Z-25. Consoante versão corrente, estaria ele com outros pescadores sentado num bar, à noite. Passava das 22 horas. Aparentaram-se deles dois policiais militares e ordenaram que saíssem do bar, porque era proibido beber após 22 horas. O Sr. José Luis respondeu-lhes que deveriam dirigir-se ao proprietário do bar, dando-

lhe ciência do fato. Os policiais militares não teriam gostado da resposta e, de pronto, ameaçaram prendê-lo. O presidente da Z-25, que, segundo diversos pescadores, sempre carrega consigo um exemplar da Constituição no bolso, teria contra-argumentado lendo uma passagem a respeito dos direitos do cidadão. Os policiais militares, sentindo-se desatados, tentaram detê-lo. O Sr. José Luis recomendou-lhes a observância das leis, mas ainda assim foi detido. Afastando qualquer possibilidade de solução harmoniosa, os policiais militares alegaram que ele estava bêbado e que iriam levá-lo à força. Como resistisse, os policiais militares ameaçaram algemá-lo. O Sr. José Luis retrucou que algemado não iria, mas os policiais acabaram por intimidar os demais pescadores e por levá-lo à força algemado para o posto policial. Mantiveram-no algemado até o dia seguinte ao meio-dia, quando por intervenção das autoridades municipais foram impelidos a libertá-lo. Antes, porém, o presidente da Z-25 foi levado algemado, atravessando o povoado do Jenipapo, em direção à cidade de Santa Cruz, onde foi posto em liberdade.

As algemas, que mantiveram imobilizados os braços do Sr. José Luís durante cerca de 14 horas, feriram-lhe os pulsos, que ficaram bastante inchados. A ação coercitiva dirigida contra o representante legal dos pescadores, debilita, de certo modo, a autoridade moral de sua entidade de representação.

As representações estigmatizadas, cunhadas externamente por interesses vinculados a *fazendeiros* e antagonistas

diversos, que pintam o povoado como um “reduzido de fora-da-lei” ou de “ladrões de gado”, parecem exercer forte pressão e influência sobre os responsáveis pela manutenção da ordem e sempre nutrem suspeitas, que incidem sobre os pescadores e que acabam por dividi-los. É difícil estimar até que ponto o medo se encontra disseminado entre os moradores do Jenipapo em virtude dos mecanismos coercitivos. Com toda certeza, existem outras versões entre os moradores que, tentando amenizar a gravidade da ocorrência e evitar temidos transbordamentos da coerção, tratam-na de maneira individualizada, como resultado do “excesso de bebidas” ou de “desavenças pessoais”.

A ação coercitiva rompe os vínculos sociais e de solidariedade entre os pescadores, ao tentar reduzi-los – como diria Barrington Moore, em suas análises sobre os campos de concentração – a uma massa atomizada, desorganizada e desamparadamente degradada (Moore Jr., 1987).

Em contrapartida, a tentativa de destruição do auto-respeito do preso desperta nos pescadores, de maneira unânime e velada, os sentimentos de indignação moral e um senso de injustiça que, potencialmente, dificultam a aceitação da autoridade de quem oprime. Tudo imerso em dissimulações difíceis de serem decodificadas, mas pautadas pelo medo. Regido pelo que poderia ser aproximado de um toque de recolher, tal qual cidade ocupada, o povoado do Jenipapo mantém-se, portanto, num fio de navalha, entre as pressões externas

que obstaculizam o livre acesso dos pescadores aos recursos hídricos, para o exercício das atividades produtivas, e os rigores disciplinares de mecanismos de coerção, que afetam a sua livre circulação e seu lazer no espaço de moradia.

Nesse quadro de imprevisibilidades, a saída dos pescadores para o Lago Arari significa para as mulheres e crianças, que permanecem em casa no Jenipapo, motivo de apreensão. Mesmo com certo temor, natural diante de pesquisadores vindos de fora, comentavam as mortes já ocorridas em encontros com “vigias” das fazendas na outra margem do lago, no rio Arari e mesmo no canal Tartarugas.³¹ Ao medo soma-se o constrangimento de pertencer a uma comunidade que é acusada pelos grandes proprietários de furtar seu gado e que já passou por duas ameaças de remoção. Uma

informante referiu-se à situação como “uma guerra entre fazendeiro e pescador”, demonstrando temor pela vida de seus familiares:

“Meu marido, que é honesto, corre o risco de levar um tiro. Não diferenciam. Agora tem dois pistoleiros. Os pescadores que se aproximam da margem eles jogam bala em cima. A senhora acha que eles tem esse direito?”

Não há hesitação na fala, mas denotação das incertezas próprias dos momentos de aguda tensão social. Além disso, pairam dúvidas, inclusive sobre as formas de intervenção dos aparatos de Estado, que numa representação ideal operacionalizariam as disposições de direito. Aproximam-se da desconfiança, quando se referem às proposições de

³¹ Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra do Pará registram pelo menos 3 (três) homicídios de pescadores e um atentado a bala a um lavrador, pelos denominados “vigias”, em abril de 1986, abril de 1989 e abril de 1991, conforme o quadro:

Pescadores mortos e feridos em conflitos de terra – ilha de Marajó

Nº	Data	Município	Nome	Observações
01	20.04.86	Cachoeira do Arari	Flávio da Silva Reis	Lavrador ferido por bala disparada por pistoleiros a mando de proprietários do imóvel rural “Por Enquanto”
02	04.04.89	Santa Cruz do Arari	Moacir de Souza	Pescador assassinado por pistoleiros a mando dos fazendeiros Arthur Pranteria Lobato e Paulo Matos
03	04.04.89	Santa Cruz do Arari	Baiardo Medeiros	Pescador assassinado por pistoleiros a mando dos fazendeiros Arthur Pranteria Lobato e Paulo Matos
04	17.04.91	Cachoeira do Arari	Denis de Jesus Ribeiro Pereira	Pescador baleado com três tiros no peito, decapitado e esquartejado por gerente da Fazenda Paraíso, de propriedade de Darci Damasceno

Fonte: Pará Agrário, n. 1, p. 47, jan./dez. 1986; e CPT Norte II.

remanejamento do povoado do Jenipapo, geradas no âmbito do poder estatal. As propostas de remoção compulsória do Jenipapo são relativamente recentes e mantêm-se vivas na narrativa dos entrevistados. Ocorreram a partir do golpe militar de 1964, quando o estado do Pará foi governado consecutivamente pelos coronéis Jarbas Passarinho e Alacid Nunes.

Um aposentado, que durante anos foi da diretoria da Colônia dos Pescadores, asseverou que os interesses pecuaristas, sempre que há oportunidade, retomam a questão da remoção do Jenipapo para outra região da ilha de Marajó:

“Foi no tempo do Alacid. Ele queria levar o Jenipapo para Santana. Nós não aceitamos. E não havia condição de localizar o povo e fazer a despesa de dois anos. Lá caboclo faz é roça, mas é pequeno e é cheio de morador lá também. E lá é terra de fome que eu conheço. Caboclo já tá acostumado a tapar o igarapé e pegar quatro peixes, tomar açaí e ficar satisfeito. Aqui se come muito. Sei que é terra de fome lá mesmo.” (Grifo nosso)

No depoimento de um *ex-consignatário*, tem-se uma versão referente à primeira proposta de remanejamento,³² que assinala como área para acolher o povoado um retiro localizado na mar-

gem oposta do Jenipapo conhecido por Terra Vermelha. Os fazendeiros teriam exercido pressão política sobre o coronel Passarinho para que fosse recusada. Corroborar essa versão a narrativa de um antigo pescador, com 73 anos, que insiste em exprimir seu ponto de vista favorável à permanência do povoado.

*“Do lado de lá não tem casa, os donos não consente. É gente rico e do lado de cá é gente pobre. A dona daí não deixa. Para lá a terra é mais alta. **Quiseram levar o Jenipapo para lá, mas não entraram em acordo.** Acho que deveria ficar aqui mesmo. Essas novas poderiam fazer lá, mas as antigas deixar aqui mesmo.”* (Grifo nosso)

A mobilização atual dos pescadores do Jenipapo, com a nova direção da Colônia de Pesca, que tomou posse em janeiro de 1994, e com a fundação, em 31 de agosto de 1993, do Centro Comunitário São Raimundo Nonato (Associação dos Moradores do Jenipapo), objetiva uma urbanização mais integral com melhoria dos serviços de água, de saneamento, de atendimento médico, escolar e policial. Pretendem uma consolidação definitiva do povoado em termos de cidadania plena, embora reconheçam a dimensão das dificuldades do presente, em especial dos atos de violência perpetrados contra os pescadores, aos quais é negado assim o acesso aos recursos naturais.

³² Consultamos vasta documentação do governo estadual entre 1966 e 1972 e não foi possível localizar com precisão quaisquer iniciativas oficiais no sentido da referida remoção. Não se pode, entretanto, refutar a fidedignidade das menções, posto que explicitadas, inclusive, por representantes dos interesses agropecuários.

Bem resume esse sentimento o velho morador Sr. Lucas, ao sublinhar que as marcas corporais e as cicatrizes que identificam quem exerce o ofício da pesca correm o risco de serem aumentadas:

“O pescador aqui que não tem marca de piranha e ferrada de arraia, não é pescador. Agora tão querendo também que leve tiro para poder pescar.”

A terceira margem

As múltiplas interdições de acesso aos recursos naturais parecem aumentar progressivamente. Elas abrangem tanto o uso dos rios, igarapés e lagos, quanto o das faixas de terras que os ladeiam, designadas como *beira*. No caso do Lago Arari, parece estar em questão o cerceamento à liberdade de pescar em águas públicas, já que suas águas, como as do mar, ou até mesmo as *beiras*, consideradas terrenos da Marinha, não poderiam ser objeto de apropriação privada.

A própria memória social dos pescadores entrevistados ressalta esse princípio. Os pescadores narram as transformações em curso na apropriação das *beiras* que, em épocas pretéritas, eram de uso comum, ou seja, abertas tanto a pecuaristas quanto a pequenos criadores e a pescadores. Estabelecem um contraste com a situação atual, caracterizada por atos repressivos que lhes confiscam as redes e demais instrumentos de trabalho. De um pescador, dono de rede, 60 anos, ouve-se o seguinte:

*“Antes podia parar na beira e não tinha problemas. Agora não. Se os **brancos** pegarem a gente eles tomam tudo.”*
(Entr. 27. Grifo nosso)

A violência dos atos repressivos – apoiados numa suposta intrusão em domínios privados –, pela humilhação que acarreta, acaba evocando relações escravistas ou formas análogas à escravidão. O ritual punitivo e de submissão despoja os pescadores de “tudo”, inclusive dos instrumentos de trabalho intrínsecos à sua identidade. A categoria *branco*, nesse contexto, significa exatamente uma forma de dominação pelo árbitro e pela força bruta.

O mesmo sucede com respeito aos recursos hídricos. Interditam igarapés, rios e até as águas do Lago Arari. Mediante a ação de vigilantes, que segundo os pescadores são também munidos de binóculos, são assinaladas, por meio de bóias delimitadoras e sinais invisíveis, zonas de interdição no lago Arari, para impedir que suas águas sejam usadas para pesca: As fazendas, sob pretexto de coibir o furto de gado, estariam expandindo-se e usurpando as águas de domínio público:

“Até dentro da água dizem que é deles. Até dentro da água eles querem mandar. É só aproximar da beira.”
(Ibid.)

Tais proibições inviabilizam a pesca, uma vez que são interditados simultaneamente o acesso às águas e o acesso às margens:

“A pessoa só tá querendo botar uma rede na beira e o fiscal não deixa. Eu não sou contra o fiscal amparar gado e porco. Mas água e peixe, não!” (Ibid.)

Esses fiscais, pela violência e pelo poder de coerção que ilegitimamente exercem, são assim apresentados pelos pescadores:

“Chamam pistoleiros para eles. Tem deles que fala alto com a gente.” (Ibid.)

Para além das advertências verbais e de outras humilhações impingidas pelos denominados *pistoleiros*, são estes também apontados como portadores de armas de fogo e capazes de infundir medo aos próprios encarregados da ordem:

“Eles atiram, jogam o pescador da beira e a polícia não vai lá. Tem medo.” (Ibid.)

Um pescador de mais de 50 anos, dono de rede, enfatiza a inexistência de instâncias de arbitragem direta e de resolução dos conflitos:

“Não tem para quem se queixar a não ser para Deus. Ibama não. Polícia não. Não!”

Os aparatos de Estado com competência específica são considerados inca-

pazes de assumir suas obrigações ou de cumprir sua responsabilidade social, aumentando as indagações acerca de acontecimentos vividos como injustos.

A necessidade de superar a dificuldade de pescar sem uma margem onde se pudesse montar um acampamento para secar a rede, salgar os peixes, alimentar-se e dormir fez com que um grupo de pescadores do Jenipapo criasse um “flutuante” feito de madeira, configurando uma espécie de “terceira margem” do Lago Arari. No dizer do Sr. Baltazar, 39 anos, pescador:

“Proibiram para não botar o pé e tivemos que fazer um flutuante.”

Numa distância das margens, estimada entre 600 m e 900 m, os pescadores, depois de cortarem forquilhas e tabocas, erguem um ponto de apoio, uma margem artificial, fora do alcance dos disparos das armas de fogo e realizam a pesca longe das margens externas controladas pelos vigilantes:

“Fazemos barraca flutuante no meio do lago, coberto de encerado. Desde dois anos atrás, quando pescava no lago, fazia uma barraca para secar rede, dormir, consertar rede. Tira do lance e põe para enxugar. E com isto não tem que parar na beira.” (Ibid.)

Para contornar os entreveros e os confrontos diretos, os pescadores constroem esse “flutuante” e estabelecem, assim, uma estratégia capaz de assegurar uma produção permanente, não obstante serem obrigados a despende-

maiores esforços físicos e a gastar mais tempo em tal empreendimento.

As privações a que esses grupos domésticos estão sujeitos não parecem pôr em risco sua identidade de pescadores, cujos atributos incluem o “trabalho por conta própria”, a “liberdade para usar o tempo como quiser” e “o conhecimento do mundo das águas”. Parecem, pelo contrário, reforçá-la, sobretudo diante dos interesses hostis que ameaçam privá-los do direito de pescar. As regras que orientam as estratégias de consumo garantem a reprodução física e social dos grupos domésticos e, no contexto do conflito, re-

presentam ademais uma forma de afirmação da condição de pescadores ante seus antagonistas históricos. Um comentário de uma senhora, esposa de pescador, busca explicitar as razões dos que querem fora do Jenipapo os que lá habitam há mais de cem anos e que lá construíram uma verdadeira cidade suspensa, com pontes e jardins, uma espécie de ilha de autonomia num entorno marcado por relações sociais de produção baseadas no severo controle da força de trabalho dos denominados *vaqueiros* ou *peões* e no monopólio dos recursos hídricos:

“*Parece que eles têm ciúme da água...*”

Referências bibliográficas

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FERREIRA PENNA, Domingos S. O furto do gado; As fazendas nacionais. In: *Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna (A Ilha de Marajó)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. p. 77-98 e 99-114. (1. ed., 1876).

FIRTH, Raymond. *Malay fishermen - their peasant economy*. New York: W. W. Norton & Company, 1975.

GALLO, Giovanni. *Marajó: a ditadura da água*. 2. ed. Belém: Edições “O Nosso Museu”; Santa Cruz do Arari / Pará, 1981. 314 p.

GALVÃO, Eduardo. Panema, uma crença do caboclo amazônico. São Paulo, *Revista do Museu Paulista*. v. V, 1951. (Nova Série).

_____. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955. p. 111-7.

GEERTZ, Clifford. Form and variation in balinese village structure. *American Anthropologist*, v. 61. n. 6, p. 991-1012, Dec. 1959.

HURLEY, Jorge. *No domínio das águas. Histórico da pesca no Pará*. Estado do Pará: Tipografia do Instituto D. Macedo Costa, 1933.

IBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

INCRA/IDESP. *Análise da estrutura fundiária do Marajó*. Belém: Convênio INCRA/IDESP, 1977. 76 p.

LAGE, Sandoval. *Quadros da Amazônia*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Espírito Santo, 1944.

LEITE, Serafim. Ilha de Joanes ou Marajó. In: *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: I.N.L., 1943. p. 235-52. V. III.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Livraria Martins Fontes; Portugália Editora, [s.d.]. (1. ed. 1955).

LUXARDO, Líbero. *Marajó: terra anfíbia*. Belém: Grafis, 1977.

MATTA, Roberto da. Panema: uma tentativa de análise estrutural. In: MATTA, Roberto da. (Org.). *Ensaio de Antropologia Estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 63-92.

MEGGERS, Betty J.; EVANS JR., Clifford. *Uma interpretação das culturas da ilha de Marajó*. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1954. (Publicação 7).

MOORE JR., Barrington. Campos de concentração. In: MOORE JR., Barrington. (Org.). *Injustiça – as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 100-17.

PINTO, Maria Magdalena Vieira. Contribuição ao estudo da pesca na região do Arari, ilha de Marajó. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 18, n. 3, p. 373-407, jul./set. 1956.

SUDAM. Polamazônia/Marajó. Belém - Coordenação de Informática, 1976. 116 p.

VIANNA, Arthur. Catálogo das sesmarias. *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, 1904. Catálogo das sesmarias. Tomo III.

VIANNA, João. *A Fazenda Aparecida*. Belém: Secult, 1998. (1. ed. 1955).

Resumo

O texto focaliza conflitos pelos recursos hídricos na ilha de Marajó, envolvendo grandes proprietários rurais, que objetivavam monopolizar o acesso a rios, a lagos e a igarapés, interditando-os a pescadores e pequenos produtores agrícolas. A Vila do Jenipapo, erguida independentemente do controle das fazendas, sobre

Abstract

The paper presents a sociological comprehension of conflicts around the tenure and usage of water and land at Jenipapo, an Amazonian settlement placed at the border line that separate little cattle raisers area and big landowners properties in Marajó island, state of Pará. At the borders of the Arari river, the land-

as águas do Rio Arari, quase na entrada do lago de mesmo nome, com suas casas palafitadas e mais de uma centena de barcos de pesca, constitui um símbolo de resistência a esse monopólio. Tal antagonismo redefine as interpretações sobre a fronteira na Amazônia, ao evidenciar disputas acirradas pelo acesso às águas numa região onde são um recurso abundante e tradicionalmente aberto.

Palavras-chave: conflito socioambiental, Marajó, recursos comunais

owners don't allow local settlers to build their habitations, neither fishermen to place their temporary camping or to put their fish-nets to dry out, women and children to catch sand, grass or firewood. Alleging the will to protect their patrimony, the landowners took undue control of marginal tracts of land that are of public domain. Current facts of life concerning local people affected by the conflicts are object of ethnographic observation techniques, including details about their material conditions and their representations of the idea of justice.

Keywords: environmental conflict, Marajó, common use resources

Recebido em outubro de 2002. Aprovado para publicação em dezembro de 2002

Alfredo Wagner Berno de Almeida é antropólogo e professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense - PPGACP/UFF e bolsista da FAPERJ

Marcia Anita Sprandel é historiadora e antropóloga integrante da Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia

Artigos

Economia da proximidade: em direção a um balanço *

Alain Rallet

A noção de proximidade desfruta atualmente de uma certa fortuna em domínios muito diversos. A proximidade, em geral, é considerada um trunfo e, portanto, é procurada. Isso pode parecer paradoxal em um mundo que se empenhou em libertar-se dos limites da proximidade física e que, faz um século, teve grande sucesso nisso, com a revolução dos meios de transporte e de telecomunicação. Esse paradoxo, em nossa percepção, testemunha uma inversão do espaço. Desde que o horizonte espacial se restringe, o espaço “conta”, no sentido de que é demorado e custoso transportá-lo. Nesse contexto, a qualidade essencial da proximidade é a de ser um não-custo. Quando o espaço parece aberto, mundial e mesmo virtual, ele “conta” não mais porque é um limite –

o que em parte deixou de ser – mas porque a proximidade oferece um recurso, o contato direto e permanente com outros indivíduos, organizações ou instituições. A proximidade era aquilo a que se estava condenado; hoje, é o que é preciso mobilizar.

Em economia espacial, a noção de proximidade está no núcleo de um certo número de interrogações e pesquisas atuais. Os trabalhos sobre os *milieux innovateurs* e sobre os distritos industriais introduziram, desde o fim dos anos 1970, a temática das relações localizadas como fundamento da competitividade territorial, mesmo quando não avançaram explicitamente a noção de proximidade (Becattini e Rullani, 1995). A geografia econômica (Krugman, 1992,

* Este artigo é parte das atividades desenvolvidas no acordo Capes/Cofecub 320/2000, *Inovação e Competitividade Regional e Urbana na Economia Globalizada*, envolvendo o IPPUR/UFRJ, o Cedeplar/UFMG e a Université de Paris XI. Tradução de Alexandre Tinoco.

1998; Fujita e Thisse, 1997) também recorre a essa noção, às vezes implicitamente, outras explicitamente, ao analisar a dinâmica das forças de aglomeração *versus* forças de dispersão. Ela está, de maneira explícita, no centro dos trabalhos do grupo de pesquisas “Dinâmicas de Proximidade”, fundado no início dos anos 1990, e de suas publicações coletivas (Bellet, Colletis e Lung, 1993; Bellet, Kirat e Largeron, 1998; Gilly e Torre, 1998, 2000). Mas também é utilizada por outros pesquisadores (Hurriot, 1998) e constitui o tema – explícito ou implícito – de colóquios¹.

Neste artigo, interrogamo-nos sobre as razões e as formas de irrupção dessa noção na análise econômica. A primeira

parte procura responder por que a noção de proximidade surge neste momento na literatura econômica espacial. Essa questão propõe duas outras: que fatos estilizados ela consegue explicar e a quais problemas remete? Por que, para estudá-los, utilizar a noção de proximidade no lugar da noção tradicional de distância?

Na segunda parte, apresentaremos de maneira mais específica os trabalhos do grupo “Dinâmicas de Proximidade”. Começaremos por desenvolver as declinações e utilizações possíveis da noção de proximidade limitando a duas as qualificações teóricas dessa noção. Especificaremos, enfim, os principais temas de pesquisa e também a agenda de pesquisa do grupo.

Por que a proximidade?

A proximidade na literatura econômica espacial

Os trabalhos que fazem, explícita ou implicitamente, referência à proximidade são de duas ordens. A primeira considera a proximidade um fator de competitividade territorial. A proximidade nada mais é que a característica intrínseca de um território. A segunda questiona em que medida a proximidade limita ou não a coordenação dos agentes, a partir da análise dessa coordenação. A proximidade seria, então, uma dimensão possí-

vel da coordenação entre agentes econômicos ou entre agentes e instituições.

A PROXIMIDADE INTRODUZIDA PELO ENFOQUE TERRITORIAL

É a dos *milieux innovateurs* ou dos distritos industriais, porém, mais generalizadamente, é a dos que consideram o território um conceito econômico e não apenas um recorte institucional. Deve-se, no entanto, distinguir diversos enfoques.

¹ Três *Jornadas da Proximidade* foram organizadas (Lyon, 1977; Toulouse, 1999; Paris, 2001) pelo grupo “Dinâmicas de Proximidade”.

- Enfoque histórico do território. No caso dos *milieux* e dos distritos, a proximidade é dada pela existência de um território, ou seja, de um complexo localizado, historicamente constituído, de relações econômicas entre uma diversidade de agentes e instituições. A proximidade é um resultado da existência histórica do território. Ela é caracterizada pelas propriedades dinâmicas das relações localizadas: a capacidade de inovar (*milieux innovateurs*) ou de torná-lo a base de um sistema industrial alternativo competitivo, um tecido de pequenas e médias empresas - PME exportadoras (distritos industriais).
 - Enfoque institucional. O território é a zona sobre a qual se projeta a ação de políticas públicas. O território é confundido com a autoridade pública que o administra, e a proximidade dos agentes é definida por uma pertença institucional. São ditos próximos os habitantes de uma mesma cidade, de uma mesma região etc.
- Partindo de pontos diferentes, esses três enfoques tendem hoje a convergir fortemente sob a empreitada unificadora do enfoque cognitivo: seja qual for a entrada, o acento agora incide no *aprendizado coletivo localizado*.
- Os diferentes trabalhos têm em comum a consideração da proximidade: primeiramente, por acercar-se da noção de proximidade por meio da noção de território, definindo o território como o espaço da proximidade ou estando definido por ela, econômica ou institucionalmente; em seguida, por tratar a proximidade como um fator positivo de desenvolvimento. Com efeito, os aspectos negativos da proximidade são muitas vezes ignorados ou tratados como fatores secundários. Os clássicos custos de congestionamento são negligenciados devido à utilização de um espaço reticular extenso sobre o qual se distribuem os agentes e não de um espaço-ponto que os concentrasse em um mesmo local. O aumento dos custos salariais nos *milieux* ou nos distritos é menos importante do que as externalidades resultantes da mobilidade dos indivíduos no interior do mercado de trabalho local. Os custos da poluição são referidos a uma problemática de economia do meio

ambiente que por muito tempo permaneceu sem verdadeira dimensão territorial, hoje reintroduzida pela temática do desenvolvimento sustentável (Lahaye, 1999). Enfim, os conflitos gerados pela proximidade ou os efeitos negativos produzidos por um excesso de comunicação não são mais abordados. Acredita-se que a proximidade desenvolva essencialmente efeitos positivos.

A PROXIMIDADE INTRODUZIDA PELO ENFOQUE EM TERMOS DE COORDENAÇÃO

Nesse enfoque, a noção de proximidade não necessita da noção de território. Aliás, os trabalhos que se inscrevem nessa perspectiva raramente a utilizam, e até mesmo suspeitam dela. A questão de pesquisa é, aqui, a da coordenação dos agentes no espaço. Sobre isso, há diferentes formulações na literatura dita “heterodoxa” e na literatura dita “*standard*”². Na heterodoxa, o problema enunciado é o do caráter simultaneamente local e global da ação dos agentes. Na *standard*, o problema é posto muito mais na forma do jogo oposto das forças de aglomeração e de dispersão. Os dois problemas não são completamente idênticos, mas ambos remetem à análise do papel da proximidade na coordenação dos agentes.

No *enfoque heterodoxo*, a análise discute se e como a proximidade é necessária ou não à coordenação dos agentes.

No plano analítico, a noção de proximidade é uma dimensão necessária da análise dos mecanismos de coordenação entre os agentes. A partir do momento em que se considera que a coordenação não é abstrata e espontaneamente resolvida por um sistema de preço de equilíbrio, toda análise realista da coordenação supõe o exame da capacidade dos agentes de se coordenarem no espaço.

Trata-se, claramente, de explicar o aumento da escala espacial de coordenação (a globalização), mantendo a hipótese de que as relações localizadas continuam a ser importantes em certos domínios da coordenação, a ponto de imporem uma co-localização de agentes (a localização). A noção de proximidade é introduzida como uma categoria pertinente de explicação da distribuição espacial dos agentes e da sua evolução, pelo ângulo particular de suas necessidades de coordenação. Ela tem o papel de uma espécie de cursor analítico que permite regular a dosagem das escalas global e local na coordenação dos agentes. Dessa perspectiva, a noção de território mais obscurece do que esclarece a análise, pois trata-se de proceder a uma análise funcional de uma necessidade de proximidade em tal ou qual mecanismo de coordenação, ao passo que o território é um efeito de composição complexa desses mecanismos. Aliás, é duvidoso que se possa passar de maneira transitiva dos mecanismos de coordenação entre agentes à noção de território, que por isso sempre apresen-

² Essas classificações têm aqui um caráter puramente convencional. Na literatura heterodoxa, serão classificadas as abordagens evolucionista, convencionalista ou regulacionista, e na abordagem *standard*, a geografia econômica.

ta um aspecto de “caixa preta”. Ora, é precisamente para fazer estourar essa caixa preta que se aplica o enfoque heterodoxo da proximidade.

Na *geografia econômica*, a noção de proximidade não é sempre explicitamente introduzida, mas subjaz à análise de seu objeto central, a concentração desigual da população e das atividades. Uma vez que a análise das forças de aglomeração está no núcleo da geografia econômica, a proximidade é uma das principais explicações dos comportamentos de localização. No entanto, ela opera de maneira diferente conforme o tipo de forças de aglomeração que é posto em evidência. Os modelos de concentração geográfica repousam, efetivamente, sobre dois grandes tipos de argumento.

- *As externalidades pecuniárias*: os custos de transporte nos modelos baseados na arbitragem entre rendimentos crescentes e custos de transporte (Krugman, 1991). A proximidade atua pelo viés tradicional do custo de transporte de mercadorias, que é a medida dela. Custos de transporte elevados favorecem a dispersão geográfica das atividades. Nesse caso, as empresas produzem sobretudo para o mercado local. A baixa dos custos de transporte favorece a concentração da produção nas localidades com área de mercado mais extensa, aumenta a divisão espacial do trabalho e permite a exploração das economias de escala.
- *As externalidades tecnológicas*: a proximidade é explicitamente evocada

para justificar a ação polarizadora desse tipo de externalidade. Isso se deve à sua própria natureza: como essas externalidades se baseiam na comunicação de informações, a intensidade das interações entre agentes é fortemente determinada pela proximidade relativa deles. Os modelos se fundamentam na hipótese de que os indivíduos procuram contatos sociais, considerados uma necessidade humana elementar que é satisfeita fora do mercado. Modelos mais recentes procuraram dar um conteúdo mais preciso a essa teoria rudimentar da comunicação social, estendendo a necessidade de contato às empresas (Ota e Fujita, 1993). As firmas se aglomeram para se beneficiar da informação que circula mais facilmente no centro de uma zona limitada, cuja mensagem se enfraquece com a distância.

A análise das externalidades tecnológicas de conteúdo espacial permanece, no entanto, pouco desenvolvida. Relevando essa lacuna, Guillaín e Huriot (2000) reclamam uma explicitação informacional do conceito de externalidade espacial. As externalidades espaciais são agora tratadas como trocas de informação entre agentes, próximos, dentro de uma aglomeração, ou distantes, entre aglomerações.

A questão da proximidade está, assim, sob diversos ângulos, explícita ou implicitamente no cerne das principais correntes atuais da análise econômica espacial, seja por meio de um enfoque territorial de natureza mais sistêmica ou

de um enfoque funcional em termos de mecanismos de coordenação. Nossa hipótese é que não se trata de um efeito de moda, mas do desenvolvimento de uma real questão de investigação. Isso passa por distanciar a noção de proximidade da noção de distância.

Proximidades e distâncias

Por muito tempo, a noção de proximidade esteve, em economia, implicitamente contida na noção de “distância custo de transporte” e expressa por ela. Ora, ela é muito mais rica do que isso, logo o seu potencial de utilização em análise econômica é mais extenso, o que permite, em particular, inscrevê-la nos programas de pesquisa sobre a coordenação econômica.

DA REDUÇÃO DA NOÇÃO DE PROXIMIDADE NA ANÁLISE ECONÔMICA TRADICIONAL À NECESSIDADE DE RECONHECER SUA DIMENSÃO MÚLTIPLA NA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Em economia, a distância considerada é a distância geográfica ou distância percurso³, mas ela não exprime senão uma forma de proximidade: a proximidade geográfica. A análise econômica tradicional reteve, efetivamente, para suas necessidades, apenas uma única dimensão da proximidade: a distância custo de transporte. A importância considerável dos custos de transporte nas economias do século XIX e começo do

século XX podia justificá-la empiricamente, mas essa redução também respondia, e principalmente, a uma necessidade de coerência interna: em um mundo onde as relações econômicas passam exclusivamente pelos preços, o espaço não pode ser levado em consideração, a menos que tenha a forma de um preço. O espaço é, pois, tratado com a forma de um atrito que vem alterar, pelo custo de sua transposição, o equilíbrio resultante de um esquema de concorrência perfeita por meio dos preços. Como sublinharam os principais representantes da geografia econômica (Krugman, 1992; Fujita e Thisse, 1997), esse tratamento do espaço como embaraço ao fluxo de mercadorias e de mão-de-obra era também uma maneira de não considerá-lo de modo diverso, ou seja, com a forma de zonas de rendimentos crescentes localizados, desigualmente distribuídas no espaço.

O recurso à noção de proximidade é um meio de escapar a essa redução do espaço à distância custo de transporte (Bellet e Kirat, 1998). Essa noção é antes de tudo destinada a reabrir outras dimensões possíveis do espaço.

A proximidade é múltipla, de início empiricamente: existe a proximidade geográfica, mas também existem a proximidade relacional, a proximidade tecnológica, a proximidade cognitiva, a proximidade afetiva etc. Em seguida, no plano teórico, essa pluralidade é mesmo um ponto essencial para se poder pensar seu papel na organização espa-

³ A um par de lugares x e y , é associado o valor mínimo dos itinerários possíveis entre x e y (para os economistas, um custo de transporte ou um valor tempo).

cial. Falaremos, pois, da economia de proximidades e não da economia de proximidade.

O INTERESSE DE UM PROGRAMA DE PESQUISA SOBRE AS PROXIMIDADES

Enriquecer a análise das interdependências entre agentes, tendo em conta sua dimensão espacial, constitui o principal interesse de um programa de pesquisa sobre as proximidades.

O objetivo é tornar essa dimensão uma parte constitutiva da análise dessas interdependências: não deveria ser possível analisá-las sem situá-las no espaço. Essa tese está longe de ser posta em prática nas análises econômicas contemporâneas sobre a coordenação, sejam elas de natureza *standard* ou heterodoxa. Alguns autores, sem dúvida, fazem referência a ela (Coase, 1937; Williamson, 1985)⁴, mas, no essencial, a análise dos mecanismos de coordenação permanece aespacial.

A noção de proximidades pode ser muito útil, dessa perspectiva, contribuindo não só para formular o problema da dimensão espacial da coordenação, mas também mostrando que a consideração dessa dimensão incentiva a analisar de maneira mais precisa, mais materialista, os mecanismos de coordenação. Uma vez realizada no espaço a coordenação entre agentes, eles são levados a resolver dificuldades particulares. Portanto, não se trata apenas de explicar a organização

espacial das atividades. *Trata-se de também evidenciar que a consideração da dimensão espacial da coordenação em torno de uma problemática de “proximidades” se inscreve no debate teórico atual sobre a coordenação.*

Assim ocorre com três aspectos principais do debate teórico contemporâneo sobre a coordenação:

- *a necessidade de avaliar a importância das relações fora do mercado com referência às relações de mercado.* Uma problemática em termos de “proximidades” examina esse ponto, com o forte intuito de saber se são as externalidades pecuniárias ou as externalidades tecnológicas que hoje constituem a força principal de aglomeração. A hipótese frequentemente formulada é que, numa economia caracterizada pela queda dos custos de transporte, a restrição de proximidade geográfica agora incidiria mais sobre as externalidades informacionais que sobre as externalidades pecuniárias, o que leva Duranton (1999), de maneira sugestiva no plano semântico, a perguntar se numa cidade pós-industrial a “tirania da proximidade” não teria substituído a “tirania da distância”;
- *a necessidade de efetuar uma análise dinâmica da coordenação em termos de trajetórias de evolução, de “path dependency”.* Do ponto de vista espacial, a proximidade pode favorecer os mecanismos de auto-alimentação como os encontrados nos modelos de

⁴ O artigo fundador de Coase (1937) sobre a firma menciona o espaço como fonte de custos de transação. Williamson (1985) faz do espaço um caso da especificidade dos ativos.

geografia econômica ou no modelo evolucionário de localização de W. B. Arthur (1990). Ela pode também engendrar uma dinâmica negativa: efeitos de inércia, comportamentos rotineiros, enclausuramento em uma especialização imprópria. Os economistas adeptos da abordagem dos *milieux innovateurs* ou dos distritos industriais assim analisaram as condições sob as quais um meio local pode renovar-se ou, ao contrário, enfraquecer-se a longo prazo (Courlet e Dimou, 1995; Maillat et al., 1997). Outro exemplo disso são as pesquisas realizadas no grupo “Dinâmicas de Proximidade” sobre a ancoragem territorial das empresas (Colletis et al., 1997). Trata-se de incitar as firmas a fazer “investimentos de proximidade” com o objetivo de torná-las fiéis a um território e de lhes impor um custo de saída em caso de desengajamento oportunista;

- a *necessidade de contextualizar os mecanismos de coordenação*. A análise da coordenação implica considerar

a *estrutura organizacional da economia*, ou seja, a estrutura das interações entre indivíduos (Kirman, 1999). Isso nos leva a pensar que os comportamentos dos agentes são influenciados pela maneira como eles são incorporados (*embedded*) nos sistemas de relações sociais (Granovetter, 1985, 1994), inseridos em redes de vizinhança (efeitos de imitação ou relação de confiança) ou enquadrados por instituições que definem as regras de seu jogo (North, 1990). O enfoque em termos de proximidades fornece um fundamento espacial à contextualização dos agentes, especificando o que ressalta de uma contextualização “local”. Contribui, assim, ao esclarecimento das formas concretas da contextualização.

Por esses três aspectos (a consideração das relações não-mercantis, a análise dinâmica da coordenação e a inserção das relações econômicas em redes sociais e institucionais), a economia de proximidades é parte integrante dos programas de pesquisa sobre a coordenação.

As grandes linhas de um programa de pesquisa sobre a proximidade

Como já foi sublinhado, numerosos trabalhos atuais de economia espacial tratam da questão da proximidade. Essa questão deveria também mobilizar de maneira crescente pesquisadores externos à economia espacial, na medida em que ela se inscreve nos programas de pesquisa sobre a coordenação. Expo-

mos aqui mais particularmente as pesquisas e os debates realizados no grupo “Dinâmicas de Proximidade”⁵. Retornaremos inicialmente à noção de proximidade e às acepções que lhe são dadas no grupo, antes de apresentarmos os principais temas de pesquisa do grupo.

⁵ Para uma apresentação recente, ver igualmente o artigo de Gilly e Torre (2000).

Proximidade geográfica e proximidade organizada

A noção de proximidade se mostra, portanto, imediatamente necessária, mas de difícil tratamento, devido a seu caráter multidimensional. Para passar a uma problemática teórica da proximidade, é preciso reduzir o número de dimensões, especificando as categorias pertinentes da proximidade. No que tange à análise da dimensão espacial da coordenação econômica, retemos *dois usos analíticos possíveis da noção de proximidade*: a “proximidade geográfica” e a “proximidade organizada”⁶. Os dois usos são provisórios: servem para definirmos o quadro do problema econômico no qual se apresenta a questão da proximidade.

A “*proximidade geográfica*”⁷ é definida pela distância-itinerário (a extensão mínima entre x e y), funcionalmente expressa em termos de custos e/ou tempo. Ela é evidentemente dependente da infra-estrutura e de serviços de transporte de pessoas e de mercadorias. Nesse quadro, podem ser considerados próximos duas unidades, indivíduos ou organizações que, tendo-se em conta o atual estado dos meios de transporte, podem

encontrar-se ou efetuar trocas a um baixo custo e/ou rapidamente. O limite dessa proximidade geográfica (a distância segundo a qual x pode ser considerado próximo de y) é, obviamente, variável, não pode ser definido de forma absoluta, uma vez que depende não apenas de fatores objetivos (como o custo ou o tempo de transporte), mas também de fatores subjetivos, que podem ter representações variáveis de acordo com os indivíduos ou grupos. Apesar disso, é possível traçar, no âmbito da percepção, uma linha de demarcação, relativa a um problema particular, entre o que se apresenta como distante e o que se apresenta como próximo⁸. Como exemplo, para analisar a coordenação entre agentes nos processos de inovação, Rallet e Torre (1998) consideraram próximos os que podem encontrar-se fisicamente todos os dias.

A proximidade geográfica traduz a materialidade mais forte ou menos forte do espaço: ela é tratada como uma limitação (restrição) que age sobre o desenvolvimento das interações entre agentes. Na análise, ela tem o papel de uma *condição permissiva*: a proximidade favorece, *a priori*, o desenvolvimento das interações entre agentes. Ela facilita as

⁶ Seria possível também, como fazem certos autores (Grossetti, 1999), qualificar esta proximidade como relacional.

⁷ Os geógrafos ficarão legitimamente irritados com o uso desse qualificativo na medida em que a geografia é a totalização de forças complexas e não uma simples dimensão física. Assim, talvez fosse mais justo falar de “proximidade física” em vez de “proximidade geográfica”.

⁸ Por exemplo, uma questão clássica das pesquisas de transporte urbano consiste em perguntar aos viajantes qual é o tempo máximo de transporte cotidiano que eles acham que agüentam. Da mesma maneira, o recorte do território francês em departamentos durante a Revolução tinha tomado como base a possibilidade de ir e voltar a cavalo do lugar capital (principal, central) à periferia do departamento no mesmo dia.

trocas de produtos e também os encontros, as trocas de informação, a partilha de conhecimentos.

A *proximidade organizada* é de outra natureza: ela resulta de uma relação social. Pode representar o pertencimento a uma mesma firma, a uma mesma rede social, originar-se da inserção dos agentes em um ambiente local (partilha de um sistema de valores) ou ainda aparecer como um efeito de políticas públicas envolvendo os agentes em formas de coordenação específica. Sobre esse tema, não fazemos distinção entre a “proximidade organizacional”, ou seja, relações de proximidade induzidas pelo pertencimento a uma organização, como o fato de seguir regras comuns ou de compartilhar uma mesma “cultura de empresa” em uma ação orientada por um fim, e a que alguns autores chamam de “proximidade institucional”, ou seja, “a adesão de agentes a um mesmo espaço comum de representações, de regras de ação e de modelos de pensamentos” (Kirat e Lung, 1995, p. 212).

A proximidade organizada pode ser formalmente descrita pela rede que estrutura as interações: arquitetura da rede (com maior ou menor distribuição), densidade das interações (conectividade), modos de circulação dos fluxos, natureza das relações (fracas ou fortes) etc. Os instrumentos da teoria dos grafos são então mobilizáveis para analisá-la (Dupuy, 1998).

A problemática da proximidade repousa sobre a análise das relações entre os dois tipos de proximidade, es-

pecialmente sobre a análise da tensão existente entre eles. Trata-se de estudar se e como esses dois tipos interagem para explicar a geografia das relações entre agentes, a partir de uma análise da coordenação. O esquema pode ser entendido como se segue.

A proximidade geográfica é uma condição permissiva das interações entre agentes. Ela facilita seu estabelecimento e realização, mas não as transforma em interações reais, em coordenação efetiva, a não ser por meio da passagem a uma “proximidade organizada”, mesmo que mínima (sociabilidade de vizinhança, “efeito cafeteria” dos tecnopolos etc.). Na maioria das vezes, essa transformação se opera graças a relações mais organizadas, tais como as que se estabelecem num clube, numa firma local, em instituições de ensino, científicas, industriais etc. Sem essas relações, a proximidade geográfica permaneceria inativa (como o caso dos dois vizinhos de corredor ou de empregados de uma mesma firma situados em andares diferentes que não se conhecem).

A proximidade organizada pode, portanto, ter uma dimensão local, mas o ponto que nos interessa é que ela não é definida de maneira geográfica. Formada de relações sociais ou de relações profissionais, criada pela pertença a organizações ou comunidades, ela atravessa a geografia. Constitui um buraco potencial do espaço local. A questão é saber até que ponto ela pode se emancipar do constrangimento da proximidade geográfica e em que esta última ainda lhe é necessária.

Fatores de aglomeração e formas multipolares da concentração espacial

Especificamente, trata-se de explicar dois fenômenos complementares: os fundamentos da concentração espacial e seu caráter multipolar.

– Os fundamentos da concentração espacial.

Explicar os processos de aglomeração pela existência de externalidades de proximidade (geográfica) não é simples: estão os processos atuais fundados sobre a necessidade de uma coordenação localizada dos agentes ou sobre outros fatores? De fato, a esfera de interação dos agentes foi consideravelmente alargada, mesmo para agentes que se julga terem um horizonte espacial restrito, como as PME (desenvolvimento da capacidade de encontrar fornecedores ou mercados distantes) ou os empregados (crescimento da mobilidade geográfica inter-regional ou aumento da distância domicílio-trabalho).

A coordenação localizada logicamente perderá importância com a multiplicação das interações à distância. Ora, na literatura, a existência dessas interações de proximidade parece ser admitida como um fato natural (do tipo: sempre se terá necessidade de relações face a face para estabelecer contatos sociais e trocar informações). Pode-se, assim, perguntar quais são os limites do desenvolvimento da coordenação à distância e, mesmo –

de maneira provocativa –, em que circunstâncias as interações de proximidade (geográfica) ainda têm razão de ser.

A questão não é tanto saber se a coordenação à distância vai suplantar as interações de proximidade (geográfica), mas mostrar a *diversidade das escalas espaciais* com as quais os agentes estabelecem suas interações. Os agentes localizados, em um lugar particular, desenvolvem simultaneamente interações com a escala local e a escala “global”. Todo agente está, assim, não somente localizado, mas também *situado*. Isso significa que seu registro de ação extrapola sua localização e o conduz a estar simultaneamente *aqui e acolá*. É essa relativa ubiquidade da ação dos agentes no espaço que é preciso estudar para compreender como um espaço de fluxos se ata a um espaço de lugares (tema da economia de arquipélagos: Veltz, 1996).

– A multipolaridade

Esse enfoque da proximidade, combinação de uma proximidade organizada localizada e de uma proximidade organizada distanciada, transforma as problemáticas tradicionais da localização e da concentração espacial. Essas problemáticas geralmente consideram os agentes monolocalizados e os espaços monopolares. Nesse quadro, o problema é saber em que lugar o agente se localizará (em relação à localização dos outros agentes) e em qual pólo a concentração se efetuará,

em detrimento de uma periferia (relação centro/periferia). Ora, a ação dos agentes se desenvolve em diferentes escalas espaciais, e o espaço é multipolar⁹. A análise deve integrar essas transformações que caracterizam as tendências contemporâneas da organização espacial.

A economia de proximidades tem um duplo objetivo:

- explicar a diversidade das escalas espaciais da coordenação e analisar sua complementaridade para dela deduzir as formas de organização econômica do espaço;
- estudar os modos de inscrição do espaço dos fluxos no espaço dos lugares no quadro de uma economia multipolar.

As categorias analíticas aqui propostas da proximidade (proximidade geográfica/proximidade organizada) oferecem um primeiro quadro para pensar esses dois tipos de articulação.

Da proximidade na coordenação aos efeitos de proximidade induzidos pelas instituições

As pesquisas do grupo “Dinâmicas de Proximidade” fizeram, a nosso ver, emergir progressivamente a seguinte

idéia: apesar de ainda subsistir para certos tipos de atividades produtivas e de transações, a imposição de proximidade geográfica na coordenação econômica é muito relativa, aí incluídas as atividades que, por suposto, a exigem, como as atividades intensivas em informações e conhecimentos. As necessidades de proximidade geográfica na coordenação não podem, pois, explicar por si só a concentração geográfica dos agentes e a existência de sistemas de produção ou de inovação de base (parcialmente) local. No entanto, seu estudo é necessário para a análise da articulação das escalas espaciais das interações (locais e globais).

A explicação das relações locais implica, por sua vez, que se supere o enfoque geofuncional da proximidade para tratá-la também como um efeito induzido da inserção das relações econômicas nas redes sociais ou nas redes institucionais.

O deslocamento é importante: de *condição permissiva* que favorece as interações, a proximidade vem a ser *um efeito* produzido pelas instituições. Ela traduz a dominação da proximidade organizada pela proximidade geográfica, mas, sobretudo, reagrupa as orientações de pesquisa comuns a certo número de correntes atuais da análise econômica (interacionista, neoinstitucionalista, evolucionária, regulacionista): as interações dos agentes econômicos dependem fortemente da estrutura orga-

⁹ No espaço multipolar, o não-desenvolvimento de uma zona periférica não decorre mais exclusivamente da sua dominação por um centro (relação centro/periferia em um espaço monopolar), mas também – e sobretudo – do fato de que ela está afastada da rede de pólos que extrai sua dinâmica de externalidades positivas de rede.

nizacional da economia, para retomar a expressão de Kirman (1999). O mesmo é válido para a proximidade: em grande parte, ela é a marca, intencional ou não, de redes extra-econômicas no espaço das relações econômicas. Decorre menos do jogo das interações econômicas que do fato de ser o resultado de um quadro socioinstitucional. A análise da articulação entre esse quadro e as interações econômicas torna-se então a passagem obrigatória da compreensão da dimensão espacial da coordenação.

Os temas de pesquisa do grupo “Dinâmicas de Proximidade” refletem essa linha mestra. Nela, podemos distinguir seis diferentes temas segundo um crescendo institucional.

1. *A importância da proximidade geográfica nas atividades intensivas em trocas de informações e partilha de conhecimentos, especialmente as atividades de pesquisa e de inovação*

Após uma série de contribuições (Kirat, 1993; Kirat e Lung, 1995; Lung e Mair, 1993; Perrat, 1993; Rallet, 1993), essa questão foi objeto de um trabalho coletivo (Lung, 1997) que se declina e que teve seqüência em muitos outros trabalhos individuais. Fez sobressair três pontos:

- a proximidade geográfica não se impõe nas atividades *information intensive*, exceto em alguns momentos do processo de inovação e de pesquisa para as relações inter ou intra-organizacionais. No quadro da organização espacial da P&D dentro das firmas, a

proximidade geográfica procurada é sobretudo a dos lugares de produção e de pesquisa, mas de maneira muito desigual segundo os setores (Carrincazeaux 1999; Carrincazeaux, Lung e Rallet, 2001);

- a distinção entre conhecimentos tácitos e conhecimentos codificados, correntemente utilizada na literatura para justificar o caráter localizado das interações entre agentes dos processos de inovação, é de difícil manuseio, para não dizer impossível. Essa distinção tácito/codificado não recobre, com efeito, a distinção interações locais/interações a distância. Ocorre com essa distinção, como com tantas outras de “natureza industrial”, que os economistas quiseram projetá-las tais quais no espaço geográfico (lembrem-se sobre esse tema das decepções da teoria da polarização industrial dos anos 1960);
- as redes institucionais são importantes para favorecer as sinergias locais entre os agentes mas, ao mesmo tempo, têm alcance limitado. Os quadros organizacionais “privados” (firma multilocalizada, cooperação tecnológica interfirmas, rede de pesquisadores etc.), que na sua maioria não possuem uma base local, aparecem como os mais importantes para co-produzir e partilhar conhecimentos. Conseqüentemente, ao contrário do seu pressuposto freqüente, as políticas de desenvolvimento local não têm nenhuma razão de valorizar, a qualquer custo, as sinergias locais (sobre todos esses pontos, ver Rallet e Torre, 1998).

O exame da restrição de proximidade também foi feito no quadro de estudos setoriais: para a indústria farmacêutica (Bélis-Bergouignan, 1997), para a indústria automobilística (Carrincazeaux e Lung, 1998) e para a indústria de semicondutores (Colletis-Wahl, 1999).

2. O papel das infra-estruturas de transporte e de telecomunicação na geografia da coordenação

A revolução tecnológica em curso nos meios de transporte de mercadorias e de pessoas e também nos meios de transmissão de informações está no centro das modificações da geografia da coordenação. As pesquisas visam superar a problemática tradicional do impacto das infra-estruturas (os famosos efeitos estruturantes dos transportes), para tratar as infra-estruturas de transporte e de telecomunicação como suportes, entre vários outros, da coordenação entre agentes.

Burmeister (1999) e Burmeister e Colletis-Wahl (1997) propuseram a noção de “proximidade ‘circulatória’” para integrar os meios de transporte à análise da evolução dos mecanismos de coordenação nas atividades produtivas (“*just-in-time*”). Rallet se debruçou sobre a utilização da telecomunicação na organização do trabalho (teletrabalho: Rallet, 1998) e seu impacto sobre a geografia das atividades comerciais (Rallet, 2001). Um programa de pesquisas é hoje aplicado por esses autores à análise dos efeitos combinados dos transportes e das telecomunicações sobre a localização das atividades.

3. As relações entre firmas e territórios

Com esse tema, começa a ser levada em consideração a dialética firmas/instituição para analisar as questões de proximidade (Zimmermann et al., 1995; Colletis et al., 1997; Perrat, 1998). A idéia é substituir a problemática tradicional e estática da localização por um enfoque em termos de ancoragem territorial *versus* nomadismo das firmas. Consiste em pôr a questão da localização das firmas sob a perspectiva da capacidade que um território tem de não só atraí-las, mas também de retê-las. O enfoque analisa a maneira como as firmas e os territórios podem participar na construção comum de recursos específicos que aparecem como o verdadeiro e perene fundamento da competitividade territorial numa economia globalizada. A volatilidade da firma é reduzida por meio da ativação de condições de uma aprendizagem coletiva localizada, de modo a inserir o território no desenvolvimento da concorrência extracustos.

O método consiste em confrontar as trajetórias de evolução das firmas (elas mesmas estão inseridas num grupo e numa indústria que têm suas lógicas próprias de evolução) com a trajetória, sempre singular, de um território. Ela faz parecer que a proximidade local deve ser não só construída, mas também que tal construção está constantemente ameaçada pelos comportamentos oportunistas das firmas. Visa estabelecer as condições de uma política de desenvolvimento local e é acompanhada de proposições metodológicas (Zimmermann, 1998).

4. *A modelização das estruturas de interação de vizinhança*

Os modelos têm em comum o fato de fazerem o comportamento dos agentes depender de sua pertença a uma rede de influência social. Consistem na introdução de uma matriz de influência dotada de uma topologia particular na análise dinâmica das interações entre agentes. As pesquisas foram conduzidas em duas direções:

- a primeira examina as externalidades de rede nos modelos de adoção e difusão de tecnologias (Steyer e Zimmermann, 1998). Trata-se de passar de simples externalidades de rede à existência de uma rede pré-estruturada de interações análoga às consideradas pela sociologia das redes;
- a segunda analisa a dinâmica das relações de cooperação e de seus efeitos sobre as estratégias dos agentes por meio da teoria de jogos evolucionários. A introdução de uma estrutura local de comunicação (por exemplo: todo agente se comunica com os outros oito agentes que o rodeiam e segue as mesmas regras de comportamento) permite demonstrar que em caso de choques aleatórios (mutações) a existência de tal estrutura tende a fazer emergir estratégias evolucionariamente estáveis e a estabilizá-las mais fortemente, o que não ocorreria se os agentes não estivessem nela inseridos (Dupuy e Torre, 1998a).

Esses trabalhos fazem, contudo, um uso não-geográfico da noção de vizi-

nhança. Falta-lhes introduzir a dualidade da proximidade (proximidade local *versus* proximidade distante) nesse tipo de modelização.

5. *A inserção da coordenação econômica nas redes sociais*

A tese geral que acabamos de desenvolver é refinada mais ainda com os trabalhos de Dupuy e Torre (1998b). Eles demonstraram que a possibilidade de coordenar os agentes por meio da implementação de certificações de produto dependia da construção coletiva de regras sociais no caso de agrupamentos locais de produtores na área alimentar. Essa reflexão deveria, no entanto, estender-se a agrupamentos não obrigatoriamente localizados, para analisar a relação entre proximidade geográfica e proximidade organizada e, notadamente, a possibilidade de construção de regras coletivas produtoras de confiança não fundadas nas interações locais.

Como sociólogo, Grossetti (1998) leva a tese ao extremo: as características intrínsecas da coordenação econômica não podem explicar a co-localização de indivíduos ou de organizações, mesmo que se trate de atividades intensivas em conhecimento. Apenas a inserção social das relações econômicas é capaz de explicar a co-localização. As relações tecnológicas entre agentes (atores, segundo o autor) baseiam-se, realmente, em relações interindividuais (um engenheiro de uma firma e um pesquisador, dois ou mais pesquisadores). Os efeitos de proximidade são produzidos pela articulação entre as relações interorganizacionais e

as relações interindividuais. Mais precisamente, Grossetti propõe que a proximidade geográfica se institui nas relações profissionais por meio da participação dos indivíduos em redes urbanas, que são, em sua maior parte, extraprofissionais. Deve-se explicá-la, assim, pela circulação dos indivíduos em círculos sociais diferentes. A análise da mobilidade dos indivíduos aparece então como o ponto chave da existência ou não de uma proximidade geográfica nas interações econômicas, seja a mobilidade intra-urbana (quanto mais eles são móveis, maiores são suas chances de estabelecer relações profissionais com os atores locais), seja a mobilidade interurbana (eles desenvolvem, nesse caso, relações extralocais).

6. O peso da governança na existência de relações locais

De inspiração regulacionista, esses trabalhos privilegiam a inserção institucional. A proximidade aparece como produto das interações das políticas públicas locais e dos dispositivos insti-

tucionais locais com as estratégias dos agentes privados (Colletis e Pecqueur, 1995; Gilly e Pecqueur, 1997). A governança não é a mesma que encontramos em Williamson (1985), ou seja, não decorre unicamente das características das transações entre os agentes privados, mas ela tem efeitos próprios. A existência de diferentes esferas de governança tem, notadamente, efeitos sobre o caráter mais ou menos local das interações econômicas. Por exemplo, é claro que na França a existência de programas científicos e tecnológicos no plano nacional (o “colbertismo *high tech*”) não favoreceu o desenvolvimento de sistemas locais ou regionais de inovação. Da mesma forma, a organização diferente dos poderes na Alemanha e na França tem efeitos evidentes na dimensão espacial das interações.

A inserção institucional das relações econômicas foi muito pouco estudada. É, no entanto, uma pista de pesquisa interessante para explicar as escalas espaciais da coordenação.

Conclusão

À guisa de conclusão, recuperaremos a agenda de pesquisa do grupo “Dinâmicas de Proximidade”. Ela comporta quatro direções:

- *fazer avançar a reflexão metodológica e as investigações empíricas*. Um exemplo: as relações de proximidade nos processos de inovação foram tratadas de maneira apenas muito

indireta pela literatura sobre os *spillovers* geográficos (Autant-Bernard e Massard, 1999). Em particular, as relações localizadas entre universidades, centros de pesquisa e indústria não foram objeto de testes estatísticos. Os únicos dados disponíveis nesse domínio referem-se às publicações científicas (co-publicação ou citações) e as citações de patentes. Também não

foi objeto de investigações a comparação entre a importância relativa dos *spillovers* locais e a importância dos *spillovers* nacionais ou internacionais;

- *estender a reflexão sobre a proximidade de domínios ainda pouco explorados, como a análise do emprego e dos mercados de trabalho, a análise dos serviços de proximidade e da metropolização.* Tomemos o exemplo da metropolização. Certo número de trabalhos interessantes trataram dessa questão (Lacour e Puissant, 1999), mas é forçoso reconhecer que sua natureza, até mesmo sua definição, permanecem relativamente inalcançáveis. O debate está centrado sobre o tamanho e/ou sobre o aspecto da dualidade especialização-diversificação. Mas, no fundo, qual é a verdadeira natureza das metrópoles? Somos tentados a responder: a força paradoxal das metrópoles é oferecer uma proximidade geográfica não-organizada e, mais precisamente, uma proximidade geográfica desorganizada, devida ao próprio tamanho delas. Dessa multiplicidade relativamente desorganizada nasce um dinamismo econômico particular, pois ela gera encontros aleatórios, pares inesperados que criam a novidade. Reinterrogar a natureza da metropolização a partir das categorias da proximidade ora expostas pode, assim, contribuir para o debate;
- *levar em consideração a existência de externalidades negativas.* A noção de proximidade é tão carregada de conotação que, quase sempre, sustenta uma visão irênica do mundo: é geral-

mente tratada como o suporte positivo de interações. Ora, ela também engendra externalidades negativas, como no âmbito ambiental (Lahaye, 1996). Mais genericamente, a proximidade é origem de conflitos de utilização de recursos, mesmo sendo o suporte de uma estruturação espacial pelo direito e por formas locais de governança (Kirat, 1999). Essas reflexões podem ser estendidas ao âmbito social e institucional: às vezes é mais fácil cooperar com agentes distantes que com agentes situados na mesma localidade ou na mesma organização. Da mesma maneira, a concentração de indivíduos em aglomerações cuja dimensão esteja além de determinado tamanho pode ser um fator de exclusão social de alguns deles (Baron, 1999). O papel da proximidade na emergência e na gestão de conflitos como as desigualdades deve ser assim mais bem analisado;

- *realizar a análise da articulação entre proximidade geográfica e proximidade organizada.* Isso passa por aprofundamentos teóricos sobre os modos de inserção das relações econômicas na estruturação social dos agentes. A explicação da espacialização da coordenação entre os agentes implica uma análise mais fina dos modos e dos diferentes tipos de inserção. Pode-se, de fato, conceber inserções em diversos níveis espaciais, uns tendendo a localizar as relações econômicas (redes familiares, redes de origem escolar etc.) e outros levando a deslocalizá-las (associações profissionais, comunidades virtuais etc.).

Referências bibliográficas

- ARTHUR, W. B. "Silicon Valley" Locational Clusters: When Do Increasing Returns Imply Monopoly, *Mathematical Social Sciences*, n. 19, p. 235-25, 1990. Traduzido em RALLET, A.; TORRE, A. (Ed.). *Economie industrielle et économie spatiale*, Economica: Paris, 1995.
- AUTANT-BERNARD, C.; MASSARD, N. Econométrie des externalités technologiques locales et géographie de l'innovation: une analyse critique. *Economie Appliquée*, n. 4, 1999.
- BARON, C. Villes, croissance et exclusion. In: BAILLY, A.; HURIOT, J. M. (Ed.). *Villes et croissance. Théories, modèles, perspectives*. Paris: Anthropos, 1999. p. 207-19.
- BECATTINI, G.; RULLANI, E. Système local et marché global. Le district industriel. In: RALLET, A.; TORRE, A. (Ed.). 1995. *Economie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995. p. 171-92.
- BÉLIS-BERGOIGNAN, M. C. Coopérations interfirmes en R&D et contrainte de proximité: le cas de l'industrie pharmaceutique. *Revue d'Economie Industrielle*, n. 81, p. 21-32, 1997.
- BELLET M.; KIRAT, T. La proximité, entre espace et coordination. In: BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON, C. (Ed.). *Proximités: approches multiformes*. Paris: Editions Hermès, 1998. p. 23-40.
- BELLET, M.; COLLETIS, G.; LUNG, Y. (Ed.). Economie de proximités. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, 1993.
- BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON, C. (Ed.). *Proximités: approches multiformes*. Paris: Editions Hermès, 1998.
- BURMEISTER, A. Proximity and Circulation in Production Networks. In: FABBRI, D.; REGGIANI, A. (Ed.). *The Role of Networks in Economic Spatial Systems: New perspectives*. Avebury, 1999.
- BURMEISTER, A.; COLLETIS-WAHL, K. Les interactions production-transport-espace: quelle(s) logique(s) de proximité(s)? *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, 1997.
- CARRINCAZEUX, C. *L'organisation spatiale de la recherche industrielle. Proximité et coordination dans les activités de R&D des firmes*. 1999. Thèse (Doctorat en Sciences économiques) – Université Montesquieu Bordeaux IV. 1999.
- CARRINCAZEUX, C.; LUNG, Y.; RALLET, A. Proximity and Location of Corporate Research & Development Activities. *Research Policy*, n. 30, p. 777-89, 2001.
- CARRINCAZEUX, C.; LUNG, Y. La proximité dans l'organisation des activités de conception des produits automobiles. In: BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON, C. (Ed.). *Proximités: approches multiformes*. Paris: Editions Hermès, 1998.
- COASE, R. H. The Nature of the Firm. *Economica*, NS4, p. 386-405, 1937.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Le rôle des politiques technologiques locales dans

la création de ressources spécifiques et d'avantages dynamiques de localisation. In: RALLET, A.; TORRE, A. (Ed.). *Economie industrielle et Economie spatiale*. Paris: Economica, 1995.

COLLETIS, G. et al. Firmes et territoires: entre nomadisme et ancrage. *Espaces et Sociétés*, déc. 1997.

COLLETIS-WAHL, K. Industrie des semi-conducteurs et formes de proximité. Trabalho apresentado em Deuxièmes Journées de la Proximité. Toulouse: Lereps, 19-20 mai 1999.

COURLET, C.; DIMOU, M. Les systèmes localisés de production: une approche de la dynamique longue. In: RALLET, A.; TORRE, A. (Ed.). *Economie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995. p. 359-80.

DUPUY, C.; TORRE, A. Cooperation and Trust in Spatially Clustered Firms. In: LAZARIC, N.; LORENZ, E. (Ed.). *Trust and Economic Learning*, Londres: Edward Elgar, 1998a.

_____. Liens de Proximité et Relations de Confiance: le cas des regroupements localisés de producteurs dans le domaine alimentaire. In: BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON, C. (Ed.). *Proximités: approches multifformes*. Paris: Editions Hermès, 1998b. p. 175-92.

DUPUY, G. Réseaux, espaces et proximités In: HURIOT, J. M. (Ed.). *La ville ou la proximité organisée*. Paris: Editions Anthropos, 1998. p. 31-45.

DURANTON, G. Distance, sol et proximité. In: BAILLY, A.; HURIOT, J. M. (Ed.). *Villes et croissance. Théories, modèles, perspectives*. Paris: Editions Anthropos, 1999. p. 91-131.

FUJITA, M.; THISSE, J. J. Economie géographique. Problèmes anciens et perspectives nouvelles. *Annales d'Economie et de Statistique*, n. 45, p. 37-88, 1997.

GILLY, J. P.; PECQUEUR, B. Région et territoire: une approche des dynamiques institutionnelles locales. 1997. Trabalho apresentado em Premières Journées de la Proximité. Lyon, 5-6 mai 1997.

GILLY, J. P.; TORRE, A. (Ed.). Prossimità: Dinamica industriale e Territorio. Studi Francesi. *L'Industria*, n. 3, 1998.

_____. *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000. (Coll. Emploi, Industrie, Territoire).

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, Nov. 1985.

_____. Les institutions économiques comme constructions sociales: un cadre d'analyse. In: ORLÉAN, A. (Ed.). *Analyse économique des conventions*. Paris: Editions PUF, 1994.

GROSSETTI, M. La proximité en sociologie: une réflexion à partir des systèmes locaux d'innovation. In: BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON, C. (Ed.). *Proximités: approches multifformes*. Paris: Editions Hermès, 1998.

_____. Une théorie relationnelle de la proximité. Trabalho apresentado em Deuxièmes Journées de la Proximité. Toulouse: Lereps, 19-20 mai 1999.

GUILLAIN, R.; HURIOT, J. M. Les externalités d'information: mythe ou réalité? In: BAUMONT, C. et al. (Ed.). *Economie géographique*. Paris: Economica, 2000. p. 179-208.

HURIOT, J. M. (Ed.). *La ville ou la proximité organisée*. Paris: Editions Anthropos, 1998.

KIRAT, T. Innovation technologique et apprentissage institutionnel: institutions et proximité dans la dynamique des systèmes d'innovation territorialisés. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, 1993.

_____. La proximité, source d'externalités négatives: le droit comme technologie de la structuration des espaces et de la gouvernance locale. Trabalho apresentado em Deuxièmes Journées de la Proximité. Toulouse: Lereps, 19-20 mai 1999.

KIRAT, T.; LUNG, Y. Innovations et proximités: le territoire, lieu de déploiement des processus d'apprentissage. In: LAZARIC, N.; MONNIER, J. M. (Ed.). *Coordination économique et apprentissage des firmes*. Paris: Economica, 1995. p. 206-27.

KIRMAN, A. Quelques réflexions à propos du point de vue des économistes sur le rôle de la structure organisationnelle dans l'économie. *Revue d'Economie Industrielle*, n. 88, p. 91-110, 1999.

KRUGMAN, P. Increasing Returns and Economic Geography. *Journal of Political Economy*, 99(3), p. 483-99, 1991.

_____. *Geography and Trade*. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. Space: the final frontier. *Journal of Economic Perspectives*, 12(2), p. 161-74, 1998.

LACOUR, C.; PUISSANT, S. (Ed.). *La métropolisation: croissance, diversité et fractures*. Paris: Editions Anthropos (diff. Economica), 1999.

LAHAYE, N. *Régulation des externalités négatives. Coopération et réseaux*. 1996. Thèse (Doctorat) – Université Louis Pasteur de Strasbourg. 1996.

_____. *Gouvernance territoriale et espaces d'intérêt public: l'enjeu d'un développement durable territorial*. INRA Economie Spatiale et Régionale, 8-10 décembre 1999, Le Croisic.

LUNG, Y. (Ed.). *Organisation spatiale et coordination des activités d'innovation des entreprises*. Rapport pour le Commissariat Général du Plan, Paris, oct. 1997.

LUNG, Y.; MAIR, A. Innovation institutionnelle, apprentissage organisationnel et contrainte de proximités. Les enseignements de la géographie du Juste-à-temps. *Revue d'économie régionale et urbaine*, n. 3, 1993.

MAILLAT, D. et al. Comparative Analysis of the Structural Development of Milieux: The Watch Industry in the Swiss and

French Jura Arc. In: BRAMANTI, A.; GORDON, R.; RATTI, R. (Ed.). *The Dynamics of Innovative Regions. The GREMI Approach*. Aldershot: Ashgate, 1997.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: University Press, 1990.

OTA, M.; FUJITA, M. Communications technologies and spatial organisation of multi-unit firms in metropolitan areas. *Regional Science and Urban Economics*, n. 23, p. 695-729, 1993.

PERRAT, J. Innovation, territoire et nouvelles formes de la régulation: de la proximité à l'externalité. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, 1993.

_____. Dinamica delle imprese e politica di sviluppo regionale et locale: elementi per una lettura della "geografia delle interdipendenze". *l'Industria*, XIX (3), 1998.

RALLET, A. Choix de proximité et processus d'innovation technologique. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, 1993.

_____. Relation de travail et proximité. Le cas du télétravail In: BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON, C. (Ed.). *Proximités: approches multifformes*. Paris: Editions Hermès, 1998.

_____. Commerce électronique et localisation urbaine des activités commerciales. *Revue Economique*, n. 52, p. 267-88, 2001.

RALLET, A.; TORRE, A. On Geography and Technology: Proximity Relations in Localised Innovations Networks. In: STEINER, M. (Ed.). *Clusters and Regional Specialisation*, Pion Publication, 1998.

STEYER, A.; ZIMMERMANN, J. B. On the frontier: structural effects in a diffusion model based on influence matrixes. In: COHENDET, P. et al. (Ed.). *The Economics of Networks*, Springer 1998.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipels*. Paris: Editions PUF, 1996.

WILLIAMSON, O. E. *The economic institutions of capitalism*. New York: The Free Press, 1985.

ZIMMERMANN, J. B. Nomadisme et ancrage territorial: propositions méthodologiques pour l'analyse des relations firmes-territoires. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 2, 1998.

ZIMMERMANN, J. B. et al. (Coord.). *L'Ancrage territorial des activités industrielles et technologiques*. Commissariat Général du Plan, Paris, 1995.

Resumo

A noção de proximidade é cada vez mais utilizada em economia regional e espacial

Abstract

In the field of spatial economics, the concept of proximity is at the heart of sev-

sob perspectivas teóricas de inspiração variada. Na primeira parte, indaga-se sobre as razões dessa irrupção e sobre a possibilidade de se ter um uso teórico dela. A noção de proximidade permite evitar a tradicional redução do espaço à “distância custo de transporte”. Nesse quadro, essa noção é utilizada como um elemento analítico da dimensão espacial da coordenação. Ela inscreve-se nas pesquisas contemporâneas sobre a análise dos mecanismos de coordenação. Na segunda parte, examinam-se os trabalhos do grupo de pesquisa “Dinâmicas de Proximidade”. Como resultado principal, pode-se afirmar que a proximidade dos agentes e, portanto, sua concentração geográfica se explicam menos pelas necessidades funcionais de coordenação do que pela inserção das relações econômicas em redes sociais ou institucionais territorializadas.

Palavras-chave: coordenação – proximidade geográfica – proximidade organizada

eral works of research currently being carried out. In the first part of this article we examine the reasons for the introduction of this concept in economic literature. It makes it possible to re-examine, through the analysis of the co-ordination of economic agents, the phenomena of spatial concentration and dispersion, of localisation and globalisation. In the second part of the article we examine the work carried out by the French group of research “Dynamic of proximity”. This research is based on two main concepts: geographical proximity and organised proximity and shows that the agglomeration of economic agents is less and less the result of functional needs for co-ordination as in the relations between the sellers and buyers of merchandise or professional co-operation. The phenomenon of agglomeration is above all the result of the embeddedness of the economic relations in the social or institutional networks.

Keywords: coordination – geographical proximity – organised proximity

Recebido em agosto de 2002. Aprovado para publicação em outubro de 2002

Alain Rallet é professor da Faculté Jean Monnet da Université de Paris XI, França

Organizações e instituições locais. Como ativar a proximidade geográfica por meio de projetos coletivos? *

Maryline Filippi

André Torre

O sucesso obtido pelas abordagens feitas em termos de Sistemas Produtivos Locais, bem como sua aplicação em políticas de desenvolvimento local (*Clusters*, *pólos tecnológicos*, *distritos industriais*, *milieux* etc.) apóiam-se geralmente em duas idéias (Asheim, 1996; Crevoisier, 2001; Longhi, 1999; Markussen, 1996; Monck et al., 1988; Ratti et al., 1997). A primeira pressupõe que a localização conjunta de empresas ou de unidades produtivas pode gerar vantagens competitivas em detrimento de áreas menos organizadas ou com menor apoio. A segunda, muito fecunda, a ponto de constituir fundamento de políticas, pressupõe que a proximidade geográfica, em geral, é suficiente para assegurar o sucesso dessas aglomerações de firmas, uma vez que

seus efeitos de sinergia devem surgir rapidamente de sistemas assim organizados.

Considera-se, com freqüência, tanto na literatura econômica (Bellet et al., 1998; Maskell e Malmberg, 1999) como em inúmeras ações de políticas públicas locais, que a proximidade geográfica é uma variável necessária às interações entre atores e, portanto, um fator chave para o desenvolvimento de sistemas produtivos locais, em particular porque ela constituiria uma condição facilitadora da difusão de saberes tácitos e conhecimentos entre agentes. Trabalhos empíricos (Anselin et al., 1997; Audrescht e Feldman, 1996; Dupuy e Gilly, 1999; Ellison e Glaeser, 1997; Feldman, 1999; Rallet e Torre, 1998 e 2001, Zucker et

* Este artigo é parte das atividades desenvolvidas no acordo Capes/Cofecub 320/2000, *Inovação e Competitividade Regional e Urbana na Economia Globalizada*, envolvendo o IPPUR/UFRJ, o Cedeplar/UFMG e a Université de Paris XI. Colaboraram Th. Paulmier e A. Rallet. Tradução de Alexandre Tinoco.

al., 1998) mostram, contudo, que ela assume um papel ambíguo na difusão de conhecimento e que a relação espaço-difusão de saberes não é sempre direta. Outras dimensões poderiam ser consideradas, como a organização dos atores em rede e a implementação de ações coletivas ou comuns favoráveis ao desenvolvimento local.

Este artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pela proximidade geográfica no funcionamento dos sistemas locais e questionar a sua função primordial com relação à proximidade organizada. Se a proximidade geográfica sozinha é suficiente para a geração de sinergias no plano local, é preciso continuar a favorecer a implantação maciça de empresas ou de laboratórios de pesquisa próximos uns dos outros, pois os efeitos de encadeamento, de transbordamento ou de *spillover* não tardam a manifestar-se, gerando processos de desenvolvimento local. Se, por outro lado, a proximidade geográfica não é suficiente *per se* para a geração de sinergias no plano local, seu potencial não deve ser ativado; porém, se for ativado, como deverá realizar-se? Neste caso, as políticas tecnológicas locais devem seguir outras recomendações, além da

simples co-localização de firmas em um mesmo espaço.

O jogo entre proximidade geográfica e organizada é aqui abordado por meio de estudos de casos, cujo caráter exemplar permite ilustrar os modos de coordenação que contribuem para a valorização de saberes e a difusão de conhecimentos no plano local. Na primeira seção, mostramos como a existência de uma proximidade geográfica não é suficiente para o surgimento de interações ou sinergias no plano local, aí compreendidos os casos freqüentemente alegados da transmissão de saberes e conhecimentos (as Redes de Difusão Tecnológica, por exemplo). Na segunda, estudamos como a introdução de organizações de tipo reticular no plano local contribui para a ativação da proximidade geográfica num quadro de ações mobilizadoras de recursos em torno de um projeto coletivo (exemplo das cooperativas do setor agroalimentar). A última seção é dedicada à análise das dimensões institucionais da introdução de dispositivos de transferência de conhecimentos no plano local, o que revela a amplitude dos processos de proximidade organizada na geração de sinergias locais (exemplo do tecnopolo de Hsinchu).

Proximidade Organizada: apóia-se sobre dois tipos de lógica, a de similitude e a de pertencimento. Segundo a lógica de pertencimento, são considerados próximos os atores que pertençam ao mesmo espaço de relações (firmas, redes etc.), isto é, entre os quais se estabeleçam interações de natureza variada. Segundo a lógica de similitude, são considerados próximos os atores que se pareçam, isto é, que possuam o mesmo espaço de referência e partilhem os mesmos saberes, embora nesse caso a dimensão institucional passe a ser importante. No primeiro caso, é da efetividade das coordenações que depende o pertencimento a um mesmo conjunto; no segundo, a proximidade é ligada a uma relação de “semelhança” das representações e dos modos de funcionamento.

Proximidade Geográfica: é o complemento da anterior, do ponto de vista das relações entre agentes, e trata da separação espacial e das relações em termos de distância. Faz referência à noção de espaço geoeconômico, no sentido de Perroux. Ao remeter largamente à localização das empresas, ela integra a dimensão social dos mecanismos econômicos ou o que às vezes é chamado de distância funcional. Em outros termos, a referência aos condicionamentos naturais e físicos, claramente inscrita em sua definição, não esgota seu conteúdo, que inclui igualmente aspectos do constructo social, como as infra-estruturas de transporte, que modificam os tempos de acesso, ou ainda os meios financeiros que permitem a utilização de certas tecnologias de comunicação.

Fonte: Torre e Gilly, 1999.

O fracasso da ativação da proximidade geográfica e o peso da proximidade organizada: o exemplo das Redes de Difusão Tecnológica

Um dos campos prediletos das políticas de desenvolvimento local baseadas na busca apenas da proximidade geográfica é a transmissão de conhecimentos, que se efetuará de maneira mais fácil no plano local, em razão de sua dimensão tácita. Ao contrário do saber codificado, que se reduz às mensagens que podem ser transmitidas entre os agentes econômicos por meio de suportes não-humanos, o saber tácito, que não foi transcrito de forma explícita e que se transmite pelos contatos e ensinamentos repetidos entre indivíduos (Polanyi, 1966), não pode ser facilmente transferível. Por conseguinte, qual a melhor maneira de transmitir os conhecimentos tácitos senão a relação face a face, ou seja, a possibilidade de encontros continuados entre os atores implicados numa relação de proximidade geográfica?

O estudo de caso dedicado à criação no plano local de Redes de Difusão Tecnológica (RDT)¹ mostra que a co-localização de empresas não pode constituir um fator determinante na difusão de conhecimentos e que a proximidade geográfica sozinha não é suficiente para a geração de interações locais, que são, no entanto, freqüentemente mais complexas que as aqui apresentadas. O fracasso de uma política pública voluntarista direcionada para o relacionamento em rede de atores locais, na busca das virtudes da proximidade geográfica na difusão de conhecimentos, revela, assim, o caráter limitado da busca de efeitos de sinergias baseadas apenas na co-localização, mesmo sendo elas encorajadas por incitações públicas.

Em que medida as redes institucionais, que jogam o jogo da proximidade

¹ O trabalho aqui apresentado se apóia numa pesquisa realizada por um grupo de estudiosos sob a direção de Yannick Lung, financiada pelo Commissariat Général du Plan, cujos elementos mais completos podem ser encontrados em Lung et al. (1997) e Rallet e Torre (2001).

geográfica, considerando que esta beneficia o processo de desenvolvimento tecnológico, *se encontram em condições de favorecer os efeitos de sinergias no plano local?*

As RDT

Instauradas pelo poder público nas Regiões Francesas com o objetivo de favorecer as empresas de porte médio ou pequeno, com a difusão de tecnologias, as RDT se baseiam numa aposta em favor da proximidade geográfica. Elas constituem um dos suportes de uma política que visa garantir, pelo viés de incitações de natureza diversa, a primazia das sinergias no plano local, a partir do pressuposto de que estas são favoráveis ao processo de desenvolvimento. Tem-se por hipótese que a proximidade geográfica, aqui construída, favorece a difusão de saberes e conhecimentos no plano local.

A política tecnológica impulsionada pelos poderes públicos consiste, em geral, na tentativa de adequar as redes locais espontâneas e as redes institucionais a uma ótica de desenvolvimento local. Quando as redes locais espontâneas não existem ou são pouco desenvolvidas, essa política tem por fim induzi-las, chegando mesmo a criá-las por intermédio de políticas incitativas ou voluntaristas. No caso de essas redes já existirem, o objetivo é sustentar seu desenvolvimento beneficiando principalmente as cooperações transversais entre parceiros de

diferentes mundos (indústria, pesquisa, formação superior, centros técnicos etc.). As intervenções das RDT, que agrupam atores públicos e privados em torno das agências regionais da Anvar², têm sua atuação orientada para a difusão tecnológica. O objetivo é ajudar a gestão e a resolução de problemas relacionados à inovação com os quais as empresas se defrontam (principalmente PME), seja em seu funcionamento interno, seja em sua relação com parceiros exteriores (laboratórios, Universidades, outras empresas, órgãos públicos etc.). Uma vez constatada a sobreposição de níveis de intervenção dos diferentes parceiros públicos, conceberam-se as RDT como um instrumento visando melhorar a coordenação das ações públicas e tornar mais eficazes os auxílios à inovação.

Tecidos regionais geradores de situações contrastantes e objetivos diferenciados

Nosso estudo se baseia numa comparação de três regiões portadoras de configurações diferentes, mas que convergem na análise das ações públicas referentes ao auxílio à difusão de inovação: Ródano-Alpes, segunda Região Francesa em termos de desenvolvimento; Córsega, uma Região em atraso; e Aquitânia, uma Região intermediária.

A RDT Córsega fundamenta-se numa constatação: muito poucas das empresas locais têm acesso às competências tecnológicas disponíveis e utili-

² Agência Nacional de Valorização da Pesquisa.

zam o dispositivo de suporte à inovação. Fracamente estruturada, a rede de inovação espontânea caracteriza-se, sobretudo, por cooperações entre empresas locais e externas. A procura de competências constitui o fator mais importante das cooperações interfirmas e se realiza externamente quando essas competências não existem ou são pouco numerosas localmente. O objetivo dos poderes públicos foi favorecer a difusão de saberes e de tecnologias.

Na *Região da Aquitânia* há um tecido antigo de indústrias de alta e média tecnologia, como a indústria farmacêutica e de bens de equipamentos médicos, e também sólidas competências científicas e tecnológicas no ramo da saúde e das ciências da vida. Mas essas competências são insuficientemente valorizadas e articuladas com a indústria. A rede espontânea do Ródano-Alpes ocupa uma posição de primeiro plano nas atividades relacionadas aos setores da saúde. No final dos anos 1970, caracterizou-se pela presença de grandes empresas farmacêuticas, mas também pela presença de empresas especializadas em materiais e engenharia médica. Em termos de hospitais e P&D, ela tem reputação internacional. No entanto, a cooperação entre os agentes locais é insuficiente: as relações entre empresas, hospitais e pesquisadores estão limitadas a domínios tradicionais, como a indústria de remédios, e a construção de inter-relações surge como indispensável nos setores emergentes, como o das atividades ligadas às tecnologias biomédicas.

Experiências diferentes, mas resultados convergentes

O estudo mostra que as políticas nem sempre alcançam os objetivos anunciados e que há um distanciamento entre os objetivos iniciais e as redes efetivamente acionadas. As sobreposições entre redes espontâneas e redes institucionais permanecem parciais e, muito freqüentemente, os objetivos estabelecidos no início pelo poder público não são atingidos ou são transformados durante o processo.

Após cinco anos de existência, a RDT Córsega agrupa essencialmente os atores públicos regionais que atuam no ramo da tecnologia. Ela conseguiu, sobretudo, melhorar a coordenação das práticas e atividades de pesquisa desses atores, cuja imagem, competências e áreas de atuação se tornaram mais legíveis para o tecido econômico local. De fato, a rede institucional está fracamente articulada com as redes de atores privados uma vez que estes, na maioria dos casos, não são locais. A análise dos casos da região da Aquitânia e da região do Ródano-Alpes revela uma dificuldade de pôr em sinergia diferentes tipos de atores do processo de inovação e de produção de conhecimentos. Na Aquitânia, as redes institucionais sofrem de uma assimetria entre competências acadêmicas e atividades industriais insuficientes. O GBM* surge defasado em relação às redes espontâneas existentes e busca permanentemente uma ancoragem mais sólida, o que o obriga a expan-

* Génie Biologique et Médicale: Pólo de Engenharia Biológica e Médica. (N. do T.)

dir o campo de suas missões ao conjunto das atividades médicas e a apostar na articulação com os atores institucionais de primeiro plano. Na região do Ródano-Alpes, enfim, a existência de um tecido industrial fortemente desenvolvido confere às empresas um papel preponderante, e as redes institucionais enfrentam duas dificuldades para definir seu lugar e seu papel. De um lado, as relações das empresas ultrapassam largamente o território regional; de outro, o ambiente industrial é heterogêneo no que se refere aos tipos de atividades e ao tamanho das empresas.

Reflexões em termos de políticas públicas

A experiência das RDT permite alguns pontos consonantes em matéria de políticas públicas, particularmente quanto às necessidades a satisfazer, para se obter uma difusão de tecnologias no plano local. Assim, identificam-se:

- necessidade de competências especializadas: devido à especificidade dos conhecimentos a dominar, a ação dos poderes públicos deveria ajudar o desenvolvimento de parcerias capazes de ultrapassar as fronteiras administrativas de seu campo de ação, com o objetivo de superar uma visão localista do auxílio às empresas inovadoras em benefício de uma abertura em direção a atores externos;
- necessidade de ajudas financeiras rápidas e orientadas: as subvenções são julgadas, freqüentemente, como tar-

dias e distantes das necessidades específicas dos atores. Os prazos de efetivação das medidas específicas de ajuda aos problemas pontuais enfrentados pelas empresas devem ser diminuídos;

- necessidade de acompanhamento organizacional na procura e no desenvolvimento de parcerias: achar o bom parceiro demanda tempo e recursos dos quais as empresas nem sempre dispõem e exige também um tempo de adaptação entre a demanda expressa pela empresa e a oferta proposta pelo parceiro, tempo que deve ter acompanhamento financeiro;
- necessidade de pessoal formado e de acesso às competências: distância e ausência de mão-de-obra qualificada no local são também obstáculos ao desenvolvimento de políticas de inovação e devem ser tratadas de acordo com as especificidades das zonas de localização das firmas.

Um balanço em termos de proximidade

O fracasso das políticas públicas e o fato de elas se terem desviado de seus objetivos iniciais se explicam pela presença de duas dificuldades à introdução de redes locais de inovação sustentadas por políticas públicas:

- as diferenças de lógica cognitiva, ou a importância da proximidade organizada:

Uma das dificuldades encontradas pelas políticas tecnológicas locais é o estabelecimento de cooperações transversais entre atores locais de natureza diferente (empreendedores, pesquisadores, educadores etc.) depositários de hábitos de trabalho e de lógicas cognitivas muito diferentes. Por exemplo, o fato de médicos e empreendedores se encontrarem a uma pequena distância não é suficiente para que trabalhem juntos e se organizem em rede, apesar dos esforços dos atores institucionais. Ora, os conhecimentos tácitos são mais facilmente transmitidos no interior de um mesmo mundo profissional (ainda que à distância) do que entre mundos diferentes (ainda que próximos). Embora sustentada pelo desenvolvimento voluntarista de redes institucionais, apenas a proximidade geográfica não é suficiente para romper com essas separações.

– o peso do passado:

A proximidade organizada não tem necessariamente uma base local. Por razões ligadas à maneira como se constituem os tecidos locais, os atores, muitas vezes, estabelecem cooperações com parceiros exteriores à região, por força de um hábito que se traduz por um conhecimento mútuo das pessoas e das organizações, assim como por procedimentos de trabalho comuns que já deram provas de eficiência. Não basta pôr em contato atores fisicamente próximos uns dos outros se eles ainda não mantiveram relações de caráter organizacional. Des-

considerando esse fato, as políticas tecnológicas voluntaristas acabam freqüentemente por reproduzir as situações que, num primeiro momento, elas se propunham remediar. Assim, o exemplo da RDT Córsega evidencia que é ilusório querer impor um desenvolvimento tecnológico rápido de forma intervencionista e, mais ainda, favorecer de maneira voluntarista as interações locais em detrimento dos contatos exteriores. É por esse motivo que a etapa atual de apropriação de novos saberes pelos membros da rede institucional é essencial para a construção de competências partilhadas entre esses membros que já possuem outras ligações. O desenvolvimento de projetos e sua realização enfeixam uma segunda fase de recomposição de relações anteriores baseando-se na coordenação agora definida. As relações preexistentes se revelam as mais fortes, e é apenas no caso em que elas impliquem ao mesmo tempo uma proximidade geográfica e uma proximidade organizada que é possível ajudá-las ou favorecê-las no âmbito de uma política tecnológica regional.

Assim, a proximidade geográfica fracassa como forma organizadora das atividades de transferência de conhecimentos. Esses resultados, muito mais comprobatórios quando verificados no próprio caso de circulação de saberes tácitos (uma das hipóteses fortes das políticas em termos de proximidade geográfica) e que se aplicam ao caso das RDT (redes institucionais cuja instalação fracassa no plano local), revelam até que ponto é difícil pôr em relação, de manei-

ra voluntarista, atores locais pertencentes a mundos diferentes. A partir disso, a difusão de saberes e de tecnologias supõe a existência de uma proximidade organizada entre os atores, ou seja, relações anteriormente fundadas sobre contatos profissionais, sustentados ou não por uma base local. Mas como essa pro-

ximidade organizada surge? Como as ações coletivas podem nascer e assim ativar a proximidade geográfica? Mostramos a seguir que a solução passa pela introdução, no plano local, de redes que mobilizam as competências locais no âmbito de projetos coletivos.

Ativar a proximidade geográfica por projetos coletivos: a dimensão organizacional

Se a proximidade geográfica é impotente para gerar processos de interação e sinergias no plano local, é preciso indagar sobre as maneiras de ativá-la e fazer com que revele seu potencial. As ações coletivas, que mobilizam competências ou valorizam as técnicas de origem local, podem desempenhar esse papel apoiando-se na noção de projeto coletivo.

O caso das Sociedades Cooperativas Agrícolas (SCA), descrito a seguir, demonstra que é possível ativar a proximidade geográfica pelo desenvolvimento de interações entre atores organizados em rede e reunidos em torno de um projeto comum³. Com efeito, enquanto o quadro jurídico específico⁴ dessas sociedades impunha uma ancoragem territorial (o perímetro de ação, definido pela localização dos aderentes), a pressão concorrencial levou-as, em um primeiro momento, a se separar dessa localização para privilegiar relações com estruturas econômicas exteriores ao território, em

detrimento da implicação dos aderentes. No entanto, a necessária introdução de procedimentos de segurança e de rastreabilidade motivou uma revalorização da relação com os aderentes e da ancoragem territorial, devida ao acompanhamento da produção desde a parcela.

Esse exemplo mostra como os grupos cooperativos, articulados ao redor de processos organizacionais, conseguem valorizar os potenciais da proximidade geográfica por meio de ações coletivas implicando os aderentes no plano local.

As sociedades cooperativas agrícolas

Por definição, as cooperativas são a emanção de um projeto coletivo iniciado por produtores locais, nomeados aderentes, simultaneamente ofertantes

³ Os casos aqui apresentados são originários da pesquisa de Maryline Filippi sobre as cooperativas da região de Midi-Pyrénées (Filippi, 2001).

⁴ Lei de orientação agrícola de 1960 e 1962 sobre a organização econômica de produtores e lei de 1972 sobre o estatuto da cooperação agrícola.

de produtos ou matérias primas e clientes da estrutura por eles criada em conjunto. As estruturas cooperativas, que se encontram no centro desse dispositivo e coordenam as atividades de diferentes membros, são compostas de administradores (eleitos pelos aderentes) e de assalariados. Provenientes do agrupamento de explorações agrícolas com forte dimensão local, elas visam organizar a implantação, a coleta e a transformação das produções dos aderentes, assim como assegurar sua reputação por meio de ações coletivas. Elas devem, portanto, conciliar desempenho econômico (pôr os produtos à venda) e exigência social (estar a serviço dos aderentes).

As cooperativas podem se definir por um certo número de características jurídicas: (1) os aderentes são igualmente os fornecedores de produção e os clientes da cooperativa; (2) seus engagements de fornecimento são contratualizados; (3) a cooperativa, sociedade de capital variável subscrito proporcionalmente aos engagements de atividades, é propriedade de seus aderentes; (4) o voto, que caracteriza a implicação destes últimos na gestão das cooperativas (validação das relações morais e financeiras), é feito segundo o princípio de “1 homem, 1 voto”.

A diferença em relação às empresas privadas deve-se igualmente ao perímetro de ação, estatutariamente estabelecido em função da localização dos aderentes: de fato, as SCA não podem legalmente colher fora da sua zona de implantação, nem na dos agricultores não-aderentes, seja qual for a rentabili-

dade desse tipo de operações. A ancoragem territorial das cooperativas está, portanto, ligada à ancoragem dos aderentes membros das estruturas, o que pôde ser percebido como uma restrição em relação ao estatuto de empresas privadas.

Desenvolvimento dos grupos cooperativos e a flexibilização da ancoragem territorial

Sob o efeito da mundialização e do aumento da pressão concorrencial dos mercados, o setor associativo conheceu, nestes últimos anos, importantes evoluções, perceptíveis pelas modificações no quadro jurídico das SCA. Os poderes públicos favoreceram, particularmente, a política de desenvolvimento de filiais das SCA, com o objetivo de ajudá-las a desenvolver suas atividades de transformação e de comercialização. As leis de 1991 e 1992 organizam assim as modalidades de criação de filiais e o reforço dos fundos próprios (Nicolas, 1992) e permitem a criação de reagrupamentos de cooperativas, visando incentivar a associação de produtores por intermédio da aplicação de regras coletivas de produção e de colocação no mercado (Nicolas, 1993). Elas se traduzem, no nível a jusante da cadeia agroalimentar, pela multiplicação de filiais com um estatuto privado, acentuando o desenvolvimento de “grupos cooperativos” cujo funcionamento tende a se aproximar do funcionamento do setor privado. Em 1999, os agricultores controlavam, assim, por meio de suas cooperativas e

de suas filiais, a metade da indústria de transformação de suas produções (CFCA, 1999).

Mas o aparecimento e o fortalecimento de grandes grupos cooperativos acabaram por criar uma tensão entre as funções econômica e social das SCA. Com efeito, assim como toda empresa comercial ou privada, espera-se que elas atinjam um objetivo de rentabilidade que passa por processos de crescimento externo e interno e também por um engajamento em direção à qualidade. A negociação com os distribuidores impõe um respeito estrito aos manuais impostos por eles e um fortalecimento da organização vertical da filial. Obrigados a se inserir em redes econômicas situadas em sua maioria fora de seu espaço local de implantação, os grupos cooperativos vêem agora suas estratégias fortemente influenciadas pelos clientes e consumidores. O poder de decisão, detido inicialmente pelos aderentes, encontra-se agora em mãos de outros atores. Esse processo, que traduz um enfraquecimento da ligação com o território, pode se revelar antagônico ao objetivo social fundador das cooperativas, isto é, estar a serviço do aderente.

O assim chamado movimento de “distanciamento entre os aderentes e suas estruturas”, que corresponde a um enfraquecimento da ancoragem territorial, é conseqüência da modificação no tratamento igualitário dos aderentes. De fato, as normas de qualidade sanitária prescritas pelas normas oficiais (tipo ISO) ou negociadas entre os distribuidores, os organismos certificadores e a

cooperativa não se contentam em codificar a qualidade da produção. Fazem surgir, igualmente, remunerações diferenciadas e introduzem diferenças de tratamento entre aderentes até então solidariamente remunerados. Dotando-se de meios para melhorar seus desempenhos econômicos, as cooperativas questionam não apenas seus objetivos sociais mas tendem a perder sua ancoragem territorial inicial. De fato, os aderentes que não respeitam os manuais são afastados pelo sistema de remunerações diferenciadas de suas cotas. Segue-se um esvaziamento que repousa sobre critérios técnicos e econômicos, e não mais de solidariedade cooperativa, que constitui um dos fatores de perda de aderentes.

A reativação da proximidade geográfica pela introdução de projetos coletivos: consolidar projetos empreendedores pela valorização de saberes locais

A essa fase de flexibilização da ancoragem territorial se seguirá um outro período que se manifesta por uma reativação da proximidade geográfica, sob a influência de projetos coletivos dos atores locais. De fato, desde 1999, a crise da vaca louca marcou fortemente os espíritos e consumidores, e os poderes públicos passaram a exigir o respeito por novos critérios em matéria de qualidade sanitária ou organoléptica dos produtos, de segurança alimentar e de origem da produção agrícola. A consideração do princípio de precaução em matéria de alimentação gera agora não só o res-

peito aos manuais da distribuição, mas também a conformidade às regras de segurança alimentar e de rastreabilidade dos produtos que devem ser implementadas desde a parcela. A partir de então, o retorno em direção a uma ativação da proximidade geográfica se impõe à cooperativa, uma vez que esse procedimento, chegando até à origem dos produtos, necessita do empenho dos aderentes, ancorados em seu território.

O interesse, para as cooperativas, é conciliar os procedimentos de rotulação (AOC, IGP⁵ etc.) e as certificações de empresa (norma ISO, *Agriconfiance*⁶), o que passa pelo domínio de saberes técnicos complexos. Tendo um papel estratégico no domínio do controle dos estágios de produção e dos instrumentos de gerenciamento da qualidade, elas asseguram, por esse mecanismo, o fornecimento de um produto que responde às exigências da certificação e da segurança alimentar. Mas, devido à elevada tecnicidade necessária à coordenação de diferentes procedimentos de certificação, é essencial envolver o aderente no funcionamento dessa estratégia coletiva. Este último recupera assim um papel primordial, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, toda sua importância no plano local de produção.

De fato, a adesão do produtor, seu domínio técnico de procedimentos pesa-

dos e complexos e sua estabilidade no tempo tornam-se fundamentais para manter a vantagem competitiva das cooperativas numa fase de acirramento das restrições de produção. Por outro lado, a preexistência e a manutenção de relações interpessoais entre os dirigentes da cooperativa e os aderentes constituem vantagens, uma vez que permitem o reforço da coesão coletiva e a adesão às regras e objetivos das estruturas cooperativas. O aderente se encontra no núcleo do novo dispositivo assim introduzido, devido às competências próprias em matéria de produção de bens alimentares ou às técnicas organizacionais desenvolvidas pelo conjunto do grupo cooperativo – aderentes, administradores e assalariados.

Para a cooperativa, o aderente se torna um elemento inevitável, e toda resistência constitui uma perda de saber técnico e organizacional prejudicial aos futuros engajamentos contratuais da cadeia. Essa estratégia gera uma aceção nova do serviço que a cooperativa deve conceder ao seu aderente. Não é apenas uma questão de velar pela colocação dos produtos no mercado, negociando preços, mas sobretudo de desenvolver estratégias de valorização. As cooperativas fornecem um Conselho econômico, técnico e estratégico que alia exigências para frente e para trás da cadeia, implicadas ativamente nos processos de

⁵ Uma Denominação de Origem Controlada delimita territorialmente um produto segundo a especificidade de sua origem e dos conhecimentos mobilizados em sua produção. Uma Indicação Geográfica Protegida delimita uma zona geográfica de produção.

⁶ *Agriconfiance* é uma certificação de empresa específica do setor cooperativo que atesta as produções desde a parcela até a estrutura cooperativa.

“qualificação” dos territórios, que traduzem a renovação da ancoragem territorial das cooperativas.

Esse estudo revela uma ativação da proximidade geográfica pela proximidade organizada e, muito particularmente, pelos projetos coletivos. Num primeiro momento, a complexificação das estruturas cooperativas abriu espaço, sob a pressão da concorrência, a uma coordenação entre atores dominada por proximidades de natureza organizada e deu a impressão de um distanciamento das cooperativas em relação a suas ancoragens territoriais. No entanto, após a crise da vaca louca e graças a seu domínio de técnicas e do gerenciamento da qualidade das produções agrícolas, as cooperativas conseguiram reativar a ancoragem local e reforçar a relação com os aderentes, apegando-se à certificação de produções nas quais a origem e a relação com o território têm papel preponderante. A valorização dessas produções locais pode se realizar agora por uma mobilização das energias presentes no interior da estrutura cooperativa em torno de um projeto coletivo. A conexão em rede dos atores, que utiliza os recursos da proximidade organizada, funda-se na mobilização das competências locais e na valorização dos recursos do território.

Assim, no caso das cooperativas agrícolas, a ativação da proximidade geográfica por meio de ações coletivas se exprime através de um projeto de valorização de conhecimentos técnicos e organizacionais. O aderente, detentor desses conhecimentos, torna-se um ele-

mento incontornável para a introdução de estratégias de certificações.

Reflexões em termos de políticas públicas: como ativar a proximidade geográfica pela introdução de iniciativas de natureza organizacional

O estudo das cooperativas agrícolas mostra como a proximidade geográfica pode ser ativada por meio de uma ação coletiva combinada, mobilizando competências e conhecimentos a serviço de um projeto coletivo. Os benefícios provenientes de uma ativação da proximidade geográfica pelas proximidades organizadas estão relacionados às modalidades de organização das cadeias de produção e dos atores. A análise destes últimos permite retirar novas indicações em relação a políticas suscetíveis de sustentar uma ação dos poderes públicos em matéria de desenvolvimento local:

- os poderes públicos podem participar na ativação da proximidade geográfica por sua implicação em projetos coletivos conduzidos no plano local. Reforçar a imagem dos territórios por uma ação que os especifique favorece a valorização de conhecimentos locais (ver a política de *marketing* territorial conduzida nos tecnopolos). No presente caso, a ação pública pode favorecer a associação entre a valorização das produções de origem, com auxílio aos produtores, e a promoção do território em questão;

– os poderes públicos podem impulsionar uma dinâmica regional articulando os diferentes projetos produtivos locais. O respeito aos manuais de qualidade implica um acordo que ultrapassa as cooperativas isoladas e inclui o conjunto de atores que intervmem no mundo rural, sejam eles de natureza agrícola ou não. De fato, a importância crescente de normas ambientais exige o cuidado de compatibilizar diferentes atividades num mesmo espaço. A localização de uma fábrica poluidora, por exemplo, é pouco conciliável com o desenvolvimento de produtos biológicos. Trata-se, então, de facilitar um acordo introduzindo formas de governança territorial participativa.

Assim, a proximidade geográfica, inerente à própria existência das estruturas cooperativas, não é suficiente para introduzir eficazmente uma rede de atores locais. Esta deve passar por uma

ação coletiva posta a serviço de um projeto em comum. Apenas nesse caso o potencial oferecido pela proximidade geográfica (a existência de produtos ligados à origem e à rede ativada das cooperativas locais) acha-se valorizado, a serviço de uma política de desenvolvimento. No entanto, surgem aqui os limites de uma ação de natureza apenas organizacional, e a mobilização dos atores locais não se pode realizar fora de esferas institucionais, no que respeita tanto à sinalização de qualificação de produtos e de produções introduzidas pelos poderes públicos, quanto ao quadro regulador imposto por estes últimos. Devemos então nos questionar sobre a participação das dinâmicas de natureza institucional na ativação da proximidade geográfica. O caso do tecnopolo de Hsinchu, um bom exemplo de combinação entre saberes já existentes e novos conhecimentos, permite introduzir o papel da dimensão institucional na ativação da proximidade geográfica.

Ativar a proximidade geográfica por meio de projetos coletivos: a dimensão institucional

A dimensão organizacional, importante para a ativação da proximidade geográfica, não é sempre suficiente, em particular quando se trata de sistemas regidos por intervenções públicas fortes. O exemplo dos tecnopolos, característico de intervenções públicas em matéria de transmissão dos efeitos de conhecimento, permite que ilustremos a vertente institucional da ativação da proximidade geográfica.

Depois de terem originado numerosos trabalhos nos anos 1990 (Gaffard et al., 1993; Castells e Hall, 1994; Torre, 1998; Longhi, 1999), as pesquisas sobre os tecnopolos conheceram um relativo arrefecimento, embora as experiências neles baseadas continuassem a surgir pelo mundo afora. Contrastando com o caráter mais espontâneo do *Silicon Valley* ou da rota 128 nos Estados Unidos (Saxenian, 1994), as ações públicas

realizadas na Ásia se assemelham muito mais às práticas tecnopolitanas japonesas (Tsukuba) ou francesas (Sophia-Antipolis), ou até mesmo às dos distritos industriais quando eles são orientados por uma estrutura institucional (Markusen, 1996). Um apoio de natureza institucional geralmente é considerado necessário, pelo menos para ajudar tais estruturas a deslanchar.

O caso do tecnopolo de Hsinchu (Taiwan)⁷, dispositivo institucional localizado aliando atividades de alta tecnologia e atores públicos e privados, constitui um contra-exemplo a certos fracassos observados alhures no quadro do desenvolvimento de zonas tecnopolitanas (Saxenian e Hsu, 2001). Apesar de ser um produto da intervenção pública e não da história, inscreve-se no contexto sociocultural de uma sociedade chinesa tradicional e holista. Esse exemplo de ancoragem local de um tecido de atividades de altas tecnologias levanta a questão do papel das instituições formais. Mostra as modalidades possíveis de articulação em torno de um projeto coletivo, a partir de uma criação totalmente artificial, e o papel desempenhado pelas instituições na ativação das potencialidades da proximidade geográfica.

O parque científico de Hsinchu em Taiwan: uma forma tecnopolitana

Criado em 1979, o parque científico de Hsinchu busca desenvolver indústrias de

alta tecnologia taiwanesas, seguindo um esquema de pólo de crescimento fundado no impulso tecnológico de uma empresa motriz. Em 20 anos, ele evoluiu de um pólo de crescimento impulsionado por atores públicos para uma forma de organização do tipo distrito industrial e se orienta, hoje, em direção a formas cooperativas que dizem respeito a um sistema de mais de 300 pequenas e médias empresas tecendo relações de concorrência, complementaridade e cooperação.

Apesar de sua origem burocrática, o tecnopolo conheceu um crescimento econômico rápido e contínuo desde sua criação, manifestado pela criação de numerosas companhias “autóctones” provenientes das empresas locais (“spin-off”); passou-se assim de 17 empresas em 1981 para 245 em 1997. Esse dinamismo econômico tem, com certeza, origem na cultura empreendedora chinesa, que veicula um estado de espírito resumido pelo provérbio “é melhor ser a cabeça de um frango do que o rabo de uma vaca”; dito de outra forma, é preferível ser o chefe de uma pequena empresa que o último dos subalternos de uma grande empresa. A partir desse fato, à imagem de um distrito industrial, o parque de Hsinchu indica uma forte capacidade de desenvolvimento endógeno de seu sistema produtivo e de aumento da produtividade do trabalho acima da média nacional. Mas seu dinamismo vem igualmente, em grande medida, das condições institucionais que envolveram sua criação e seu desenvolvimento.

⁷ Esse estudo de caso é tirado da tese de Thierry Paulmier realizada com os responsáveis e as empresas do Parque de Hsinchu (Paulmier, 2001).

Deve-se notar, no entanto, que o tecnopolo, não tendo sido concebido como um instrumento de desenvolvimento local, mas como um projeto governamental nacional encarregado da promoção do “triângulo de cooperação” entre os institutos de pesquisa governamentais, as universidades e as firmas privadas de alta tecnologia, é administrativamente isolado e tem muito pouca relação com a própria cidade de Hsinchu. Essa separação administrativa gerou conflitos entre o parque e as autoridades locais, especialmente na questão do recolhimento de impostos. O tecnopolo não pode, portanto, ser considerado atualmente um distrito industrial, na medida em que a região de implementação parece ainda não se ter beneficiado dos efeitos de *spillovers* do complexo tecnológico sobre seu desenvolvimento econômico local.

Um sistema de valores comuns baseado em solidariedades de rede

Se a proximidade geográfica contribui para a redução de incertezas e auxilia a formação de convenções mais ou menos tácitas, estas últimas só entram em ação no final do período necessário para o estabelecimento de relações duráveis. Em Taiwan, a prática tradicional chinesa de redes de solidariedade recíproca generalizada (“*guanxiwang*”) permitiu induzir uma sociabilidade espontânea no interior do tecnopolo de Hsinchu, reforçada pela presença de organizações locais geradoras de redes de relações pessoais (“*guanxi*”), tais como o Instituto de Pesquisa sobre Tecnologia Industrial

(ITRI) e as Universidades de Chiao-Tung e de Tsing-Hua. De fato, a maior parte dos engenheiros faz seus estudos nessas universidades e conservam com seus colegas de nomeação relações conviviais, as quais continuam a manter quando vão trabalhar nas empresas do parque ou no ITRI. Membros de um *guanxiwang*, eles são unidos por relações bilaterais de endividamento moral baseadas numa lógica de dom/contra-dom (Mauss, 1924). O doador conserva um direito moral sobre a coisa dada, e a troca não se reduz aos contornos visíveis do objeto e a suas características físicas. Portanto, jamais são apenas objetos que circulam entre os indivíduos, mas um conjunto de símbolos misturando a coisa, como a força que ela veicula, a marca daquele que doa, o reconhecimento de seu estatuto social, o testemunho do respeito ou da não-hostilidade contra aquele a quem é dado etc.

Por intermédio do *guanxiwang*, os engenheiros trocam regularmente, de maneira informal mas efetiva, pontos de vista, conhecimentos e opiniões que geram efeitos de deslocamentos informacionais. Por essas cadeias de relações pessoais, a informação circula muito rápido no interior do parque. A proximidade geográfica permite assim a recorrência de encontros; enquanto a partilha das infra-estruturas do parque (transportes, comunicações, escolas, restaurantes, serviços e equipamentos) constitui uma fonte de relacionamento e de troca, a vida cotidiana gera a ocasião de manter essas relações sociais pela freqüentação dos mesmos locais de diversão, de lazer ou de formação (restaurantes do parque, hotéis, escolas, jardins etc.), bem como

pelas relações de vizinhança. O “efeito cafeteria”, quase sempre exaltado na criação de sistemas tecnopolitanos, tem aqui um papel não negligenciável.

Papel da conexão em rede em torno de um projeto coletivo

Integrado segundo uma decomposição local dos processos produtivos (cada empresa, especializada em um segmento de produção, mantém relações com firmas situadas à frente ou atrás no processo produtivo), o parque vê sua prosperidade depender de algumas firmas motrizes especializadas em atividades produtivas, se bem que as relações verticais tenham um papel importante na sua dinâmica de crescimento.

Todavia, o esforço de P&D apóia-se hoje, ainda em grande parte, no instituto governamental ITRI e na repatriação de cérebros que, por ocasião da diáspora chinesa, foram para os Estados Unidos. O ITRI introduziu um projeto de desenvolvimento tecnológico, ao qual aderiram os cientistas e que estimulou muitos deles a voltar a trabalhar em seu país de origem e a iniciar a criação de uma rede de competências no plano local. Observam-se assim, ao lado de regras implícitas de comportamento, valores culturais e representações coletivas a serem compartilhados no futuro, e a existência de processos de aprendizagem coletiva. Estes se apóiam em redes locais de cooperação que mobilizam a valorização de conhecimentos locais sobre a circulação de informações referentes a tecnologias e mercados, e também na partilha de co-

nhecimentos tácitos. O tecnopolo de Hsinchu se apresenta, assim, como um território em transição, um “pólo de crescimento” construído sobre a predominância de relações verticais, mas que parece evoluir, mesmo com apenas 20 anos de existência, em direção a uma forma de aglomeração que se aproxima do tipo distrito industrial.

Os benefícios provenientes de uma ativação da proximidade geográfica por meio de imposições institucionais

Essa experiência parece demonstrar que é possível criar *ex nihilo* um complexo industrial, e de alta tecnologia, numa região sem tradição industrial e distante de grandes aglomerações. O governo local conseguiu criar um pólo industrial sustentado por alguns dos mais avançados centros de pesquisa de Taiwan com formas de coordenação estabilizadas entre atores públicos (ITRI/ERSO, as Universidades de Chiao-Tung e Tsing-Hua) e atores privados e entre estes últimos.

No entanto, o tecnopolo deve seu sucesso, antes de tudo, às dotações de natureza institucional, em particular:

- dotação em infra-estruturas universitárias e de pesquisa, realizada pelo governo, o que ressalta a necessária preexistência de infra-estruturas científicas locais para a introdução e o desenvolvimento de sinergias no nível da transmissão de conhecimentos;
- concepção confuciana da política tecnológica que privilegia a difusão ao

invés da apropriação tecnológica e encoraja a prática de redes interpessoais (ao invés de redes inter-organizacionais) de solidariedade recíproca.

Mais concretamente, o papel central do ITRI consistiu em organizar um ambiente favorável à propagação do progresso técnico e à circulação de conhecimentos. Para tanto, esse dispositivo local de coordenação buscou tecer relações entre pesquisadores e empreendedores não só por meio de canais tradicionais da difusão tecnológica (contratos de pesquisa e desenvolvimento conjunto, publicações, seminários e formações, alianças estratégicas, co-financiamento sistemático estratégico com o setor privado), mas igualmente por meio de dois canais suplementares que se mostraram os mais eficazes: o recrutamento de jovens engenheiros das universidades taiwanesas, encorajados a criar suas próprias empresas após alguns anos de experiência, e a criação de novas firmas, a partir das já estabelecidas (*spin-off*), às quais é fornecida a tecnologia necessária. Os potenciais advindos da proximidade geográfica que prevalece no interior do parque foram, assim, ativados por essas formas de intervenção de natureza institucional.

Reflexões em termos de políticas públicas: como ativar a proximidade geográfica pela introdução de iniciativas de natureza institucional

O exemplo de Hsinchu corrobora a tese segundo a qual um forte “capital institu-

cional” acelera a passagem de uma organização territorializada, originada pela intervenção pública, para uma entidade socioterritorial marcada por relações cooperativas e por capacidades criativas próprias. Os esforços realizados pelos poderes públicos, tanto em termos de infra-estruturas como em termos de promoção de interações locais, geraram seus frutos e permitiram a introdução ao mesmo tempo de redes locais e de um espírito de cooperação no plano local. A passagem do tempo, associada às fortes incitações dirigidas aos cientistas provenientes de universidades, contribuiu para terminar o trabalho e favorecer a produção de sinergias no plano local.

Por outro lado, o estudo das redes de solidariedade recíproca generalizada, assim elaborado para o caso de Hsinchu, revela a importância das relações individuais na construção de redes locais de empresas e de difusão de conhecimentos. Essas relações constituem, para as organizações, relações latentes extremamente preciosas, cuja ativação pode se efetuar em certos contextos e cuja existência pode provocar o relacionamento de empresas às quais pertencem os indivíduos que as mantêm. Desse modo, e se nos restringíssemos apenas à análise de cooperações interfirmas, concluiríamos erroneamente que as empresas do parque de Hsinchu não mantêm relações de cooperação, quando, na realidade, elas mantêm estreitas relações por meio de um sistema de relações informais (não mercantis) de natureza interpessoal. Conseqüentemente, um sistema local de inovação, *a fortiori* chinês, pode ser

apreendido como uma organização que articula dois tipos de redes: de indivíduos e de organizações.

A proximidade geográfica, que não é suficiente para acionar cooperações entre atores locais e, portanto, um desenvolvimento econômico local, constitui uma base indispensável, uma vez que é ativada por meio de ações coletivas,

portadoras de projetos coletivos. Aqui, esses projetos são conduzidos por instituições que anteciparam o desenvolvimento do parque e concordaram sobre a criação de um sistema local articulado em torno de redes locais de atores. A proximidade geográfica foi ativada por uma ação coletiva e uma conexão em rede de atores, de natureza organizacional, mas, antes de tudo, institucional.

Conclusão

A idéia de que a co-localização de atores produtivos significa a coordenação de suas ações e, como consequência, a introdução de sinergias favoráveis ao desenvolvimento local ainda é grandemente difundida. Ela gera políticas públicas locais de natureza voluntarista, que se baseiam na incitação à localização conjunta de empresas ou de laboratórios de pesquisa, na esperança um pouco ilusória de que a proximidade geográfica assim criada ou encorajada leve à criação de numerosas e fecundas interações.

Nosso trabalho, que se apóia em três estudos de caso, mostra que a realidade é mais complexa e que, embora a proxi-

midade geográfica desempenhe um papel não negligenciável no processo de desenvolvimento local, também deve ser ativada por um outro tipo de proximidade, a proximidade organizada. É a conexão em rede de atores no plano local que pode originar esses fenômenos, mas ainda aqui ela não pode ser decretada (ver o exemplo das RDT). Apenas a serviço de um projeto coletivo, visando à mobilização de recursos locais ou à hibridização dos conhecimentos locais com os provindos do exterior, é que ela, enfim, será bem-sucedida, quer constitua uma mobilização puramente organizacional, ou, principalmente, uma mobilização sustentada por incitações e intervenções de natureza institucional.

Referências bibliográficas

ANSELIN, L.; VARGA, A.; ACS, Z. Local Geographic Spillovers between University Research and High Technology Innovations. *Journal of Urban Economics*, n. 42, p. 422-48, 1997.

ASHEIM, B. Industrial districts as “learning regions”: A condition for prosperity? *European Planning Studies*, v. 4, n. 4, p. 379-400, 1996.

- AUDRESCHT, D.; FELDMAN, M. R&D spillovers and the geography of innovation and production. *American Economic Review*, 86(3), p. 630-40, 1996.
- BELLET, M.; KIRAT, T.; LARGERON M. C. *Proximité: approches multiformes*. Paris: Editions Hermès, 1998.
- CASTELLS, M.; HALL, P. *Technopoles of the world*. London; New York: Routledge, 1994.
- CFCA. L'évolution du secteur coopératif agricole, *document de travail*, 1999.
- CREVOISIER, O. L'approche par les milieux innovateurs: état des lieux et perspectives. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 1, p. 153-65, 2001.
- DUPUY, C.; GILLY, J. P. Industrial groups and territories: the case of Matra Marconi Space in Toulouse. *Cambridge Journal of Economics*, n. 23, p. 207-23, 1999.
- ELLISON, G.; GLAESER, E. L. Geographical Concentration in US Manufacturing Industries: a dartboard approach. *Journal of Political Economy*, v. 107, p. 889-927, 1997.
- FELDMAN, M. The new economics of innovation, spillovers and agglomeration: a review of empirical studies. *Economics Innovation and new technology*, n. 8, p. 5-25, 1999.
- FILIPPI, M. Poids et Stratégies du secteur coopératif en Midi-Pyrénées: Premiers résultats de l'enquête INRA-FRCA 2000. *ID info*, Juillet 2001.
- GAFFARD, J. L. et al. *Cohérence et diversité des systèmes d'innovation en Europe*. Rapport de synthèse, Commission of the European Communities Science Research and Development, FAST, Continental Europe: science, technology and community cohesion, v. 19, juin 1993.
- GUILLOUZO, R.; PERROT, P.; RUFFIO, P. Typologie, déterminants et spécificités des alliances dans l'industrie agro-alimentaire française. *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, n. 52, p. 23-57, déc. 1999.
- LONGHI, C. Networks, collective learning and technology development in innovative high technology regions: the case of Sophia-Antipolis, *Regional Studies*, v. 33, n. 4, p. 333-42, juin 1999.
- LUNG, Y. et al. *Organisation spatiale et coordination des activités d'innovation*, contrat au Commissariat Général au Plan, 1997.
- MARKUSEN, A. Sticky places in slippery space: a typology of industrial district. *Economic Geography*, v. 72, n. 3, p. 293-313, 1996.
- MASKELL, P.; MALMBERG, A. Localised learning and industrial competitiveness. *Cambridge Journal of Economics*, v. 23, n. 2, p. 167-85, 1999.
- MONCK, C. S. et al. 1988, *Science Parks and the Growth of High Technology Firms*. London: Croom Helm, 1988.
- NICOLAS, P. La remise en cause de l'organisation coopérative: crise d'identité et législation nouvelle. *Economie et*

Sociologie Rurales, série IAA, n. DT 92.02, 1992.

_____. Règles et principes dans les sociétés coopératives agricoles françaises: application pratique, insertion dans le droit et vicissitudes séculaires. *Economie et Sociologie Rurales*, déc. 1993.

NILSSON, J.; VAN DIJK, G. (Ed.). *Strategies and structures in the agro-food industries*. Van Gorcum, 1997.

PAULMIER, T. L'expérience technopolitaine de Hsinchu à Taiwan: un pôle de croissance en transition vers un district industriel? *Revue Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, p. 479-94, 2001.

POLANYI, M. *The Tacit Dimension*. New York: Doubleday, 1966.

RALLET, A.; TORRE, A. On Geography and Technology: Proximity Relations in Localised Innovations Networks. In: STEINER, M. (Ed.). *Clusters and Regional Specialisation*. London: Pion Publication, 1998.

_____. Proximité Géographique ou Proximité Organisationnelle? Une analyse spatiale des coopérations technologiques

dans les réseaux localisés d'innovation. *Economie Appliquée*, v. LIV, n. 1, p. 147-71, 2001.

RATTI, R.; BRAMANTI, A.; GORDON, R. *The Dynamics of Innovative Regions*. Ashgate Publishing, Aldershot, 1997.

SAXENIAN, A. *Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

SAXENIAN, A.; HSU, J. The Silicon Valley - Hsinchu Connection: technical communities and industrial upgrading. *Industrial and Corporate Change*, v. 10, n. 4, p. 893-920, déc. 2001.

TORRE, A.; GILLY, J. P. On the analytical dimension of Proximity Dynamics. *Regional Studies*, v. 34, n. 2, p. 169-80, 1999.

TORRE, A. Industrial Dynamics and the Geography of Proximity. *Progress and Planning*, n. 3, 1998.

ZUCKER, Lynne G.; DARBY, Michael R.; ARMSTRONG, Jeff. Geographically localized knowledge: spillovers of markets? *Economic Inquiry*, n. 36, p. 65-86, 1998.

Resumo

O artigo analisa o papel da proximidade geográfica no desempenho dos sistemas locais de produção e examina a precedência da mesma sobre a proximidade organizacional. O jogo de influências

Abstract

The aim of this article is to analyze the role of geographical proximity to the performance of local production systems and put under scrutiny its precedence over organizational proximity. The inter-

entre as proximidades geográfica e organizacional é abordado em três estudos de caso que elucidam os modos de coordenação que contribuem para a geração e difusão de conhecimento no plano local. A primeira seção mostra que a proximidade geográfica não é suficiente para provocar interações e sinergias locais enquanto redes. A segunda seção esclarece que as organizações coletivas locais, tais como as cooperativas agrícolas, podem ativar o potencial da proximidade geográfica. Por fim, a última seção estuda as dimensões institucionais da transferência de conhecimento no plano local, revelando que as formas da proximidade organizacional podem estimular a geração de sinergias locais e explorar o potencial da proximidade geográfica.

Palavras-chave: Proximidade geográfica; proximidade organizacional; sistemas locais de produção

play between geographical proximity and organizational proximity is approached by three case studies which shed light on modes of co-ordination that contribute to knowledge generation and knowledge diffusion at the local level. Section 1 shows that geographical proximity is not enough to the emergency of local interactions and synergies, such as local networks. Section 2 gives evidences that local collective organizations, such as agricultural co-operatives, can activate the potential of geographical proximity. Finally, the last section analyses the institutional dimensions of the introduction of knowledge transfer at the local level. It reveals that forms of organizational proximity can spur the generation of local synergies and hence exploit geographical proximity potential.

Keywords: Geographical proximity; organizational proximity; local production systems

Recebido em agosto de 2002. Aprovado para publicação em novembro de 2002

Maryline Filippi é pesquisadora do Conseil National de la Recherche Scientifique / Institut National de la Recherche Agronomique - CNRS/INRA de Toulouse, França

André Torre é pesquisador senior do Conseil National de la Recherche Scientifique / Institut National de la Recherche Agronomique - CNRS/INRA de Paris, França

Uma teoria econômica da favela: quatro notas sobre o mercado imobiliário informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres*

Pedro Abramo

Introdução

Na maioria das grandes cidades latino-americanas, o acesso à terra urbana se dá por meio da informalidade fundiária e/ou urbanística. A partir de três grandes lógicas da ação social, pode-se entender o modo como, aos pobres, é efetivado esse acesso. A primeira é a *lógica de Estado*, através da qual a sociedade civil e os indivíduos se submetem a uma decisão do poder público, que assume a responsabilidade de definir a escolha que garanta o maior grau de bem-estar social. Nesse caso, o Estado define a forma, a localização e o público-alvo que terá acesso e usufruirá a terra urbana.

A segunda é a *lógica de mercado*, segundo a qual o mercado seria o mecanis-

mo social que possibilita o encontro entre os que desejam consumir terra urbana e os que se dispõem a abrir mão do direito de uso da terra urbana e a oferecê-la a eventuais consumidores fundiários (ou imobiliários). A lógica de mercado pode assumir características institucionais diferentes, segundo o vínculo que o objeto transacionado (terra) estabelece com as normas e regras jurídicas e urbanísticas de cada cidade e/ou país. Assim, podemos encontrar mercados cujo objeto está inscrito na normalidade jurídica e urbanística, que chamamos “mercados formais”, e mercados cujo objeto transacionado não se enquadra nos requisitos normativos e jurídicos, que chamamos “mercados informais de terra urbana”.

* Este artigo é parte das atividades desenvolvidas no acordo Capes/Cofecub 320/2000, *Inovação e Competitividade Regional e Urbana na Economia Globalizada*, envolvendo o IPPUR/UFRJ, o Cedeplar/UFMG e a Université de Paris XI.

A terceira é a *lógica da necessidade*, segundo a qual existe uma motivação condicionada pela condição de pobreza, isto é, pela incapacidade de suprir uma necessidade básica a partir dos recursos monetários que permitiriam o acesso ao mercado. À carência pecuniária, soma-se uma “carência institucional”, seja por um déficit de “capital institucional” (inscrição em um programa público), seja por um déficit de “capital político” (produto de uma situação de conflito ou resultado de práticas populistas). Assim, desenvolve-se um processo de “ação coletiva” conhecido por ocupações urbanas de terrenos e/ou imóveis. Nesse caso, o acesso à terra não mobiliza necessariamente recursos monetários individuais e/ou do poder público; a possibilidade de dispor do bem terra urbana está diretamente vinculada a uma decisão de participar de uma ação coletiva que envolve eventuais custos políticos (conflitos) e jurídicos (procedimentos judiciais).

Cada uma dessas lógicas de ação estabelece uma estrutura ou marco referencial para a tomada de decisão quanto ao acesso à terra e define a estrutura de ação e das escolhas de localização e uso

dos serviços públicos, das infra-estruturas e dos bens coletivos da sociedade civil e das administrações locais. Isto é, as lógicas sociais de acesso à terra determinam as particularidades no processo decisório de localização das residências dos pobres e das infra-estruturas urbanas e condicionam a evolução futura das cidades latino-americanas.

Nas grandes cidades da América Latina uma parte significativa do solo urbano foi ocupada segundo a lógica da necessidade e/ou com o uso de relações de mercado informais. As *cidades da informalidade* são um desafio incontornável para a promoção de cidades com um componente de equidade urbana e social. Porém, a característica da informalidade urbana é múltipla e se transforma rapidamente nas grandes metrópoles latino-americanas. No presente texto, procuramos enfatizar, ainda na forma de notas e recorrendo a uma abordagem ensaística, dois aspectos que julgamos fundamentais na dinâmica de transformação recente da informalidade urbana: a mobilidade residencial dos pobres e o funcionamento do mercado informal de terra.

Sobre as preferências locacionais dos favelados: considerandos

Admitindo a existência de evidências empíricas sobre o crescimento da importância do mercado imobiliário informal como um dos principais mecanismos de acesso à favela, e admitindo algumas in-

dicações de que esses preços se mostram excessivamente elevados em relação aos preços do mercado formal de imóveis (ver item sobre mercado imobiliário informal), duas questões norteadoras para

a avaliação da recente trajetória da pobreza urbana nas grandes cidades brasileiras podem ser formuladas. A primeira, um tanto evidente, põe em discussão a racionalidade das famílias compradoras de imóveis em favela. Por que, com preços tão elevados, as famílias decidem comprar moradias em favelas? A segunda remete ao funcionamento dos mercados imobiliários e à formação dos preços nas favelas. Na literatura dos mercados fundiários-imobiliários, encontramos a hipótese da concorrência por meio dos preços como o elemento determinante do funcionamento dos mercados urbanos. Essa premissa teórica permitiria supor que a concorrência entre o mercado imobiliário informal e o mercado formal reduziria os preços daquele em razão de o formal oferecer opções mais atraentes com preços semelhantes; por exemplo, a substituição da moradia próxima ao mercado de trabalho por imóveis mais amplos na periferia com a vantagem do título de propriedade¹. No entanto, os resultados de algumas pesquisas recentes mostram que essa concorrência não se verifica². No item sobre a relação

entre o mercado imobiliário informal e as estratégias de investimento familiar dos favelados, procuramos sugerir algumas respostas a esse aparente paradoxo. Um dos argumentos sugeridos para explicar os preços elevados da moradia em favela explora o nexos entre o mercado de trabalho e o mercado imobiliário em que a informalidade no primeiro impede a entrada do segundo no mercado formal imobiliário, dada a informalidade no mercado de trabalho, e a relativa rigidez na oferta de imóveis no mercado imobiliário de favelas definem um “mercado racionado”⁴, que tende a responder às flutuações de demanda com variação acentuada em seus preços. Ao longo dos últimos trinta anos, as mudanças no mercado de trabalho e no mercado imobiliário urbano transformaram de forma significativa a trajetória e as estratégias residenciais das famílias pobres nas grandes cidades brasileiras. Uma primeira constatação sobre a característica desses pobres é a sua relativa diversidade social. Os estudos sobre a informalidade do trabalho e a informalidade imobiliária revelam uma grande

¹ Em pesquisa de campo realizada em 10 favelas da cidade do Rio de Janeiro, aplicamos um questionário sobre a mobilidade residencial dos moradores de favelas em que simulamos uma escolha residencial com opções de imóveis no mercado formal e informal em localizações e com características diferentes, porém com preços semelhantes.

² Os resultados preliminares de pesquisas de campo sobre o mercado imobiliário (Abramo, 1998, 1999a) são bastante conclusivos em relação à opção familiar pelos imóveis em favela.

³ Em termos locacionais, essa relação não é muito explorada, pois grande parte dos modelos de localização residencial acompanham a hipótese de Alonso-Fujita de localização central do mercado de trabalho. Da mesma maneira, a maior parte dos modelos de mercado de trabalho são aespaciais. Recentemente, Zenou (1996) procurou articular as teorias da segmentação do mercado do trabalho com os modelos de localização residencial, para explicar a dinâmica de estruturação socioespacial das cidades.

⁴ Utilizamos o conceito de mercado racionado empregado pelo novos keynesianos. Para uma apresentação didática, ver Mankiw e Romer (1992) e Dixon e Rankin (1996).

heterogeneidade social das famílias que auferem rendimentos não-assalariados e/ou residem em moradias ilegais ou irregulares segundo a legislação urbana. Essa heterogeneidade social foi recentemente revelada no estudo sobre favelas realizado a partir dos setores censitários (Preteceille e Valladares, 2000). Da mesma maneira, os resultados preliminares da pesquisa sobre o mercado imobiliário em favelas do Rio de Janeiro também apontam para uma relativa diversidade entre as favelas da cidade, mas sobretudo para uma forte diversidade interna nas favelas, o que permite explicar a existência de uma segmentação dos mercados imobiliários intrafavelas.

Dois outros fatores muito citados nas literaturas sociológica e antropológica sobre as preferências locacionais das famílias faveladas apareceram em nossas entrevistas. A proximidade de uma eventual fonte de rendimento e a vizinhança são freqüentemente consideradas os principais motivos na decisão da escolha locacional dos pobres urbanos. Porém, nas entrevistas realizadas entre famílias de residentes em favelas e em conjuntos residenciais, identificamos diferenças interessantes nas respostas dos descendentes das famílias que ocuparam lotes em assentamentos ilegais. Para uma parcela das novas gerações, a noção de proximidade de uma fonte de rendimento perde a sua dimensão territorial *stricto sensu* e passa a adquirir uma conotação de rede de relações. A oportunidade de um eventual rendimento estaria vinculada à amplitude e às possibilidades abertas pela rede (de relações parentais, pessoais ou religiosas). Essa rede, contudo,

geralmente se manifesta de forma difusa em termos territoriais. Nesse sentido, a oportunidade de emprego não estaria necessariamente vinculada à proximidade física de uma demanda por mão-de-obra como no caso da proximidade de uma fábrica (favela Nova Brasília nos anos 1940 e 1950 e favela Fernão Cardim nos anos 1950 e 1960), de um canteiro de obras da indústria da construção civil (favela da Rocinha e do Vidigal nos anos 1970 e 1980), do mercado de trabalho para domésticas (favelas da Zona Sul). Uma rede de relações construída, por exemplo, a partir das igrejas evangélicas abre um leque de oportunidades de rendimentos eventuais que se manifesta de forma difusa na territorialidade da cidade. Essa característica dos trabalhos eventuais de cada vez mais dependência das redes de relacionamentos sociais desvela uma nova dimensão na relação entre a localização do trabalho e as preferências de localização residencial das famílias faveladas. Porém, esse novo componente da organicidade social dos pobres urbanos não deve ser superestimado, pois os fatores de proximidade física entre o lugar de residência e o de trabalho ainda parecem ter grande importância para um número significativo de comunidades faveladas. Como veremos adiante, existem indicações sobre a localização das fontes de rendimentos das famílias residentes em favelas que evidenciam que uma parte importante dos seus rendimentos familiares são auferidos na proximidade da sua moradia.

Assim, em muitos casos, a proximidade territorial é determinante para a

possibilidade de obter rendimentos ocasionais. Mas, o critério para definir a importância da relação de proximidade entre o local de moradia e o de um trabalho eventual é de natureza diferente do conceito tradicional de redução de custo de deslocamento⁵. Um bom exemplo dessa “nova” dependência locacional são as atividades ligadas ao narcotráfico, que recruta sua “mão-de-obra” preferencialmente na localidade onde atua (Zaluar, 1998, 1994). Nesse caso, fatores como “confiança” e conhecimento do território são determinantes na construção da rede de atividades do narcotráfico que atua na favela. A “economia do narcotráfico” gera uma dinâmica econômica intrafavela que é promotora de comércio e de serviços de caráter local; uma “economia autarquizada” que gera rendimentos e um protomercado informal de trabalho. Nesse caso, encontramos uma eventual fonte de rendimentos para moradores da favela em que a relação de proximidade entre o local de residência e o desempenho da atividade é uma qualificação determinante para entrar nesse mercado. Assim, o surgimento de territórios autarquizados do ponto de vista dos procedimentos urbanísticos e jurídicos também incorpora uma dimensão econômica.

Em pesquisas recentes sobre a localização do emprego de moradores de fa-

velas no Rio (Secretaria de Trabalho do Município do Rio de Janeiro, 1999) e em São Paulo (Baltrusis, 2000), verificou-se que um percentual importante desses moradores trabalhava na própria favela. Assim, esta também pode ser vista como um local de concentração de atividades de serviço e comércio (informais) geradoras de um fluxo de recursos que constituem um “circuito econômico” interno fomentador do mercado imobiliário local. Essa dinâmica econômica endógena da favela se institui a partir de fatores tais como confiança e reciprocidade. Esses fatores, que qualificam a interação dos sujeitos sociais, são elementos importantes na dinâmica dos mercados locais e explicam sua manutenção *vis-à-vis* dos mercados formais a preços inferiores. A contrapartida desse circuito econômico endógeno na favela é que ele reforça os fatores de escolha de localização residencial a partir do critério de proximidade. Nossos resultados ainda são bastante preliminares, mas acreditamos que estudos empíricos sobre a economia interna da favela podem abrir novos horizontes de avaliação sobre a trajetória da pobreza urbana nas metrópoles brasileiras e, em particular, sobre a permanência ou a modificação das preferências locacionais dos pobres e sua relação com as suas fontes (eventuais ou efetivas) de rendimento do trabalho.

⁵ O fator custo de deslocamento é definido como a variável chave nos modelos ortodoxos neoclássicos para explicar a localização residencial dos pobres. Podemos sugerir que atualmente nas metrópoles brasileiras vemos um duplo movimento de deslocamento. O primeiro, de muito pobres em direção a uma “super” periferia muito distante do centro. O segundo, de retorno dos pobres a áreas mais centrais (no nosso caso, favelas), em função da relevância dos custos de transporte no orçamento familiar. O mercado imobiliário informal é um dos elementos que revelam esse processo de densificação das favelas.

Sobre esse ponto, acreditamos que os conceitos desenvolvidos pela teoria da “economia da proximidade” podem ser utilizados para qualificar a noção de proximidade na favela. Os autores dessa corrente de pensamento econômico apresentam três definições de proximidade (Rallet, 2000). A primeira, de ordem “topológica”, pressupõe que as relações econômicas na favela têm como princípio estruturador a proximidade física, isto é, a territorialidade da favela (sua topografia e localização) permite uma proximidade geradora de atividades econômicas e imobiliárias. A segunda, de ordem classificatória, pressupõe que a favela e seus moradores adquirem uma “proximidade” pelo fato de estarem classificados socialmente como um território particular: favela. Assim, temos uma proximidade que se remete a um plano metaterritorial, pois as favelas se relacionam a partir de uma característica particular do processo de ocupação do solo urbano⁶, isto é, de não terem o título de propriedade fundiária. Nesse sentido, a proximidade é estabelecida por uma definição não-topológica, mas classificatória, e se manifesta de forma territorializada, embora possa manifestar-se também entre um conjunto de favelas que estão dispersas na malha urbana. Em outras palavras, a proximidade dessas favelas não é definida pela contigüidade territorial, mas por uma definição jurídico-política que estabelece uma “nova” territorialidade urba-

na (favelas). Assim, surge uma relação de proximidade a partir dessa definição que se reporta a um caráter classificatório.

A terceira definição é concebida como uma “proximidade organizada”, que pode ser constituída a partir de relações institucionalizadas, por redes e hierarquias informais e tácitas ou mesmo pelo poder da força e da violência. O que distingue essa forma de proximidade das duas outras são o fato de ela ser uma construção social que envolve agentes e o de sua manutenção ser exercida por um conjunto de ações, normas, regras e procedimentos. Assim, a proximidade não é geográfica ou classificatória, ela se reproduz socialmente a partir de um conjunto de relações de interação entre indivíduos, famílias, grupos etc. A proximidade organizada exige, portanto, uma “manutenção social” que mobilize relações de mediação de interesses, conflitos, reciprocidades, confiança etc. De fato, nas favelas encontramos uma multiplicidade de “proximidades organizadas” que explicam a forma de reprodução de relações econômicas e imobiliárias. Acreditamos que a definição dessas três formas de proximidade abra novos horizontes de leitura dos fenômenos econômicos na favela e, em particular, permita articular a dinâmica do mercado imobiliário e a mobilidade residencial nas favelas com um conjunto de outras práticas sociais que são constituintes dessa territorialidade particular da cidade.

⁶ Em geral, o processo de ocupação do solo define um estatuto jurídico particular para a propriedade fundiária. A favela pertence à categoria das moradias que não possuem título de propriedade. Para uma discussão, ver o trabalho coletivo organizado por Saule Jr. (1999).

Capital humano e políticas territorializadas

Os estudos recentes sobre a pobreza e o crescimento econômico concluem que o capital humano é um dos elementos centrais dos processos de divergência das taxas de crescimento entre os países. Os modelos de crescimento endógeno⁷ vêm sendo utilizados para explicar as diferenças regionais e, mais recentemente, começam a ser aplicados aos estudos interurbanos. A utilização desses modelos nos estudos regionais e urbanos visa identificar o porquê das trajetórias de crescimento diferenciadas entre regiões e cidades. As conclusões dessas aplicações, *grosso modo*, não diferem muito dos resultados dos modelos macroeconômicos. As regiões e as cidades mais bem dotadas de certas “externalidades sociais”, tais como capital humano, infra-estrutura pública e capacitação tecnológica e institucional, apresentam taxas de crescimento superiores. Da mesma maneira, na literatura sobre competitividade de cidades, os planejadores, os urbanistas e os gestores de cidades identificam nessas mesmas “externalidades” os elementos de atração de investimentos que permitiriam o desenvolvimento sustentável das cidades (Castells, 1997; Borja e Castells, 1997; Barquero, 1999).

Com base nesse arsenal teórico e normativo, as políticas públicas locais

passam a importar-se com a formação profissional e o investimento em sistemas educativos locais, sobretudo focalizados (adequados às características da população-alvo) como um vetor de crescimento urbano e, portanto, de superação da pobreza urbana. O raciocínio analógico dos formuladores de políticas públicas tem nos modelos de crescimento endógeno um novo padrão de referência na formulação de políticas urbanas. Assim, a partir dos anos 1990, verificamos que vários programas foram propostos com o objetivo de superar a pobreza urbana localizada territorialmente nas favelas, a partir de iniciativas de investimento em capital humano dos moradores dessas comunidades. Nesse sentido, é interessante observar a evolução do programa de urbanização de áreas pobres denominado Favela-Bairro.

Esse programa, desenhado no início da década de 1990 pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e logo posto em prática com recursos do BID e da Caixa Econômica Federal, é apresentado, originalmente, como um esforço de urbanização dos territórios das favelas. O eixo principal de intervenção do programa são as obras em infra-estrutura básica (melhoria nas redes de água e esgoto) e de pavimentação (sistema de

⁷ Tais modelos, desenvolvidos por Romer (1990), Barro (1990), Sala-I-Martin (1990), Lucas (1988), entre outros, concluem que o capital investido em educação transforma-se em uma “externalidade social” que pode ser apropriada pelo mercado e que possibilita rendimentos crescentes de escala, os quais, por sua vez, permitem explicar por que as taxas de crescimento econômico dos países não tendem a convergir, mas sim a divergir, aumentando a distância da riqueza entre os países. Assim, um dos resultados práticos desses modelos é a sugestão de políticas de investimento em capital humano.

vertebração das acessibilidades nas favelas). Porém, rapidamente absorve uma série de outros subprogramas que procuram introduzir no universo da favela políticas centradas na qualificação de mão-de-obra e na geração de emprego e renda. Diferentemente das intervenções públicas anteriores, cujas metas eram semelhantes (por exemplo, os programas Mutirão e de garis comunitários), esses subprogramas ambicionam intervir articuladamente para promover a melhoria na infra-estrutura e no capital humano dessas comunidades. A idéia subjacente a essas intervenções é investir no fator que permitiria o crescimento econômico auto-sustentável das comunidades faveladas e, portanto, a superação gradativa da sua condição de território da pobreza urbana. Segundo o novo receituário de intervenção pública em áreas de pobreza, é necessário que o poder público atue no sentido de elevar o nível de capital humano da favela, de tal forma que permita o surgimento de efeitos de sinergia social que promova o aparecimento de uma externalidade local, a fim de alavancar o crescimento e a geração de renda dessa comunidade.

Aqui identificamos uma analogia entre os modelos de crescimento endógeno que definem “o sistema educativo (e sua resultante em capital humano) como o motor principal do crescimen-

to” (Bénabou, 1998, p. 603) e sua aplicação à territorialidade da favela para promover a superação da pobreza urbana. O objetivo esperado dessa intervenção seria, portanto, impulsionar o crescimento localizado dessa comunidade favelada a partir da acumulação de capital humano e do surgimento de externalidades localizadas. Podemos sugerir duas observações a essa nova tendência da intervenção pública em áreas de pobreza urbana. As duas questões remetem à relação entre território e as conseqüências de políticas públicas direcionadas (focalizadas). A primeira é de natureza teórica e problematiza os efeitos das políticas descentralizadas (no espaço metropolitano) de investimentos em capital humano na redução/aumento da segregação socioespacial. Sobre esse ponto, acompanhamos a demonstração de Bénabou (ibid.) sobre o eventual surgimento de “efeitos perversos” de segregação quando da aplicação de políticas de descentralização de investimento em bens públicos produtores de capital humano (sistema educativo). A partir de um modelo de crescimento endógeno articulado com modelos de estruturação intra-urbanos, Bénabou chega às seguintes conclusões:

- i) “a descentralização de um bem público tende a aumentar o grau de segregação socioeconômica entre as administrações locais (comunidades)”⁸;

⁸ Seguindo os modelos tradicionais de localização residencial, Bénabou supõe um equilíbrio espacial estratificado entre zonas (ou administrações locais) de pobres e de ricos. No caso da cidade do Rio de Janeiro, existem estudos empíricos (Smolka, 1985; Abramo, 1988, 1996) que demonstram que a estrutura espacial da cidade é estratificada segundo níveis de renda e investimento acumulado em infra-estrutura urbana, permitindo uma analogia com as administrações locais de Bénabou.

- ii) “a segregação induzida pela descentralização de um bem público conduz a disparidades potenciais consideráveis entre os níveis de *inputs* educativos não mercantis (capital social) de cada comuna. Daí resulta uma persistente e crescente (de uma geração a outra) desigualdade em capital humano”;
- iii) “a segregação socioeconômica induzida pela descentralização de um ou vários bens públicos pode conduzir, através dos efeitos induzidos pelo sistema educativo, a uma redução considerável do produto da aglomeração urbana.” (Bénabou, 1998, p. 599-600, 602)

A partir desses resultados, o autor sugere, ainda que de forma prudente, a atenção dos *police makers* para os efeitos perversos em termos socioespaciais de suas políticas de descentralização espacial. A preocupação é atual e pode ser remetida à recente política de intervenção em favelas no Rio de Janeiro, que tem como um de seus eixos de ação a formação de capital humano nessas comunidades, a fim de reduzir as diferenças socioespaciais urbanas. Podemos dizer que as observações de Bénabou adquirem maior relevância quando pensamos essas políticas descentralizadas associadas a políticas focalizadas. Sabemos que as avaliações dos resultados das políticas públicas focalizadas são muito incipientes e exigem estudos mais específicos, sobretudo em relação aos programas cujo foco principal é a popu-

lação favelada. Mas, desde já, podemos levantar as mesmas interrogações sobre os “efeitos perversos” em termos do aumento da segregação socioespacial sugerido no modelo teórico de Bénabou. As conclusões teóricas de Bénabou são muito sugestivas, mas devem ser confrontadas com resultados de pesquisas empíricas, de forma a permitir o aporte de novas dimensões ao debate sobre a descentralização e a focalização das políticas públicas e, em particular, sobre os seus efeitos na produção da segregação socioespacial urbana.

Outro ponto importante que percebemos em nossas entrevistas sobre a mobilidade intergeracional das famílias residindo em favelas diz respeito ao grau de educação dos descendentes e sua relação com as categorias profissionais dos seus ascendentes. Um dos resultados interessantes dessas entrevistas⁹, e temos que ser prudentes em relação a ele, é a constatação de que uma parcela significativa dos descendentes teve maiores oportunidades de acesso ao sistema educacional que seus pais. Porém, esse resultado não significou necessariamente uma mobilidade ascendente na hierarquia socioocupacional. As entrevistas que realizamos entre várias gerações de favelados e *ex-favelados* indicam situações familiares em que os descendentes mais qualificados exercem, hoje, profissões bastante similares às dos seus pais no final dos anos 1960 ou estão desempregados. Em muitos casos, a decisão de investimento familiar na educação dos filhos representou

⁹ Os resultados preliminares dessas entrevistas foram tabulados em relatório de pesquisa coordenado por Perlman, Vainer e Abramo (1999).

um esforço importante, como testemunha um antigo morador de favela removido para um conjunto habitacional:

*“eu que vim do interior com pouca instrução e sei muito bem quanto a falta de estudos me prejudicou. Por isso, sempre fiz o maior sacrifício para manter meu filho na escola. Eu tentei a escola pública, mas logo vi que o ambiente não era bom... aí coloquei ele na escola paga. Hoje a minha surpresa é que esse estudo não está valendo muito para ele arranjar um emprego.”*¹⁰

Aqui podemos resgatar as duas teses mais usuais que explicam esse aparente paradoxo de “sobre-educação”, em que a capacitação educacional não corresponderia a uma mobilidade ocupacional. A primeira é a do capital humano e enfatiza que esse desequilíbrio entre a oferta e a demanda é temporário. Esse desequilíbrio temporário não constituiria uma “falha de mercado”: ele seria apenas um mecanismo de aprendizado útil para as carreiras posteriores¹¹. A segunda tese é conhecida como a perspectiva credencialista e pode estar associada aos modelos de assimetria informacional do mercado de trabalho ou ser formulada

a partir de uma visão da sociologia da educação (Collins, 1989). A idéia sugerida por essa perspectiva é que a educação fornece um sinal distintivo em um mercado no qual obter informações é um custo para o empregador.

Collins irá mais longe na tese credencialista, ao sugerir que a sobre-educação é uma consequência necessária do uso de credenciais educativas como meio de distribuir privilégios econômicos. Ao deslocarmos essa afirmação para o universo dos favelados, podemos indagar sobre qual seria, efetivamente, essa condição de sobre-educados. A partir das entrevistas que realizamos, poderíamos qualificar um pouco mais essa pergunta e introduzir elementos da projeção intertemporal dos pais e de suas trajetórias de pouco acesso ao sistema educacional. A subjetividade dos pais se revela no desejo de uma vida melhor para os filhos (projetada nas expectativas de mobilidade ocupacional) e tem na esperança de escolarização seu principal instrumento de promoção social dos descendentes:

*“acho que meus filhos terão uma vida melhor do que a minha, pois eu vou garantir o estudo para eles.”*¹²

¹⁰ Depoimento do Seu J. do conjunto Guaporé.

¹¹ Sicherman e Galor (1990). Uma variante dessa posição é proposta por Sicherman (1991), que acredita que a existência de indivíduos sobre-educados em relação aos seus postos de trabalho pode ser interpretada como uma estratégia do indivíduo que julga mais aconselhável um cargo que exige menos qualificações hoje para que ele acumule outras qualificações e habilidades que serão utilizadas posteriormente. Assim, essa decisão seria uma escolha consciente em termos intertemporais.

¹² Depoimento de um descendente na favela Nova Brasília que respondeu à pergunta sobre suas expectativas em relação aos filhos, da mesma maneira que seus avós trinta anos atrás. O interessante é que não notamos nenhuma alteração significativa na mobilidade ocupacional dessa família.

Essa idéia da inexorável mobilidade ocupacional a partir do acesso ao sistema educacional, segundo Bourdieu, é produzida pelo meio familiar, alimentada pelo sistema educacional, mas, efetivamente, não está garantida pelo mercado de trabalho¹³. O que percebemos de interessante na favela é algo como um efeito de “aprendizagem social” em relação ao “desencantamento” com o que Collins chama de credenciamento da educação aos recursos econômicos. É bastante frequente escutarmos esta frase enunciada por um descendente presente em uma de nossas entrevistas:

“estudar para quê? Dá um pulo lá fora que você vai encontrar um monte de ‘avião’¹⁴, que de tanto ver o pessoal que passou pela escola sem emprego decidiu seguir outro caminho (...)”¹⁵

Com o mesmo sentido, podemos lembrar a frase de uma neta de uma entrevistada:

“eu continuo estudando porque tenho muita fé, mas se for pela experiência das pessoas daqui da comunidade é perder tempo (...)”¹⁶

Essas duas frases são reveladoras da ambigüidade do investimento em educação entre as famílias faveladas. De um lado, os pais atribuem à educação papel determinante ao acesso a melhores condições de vida para seus descendentes, o que, como vimos, é recorrente de uma

geração a outra. De outro, os jovens são céticos em relação à capacidade de o sistema educacional promover sua entrada no mercado de trabalho em melhores condições do que o seu entorno. O convívio desses jovens com adultos desempregados e/ou em atividades não-regulares (informais), que caracteriza uma situação de sobre-educação e alimenta o sentimento de “perda de tempo”, é retratado com muita clareza nas declarações anteriores.

O processo de aprendizagem social a partir do convívio intergeracional na favela produz algo como uma “pseudo-sobre-educação” ou “sobre-educação truncada”, em que a maior parte dos descendentes apresenta mais anos de educação do que os pais, mas com altos índices de escolaridade incompleta. Essa incompletude dos estudos alimenta a dupla frustração revelada nas entrevistas. Para os pais cujos filhos tiveram mais oportunidades de estudo, são uma surpresa as dificuldades encontradas no acesso ao mercado de trabalho. Para os filhos que cresceram com o “ethos” da educação como instrumento da mobilidade social, é uma frustração a verificação de que o sistema educacional não é um passaporte incondicional ao mercado de trabalho. A experiência do convívio social na favela garante a esses jovens que sua dificuldade é também a dificuldade do outro, do seu amigo ou colega de geração, afastando, assim, o “fantasma” da individualização do pro-

¹³ Tese defendida por Bourdieu (1998).

¹⁴ Meninos utilizados pelo narcotráfico para fazer a distribuição da droga na favela.

¹⁵ Frase colhida de um dos netos presentes no depoimento da Dona M. na favela Nova Brasília.

¹⁶ Frase colhida de uma neta presente no depoimento da Dona O. na favela Nova Brasília.

blema da passagem do sistema educacional ao mercado de trabalho. O estigma da “derrota pessoal” é descartado, e, por um processo de aprendizagem no espaço favelado, o sistema educacional é recorrentemente desqualificado. Sobre esse ponto, as entrevistas revelam que o papel da persistência familiar é determinante na constante confrontação entre o otimismo familiar em relação à escolaridade e o pessimismo oriundo da experiência coletiva na favela.

Assim, nossas entrevistas relativizam as teses que relacionam diretamente a educação com o crescimento (econômico e social) ou a tese que define a educação como uma “credencial” para

dispor de melhores condições no mercado de trabalho, bem como sugerem como alternativa propositiva de análise o papel desempenhado pelas crenças familiares na importância da educação, para explicar a permanência dos jovens no sistema educativo e assegurar algum elemento distintivo no seu processo de formação formal educacional. Acreditamos que esse fator de subjetividade familiar, em geral mais explícito nas famílias de migrantes, deva ser mais bem explorado nos estudos sobre a mobilidade socioespacial da pobreza e sua relação com os processos de mobilidade funcional, pois ele constitui uma variável importante no processo de configuração e alteração da localização dos pobres na territorialidade da cidade.

Território urbano em movimento e preferências locais

A partir das entrevistas, constatamos que os fatores locais mais importantes na decisão residencial das famílias pobres podem ser classificados em três grupos:

- a) preferência por acessibilidades;
- b) preferência por vizinhança;
- c) preferência por “estilo de vida” (Abramo, 1998, 2002).

O resultado, ainda que apenas indicativo, confirma a tese que considera a localização residencial um dos elementos mais importantes no universo familiar dos pobres. A partir da localização residencial, os pobres podem ter acesso

diferenciado a núcleos de emprego e renda, a bolsões de serviço e comércio urbano, a transporte coletivo, a equipamentos e serviços públicos, bem como a outros itens de acessibilidade relacionados com a posição da favela na hierarquia de localizações da cidade. Ao longo dos últimos 30 anos, a evolução da oferta de infra-estrutura básica (água, saneamento e luz) apresentou uma significativa melhoria nas condições de vida da população favelada, como testemunham os depoimentos recolhidos em trabalhos qualitativos¹⁷ e a desagregação de alguns indicadores sociodemográficos para as áreas de favela publicados

¹⁷ Ver, por exemplo, Perlman, Vainer e Abramo (1999).

recentemente (Preteceille e Valladares, 2000).

Apesar de os indicadores sociais para as favelas apresentarem alguma melhora em termos absolutos, o padrão de distribuição espacial dos equipamentos e dos serviços públicos na cidade evoluiu no sentido de reiterar uma forte iniquidade social (Marques, 1998). Os benefícios da ação pública na esfera local estão diretamente relacionados com a localização desses investimentos, que ao longo dos últimos 30 anos privilegiaram as áreas da cidade ocupadas pelas famílias com maior poder aquisitivo. Essas áreas privilegiadas normalmente abrigam as externalidades naturais positivas da cidade e, ao absorverem recursos crescentes do poder público, potencializam suas externalidades naturais produzindo grandes diferenças intra-urbanas. O fato de algumas favelas se localizarem nas proximidades das áreas mais bem dotadas de infra-estrutura e de condições naturais permite que elas absorvam uma parcela dessas externalidades e promove uma diferenciação interfavelas. Esse processo de diferenciação entre as favelas reflete, em grande medida, a dinâmica das mudanças ocorridas na hierarquia locacional da cidade formal. Nesse sentido, esse processo pode ser visto como uma diferenciação interfavela passiva, que se distingue de uma diferenciação interfavela ativa, resultante das intervenções urbanísticas do poder público (frequentemente seletivas) e/ou das ações comunitárias de automehoria (pavimentação, saneamento etc.). Essas ações públicas e/ou comunitárias intervêm na estrutura física da favela

produzindo melhorias localizadas cujo resultado é uma diferenciação no ambiente construído das favelas da cidade. Distinguir conceitualmente esses dois processos de diferenciação interfavela (ativa e passiva) é importante, pois permite identificar dinâmicas diferentes de produção do ambiente construído e sua articulação com a territorialidade urbana formal e informal.

Em trabalhos anteriores (Abramo, 2001), identificamos a dinâmica de estruturação do espaço como um processo contínuo de diferenciação do ambiente construído marcado por um movimento contrário de difusão espacial das inovações espaciais que resulta em uma contratendência de uniformização. Ao introduzirmos a dinâmica de diferenciação do ambiente construído interfavelas (nas suas duas dimensões), o processo de estruturação intra-urbana se complexifica e exige uma análise das relações de continuidade/ruptura e apropriações/rejeição entre o tecido urbano formal e o informal. Essas relações determinam dinâmicas de valorização/desvalorização do espaço construído e das suas externalidades. Assim, tanto as favelas serão objeto de valorização/desvalorização a partir das transformações do ambiente construído formal, como este será também objeto de requalificação em função das alterações no ambiente construído das favelas.

Podemos dizer que o ambiente construído da favela e suas externalidades se transformam ao longo do tempo a partir das transformações na favela propriamente dita, mas também como re-

flexo das transformações ocorridas em seu entorno formal. Essas transformações, que ocorrem em várias escalas (rua, bairro, RAs, zonas etc.), têm como principal vetor a dinâmica formal de transformação do ambiente construído urbano, mas estabelecem com o ambiente construído informal uma relação de “interação conflitiva”, na medida em que este último é visto pelo agentes produtores, e pelos consumidores, da estrutura formal como uma “externalidade negativa” da cidade. Assim, a articulação entre os processos formais e informais de transformação do espaço e de diferenciação de áreas (formais e informais) da cidade é bastante complexa e remete (a partir de uma análise espaço-temporal) a uma verdadeira representação de uma cidade caleidoscópica¹⁸. Podemos dizer que no primeiro caso as transformações da/na favela são manifestações de uma dinâmica de produção do ambiente construído urbano resultante de relações informais (processos de ocupação e automelhoramentos e mercado imobiliário) e/ou da ação pública e de ONGs. Porém, as qualificações e a hierarquia entre as favelas também se alteram em função das características da sua localização na estrutura urbana. Em grande medida, a estrutura urbana do entorno da favela e sua posição em relação às outras áreas da cidade são objeto de um processo

contínuo de transformação promovido pelo mercado imobiliário formal, pela ação pública e pelos outros agentes que intervêm na materialidade urbana¹⁹.

A localização relativa das favelas tanto no mapa de externalidades da cidade quanto na hierarquia de qualificativos das favelas (relação de preferências interfavelas) se altera ao longo do tempo. Uma favela pode apresentar uma melhoria/piora em sua posição relativa com as alterações territoriais da cidade, ainda que ela mantenha ao longo do tempo suas características. Esse traço reflexo das favelas transforma a residência dos favelados (tal qual os ativos imobiliários da cidade formal) em um “*capital locacional*” que se valoriza/desvaloriza no tempo. A estratégia familiar incorpora esse elemento em seus cálculos intertemporais orçamentários e passa a acompanhar a evolução da posição relativa do seu “capital locacional” (imóvel-residência) na hierarquia intra-urbana, avaliando, dessa forma, os possíveis benefícios/perdas de eventuais deslocamentos territoriais da unidade residencial familiar (mobilidade residencial) na estrutura intra-urbana. Assim, um reposicionamento desse capital locacional pode significar tanto uma mobilidade ascendente da família quanto uma queda na qualidade da vida familiar. É interessante observar que uma queda na hierarquia

¹⁸ Em Abramo (1998), apresentamos uma discussão da configuração da cidade caleidoscópica considerando somente os processos formais de produção do ambiente construído.

¹⁹ Acreditamos que a uma análise mais abrangente dos processos de estruturação do espaço urbano deve articular os processos de produção formal e informal do ambiente construído com a dimensão microcomportamental das decisões de localização das famílias. Em trabalho em curso, procuramos desenvolver esse temário no intuito de redefinir os termos gerais da cidade caleidoscópica incorporando a produção do ambiente construído informal.

locacional urbana não significa necessariamente uma redução no bem-estar familiar ou vice-versa. Podemos imaginar, por exemplo, uma decisão de transferência domiciliar de uma família residente em uma favela bem localizada na hierarquia intra-urbana para a periferia da cidade que acarrete um ganho monetário que permitirá a aquisição de uma casa maior proporcionando um aumento de bem-estar a todos os membros da família. Igualmente, essa família pode ter antecipado que, em alguns anos, sua nova localização estará em posição superior no mapa de acessibilidades em função das alterações futuras na estrutura viária da cidade. Assim, a troca de acessibilidade por consumo de espaço mais do que compensaria as perdas com deslocamentos, externalidades de vizinhança e outros atributos da favela de origem, e justificariam, portanto, a decisão de transferência de domicílio. O mercado imobiliário (informal) é o mecanismo que transforma os fatores locacionais da moradia em favela em um capital locacional e faculta aos moradores em favela a participação no jogo especular²⁰ de ganhos e perdas fundiário-imobiliário promovido pelas transformações da estrutura intra-urbana.

O exemplo simples supracitado ilustra a possibilidade de as famílias faveladas modificarem o seu bem-estar familiar a

partir das alterações ocorridas na territorialidade da cidade (ambiente construído urbano e suas externalidades). Essa observação geral ganha concretude quando um morador do conjunto habitacional do Guaporé²¹ declara que uma das melhorias mais significativas do seu conjunto habitacional nos últimos 30 anos foi o surgimento de um centro de comércio e serviços na proximidade (formal) da sua residência:

“antes (...) pra eu comprar qualquer coisa tinha que ir muito longe (...) de uns dez anos pra cá o bairro [Penha] todo melhorou muito e a Vila da Penha tá parecendo até uma Copacabana com todo aquele comércio e os bares que a gente vai se divertir no fim de semana.”

A concentração de atividades de serviços, lazer e comércio (externalidade) no bairro contíguo ao conjunto habitacional e nas favelas que o circundam é apropriada como uma valorização do seu capital locacional, alterando, portanto, o bem-estar dessas famílias. Da mesma maneira, podemos identificar áreas da cidade que se deterioraram ao longo do tempo e promoveram uma desvalorização do capital locacional das famílias pobres que residem em habitações informais próximas a essas áreas. Como sabemos, as cidades apresentam mu-

²⁰ Para a definição de jogo especular urbano, ver Abramo (2001).

²¹ O conjunto habitacional do Guaporé se localiza na Penha, região dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, e foi construído nos anos 1960 para abrigar os removidos da favela da Catacumba. Hoje, esse conjunto habitacional é cercado de três favelas que abrigam em sua grande maioria descendentes, parentes e ex-moradores do conjunto do Guaporé. A observação acima também é representativa da avaliação dos moradores das favelas do entorno do conjunto do Guaporé.

danças recorrentes nas suas funcionalidades urbanas com reflexos imediatos no uso do solo formal. Essas alterações na funcionalidade das áreas urbanas tendem a modificar as preferências locais dos pobres. Um bom exemplo dessa relação é a mudança na localização das unidades fabris no interior da malha urbana.

A preferência dos pobres por acessibilidade aos centros de emprego é bem conhecida e utilizada como um motivo para o surgimento das favelas (Abreu, 1997). Como diz um líder comunitário da favela Nova Brasília na zona suburbana do Rio de Janeiro:

“no início (...) a favela era cercada por fábricas e a maior parte dos moradores trabalhavam nessas fábricas.”

Mas, segundo esse mesmo líder, a realidade mudou de forma radical durante os últimos 30 anos:

*“hoje a realidade é que as fábricas foram fechando, os trabalhadores deixando de trabalhar em fábrica e virando tudo meio biscateiro (trabalhos eventuais), e a favela crescendo já tá cercado as poucas fábricas que restaram.”*²²

Com o mesmo tom e sentido saudosista, o presidente da Associação de Moradores da favela Fernão Cardin revela que a favela também surgiu nas proximidades da fábrica Klabin e que

parte importante da população adulta da comunidade tinha seus rendimentos do trabalho nessa fábrica. Com o seu fechamento,

“os trabalhadores tiveram que procurar sustento em outros lugares, mas não deixaram a favela não (...)”

Segundo essa mesma liderança,

“a transferência da fábrica no final das contas até que valorizou a favela (...) depois que a fábrica foi pra outro lugar instalaram o shopping aqui do lado, que valorizou o bairro e a nossa favela também.”

A modificação das funcionalidades e da hierarquia de usos do solo urbano não somente altera as posições relativas dos bairros (e das favelas) no mapa de acessibilidades da cidade, mas também as preferências locais. Como lembra um filho de morador da Catacumba removido para o conjunto do Quitungo:

“eu prefiro ficar mais perto da diversão do que do emprego (...) emprego eu nunca sei se vou ficar muito tempo (...) e diversão é pra toda a vida (...)”

Mas a favela é uma territorialidade urbana que guarda fortes laços primários de relacionamento. O sentimento identitário de pertencer a uma “comunidade” é geralmente visto pelos morado-

²² Esse depoimento e os que se seguem foram recolhidos para a pesquisa *A dinâmica da pobreza urbana e sua relação com as políticas públicas: trajetórias de vida em três comunidades do Rio de Janeiro 1969-2000*, coordenada por Perlman, Vainer e Abramo.

res de favela como um dos principais motivos para permanecer em seus locais de moradia, quando perguntados sobre outras opções de localização residencial. A sinergia familiar e os laços de amizade construídos ao longo de muitos anos de convívio na favela (efeito de proximidade de vizinhança) fazem surgir relacionamentos de trocas baseados no critério do “Dom” e do “contra-Dom”, que permitem alimentar uma verdadeira “economia da solidariedade familiar” expandida²³. Essa economia solidária no universo da pobreza urbana é um elemento importante na estratégia familiar de conciliar a educação e a manutenção dos filhos com a participação do maior número de membros no mercado de trabalho (formal e/ou informal). Os vizinhos e parentes assumem temporariamente responsabilidades que normalmente teriam uma contrapartida monetária e/ou do governo, tais como creches, centros de terceira idade e de deficientes físicos e mentais etc. Esse Dom será retribuído posteriormente com outros favores, e se estabelecem, assim, redes de relações de troca Dom/contra-Dom cada vez mais amplas e complexas na favela que, efetivamente, alimentam o cotidiano das relações sociais dessa comunidade²⁴. A decisão locacional permite o acesso a essa “economia da solidariedade”, pois sua manifestação é predominantemente territorializada. Pertencer às redes de Dom e contra-Dom

na favela é normalmente valorizado nas estratégias familiares, e a decisão de transferir-se para outra favela (ou bairro) envolve o risco de perda das relações de Dom e contra-Dom acumuladas. Assim, a mobilidade residencial entre os pobres, ao tornar possível a entrada (ou saída) em economias de solidariedade territorializadas, é uma decisão bastante crítica nas estratégias intertemporais das famílias pobres. A dificuldade da decisão é potencializada pela grande “opacidade social” dessas redes de Dom e contra-Dom nas favelas, pois elas, não sendo regidas por normas e regulamentos explícitos (relacionamento tácito), definem características para cada favela. Isto é, as relações que constituem as economias de solidariedade, por terem um forte componente implícito, tendem a se diferenciar de favela para favela. O caráter territorializado dessas relações significa, portanto, uma grande “assimetria informacional” no momento das decisões de mudança de residência familiar. As famílias que decidem sair (vender um imóvel) de uma favela sabem que, ao abandonarem sua inserção em uma rede de solidariedade específica, não transferem para o eventual comprador relações acumuladas de Dom e contra-Dom. Assim, essa família, ao se transferir para outro domicílio, deve enfrentar a incerteza de entrar em uma nova rede de relacionamentos de solidariedade com um “custo de aprendizagem” das novas re-

²³ Para uma apresentação da economia do Dom e do contra-Dom, ver Caillé (1994) e Godbout (1992).

²⁴ Os estudos recentes sobre narcotráfico em favelas (Zaluar, 1997; Leeds, 1998) evidenciam que essas relações também podem ser identificadas entre os membros das organizações criminosas que atuam na favela e que alguns desses laços são pré-requisitos no aliciamento dessas organizações.

lações tácitas significativo²⁵. Podemos dizer que, em função da “economia de solidariedade territorializada” nas favelas, a externalidade de vizinhança adquire uma grande importância nas estratégias das famílias pobres e que, sendo uma externalidade positiva, será provavelmente valorada na decisão sobre a mobilidade residencial²⁶.

Outra característica interessante que as preferências familiares revelam em relação aos domicílios em favelas é a possibilidade de recriar na favela certos elementos do cotidiano rural e/ou de cidades de pequeno porte, impossíveis de serem reproduzidos em outras localizações da metrópole. Como diz uma moradora do Vidigal, quando perguntada sobre a violência na favela:

“a violência é uma realidade (...) a polícia sobe e desce toda hora e pode acontecer dos meninos [integrantes do grupo de narcotráfico] responderem com tiros e aí começa um tiroteio (...) mas, isso não é o mais importante aqui na comunidade. Pra mim isso aqui é a possibilidade de viver de novo como eu vivia na roça [vida rural], tenho um quintal onde planto umas coisas e fico de conversa com as comadres [amigas] como fazia lá na minha terra (...) gosto

muito daqui (...) tenho a cidade e vivo como lá na roça.”

Assim, a favela, em função das particularidades da sua territorialidade, permite a convivência de temporalidades e “estilos de vida” que a “cidade urbana” tende a eliminar. É interessante observar que os descendentes de filhos de migrantes são propensos a absorver a cultura urbana e a romper com os hábitos de seus pais, porém a particularidade da favela proporciona novos “estilos de estar” entre esses jovens, que mantêm a característica primária-comunitária das relações sociais. A favela é o espaço da cotidianidade diurna dos pais (avós), que conversam tranqüilamente nas pequenas biroskas (microcomércio local), e da cotidianidade noturna das turmas de *funk*, dos grupos de *rap* e de outras formas de grupos de jovens²⁷, cujo fator de proximidade proporcionado pela favela é um forte elemento de coesão do grupo.

Assim, a territorialidade da favela transforma-se em um verdadeiro capital locacional, seja em função da melhoria do seu posicionamento na hierarquia de acessibilidades da cidade como um todo, seja em função das externalidades de vizinhança (acesso a economias de solidariedade) e “bem-estar urbano” re-

²⁵ Essa característica talvez explique os resultados de pesquisas sobre a mobilidade residencial em algumas favelas (Abramo, 2002), (Baltrusis, 2000) onde o maior fluxo de transferência domiciliar é intrafavela.

²⁶ A valorização da solidariedade como uma externalidade positiva também se manifestará nos preços dos imóveis das favelas.

²⁷ Ver os estudos de Vianna (1996), Zaluar (1997), Cecchetto (1998), e o depoimento de Matta (1996).

lacionado à convivência de estilos de vida no território da favela. Porém, esse capital locacional pode ser desvalorizado pelas atividades ligadas ao narcotráfico e à violência resultante dessas práticas. Paradoxalmente, a decisão de localização do narcotráfico na favela se nutre dos mesmos atributos que acabamos de relacionar. A conciliação de territórios bem localizados na hierarquia de acessibilidades da cidade com reduzida acessibilidade (viária) interna e uma economia de Dom e contra-Dom em que o tráfico alimenta relações de contra-Dom a partir de “doações” que suprem as carências de serviço e de assistência pública na favela. Um outro elemento locacional valorado pelo narcotráfico na sua estratégia espacial de localização é o de “coesão territorial”. Em geral, uma comunidade territorializada com fortes laços comunitários que ligam a população local reage e se associa contra as agressões de um inimigo externo (policial ou grupo de narcotráfico rival). Essas dimensões de uma economia solidária e de laços de coesão são externalidades territoriais positivas da favela; porém, quando apropriadas pelo narcotráfico, se transformam em uma externalidade negativa para as famílias pobres com a conseqüente desvalorização do seu capital locacional.

Mas essas externalidades (positivas e negativas) internas à favela se somam às externalidades do seu entorno no processo de valorização imobiliária. A

partir do nosso trabalho de campo e das várias enquetes realizadas sobre o universo familiar dos favelados, podemos constatar que a “casa” é o principal objeto de investimento das famílias pobres urbanas. É também, contudo, um bem com a característica de incorporar e/ou dar acesso individual às externalidades urbanas produzidas pela ação pública. Ao longo dos últimos 30 anos, essas ações consolidaram na cidade do Rio de Janeiro e nos demais municípios periféricos um padrão bastante desigual no tocante aos serviços e aos equipamentos públicos urbanos. Essa distribuição espacial desigual se manifesta não só quantitativamente, pois há em certos bairros concentração dos equipamentos e serviços, mas também qualitativamente, pois as características das redes que servem as áreas pobres e as áreas ricas da cidade são bastante diferentes. Ademais, essas redes, nos últimos 30 anos, evoluíram em um sentido fortemente regressivo²⁸.

No universo da pobreza urbana, a tradicional relação entre a localização residencial e o lugar do trabalho (ou eventual rendimento) continua sendo um dos elementos-chave para explicar o mapa de distribuição espacial das residências pobres²⁹. Mas, a segmentação espacial das redes de serviços e dos equipamentos públicos introduz uma outra variável na decisão locacional das famílias. Como diz um líder comunitário da favela Nova Brasília no Rio de Janeiro:

²⁸ Silva (2000), Marques (1998) e o estudo clássico de Vetter e Massena (1981).

²⁹ Em pesquisa realizada em várias favelas do Rio de Janeiro, Abramo (1998) encontrou um percentual recorrente (30%) de chefes de família trabalhando nos bairros contíguos aos seus domicílios.

“antes a favela era cercada de fábricas e as pessoas vinham para cá para ficar perto do trabalho e economizar no transporte, mas agora que as fábricas fecharam todas é que a gente se dá conta que estar perto do comércio e do posto de saúde é talvez até mais importante que ter a fábrica ao lado.”

Assim, a possibilidade de acesso a externalidades urbanas, distribuídas de forma muito desigual no espaço urbano, passa a ser uma variável importante na qualificação da moradia popular. Aqui, o acesso às benfeitorias públicas é importante, mas também é relevante o acesso às externalidades naturais, pois garante um lazer gratuito que compõe o universo cotidiano dessas famílias. Essas duas dimensões são bastante claras no depoimento de um ex-morador da favela da Catacumba (zona sul do Rio) que foi transferido para um conjunto habitacional (Quitungo) distante da orla da cidade:

“no início quando saímos da Catacumba pra cá eu não me acostumava com esses edifícios sem nada em volta. Era meio triste porque lá na favela era aquela vista bonita da Lagoa e a praia também ficava pertinho. Meus filhos então que ficavam sempre na praia demoraram um certo tempo pra descobrir outra coisa pra fazer.”

Nesse sentido, a localização residencial das famílias pobres é um elemento importante em suas estratégias familiares a partir da relação moradia-transporte,

mas também o é a partir dos demais elementos que compõem a cesta de consumo familiar. Outro fator que integra o universo das externalidades urbanas “apropriáveis” pelas famílias pobres diz respeito a uma eventual convivência com grupos familiares de rendimentos significativamente superiores. Essa proximidade da favela com famílias de classe média/alta é normalmente vista como uma “relação de estranhamento”, bastante comum na literatura sobre a estrutura intra-urbana. Os efeitos de externalidade de vizinhança produzidos pela identidade e/ou homogeneidade social (étnica, cultural ou econômica) das famílias de maior poder aquisitivo é “constrangido” quando surge uma favela na proximidade da suas moradias. Em geral, os “efeitos de estranhamento” se manifestam no preconceito e na discriminação dos grupos de maior poder aquisitivo e podem promover um isolamento socioterritorial da favela. Porém, nos depoimentos que colhemos, identificamos um elemento interessante produzido pela proximidade entre grupos sociais com rendimentos diferentes que remete ao uso comum do espaço público e de certos equipamentos. Aqui, poderíamos nos referir a elementos da cultura urbana (samba, futebol, culinária etc.) que aproximam grupos sociologicamente diferentes. No entanto, sublinhamos que a proximidade da favela ao local de emprego (doméstico) e/ou de pequenos serviços permite um certo convívio das famílias moradoras em favelas com famílias de maior poder aquisitivo e, em muitas situações, também a convivência dos filhos em um universo socioeconômico diferente. A possibilidade de acesso, ainda que somente na infância,

a níveis de educação superior é vista por alguns dos entrevistados como um fator positivo na educação dos seus filhos que está diretamente relacionado ao fator locacional da residência dos pobres. Isso está claro no depoimento de uma moradora que se transferiu da favela da Catacumba para o Guaporé:

“tive muita pena quando vim para cá pelos meus filhos que sempre podiam ir à casa da minha patroa, que morava pertinho da favela. Na casa

da patroa, eles tinham uma educação de boas maneiras que eu não tinha condição de dar pra eles lá em casa.”

De forma breve, a localização residencial dos pobres é um fator que aumenta ou reduz seu bem-estar familiar, em função do acesso ou da exclusão das redes de serviços e equipamentos urbanos, mas também é um fator que intervé na formação do capital humano dos moradores de favela, como vimos nesse último depoimento.

Notas sobre o mercado imobiliário nas favelas do Rio de Janeiro e as estratégias residenciais dos pobres

Ao longo das últimas três décadas, o acesso à moradia nas favelas da cidade do Rio de Janeiro se alterou de forma substantiva. Podemos afirmar que atualmente ele ocorre sobretudo através do mercado de compra e venda de lotes, lages e imóveis. Esses bens fundiários e imobiliários transacionados na favela definem um mercado informal, na medida em que essas transações não são regularizadas nos fóruns legais (registro de imóveis) e/ou governamentais (administrações locais e federal). Para entendermos a forma de funcionamento desse mercado informal, devemos ter presente a historicidade do processo de constituição dessas territorialidades construídas. A forma clássica de acesso a uma moradia localizada em favela pode ser sistematizada pela seguinte seqüência:

a) ocupação individual e/ou coletiva de uma gleba ou lote urbano;

- b) rápida construção de uma moradia precária (em madeira ou “pau a pique”);
- c) longo investimento familiar na melhoria da residência;
- d) desmembramento da unidade residencial em “frações” familiares.

Essa seqüência clássica define as duas principais características da moradia em favela. A primeira diz respeito à irregularidade fundiária e a segunda, à irregularidade urbanística.

Podemos constatar que as duas irregularidades estão vinculadas a uma condição de pobreza urbana. A irregularidade fundiária é a manifestação da impossibilidade das famílias pobres de dispor dos recursos necessários para adquirir um terreno para edificar sua moradia. Essa carência de recursos monetários impede o acesso à terra pela via tradicional do mercado fundiário e

define uma estratégia popular conhecida como “ocupação” voluntária de terrenos públicos e privados³⁰. A irregularidade urbanística que caracteriza o processo de construção das edificações na favela também é uma manifestação da pobreza urbana, na medida em que os padrões de construção das moradias da favela não obedecem aos preceitos definidos nos códigos urbanísticos³¹. Porém, a irregularidade urbanística apresenta igualmente uma característica da dinâmica de estruturação do território da favela. A necessidade de garantir o terreno invadido com um sinal de ocupação exige das famílias um início ou uma “marca” da intenção de edificar no lote. A estratégia habitual é construir uma moradia precária com material não-durável. Esse processo de construção, via de regra, é espontâneo e definido por uma temporalidade que obedece à disponibilidade individual de recursos de cada família.

O elemento novo que gostaríamos de salientar diz respeito ao processo de esgotamento da dinâmica de ocupação das áreas (sobretudo as mais cêntricas e/ou

com fatores de externalidade urbano positivo) objeto das ocupações populares. O esgotamento da “fronteira de expansão” territorial das ocupações residenciais dos pobres urbanos nas grandes metrópoles nacionais redefine suas estratégias de moradia, e a forma de acesso às favelas passa a ser predominantemente pela via do mercado imobiliário informal³². Outro elemento importante que alimenta a constituição desse mercado imobiliário é a transformação das características construtivas das favelas ao longo do tempo. A transformação de uma parte do estoque residencial em imóveis edificados (em geral inacabados) com material permanente passa a atrair famílias de baixos rendimentos que não conseguem ter acesso ao mercado imobiliário formal, mas que desejam deixar de comprometer seus rendimentos em aluguel³³. Assim, a favela passa a incorporar uma demanda habitacional que não consegue entrar no mercado imobiliário formal, e o acesso às moradias da favela se dá não mais pelo processo clássico que sistematizamos anteriormente, mas pela via do mecanismo de mercado.

³⁰ No caso dos loteamentos irregulares, temos uma forma híbrida de irregularidade, pois o acesso à terra faz-se pela via da comercialização de lotes, mas o processo de parcelamento da gleba, ao não respeitar a legislação urbana, impede a regularização fundiária. Para uma discussão, ver Saule Jr. (1999).

³¹ A irregularidade fundiária é um condicionante da irregularidade urbanística, pois impede, na maior parte das cidades, a inclusão do imóvel no cadastro de imóveis municipal.

³² Em pesquisa recente nas favelas de Belo Horizonte, Guimarães (2000, p. 360) constata que “54,3 % das casas próprias foram adquiridas e não autoconstruídas, o que revela um alto índice de repasse de casas e um ativo mercado imobiliário nas áreas de favelas”. Essa tendência foi igualmente encontrada nas pesquisas amostrais realizadas por Abramo (1998, 2002) para o Rio de Janeiro e Taschner (1997) para São Paulo.

³³ Na pesquisa sobre as preferências locais realizadas por Abramo (1998) entre compradores de imóveis em favelas do Rio de Janeiro, o item “deixar de pagar aluguel” recebeu o maior número de respostas. Esse mesmo resultado também foi encontrado por Baltrusis (2000) para as favelas de Nova Conquista em Diadema e Paraisópolis na cidade de São Paulo.

Essa transformação é importante em dois planos: intrafavela e interfavelas. No primeiro, há alteração na *diferenciação intrafavela*, isto é, na estrutura socioespacial das favelas, pois o mercado imobiliário no interior da favela é bastante diferenciado, em função das características topológicas dos terrenos e da temporalidade do processo de edificação: quanto mais antiga a área, mais consolidada em termos de edificações em alvenaria e de proximidade da rede de comércio e serviços. Essa externalidade positiva, criada pela maior homogeneidade no estoque residencial edificado e na acessibilidade, vai se alimentar da entrada de novos moradores com poder aquisitivo em geral superior aos que estão vendendo seus imóveis³⁴. Assim, a entrada dessas famílias tende a elevar os níveis de diferenciação socioespacial no interior da favela. Como a dinâmica de melhorias na residência obedece a uma lógica de investimento familiar no patrimônio imobiliário e a capacidade desse investimento é associada à renda familiar, podemos imaginar uma tendência à reiteração desse padrão de diferenciação interno nas favelas com um progressivo aumento dessas diferenças.

No segundo plano de transformação promovida pela instauração do mercado imobiliário informal como mecanismo de acesso à favela, há uma maior *diferenciação interfavelas*. As favelas têm localizações diferentes na territorialidade da cidade e, portanto, absorvem de forma indireta as externalidades de localização produzidas pelo processo de estruturação urbana. A hierarquização dessas externalidades no mercado imobiliário formal é reveladora da segmentação socioespacial das famílias³⁵, e, apesar de as favelas não refletirem diretamente essa hierarquização, elas apresentam uma relativa diferenciação entre si em relação ao rendimento médio familiar e às características das condições de moradia³⁶. Em trabalho anterior (Abramo, 1999b), sistematizamos alguns dados que indicam que a diferenciação socioespacial intrafavela é superior à diferenciação verificada nos bairros do seu entorno, inclusive nos que abrigam uma população pobre. Porém, essa afirmativa não poderia ser feita em relação à diferenciação interfavelas, porque, embora não siga integralmente o mesmo padrão de diferenciação socioespacial dos bairros formais da cidade, apresenta alguma similitude em relação a esse padrão espacial. Todavia, podemos ima-

³⁴ Os resultados preliminares encontrados por Abramo (2002) revelam que a diferença de rendimento entre vendedores e compradores varia significativamente entre as favelas pesquisadas, mas nunca é inferior a duas vezes o valor de referência do rendimento familiar em favor dos compradores.

³⁵ Esse resultado pode ser confirmado a partir dos modelos econômicos de uso do solo. Para uma apresentação dos modelos clássicos, ver Fujita (1989), e para os modelos mais atuais, ver Fujita, Krugman e Venable (1999).

³⁶ Os resultados preliminares dos estudos dos setores censitários de 1991 para as favelas do Rio de Janeiro realizados por Preteceille e Valladares (2000) revelam uma diferenciação interfavelas bastante expressiva.

ginar que os mesmos efeitos de hierarquização produzidos pelo funcionamento do mercado imobiliário formal na hierarquização socioespacial dos bairros poderão, a longo prazo, ser produzidos pelo funcionamento do mercado imobiliário informal nas favelas. Isso significa que paulatinamente os fatores de externalidade locais, ao se refletirem nos preços imobiliários, promoveriam uma aproximação da hierarquização socioespacial das favelas com a estrutura hierárquica dos bairros. Aqui podemos identificar um elemento importante nas estratégias familiares das famílias pobres e suas decisões intergeracionais, pois a opção de manutenção de uma escolha de localização residencial das gerações anteriores (acesso por ocupação) pode significar uma melhoria na hierarquia socioespacial. Essa escolha locacional passada será, como já vimos, um “capital locacional” das famílias, e elas poderão, ao entrar no mercado imobiliário informal, disponibilizá-lo sob forma monetária.

Podemos dizer que a instauração desse mercado imobiliário com sua relativa (e surpreendente) liquidez transforma a decisão de permanência na moradia em um elemento importante na definição das estratégias intertemporais da família. Os estudos clássicos sobre o universo familiar favelado³⁷ são enfáticos quanto à centralidade da moradia

em suas estratégias de sobrevivência. Nossas entrevistas confirmam essas indicações e demonstram que a moradia serve não somente como espaço da segurança patrimonial, mas também como o *locus da acumulação* de bens duráveis³⁸. Assim, a moradia é o principal patrimônio familiar, pois permite a acumulação de outros bens, não só porque é o espaço físico dessa acumulação, mas porque estabelece, também, uma confiança na não-reversão (remoção) da decisão de ocupação ilegal de um terreno tomada no passado.

A estratégia de investimento da família nesse patrimônio seria *polifuncional*, pois serviria tanto para melhorar as condições de vida familiar em termos intertemporais quanto para consolidar no tempo a forma não-mercantil (ocupação) de acesso à terra urbana. É interessante notar que nas favelas consolidadas do Rio de Janeiro³⁹ essas duas características são elementos que qualificam o imóvel da favela para o mercado imobiliário. Porém, o investimento físico na melhoria do patrimônio imobiliário na favela também representa um paradoxo. Sendo a moradia o principal suporte da estratégia de investimento familiar, é comum que a escolha dos materiais de construção revele essa prioridade. Como diz uma entrevistada:

³⁷ Para o caso do Rio de Janeiro, poderíamos citar Perlman (1977) e Valladares (1979).

³⁸ Segundo uma moradora na favela de Nova Brasília: “somente depois que tive a segurança que não ia ser expulsa da minha casa é que tive coragem para comprar as minhas coisas [tais como]: fogão, geladeira, televisão (...)”

³⁹ Favelas cujo estoque residencial é preponderantemente em alvenaria e sem áreas de ocupação em seu entorno. O crescimento dessas favelas se manifesta por uma tendência à densificação (fragmentação dos lotes e uso da laje como solo criado).

“na construção da minha casa [investimento em melhorias], eu procuro colocar o de melhor. Você pode ver que no banheiro eu coloquei uma torneira de cinema (...)”

Assim, a torneira de cinema vai conviver com a irregularidade do abastecimento de água, com um banheiro construído apenas parcialmente, com uma casa onde todas as divisórias dos quartos ainda não tinham sido levantadas. Enfim, a lógica de edificação da moradia depende do fluxo de recursos familiares e das opções de cada momento, que não refletem um programa de investimento e obras previamente estabelecido. Além disso, as opções de investimento na casa dependem dos preços relativos e das antecipações de suas flutuações. Assim, segundo depoimento de uma moradora do morro da Formiga:

“comprei a esquadria de alumínio da janela antes de terminar o banheiro porque sei que estava muito barata e eu não conseguiria comprá-la depois.”

O resultado dessa lógica de investimentos *“desiguais e combinados”* no patrimônio domiciliar aparecerá nos preços imobiliários nas favelas, que, à primeira vista, são excessivamente elevados se comparados com as qualificações do imóvel propriamente dito e/ou se comparados com os preços dos imóveis dos bairros do seu entorno⁴⁰. A surpresa de encontrarmos preços de imóveis mais elevados na favela do que em bairros

legalizados e com externalidades urbanas superiores pode, em parte, e apenas em parte, ser explicada por essa característica de superinvestimento em materiais de construção, tendo em vista as características de localização e de externalidade de vizinhança desses imóveis. O curioso nesse caso é que, diversamente do mercado imobiliário formal, em que uma eventual decisão equivocada na combinação de fatores seria penalizada pelo mercado (preço de venda inferior ao custo), no mercado imobiliário das favelas, o superinvestimento em materiais passa a ser uma das referências na formação dos preços e do padrão de edificação. Como relata uma moradora do morro do Escondidinho:

“você viu a casa do Seu Domingos? (...) ele tem uma cozinha de mármore e a sala é uma beleza com o piso em cerâmica. Todo mundo aqui gostaria de uma coisa parecida e além do mais valorizou muito a casa.”

Essa característica de superinvestimento nos materiais de construção de uma parcela das edificações das favelas adquire relevância em nossa discussão sobre o mercado imobiliário informal, à medida que os preços desses imóveis passam a ser um sinal de referência na formação dos preços na favela. Sua capacidade de contaminar os outros preços é alimentada por mecanismos de projeção dos investimentos familiares seguindo a referência da casa mais valorizada da favela, independentemente de um suposto “valor objetivo” de mercado que avaliaria a posição locacional

⁴⁰ Sobre os preços dos imóveis em favelas, ver Abramo (1999b) e Baltrusis (2000).

dessa casa (na favela) na hierarquia de acessibilidades urbanas e no mapa de externalidades de vizinhança da cidade. Tal como no mercado acionário, o valor desse imóvel constitui uma “bolha” que se “descola” do valor de referência (definido por fatores objetivos) e que adquire visibilidade no mercado imobiliário da favela transformando-se no “sinal” de referência da formação dos preços no mercado de imóveis local. Em outras palavras, um imóvel específico (no depoimento anterior, a casa do Sr. Domingos) torna-se a referência de preços do mercado e passa a “contaminar” os outros preços imobiliários da favela. A importância dessa particularidade na formação dos preços desse mercado é que ele transforma esse sinal em um *componente auto-referencial*. E esse componente auto-referencial é que explica, em parte, as diferenças existentes entre o gradiente de preços relativos do mercado imobiliário formal e do mercado de imóveis na favela.

Um outro elemento interessante que permite explicar o componente auto-referencial do mercado imobiliário de favelas é a sua grande *assimetria informacional*, sobretudo quando esse mercado é constituído por um somatório de submercados de favelas particulares que se encontram dispersas ao longo do tecido urbano. Apesar de esses mercados terem uma estrutura muito atomizada, caracterizando um mercado concorrencial em que a informação circularia livremente, o acesso às informações sobre

o imóvel disponível é localizado em termos espaciais⁴¹. Geralmente os compradores e vendedores de imóveis, quando perguntados sobre os preços de imóveis em outras favelas, revelam um desconhecimento surpreendente para quem está transacionando seu principal patrimônio familiar. Essa característica define um mercado com uma grande opacidade informacional que favorece o caráter auto-referencial do mercado imobiliário local. Quando indagados sobre suas referências de preços externos em relação aos praticados na favela, citam na maioria das vezes os preços dos bairros do entorno e dos bairros mais valorizados da cidade (Abramo, 1999b). Esses resultados e a completa desinformação e desconhecimento dos preços imobiliários praticados em outras favelas são reveladores da forma de funcionamento desse mercado. Assim, podemos sugerir que será a partir de algumas indicações de preço do mercado formal e dos “preços sinais” de cada favela que os agentes do mercado imobiliário em favelas definem seus lances de preços. Aqui podemos estabelecer uma discussão sobre a articulação entre o mercado formal e informal de bens imobiliários e o impacto das políticas urbanas na formação desses preços imobiliários.

Podemos nos interrogar se uma política urbana universal cujo resultado promovesse uma redução generalizada nos preços do mercado imobiliário formal não teria um impacto mais positivo nas condições de vida da população favela-

⁴¹ Os resultados de uma pesquisa sobre as fontes de informações utilizadas para comprar imóveis em favela revelam que em mais de 50% dos casos a referência sobre o imóvel adquirido foi de familiares ou amigos. Ver Abramo (1999a).

da do que as políticas focalizadas cujo público-alvo se restringe a algumas favelas da cidade. Com o crescimento da importância do mercado imobiliário informal e a hipótese de que isso acarreta uma aceleração no processo de diferenciação interna da favela, podemos imaginar que, em muitas circunstâncias, uma política de urbanização restrita a essa espacialidade teria como resultado uma elevação da diferenciação socioespacial no interior da favela e que a redução dos diferenciais dos preços entre os imóveis da favela e os dos bairros formais da cidade conduziria a um resultado oposto, isto é, a uma maior homogeneidade intrafavela. Da mesma maneira, políticas que valorizem as externalidades do entorno da favela podem, paradoxalmente, aumentar o bem-estar dos mais desfavorecidos no interior da favela. A introdução da análise do mercado imobiliário informal como uma variável que articula as estratégias residenciais dos pobres urbanos com a apropriação dos benefícios/malefícios das políticas públicas nos parece um procedimento de refinamento na avaliação da trajetória da pobreza urbana e da produção do ambiente construído das cidades. Ela permite avaliar efeitos perversos das políticas focalizadas e eventuais ganhos de políticas urbanas formuladas na escala (macro) da cidade. Acreditamos que desvelar a dinâmica do mercado imobiliário informal também permite articular a dimensão microssociológica das decisões individuais com a resultante agregada da mobilidade residencial e os seus efeitos na configuração da estrutura intraurbana.

A partir das entrevistas realizadas nos conjuntos habitacionais do Kitungo e do Guaporé, podemos sugerir uma reflexão interessante sobre a relação entre as decisões de investimento no patrimônio familiar, estratégias intergeracionais e o mercado imobiliário informal. Esses conjuntos habitacionais foram originalmente construídos para abrigar a população da favela da Catacumba, que foi removida no final dos anos 1960 da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (Perlman, 1977). A mudança de domicílio implicava uma alteração profunda na relação dos pobres com a sua territorialidade. Das entrevistas com os antigos moradores da favela da Catacumba, retiramos várias observações, porém a sensação de que a favela permitia uma maior plasticidade de alteração na espacialidade do domicílio é citada freqüentemente quando comparada com a opção de moradia no conjunto habitacional. Em alguns casos, a rigidez do território do conjunto é identificada como um elemento pedagógico, pois estabelece uma norma de conduta com relação aos padrões construtivos. De acordo com o Sr. J. do conjunto do Guaporé,

“a cultura do pode fazer tudo é ruim para as pessoas e a favela sendo um lugar onde você pode ir fazendo o que quiser no seu lote acostuma mal as pessoas. Aqui no conjunto, temos um condomínio e o respeito às regras é importante para a vida do prédio. Esse respeito impede que cada um faça o que quiser. Ele é educativo.”

Mas, em situações nas quais as famílias vivem em condições de pobreza e/ou grande incerteza em relação aos seus rendimentos correntes, a *rigidez da territorialidade* do conjunto habitacional impõe um constrangimento nas estratégias de investir no patrimônio domiciliar (lógica da auto-expansão do espaço da casa) e/ou utilizar o espaço da moradia como forma complementar de renda. Para o Sr. J. do conjunto do Kitungo,

“na favela a gente pode fazer uma laje e construir para os nossos filhos. Aqui no conjunto isso é impossível.”

E para a Sra. C do conjunto do Kitungo, também

“lá na favela é possível fazer um puxado e alugar para ajudar nas despesas.”

A perspectiva de investir na ampliação do espaço domiciliar fica bloqueada no conjunto habitacional com a impossibilidade de expansão física do imóvel. A única solução para readquirir essa possibilidade é voltar ao território mais “plástico” da favela. No caso dos dois conjuntos habitacionais, uma parcela dos seus moradores participou de uma ocupação em uma área contígua aos dois conjuntos. Em sua grande maioria, foram os descendentes dos moradores transferidos da Catacumba. Segundo depoimento da Sra. S., moradora da invasão ao lado do conjunto do Kitungo e filha de um morador do conjunto,

“aqui no conjunto a gente não tinha mais espaço para viver. Eu morava

com os meus pais e os meus filhos em um apartamento pequeno de dois quartos. Na época da invasão também invadi e fui construindo pouquinho a pouquinho meu canto e com muito esforço. Agora eu tenho uma casa com cinco quartos.”

A estratégia dessa filha de morador do conjunto é clara e revela as estratégias de vários outros moradores e filhos de moradores dos dois conjuntos que mobilizaram suas memórias coletivas para organizar uma ocupação e redefinir suas estratégias de investimento familiar. O interessante em relação ao mercado imobiliário é a permuta de domicílios entre o conjunto e as casas na favela próxima ao conjunto, revelando uma característica marcante nessa localidade da cidade: mercado imobiliário formal do conjunto e mercado imobiliário informal da favela podem ser definidos como um único submercado imobiliário local. Temos aqui um certo *trade off* entre a garantia do título de propriedade do conjunto habitacional, uma relativa visibilidade e perenidade da sua característica física, porém rígida, e a relativa liberdade de “direito de construção” dos imóveis na favela, que não estão subordinados às leis de controle urbanístico da cidade formal. Assim, há uma relação de troca compensatória entre a garantia do título legal de propriedade no conjunto habitacional e a liberdade de construção na favela. Essa característica de liberdade de “direito de construção” na favela é relevante, pois permite sugerir que os preços do mercado imobiliário nas favelas incorporam essa variável de “liberdade urbanística”. Assim, o para-

doxo dos preços elevados nas favelas teria uma das suas explicações possíveis na monetização da liberdade do direito de construir via formação dos preços imobiliários⁴².

Essa característica, associada ao fato de o mercado imobiliário nas favelas possuir um forte componente auto-referencial, indica que a dinâmica de funcionamento e de formação de preços do mercado informal apresenta uma gran-

de sofisticação cognitiva e que o seu entendimento ainda exige maiores investimentos em pesquisa empírica e elaboração conceptual. Estas notas pretendem tão-somente mostrar alguns resultados parciais de investigação e lembrar a incompletude das discussões atuais sobre a relação entre a dinâmica do mercado imobiliário informal e a produção-transformação da estrutura intra-urbana das grandes cidades dos países em via de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. *A Dinâmica da espacialidade capitalista*. 1988. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

_____. *Impacto do Programa Favela-Bairro no mercado imobiliário de favelas da cidade do Rio de Janeiro: versão preliminar*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1998. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.

_____. *A dinâmica do mercado imobiliário e a mobilidade residencial nas favelas do Rio de Janeiro: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1999a. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.

_____. *Formas de funcionamento do mercado imobiliário em favelas*. Trabalho apresentado na Semana IPPUR/UFRJ, 1999b. Mimeo.

_____. *A cidade caleidoscópica*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. *O mercado informal imobiliário em favelas e a mobilidade residencial dos pobres*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2002. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.

ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IplanRio/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1997.

BALTRUSIS, N. *A dinâmica do mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista*. 2000. Dissertação (Mestrado) – PUC-Campinas, 2000.

⁴² A partir de levantamento em várias favelas do Rio de Janeiro, verificamos que os custos de material de construção e da mão-de-obra (pedreiro e mestre-de-obras) na favela são superiores aos da cidade formal. Isso também seria um elemento de explicação do paradoxo dos preços imobiliários em favela.

- BARQUERO, A. *Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Ed. Pirámide, 1999.
- BARRO, R. Government spending in a simple model of endogenous growth. *Journal of Political Economy*, 98 (5), oct. 1990.
- BÉNABOU, R. Working of a city: location, education and production. *Quarterly Journal of Economics*, 108 (3), 1993.
- _____. Quelques effets de la décentralisation sur les structures urbaines et le système éducatif. *Revue Economique*, 49 (3), 1998.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y Global*. Madrid: Taurus, 1997.
- BOURDIEU, P. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAILLÉ, A. (Org.). *Pour une autre économie*. Paris: La Découverte, 1994.
- CASTELLS, M. *La era de la información*. Madrid: Alianza Editorial, 1997. v. 1.
- CECCHETTO, F. R. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO. (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- COLLINS, R. *La sociedad credencialista. Sociología histórica de la educación y de la estratificación*. Madrid: Akal, 1989.
- DIXON, H.; Rankin, N. *The new macroeconomics: imperfect markets and policy effectiveness*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.
- ESPEJO, I. Sobreeducación y movilidad laboral. *Revista Internacional de Sociología*, v. 22, n. 1, 1999.
- FUJITA, M. *Urban economic theory*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1989.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLE, A. *The spatial economy*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- GOUDBOUT, J. *L'esprit du don*. Paris: La Découverte, 1992.
- GUIMARÃES, B. As vilas favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (Org.). *O futuro das metrópoles*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. In: ZALUAR A., ALVITO, M. (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LUCAS, R. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, n. 22, July 1988.
- MANKIW, G.; ROMER, D. *New keynesian economics: imperfect competition and sticky prices*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- MARQUES, E. Infra-estrutura urbana e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*, ano XII, n. 2, 1998.

- MATTA, Luis F. M. (DJ Marlboro). *O funk no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- PERLMAN, J. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERLMAN, J.; VAINER, C.; ABRAMO, P. *A dinâmica da pobreza urbana e sua relação com as políticas públicas: trajetórias de vida em três comunidades do Rio de Janeiro 1969-2000*. Rio de Janeiro: Banco Mundial; Mega Cities; IPPUR/UFRJ, 1999. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.
- PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, L. C. Q. de. (Org.). *O futuro das metrópoles*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- RALLET, A. De la globalisation à la proximité géographique. In: GILLY; TORRE. *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- ROMER, P. Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*, 98 (5), oct. 1990.
- SALA-I-MARTIN, X. *Lecture notes on economic growth*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 2000.
- SAULE JR., N. (Org.). *Direito à cidade*. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- SECRETARIA DO TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Pesquisa sobre Atividades Econômicas em Favelas*. Rio de Janeiro: Science, 1999.
- SICHERMAN, N. Overeducation in the labor market. *Journal of Labor Economics*, v. 9, n. 2, 1991.
- SICHERMAN, N.; GALOR. A theory of career mobility. *Journal of Political Economy*, v. 98, n. 1, 1990.
- SILVA, R. A conectividade das redes de infra-estrutura e o espaço urbano de São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. Q. de. (Org.). *O futuro das metrópoles*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- SMOLKA, M. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. *Espaço e Debates*, n. 21, 1985.
- SMOLKA, M.; IRACHETA, A. Mobilizing land value increments to provide service land for the poor. In: IRACHETA, A.; SMOLKA, M. (Org.). *Los pobres de la ciudad y la tierra*. Toluca: Colegio Mexiquense, 2000.
- TASCHNER, S. São Paulo 90: em busca de um local onde morar. In: ENCONTRO DA ANPUR, VI, 1997, Brasília. *Anais ... Brasília*, 1997.
- VALLADARES, L. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VETTER, D.; MASSENA, R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? In: MACHADO, L. *Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANNA, H. O funk como símbolo da violência carioca. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

ZALUAR, A. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.

_____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

_____. Gangs, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In:

VIANNA, H. (Org.). *Galeras cariocas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ZENOU, Y. Marché du travail et économie urbaine: un essai d'intégration. *Revue Economique*, 47 (2), 1996.

ZENOU, Y.; SMITH, T. Efficiency wages, involuntary unemployment and urban spatial structure. *Regional Science and Urban Economics*, n. 25, 1995.

Resumo

O artigo apresenta algumas considerações sobre a relação entre o mercado imobiliário informal nas favelas do Rio de Janeiro e a dinâmica da mobilidade residencial dos pobres. Apontamos algumas evidências empíricas sobre os preços imobiliários que revelam a particularidade do funcionamento do mercado informal de terras nas favelas. Problematizamos os eventuais impactos de políticas focalizadas de urbanização e sua relação com efeitos perversos urbanos.

Palavras-chave: favelas; mercado imobiliário informal; segregação e mobilidade residencial

Abstract

This article presents some arguments regarding the relation between informal real estate markets in the *favelas* of Rio de Janeiro and the dynamics of residential mobility of the poor. It points to some empirical evidence on real estate prices to show the specificities of informal land markets in *favelas*. Based on this analysis, the article questions the potential effects of focalized urbanization policy and its relation to negative urban impacts.

Keywords: slums; informal real estate markets; residential mobility and segregation

Recebido em setembro de 2002. Aprovado para publicação em dezembro de 2002

Pedro Abramo é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ

Elos faltantes: iniciativas de Estado e de vizinhança contra o crime na África do Sul *

Sophie Oldfield **

Introdução

*“Algumas pessoas têm armas, e nem mesmo possuem algum tipo de negócio. Elas nem mesmo possuem um segundo par de sapatos, mas possuem uma arma. Não têm nem nada legal para cuidar, mas possuem uma arma (...) Eu me sinto muito infeliz por causa dessa comunidade doente que nós chamamos de nossa. É tão normal nas comunidades ter violência e crime nos finais de semana. Não pensemos em nós, mas em nossas crianças (...) elas são o futuro (...) O que nossa sociedade se tornará, se nós não fizermos alguma coisa agora?”*¹

Considerados uma ameaça à transformação da África do Sul, a violência e o crime são simultaneamente herança e produto do passado e uma manifesta-

ção pós-*apartheid* da desigualdade crescente e da frustração social. Apesar de os números da criminalidade violenta terem se estabilizado desde 1996, de

* O financiamento desta pesquisa foi resultado da colaboração do Comitê de Pesquisa Universitário da Universidade da Cidade do Cabo, de uma bolsa William F. Stout da Faculdade de Graduação e de uma bolsa H. W. Davis do Departamento de Geografia da Universidade de Minnesota. Tradução de Kátia Perobelli.

** A autora participa de atividades do Programa de Cooperação e Pesquisa em Movimentos Sociais Comparados, que envolve equipes do IPPUR/UFRJ, do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ e de universidades da África do Sul, da Índia e da Tailândia.

¹ Moradores da cidade do Cabo, Reunião dos Sem-Arma na África do Sul, 21 de Julho de 1999.

acordo com a polícia e o Ministério da Segurança, a taxa de criminalidade na África do Sul é estimada entre as mais altas do mundo (Mail and Guardian, 1996; Amupadhi, 1998)². O mais importante é que independentemente de raça, localização ou classe, os cidadãos, como aquele cuja fala reproduzimos no início do artigo, percebem uma escalada na violência criminal e nas práticas ilegais nas cidades sul-africanas (Camerer et al, 1998). Em consequência, o crime galvanizou o Estado sul-africano e as comunidades para a ação, não só porque as estratégias usadas para a prevenção ao crime são prioridades de segurança, mas também porque são uma necessidade de desenvolvimento para a transformação e a sustentabilidade urbanas (Seldman, 1997; Shaw, 1997; Scharf, 1992, 1998).

Combater o crime é, entretanto, extraordinariamente difícil nas cidades sul-africanas, porque os padrões dos crimes interagem com o desemprego em massa e com um tecido social fragmentado, em que algumas comunidades sobrevivem em extrema pobreza e outras prosperam. A prevenção ao crime e as condições

que facilitam ou diminuem a criminalidade estão enraizadas na regulação social e na constituição das comunidades, assim como nos vínculos entre as comunidades e entre elas e as instituições estatais. Esses são os padrões e os relacionamentos que o Estado deve mediar para “tomar o controle” do crime e regular a sociedade, a fim de instituir um ambiente de ordem. A negociação desses interesses e realidades não são, entretanto, um processo simples e fácil. As vizinhanças e as comunidades são diversas e se organizam de diferentes formas, e os funcionários e as instituições públicas trabalham com esses grupos por meios que traduzem as particularidades das comunidades, do ambiente, da localização, e as características mais amplas de diferenciação urbana, estruturadas em torno dos legados de raça e classe da segregação do *apartheid*.

Como reflexo dessa diferenciação social e econômica, os métodos de prevenção ao crime nas comunidades e vizinhanças tornaram-se cada vez mais polarizados. Cidadãos de poder aquisitivo alto, predominantemente mas não exclusivamente brancos³, optam por

² As taxas de homicídio e estupro da Cidade do Cabo são 12 vezes maiores do que as dos Estados Unidos. Em 1992, a taxa de assassinatos foi de 50 por 100.000, 5,5 vezes maior do que a dos Estados Unidos e vem aumentando desde 1992. Crimes violentos também atingiram a polícia de modo crescente. Entre 1994 e 1998, 1.200 policiais foram mortos, 75% dos quais por ferimento a bala. A taxa de homicídios de policiais na África do Sul é a maior do mundo, seguida apenas pelas taxas chinesa e russa (Mail and Guardian, 1994, Minnaar, 1999; Smith, 1999).

³ O Ato de Registro de População (1950) e o Ato de Áreas de Grupo (1950) estabeleceram legalmente a classificação racial e a segregação residencial na África do Sul no período do *apartheid*. Os grupos raciais foram definidos como negros, de cor, indianos e brancos. Embora essas categorias raciais tenham sido abolidas, elas são utilizadas neste artigo para caracterizar as diferentes áreas residenciais.

empresas particulares de segurança para sua proteção e isolamento nas incertezas da regulação social e da prevenção ao crime. As companhias de seguro sul-africanas fornecem alarmes e unidades de resposta rápida que substituem a ação policial na prevenção de assaltos e furtos de carro e residências. Os cidadãos mais pobres, na maioria negros e pessoas de cor, tornam-se mais inseguros e vulneráveis a esses padrões de ilegalidade ou aderem a um número crescente de movimentos de autoproteção de base comunitária. Assim, embora o crime (e o medo do crime) seja um denominador comum na cidade, padrões criminais, recursos policiais e percepções dos moradores refletem a complexa inter-relação de realidades socioeconômicas com a organização das comunidades em diferentes localidades e vizinhanças.

Em contraste, as políticas públicas pós-*apartheid* para prevenção ao crime e segurança também sinalizaram, ao menos no papel, a possibilidade de uma equalização de recursos para prevenção ao crime e uma mudança fundamental no modo como o Estado e particularmente a polícia se relacionam com as comunidades africanas e negras. Essas mudanças estão baseadas nos princípios de democracia e igualdade consolidados na Constituição sul-africana (RSA, 1996a). As instituições estatais lidam com dois imperativos no processo: satisfazer as demandas públicas por prevenção ao

crime e promover, concomitantemente, uma transformação estatutária das autoritárias práticas do passado (Seldman, 1997). Mas as mudanças nos modos como as instituições estatais trabalham com as comunidades em torno dos crimes têm sido irregulares, gerando reações diversas dos moradores e comunidades.

Para examinar a união (ou a falta dela) do Estado com as comunidades contra o crime, focalizo neste artigo as atividades do Estado e da comunidade no Delft South, uma vizinhança nova, de baixa renda e racialmente mista na área da Cidade do Cabo. Através do fornecimento de moradia permanente e de posse segura pelo Estado pós-*apartheid* em 1996, as famílias de negros e de pessoas de cor foram reunidas para morar nessa área. A análise das estratégias de prevenção à criminalidade em Delft South revela que elas defrontam-se com tradições de organização comunitária muito diferenciadas entre negros e grupos de cor. Ao mesmo tempo, o relacionamento do Estado, principalmente por meio da polícia, com moradores e organizações de Delft South tem sido marcado por dificuldades. O presente trabalho investiga a sobreposição e algumas vezes o conflito – os elos faltantes – entre os mecanismos e iniciativas de base comunitária e do Estado para prevenir o crime e regular a ordem social no contexto urbano contemporâneo da África do Sul.

Legados autoritários

Uma vez privados de seus direitos e de sua representação na África do Sul desde o período colonial até o presente regime democrático, os negros, e mais tarde os moradores de cor e os indianos da cidade, lutaram contra o sistema de regulação social autoritário e racista imposto pelo Estado (Burman e Scharf, 1990; Ngcokoto, 1997; Mamdani, 1996). As instituições militares e policiais do Estado durante o *apartheid* foram organizadas para erradicar qualquer forma de atividade política de organizações africanas, de pessoas de cor ou indianas. Métodos draconianos foram aplicados sistematicamente nas áreas urbanas (Posel, 1991; Shaw, 1997). Essas ações já tinham precedente nas políticas coloniais e da União (1910) de urbanização e de regulação social das majorias (Burman e Scharf, 1990), mas foram acentuadas na era do *apartheid*.

O discurso criminológico do passado na África do Sul foi infundido pelas teorias nacionalistas *afrikaaner*. Essas teorias eram dominadas pela crença de que o crime é causado pela mistura social e que a inferioridade das classes não-brancas é a causa primeira do desvio. (Seldman, 1997)

Embora os esforços do Estado do *apartheid* visassem atingir os movimentos sociais e organizações comunitárias que resistiam à autoridade estatal, a atividade criminal nas comunidades negras e de pessoas de cor nas áreas urbanas

não foi enfrentada. Para compensar a negligência do Estado com o crime, as organizações comunitárias, particularmente nas áreas de moradias dos negros, constituíram e mantiveram estruturas locais de regulação comunitária. Essas organizações baseavam-se nas leis costumeiras e nas tradições locais enraizadas nas áreas rurais, em especial, a “prática de *makgotla*, *tinkundla*, *ibunga* e *imbizo*, em que membros da comunidade participavam diretamente nas discussões e decisões” (Scharf, 1998, p. 3). No período do pós-guerra, de rápida urbanização na África, essas organizações foram transferidas para áreas urbanas para compensar a violência do sistema legal perpetrado pelo Estado (Scharf, 1992, Ngcokoto, 1997). Embora essa transferência constituísse um processo complexo, as instituições permaneceram em suas formas originais nas áreas urbanas.

As estruturas da Organização Nacional Cívica da África do Sul (Sanco) originam-se nessas tradições. As associações cívicas são o produto de décadas de luta contra um Estado opressivo e intrusivo. Elas também constituem a infra-estrutura de suporte e controle social das comunidades locais que não se beneficiam de um Estado de Bem-Estar (...) Elas desenvolveram um sistema de justiça local “apropriado” que reproduz valores por elas considerados importantes para a coesão comunitária. (Scharf, 1991, p. 7)

Em particular, os sistemas de comitês de rua, aos quais pertencem todas as famílias de uma mesma rua, fundem-se em comitês mais amplos de área, que formam a base da estrutura cívica. No interior dessas comunidades, tais organizações lidam com o crime e o conflito e, ao mesmo tempo, negociam com as instituições externas, como o Estado, para a melhoria dos serviços e de outras necessidades coletivas.

Embora os fóruns cívicos e comunitários não tenham um registro perfeito de seus atos (Sharf, 1992), eles continuam a preencher, ainda hoje, as lacunas do sistema legal formal, em razão do seu sucesso em tratar o crime em nível de vizinhança. A base social para seu processo decisório difere substancialmente do sistema estatal de Justiça Legal.

Em contraste com o sistema legal do Direito Germânico e Romano, no qual o objetivo é o de estabelecer culpa e ministrar punição, os juizados informais identificam responsabilidades para satisfazer necessidades, para promover compensações e difundir valores, pelo uso da pressão social. A justiça restauradora e a condenação pública reintegradora são dois dos mais importantes instrumentos do processo de difusão do respeito aos valores (...) As estruturas locais indígenas são mais do que meros juizados. Elas são parte integral de uma

visão de mundo comunal que induz os residentes a preencher as inadequações e impropriedades das estruturas do Estado. Essa visão de mundo está baseada no princípio da reciprocidade. As pessoas obedecem porque elas sabem que vão precisar dos seus pares numa data futura. A solidariedade da família, das tribos, ou da aldeia, é com freqüência condição *sine qua non* para a sobrevivência. Em acréscimo aos juizados, as estruturas solidárias provêem sistemas de bem-estar, de apoio, de cuidado infantil, e sustentam clubes de poupança e sociedades funerárias, para nomear apenas algumas de suas funções. Elas formam, portanto, parte integral da vida local comunitária no país. (Sharf, 1998, p. 3-4)

Esses tipos de organização comunitária refletem a inadequação e a incapacidade dos esforços estatais em enfrentar os problemas da criminalidade e da ilegalidade nas vizinhanças. Ademais, embora as organizações comunitárias que atuam na temática da segurança e prevenção ao crime sejam diversificadas – retratando as particularidades das lideranças comunitárias, das condições locacionais e de vizinhança, assim como as realidades socioeconômicas –, elas são estruturas sobre as quais as instituições pós-*apartheid* de prevenção ao crime podem ser construídas⁴. Essas estruturas necessitam de uma análise

⁴ Uma tênue linha distingue a regulação comunitária da ordem social e as múltiplas formas do *vigilantismo* verificadas tanto no período do *apartheid* como no do pós-*apartheid*. Atividades de vigilância foram sustentadas e mesmo patrocinadas pela polícia no período do *apartheid* (Burman e Scharf, 1990). No período pós-1994, na área da Cidade do Cabo, o movimento Povo Contra o Gangsterismo e as Drogas (Pagad) se apresentou como o melhor exemplo de mobilização que explicitamente afronta a polícia e o sistema judiciário, assim como o direito

mais aprofundada para que se entenda melhor como os seus sucessos e fracassos são influenciados ao mesmo tempo pelas ligações que unem os residentes e organizam a reciprocidade comunal e pelo contexto urbano no qual estão si-

tuadas. A análise subsequente das iniciativas comunitárias no Delft South explora essas tradições institucionais e os modos como foram transferidas informalmente para essa nova vizinhança.

Iniciativas comunitárias na segurança e na prevenção ao crime

Diante de uma infra-estrutura deficiente e de um quadro de crescente criminalidade, com número insuficiente de policiais, os moradores de Delft South tomaram providências para regular sua área (Figura 1). A discussão enfatiza como esses moradores e as organizações comunitárias se organizaram em torno das questões de segurança, analisando os problemas específicos daquela área, mas comuns às vizinhanças economicamente marginalizadas e segregadas de pessoas de cor e dos negros da área da Cidade do Cabo.

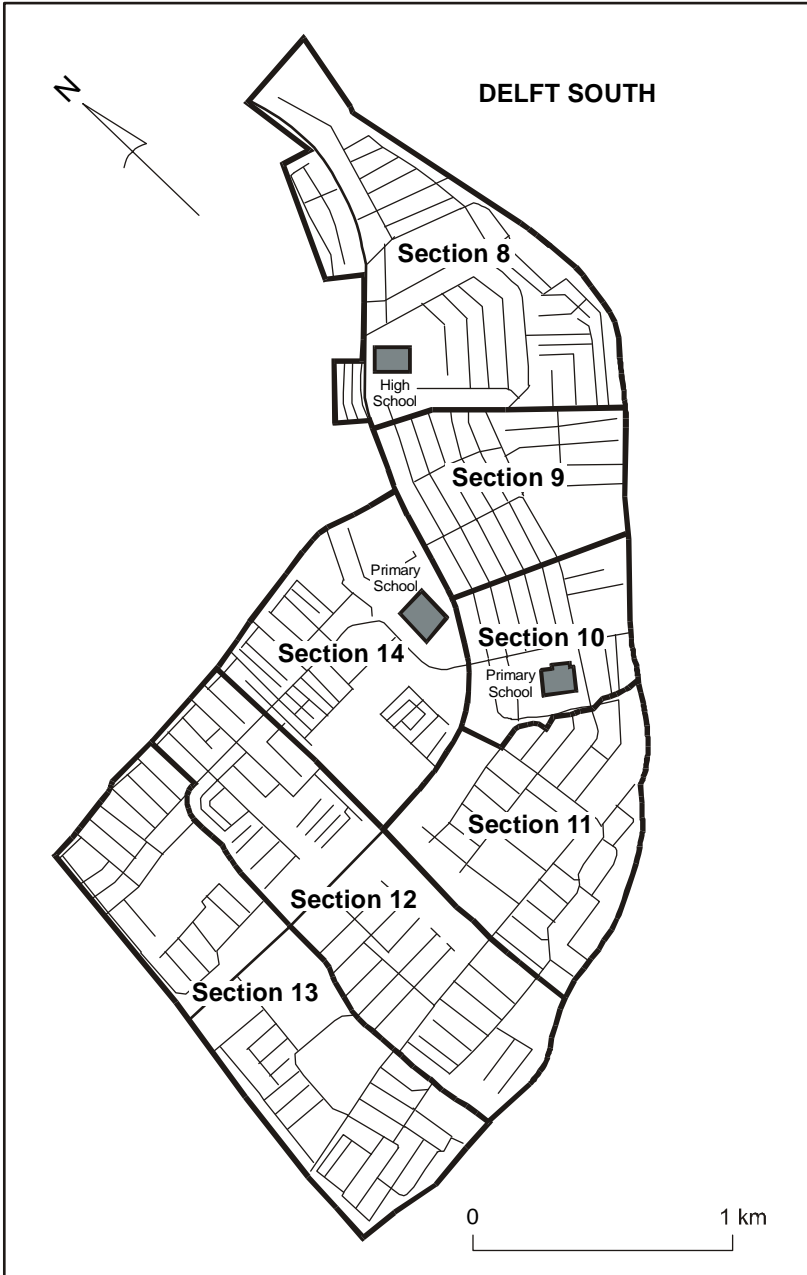
Uma breve introdução sobre o Delft South é necessária, primeiramente para contextualizar as iniciativas de prevenção ao crime nessa área. O fornecimento de moradia foi organizado pelo Projeto Integrado de Serviços da Terra (ISLP) e pelos Ministérios de Habitação nacional e distrital, com a construção de mais de 4 mil casas somente em Delft South. Os grupos de beneficiários da oferta de habitação nessa área provieram dos assentamentos informais de antigas áreas de

ocupação negra e de uma lista de espera para moradias racialmente integradas. Dessa lista, o grupo de moradores era composto majoritariamente por pessoas consideradas “de cor”, porque suas famílias nela figuravam há mais tempo do que os moradores negros. As leis de residência urbana do período do *apartheid* excluía as famílias negras até a abolição das Leis de Controle de Influxo ao final dos anos 1980. As famílias que mudaram para essas novas localidades vieram, por conseguinte, de diferentes áreas da cidade. As particularidades desse caráter inter-racial e o processo de alocação de casas⁵ na área estabeleceram basicamente as formas como moradores e organizações comunitárias trabalham na prevenção ao crime. Para analisar a diversidade de iniciativas encontradas em Delft South, discutimos, primeiramente, as iniciativas surgidas na área de Delft South onde habitações foram ilegalmente tomadas e, em seguida, consideramos as iniciativas da Sanco – na formação de comitês de rua em outras áreas do Delft South.

do Estado em ministrar a justiça. Essas iniciativas de base comunitária enfrentam e desafiam as ações estatais pós-*apartheid* na área de segurança pública.

⁵ Na prática, existem três caminhos para receber casas em Delft South: alocação legal pelo escritório da habitação; aluguel de um proprietário legal; invasão ou ocupação ilegal.

Figura 1



Delft South: consolidando a comunidade por meio da prevenção ao crime

“Como uma comunidade, estamos combatendo o crime. Não queremos isto de forma alguma. Se alguém dá uma pancada ou uma punhalada em alguém, ou se mete numa briga, nós o rendemos e levamos para a polícia. Isto é um assunto para a polícia. Fazemos reuniões aqui. Fazemos consultas de modo a podermos combater o crime. Não precisamos disto (crime). Essa é uma nova comunidade. Queremos que as crianças cresçam sem tiros.” (Depoimento de A.N., 18/5/99)⁶

A consolidação da comunidade contra as ameaças do crime e da ilegalidade presentes em outras antigas áreas segregadas de negros e pessoas de cor é a prioridade dos líderes comunitários de todas as áreas de Delft South. Os moradores narram sua enorme dificuldade em transformar Delft South em uma comunidade digna, livre dos crimes, dos “skollies” e “hooligans” (*gangsters*), realidades comuns e disseminadas nas comunidades de onde foram deslocados. As iniciativas comunitárias pela segurança e contra o crime ocorrem em várias escalas em Delft South. Para alguns mo-

radores, as relações de vizinhança constituem sua base. Para outros, o novo comitê de rua e as organizações ao nível de rua se cristalizaram como mecanismo de segurança. Para áreas do Delft South onde os moradores invadiram casas ilegalmente – um movimento conhecido como “chutadores de porta” –, a experiência e a organização de ocupações ilegais de casas revelaram-se o fundamento central do controle social e da prevenção ao crime. Os “chutadores de porta” se organizaram no nível de ruas, mas também por meio da amizade e da solidariedade desenvolvidas com os vizinhos a partir da luta pela moradia⁷. Ao mesmo tempo, o ramo *Simunye* (*nós somos um*) da Organização Cívica Nacional Sul-Africana (Sanco) tentou sistematizar a organização comunitária e as iniciativas de segurança através da criação do Fórum de Policiamento Comunitário de Delft South. Apesar da diversidade e da fragmentação das iniciativas em meio às quais diferentes facetas desse novo trabalho comunitário operam, forma-se um ânimo comum, por vezes incluindo o *vigilantismo*, para afastar o crime e os *gangsters*.

⁶ As iniciais dos nomes dos moradores foram usadas para proteger seu anonimato. Trinta e duas entrevistas com moradores e dez entrevistas com líderes comunitários foram feitas na área do Delft South.

⁷ Os “chutadores de porta” lutaram contra as famílias que legalmente receberam as casas invadidas. Eles também lutaram contra a expulsão pela polícia e, na Corte Suprema do Oeste do Cabo, contra o governo distrital. Os “chutadores” ganharam o direito legal a essas casas no tribunal nos termos de que seus direitos foram violados e que tinham as mesmas necessidades de moradia (Oldfield, 2000).

Partindo da experiência do movimento dos “chutadores de porta” na luta por moradia

Nas áreas dos “chutadores de porta”, a luta ilegal para obter moradia gerou um alto grau de integração. Essa luta requereu o compromisso de cada família, a sistematização de respostas às ameaças e a aceitação de um grupo particular de líderes que organizaram as primeiras invasões e demandas por moradia. Sob a ameaça de violência física e a de uso da força do Estado contra a ação dos ocupantes, as famílias persistiram e permaneceram unidas.

“Somos fortes porque invadimos juntos. Se você for branco, verde, preto ou vermelho, não importa. Você está seguro todo o tempo porque nós dizemos a todos: ‘Você deve escutar’.”
(Depoimento de D.N., 24/5/99)

As famílias continuaram juntas, dessa feita mais para barrar a penetração do crime em suas áreas do que para proteger suas habitações.

Após conquistar nos tribunais o direito legal à moradia, os “chutadores de porta” deixaram de constituir uma organização formal. Antes disso, estabeleceram um sistema de comitês de ruas em suas áreas.

“Nós tomamos o cuidado com que cada comitê constituísse por si próprio comitês de rua e de vigilância noturna. Depois que isso foi feito, o comitê original dos chutadores de porta re-traiu-se e a comunidade passou a

tomar as decisões em cada área. Dissemos às comunidades que temos que trabalhar de mãos dadas, porque desde que nos organizamos não ocorreram mais assaltos, roubos, tiroteios, nem assaltos, estupros, brigas; existem botequins, mas fecham às oito; não temos mais buttons (Mandrax, um derivado de heroína) ou traficantes de drogas. Isso foi o que foi dito para os comitês de rua no início. Esta é a verdade que eles tiveram que espalhar por todas as ruas. É dessa forma que resolvemos os problemas. O comitê dos chutadores de porta ainda está em funcionamento, para orientá-los aqui ou lá. Nós atuamos como monitores e aconselhamos os comitês de rua.”
(Depoimento de A.N., 18/05/99)

Através da criação dos comitês de rua, os “chutadores” concentraram-se em construir e sustentar a força da comunidade, numa mudança significativa com relação à organização inicial de luta por habitação. Nas áreas dos “chutadores”, os comitês de rua parecem ter feito um bom trabalho porque tiveram uma base sobre a qual se desenvolvem. Os vizinhos se conhecem e confiam uns nos outros. Criou-se uma base em que se pode mover acima das divisões linguísticas, de estereótipos raciais como negros e pessoas de cor e da ignorância que serviam ao sistema de dividir para reinar sobre o qual o *apartheid* floresceu.

Nas áreas dos “chutadores”, a consolidação das comunidades na prevenção à presença criminal tem se dado pela superação de diferenças, com a construção de pontes entre os “ilegais” que invadem moradias e os “legais” que recebem a moradia por intermédio do Escritório de Habitação da área.

“Tivemos que falar com os ocupantes legais e ilegais. Eles (os legais) são diferentes de nós porque somos invasores de casas e eles não. Há criminosos que vêm com eles e eles não sabem quem está morando nessa comunidade. Logo, tentamos conversar com eles e informá-los sobre a comunidade. Dissemos a eles: nós queremos unidade e somos contra a competição dentro da comunidade. Eles aceitaram porque se você quer se relacionar conosco e você chega de onde veio com “gangsterismo” e descumprimento da lei, nós trançamos a casa e colocamos você pra fora. Ou você deixa aquela casa ou você se modifica – Nós te alertamos com antecedência que se você continuar, nós o ‘chutaremos’. Nós ainda não expulsamos ninguém, todos compreenderam.” (Depoimento de A.N., 18/5//99)

Ironicamente, nesses casos os moradores legais são tidos como fora-da-lei, “desobedientes”, e como uma ameaça à união da comunidade e à luta contra o crime. O discurso da legalidade e ilegalidade acarreta discussões não só sobre os tipos de moradores e as ações ilegais dos “chutadores” para tomar a casa de outras famílias, mas também sobre as

ações e métodos que os comitês de rua utilizam para proteger os moradores e a área. Se, por exemplo, alguém causar problemas, será, pelos comitês, ou abordado para uma conversa consensual, ou tratado com violência física, ou expulso da vizinhança.

“Se existe um problema em uma casa, nós vamos falar com eles. Queremos viver em paz. Um homem entrou em uma loja informal. Deram-lhe uma boa surra. Não o matamos. Daquele dia em diante, não se usa mais armas para atacar as pessoas. Houve uma tentativa de estupro e um caso de estupro – ambos os homens levaram uma boa surra e os expulsamos. Nós o colocamos fora se você não se comporta. Se você bater na sua esposa, nós o expulsaremos do lugar. Nós faremos de você um exemplo. Somos todos novos nesta área de Delft, e aprenderemos uns dos outros. Queremos viver como pessoas, não como animais. Não existem gangsters aqui. Isto não pode acontecer aqui, porque está controlado.” (Depoimento de L.R. e M.R., 18/5/99)

Nas antigas áreas de grupos negros, esses métodos são conhecidos e aceitos como modos de regular os indivíduos e, coletivamente, as vizinhanças. No entanto, essas práticas não são comuns nas antigas áreas de grupos de cor, e a análise de outras áreas do Delft South ilustra as dificuldades e o potencial da formação de comitês de rua para, em parte, prevenir o crime.

A formação dos comitês de rua em Delft South

Em Delft South como um todo, as estruturas da Sanco tentaram instituir os comitês de rua como um meio para a organização local, para a integração das pessoas de cor e das famílias negras de diferentes áreas e origens e para a regulação do crime. Apesar de as famílias de cor nas áreas dos “chutadores” parecerem aceitar e participar desses processos, a participação das famílias de cor em outras áreas de Delft South é desigual. A aceitação e o compromisso com os comitês de rua variam conforme a rua e o bairro.

Na maior parte dos casos, as famílias de cor que estão envolvidas e integradas nessas organizações as consideram úteis, apesar de sentirem-se intimidadas a princípio. Uma mulher de cor declarou sobre suas experiências com os comitês de rua:

“Eu gosto dos Xhosa [negros]. Se você roubar, eles te pegam. Eles donder [te batem]. Se os gangsters se juntam, ooh, as pessoas caem em cima. Você não chega nem a formar as gangs. Eles não deixam os gangsters se aproximarem de você. Se existir um problema, eu procuro o pessoal do comitê de rua. Eu vou até o Richard [o coordenador do comitê] qualquer que seja o problema. Se é com o vizinho, ele vai comigo. Se você não escuta, eles te observam e se você faz algo, eles donder em você. Eles incendiaram a casa do Mongrels [um gangster]. Está certo; isto aconteceu

no domingo passado. As pessoas são pobres aqui, logo as crianças são vulneráveis. As gangs do Bispo Lavis [uma antiga área de grupos de cor do norte] compram drogas para as crianças e depois chegam com armas (...) Eles não podem fazer isso aqui. Eles não permitem. Estas pessoas de cor ficam tão bung [assustadas] que elas suma [somente] correm quando os Xhosa chegam; e vêm com um monte de gente. Uh, oh... balela [corram] – é uma batalha perdida.” (Depoimento de F.S., 19/5/99)

Essa mulher se sente segura na área 10 de Delft South. Suas três filhas podem visitar os amigos e passear na vizinhança e ela não se preocupa com a aproximação de traficantes de droga ou com estupro. Em Tafelsig, seu anterior local de residência, repleto de *gangsters*, numa antiga área de grupos de cor, essa liberdade não era possível. As crianças permaneciam fechadas em casa ou eram controladas cuidadosamente quando saíam de casa.

Essa rede de prevenção ao crime ajudou a construir relações sociais mais rapidamente, que são cruciais para a integração e a consolidação da comunidade. Um homem de cor comentou:

“No começo foi um pouco assustador. Você ouvia que era um lugar perigoso. Depois de uma semana ou mais, eu me estabeleci. Não tenho queixas. Todos gostam de mim. Eu os ajudo.

Se eles precisam de dinheiro para o pão, eu dou, se tiver. Toda rua me conhece. Meu filho está seguro. Todo mundo o conhece. Ele freqüenta todas as casas (...) Eu estou me socializando bem com eles [os negros]. Poucos deles têm carros, que eles trazem para eu desamassar a porta. Eles trazem os filhos; meu filho sabe falar algumas palavras em Xhosa. Eu não sei falar mas consigo entender. Antes de vir para cá, eu não sabia nada (em Xhosa).” (Depoimento de R.J., 11/5/99)

As famílias de cor não-integradas mantiveram na maioria das vezes as redes que as ligavam estreitamente às áreas onde viviam anteriormente. Muitas crianças dessas famílias ainda freqüentam as antigas áreas de grupos de cor, pagando caras tarifas de táxi para se deslocarem até as escolas e, nos dias religiosos, até as igrejas e mesquitas dessas áreas.

As diferenças nas redes de moradores e nas estruturas de apoio geram divisões que mal começaram a ser tratadas pelos comitês de rua por meio de processos de criação de redes locais significativas. Houve reação mista de aceitação e, algumas vezes, de rejeição desses métodos. Um líder negro do comitê de rua reflete sobre as diferenças entre os negros e os moradores de cor e sobre as dificuldades de integrar as organizações comunitárias.

“As pessoas de cor costumam ir ao posto policial [para resolver problemas]. Elas não costumam recorrer aos comitês para resolver alguma

coisa com o vizinho; acham que não é preciso se envolver com problemas pessoais. As pessoas não têm vontade de aprender a cultura do outro [o vizinho]. Mas agora estamos tentando fazer as pessoas se entenderem. Você não pode esperar que as pessoas entendam sua cultura e sua linguagem se você não está disposto a entender as deles.” (Depoimento de A.S., 17/5/99)

Certos líderes de comitês de rua tentaram diferentes táticas para envolver novos membros da comunidade. Alguns criam relações pessoais, conversam com as famílias de cor e explicam como o sistema funciona e quais são seus benefícios. Eles se concentram explicitamente na construção de uma relação pessoal e de confiança.

Outros tentam uma cooptação direta. Mas esse assunto não é exclusivamente uma questão de cor. Algumas pessoas dos antigos bairros negros continuam a freqüentar os comitês de rua nos locais de suas residências anteriores, por não confiarem nos comitês de onde agora vivem, em parte porque não viram nenhuma ação praticada por essas estruturas.

Nas primeiras áreas construídas de Delft South, a comunidade tem sido dificilmente consolidada acima das fronteiras raciais.

“Os problemas existem porque as pessoas vêm de diferentes lugares. Elas não se conhecem. Às vezes disputas entre crianças tornam-se disputas entre famílias. Esses problemas se

tornam uma grande questão. Algumas famílias levam os casos à polícia. Logo, nós precisamos criar algum tipo de grupo comunitário, porque de outra forma o crime aumentaria entre os moradores.” (Id., 22/ 5/99)

Líderes comunitários negros tentaram cooptar famílias de cor para seu sistema.

“Nós pegamos eles [as pessoas de cor], tentamos fazê-los se sentirem parte do comitê, apesar da relutância em assumirem um papel importante.” (Ibid.)

Mas, na prática, afirma este líder comunitário,

“as famílias de cor não têm paciência (...) Elas não estão interessadas nos comitês de rua desta área.” (Ibid.)

É nessa escala mais ampla que se dá a cisão entre negros e pessoas de cor e também entre distintas afiliações políticas. Apesar de os vizinhos coexistirem, as estruturas mais amplas encontram dificuldades na integração desses diferentes grupos. A consolidação das organizações comunitárias em torno da prevenção ao crime, mesmo em Delft South, é um pro-

cesso complexo, que requer a integração de inúmeras práticas sociais e políticas.

Nesse estágio inicial de presença comunitária na área, Delft South é mais segura do que muitas localidades mais antigas e similarmente pobres da área da Cidade do Cabo, devido às atividades de moradores e organizações comunitárias em torno da prevenção ao crime. A despeito da fragmentação dos esforços e das diferentes escalas de atividade (rua, área e comunidade mais ampla), há um empenho supra-racial e suprapartidário na prevenção ao crime. Estruturas comunitárias e moradores não confiaram na polícia ou em outras instituições estatais para iniciar ou manter esses esforços. Embora seja necessário melhorar os mecanismos de comunicação e os recursos materiais e financeiros para sustentar as iniciativas dessas comunidades, os moradores assumiram o problema e estão alertas quanto aos métodos dos movimentos de base na prevenção ao crime. Como uma das poucas comunidades racialmente integradas de baixa renda na área metropolitana do Cabo, a comunidade das áreas de Delft South, por meio da formalização e da consolidação dos esforços para a prevenção ao crime e a segurança, demonstra o sucesso e as dificuldades de integrar e transformar as comunidades.

As iniciativas do Estado para melhorar a segurança das comunidades

O Estado nacional pós-*apartheid* enfrenta o desafio de integrar os elementos positivos dos métodos comunitários

para regular a ordem social, tais como os comitês de rua e os tribunais comunitários com novas prioridades e métodos

de policiamento. Os programas do Estado para a segurança comunitária têm funcionado num contexto de alta criminalidade e de demandas por mecanismos que equacionem imediatamente o crime por parte das comunidades tanto de Delft South como de outras localidades do Estado nos níveis provinciais e locais. A experiência da África do Sul em lidar com o crime e com as dificuldades em reconstruir a governança não é única.

Altos índices de criminalidade frequentemente acompanham a transição para a democracia. Isto não significa que o crime seja um traço distintivo da democracia. O que acontece é que as mudanças significativas operadas em sociedades que passam do autoritarismo para governos democráticos geralmente enfraquecem os controles sociais e de Estado, gerando aumento nos índices de criminalidade (...) Por um lado, a governança autoritária é usualmente acompanhada por métodos políticos impróprios para a prevenção do crime num ambiente democrático. Por outro lado, o novo Estado está sempre enfrentando o dilema de que é obrigado a governar a sociedade com os mesmos instrumentos que foram usados para impor as regras autoritárias (...) São necessárias novas formas de governança e controle social. (RSA, 1998, p. 10)

A discussão seguinte considera as funções e políticas de Estado para a prevenção da criminalidade e o modo como elas aperfeiçoam ou impedem a prevenção de crimes nas escalas urbana e de vizinhança.

Os Ministérios de Segurança e Seguridade e os Departamentos de Justiça e Serviços Correccionais foram organizados para reorientar o que foi, na era do *apartheid*, o Ministério da Lei e da Ordem. Essas corporações tentaram reestruturar as respostas do Estado à segurança e à prevenção da criminalidade nas escalas nacional, distrital e local. No plano nacional, duas prioridades foram estabelecidas. A primeira referia-se à reabilitação dos Serviços de Polícia da África do Sul (SAPS)⁸ e a segunda, ao esforço para integrar as comunidades em iniciativas de segurança e programas de prevenção da criminalidade (RSA, 1998). Neste artigo, concentramo-nos na segunda.

A Estratégia Nacional de Prevenção da Criminalidade (RSA, 1996b) e o Livro Branco para a Segurança (RSA, 1998) mantêm o controle das funções políticas no plano nacional (Shaw, 1997, p. 1). O ministério nacional estabelece as políticas e controla os fundos.

A centralização das funções policiais é baseada no imperativo político de manter o aparato coercitivo do Estado

⁸ Primeiro, 11 dos serviços básicos do SAPS foram amalgamados racial e regionalmente. Foram enfatizados mecanismos para subtrair práticas policiais do controle autoritário através de metodologias de policiamento comunitário. Em consequência, a força policial foi desmilitarizada, civis foram colocados em posições-chave, e os mecanismos de supervisão civil e participação comunitária foram priorizados (RSA, 1998).

controlado. Caso a agência de polícia fosse dissolvida, prossegue o argumento, isso significaria um convite à exploração e ao abuso desde o âmbito das províncias até o plano local (Ibid., p. 3).

Estruturas policiais estão deixando Pretória, e todos os representantes provinciais comunicam-se diretamente com o Comissário Nacional de Polícia. Do mesmo modo, as maiores iniciativas antiterrorista e anticrime organizado estão localizadas nessa arena. Em contrapartida, o governo provincial sustenta e monitora as estratégias de prevenção da criminalidade na esfera local.

Ministros de Segurança provinciais são incumbidos pela Constituição de monitorar e supervisionar a polícia – [mas] de fato eles têm pouco dito (além da influência política) sobre assuntos operacionais da polícia em suas províncias. (Ibid.)

E, no plano estadual local, as municipalidades têm o direito constitucional de criar forças policiais municipais para complementar os serviços nacionais dos SAPS. Nessa configuração de funções e ações de polícia, o Estado nacional possui firme controle e responsabilidade pelo policiamento e por outras políticas de segurança e prevenção ao crime.

O governo nacional priorizou políticas de prevenção ao “crime social” para explicitamente enfrentar os legados socioeconômicos nas vizinhanças pobres, típicas de comunidades de negros e pessoas de cor.

O crime nas comunidades pobres pode estar freqüentemente determinado pelas circunstâncias socioeconômicas que não podem ser tratadas apenas por ações policiais (...) As causas do crime precisam ser desagregadas para os propósitos das intervenções preventivas. Tipos especiais de crimes possuem diferentes causas; elas podem variar segundo a localidade e requerer soluções específicas (...) Assim, a prevenção da criminalidade social objetiva reduzir os fatores sociais, econômicos e ambientais que contribuem para tipos específicos de crimes. As metas das estratégias de prevenção da criminalidade devem focalizar os agressores, as vítimas e o ambiente em que vivem. (RSA, 1998, p. 12)

Essa sensibilidade às dinâmicas locais e socioeconômicas reflete a transformação mais ampla das orientações do Estado. Mas, ao mesmo tempo, a ênfase no “crime social” caracteriza um pragmatismo nas metas do Estado, porque as comunidades pobres são também as menos capazes de lutar contra as conseqüências e devastações geradas pelo alto índice de criminalidade. O mecanismo principal utilizado para reengajar as comunidades na prevenção do que o Estado chama de “crime social” é a constituição de novas parcerias entre o Estado e as empresas, o Estado e as comunidades, e o Estado, as organizações comunitárias e as organizações não-governamentais (ONGs). Essas parcerias ocorrem no plano local, em contexto urbano e de vizinhança.

O Estado sul-africano concentrou-se nos Fóruns de Policiamento Comunitários (FPCs) como mecanismo central para reengajar comunidades e Estado e também como instrumento flexível para lidar com a variedade de interesses e capacidades ao âmbito dos bairros através da cidade. Como parte do Ato 68 de 1995 sobre os SAPS, esses fóruns têm um mandato constitucional, de modo que cada delegacia tem pelo menos algum contato e um fórum de discussão com os respectivos constituintes das comunidades em seus distritos policiais (RSA, 1995, Secção 221 [2]).

Os Fóruns de Policiamento Comunitários (FPCs) junto com a polícia

devem estabelecer e manter uma parceria com a comunidade, promover a comunicação entre a polícia e a comunidade, promover a cooperação e assegurar que a polícia preencha as necessidades da comunidade com respeito ao policiamento, melhorar a transparência e a responsabilidade dos SAPS e promover em conjunto a identificação e a solução dos problemas. (RSA, 1995, Secção 18[1])

Subseqüentemente, Os FPCs foram constituídos nas áreas urbanas para garantir um grau de responsabilidade entre os comandos de delegacia dos SAPS e as famílias e comunidades nas respectivas jurisdições.

Os fóruns de policiamento comunitário na prática

Na maioria dos casos, particularmente nas antigas áreas de grupos negros e de pessoas de cor, esse tipo de relacionamento entre a polícia e a comunidade é radicalmente novo. O estabelecimento de relações produtivas através das estruturas dos FPCs tem-se realizado, com freqüência, por meio de processos difíceis e pedregosos. O FPC de Delft South, por exemplo, foi organizado mediante as estruturas da Sanco. O presidente, proveniente de uma antiga área de residência negra, articulou a necessidade de um FPC em Delft South:

“Nós tínhamos FPCs nas comunidades de onde viemos (...) Nós nos reunimos e começamos a pensar que poderíamos tentar formar um FPC

e reuni-lo com a polícia de Delft. Convocamos uma reunião com a comunidade e os guardas, posto que havia muita criminalidade na área. Tentamos encontrar os guardas no meio do caminho, falamos da Sanco e de outros sistemas, para alertar o pessoal da delegacia sobre como a comunidade operava.” (Depoimento de F.K., 21/5/99)

Uma nova delegacia foi construída na antiga área de grupos de cor ao norte de Delft South. Mas as severas deficiências tanto de pessoal como de equipamento, tais como viaturas para ronda, dificultavam as atividades da polícia em Delft South. Alguns moradores, por exemplo, flagraram alguns criminosos

queimando um residente quando ele tentava proteger sua irmã que acabara de ser roubada. A irmã, que escapou correndo, mais tarde reconheceu um dos assaltantes. Os membros da comunidade arrastaram o homem e forçaram-no a entregar seus companheiros. A vítima foi até a polícia dar parte do crime e dizer que os criminosos haviam sido pegos e estavam trancafiados na casa de um dos moradores. Alegando que a viatura estava fazendo um serviço em outro lugar e que não havia dinheiro para o combustível, o policial chegou na manhã seguinte às 11 horas para prender os criminosos. O tempo de resposta da ação policial não fortaleceu a crença da comunidade na qualidade e efetividade dos serviços de polícia em Delft South.

Os problemas são exacerbados porque o FPC e a delegacia não se relacionam bem.

“Nós sentimos que um dos problemas que conduziram à [formação do] FPC foi a necessidade de policiais negros, devido a problemas de comunicação com os Xhosa. Sentimos que deveríamos nos reunir com o chefe da delegacia. Nós nos encontramos com o delegado e ele prometeu que tentaria incluir policiais negros. Nós esperamos, mas nenhuma mudança foi efetivada (...) Acho que precisávamos [para o FPC] da mesma combinação 50/50 de pessoas de cor/negros misturados [tanto na delegacia quanto na alocação das casas] para quebrar os problemas de comunicação.” (Ibid.)

Em parte, há um fosso na comunicação entre os moradores que falam Xhosa, os demais negros e os policiais da delegacia, que falam inglês na delegacia de Delft South. Existem também diferenças de interpretação sobre o papel das estruturas comunitárias nas iniciativas de prevenção ao crime e no policiamento corrente. Há diferentes expectativas nas comunidades e nas delegacias das antigas áreas de residência de negros e de grupos de cor. Nas antigas áreas dos negros, a polícia trabalha com os comitês de rua e os FPCs. O presidente do FPC ilustra esse aspecto numa discussão:

“De onde viemos, o papel do chefe do FPC era trabalhar junto com a polícia (...) você deveria receber treinamento da polícia, mas não neste FPC. Eu tenho dificuldade de entender porque você deve ser informado [pela polícia] (...) Lá [em Gugulethu] eu era membro do FPC e nós patrulhávamos com a polícia, tínhamos rádios, nós chamávamos e a polícia vinha (...) Quando havia um crime ou um incidente, nós dizíamos quem éramos e eles vinham sem atraso (...) [aqui] é muito diferente, é difícil de se comunicar (...) Acho que eles não reconhecem o FPC como parte do policiamento. Acho que eles estão nos negligenciando (...) Às vezes eles só fazem as rondas quando são chamados para um caso.” (Ibid.)

Enquanto as famílias africanas tendem a ir diretamente ao comitê de rua ou aos representantes do FPC, as famílias

de cor tendem a ir diretamente à polícia. Essas diferenças fazem com que o papel do FPC não esteja muito claro em Delft South.

Problemas na constituição e implementação dos FPCs e na construção de relações responsáveis com a polícia em Delft South não são exclusivos dessa área da cidade do Cabo. Assim, em geral:

Não há nada intrinsecamente bom ou mau no policiamento comunitário. Ambos os pudins dependem de sua prova. O bom ou o mau de qualquer modelo de policiamento depende da filosofia política subjacente que guia a prática de policiamento, e dos tipos de avaliação e balanço que fazem as agências policiais transparentes. As “comunidades” não são necessariamente depósitos de inocência. Pelo contrário, as comunidades são tão responsáveis pela corrupção moral e abuso de poder como qualquer outra estrutura organizacional. (Van der Spuy, 1994, p. 39-40)

Na prática, os FPCs apresentam diferentes relações entre a polícia e a comunidade, conforme as vizinhanças sejam brancas, negras, de cor ou de indianos, e estejam em áreas pobres e ricas no interior dessas categorias raciais. Essas relações foram construídas em práticas preexistentes. Em antigas áreas de brancos, o relacionamento amigável entre policiais e comunidade foi característico. Nessas vizinhanças, a ação policial priorizou tradicionalmente a prevenção ao crime e a coerção da lei mais

do que o controle físico e o controle social, prevalecentes nas áreas de negros e de pessoas de cor (Mistry, 1995). Os recursos para o policiamento também refletiram tais divisões nas cidades. As antigas áreas dos brancos são abastecidas com delegacias locais que absorvem 80% dos recursos policiais. Em comparação, as antigas áreas de pessoas de cor e de indianos partilham 12% e às áreas dos negros restam apenas 8%. Estas possuem menos delegacias e menos recursos humanos e materiais, recebendo somente 20% dos recursos totais (Seldman, 1997).

Em acréscimo, os FPCs operam diferentemente nas comunidades brancas, negras, de cor e indianas. Nas comunidades brancas, as pessoas costumam doar dinheiro para manter os veículos policiais ou para fornecer equipamentos essenciais não financiados pelo Estado ou até, em alguns casos, para pagar policiais suplementares no reforço do patrulhamento da vizinhança. Nas comunidades negras e de cor, esses tipos de financiamento em geral não existem. Os moradores colaboram reclamando da polícia mais responsabilidade e mudança no comportamento e na ação.

Os FPCs são quase sempre problemáticos em termos de representação, particularmente porque são constituídos voluntariamente. Em muitas instâncias, os partidos políticos dominam os fóruns policiais como um veículo para impor suas agendas no plano local (Mistry, 1995, p. 4). Além disso, os representantes policiais nos FPCs não são aqueles com os quais os moradores se encontram

diariamente, e não houve mudança de atitude dos policiais com os quais os residentes se encontram (evidências do caso de Delft South).

Os comissários locais se comunicam com a estrutura de comando policial da Comissaria Nacional em Pretória, havendo pequeno incentivo a responder às necessidades da comunidade. Promoções e transferências dependem da hierarquia em Pretória e não da voz da comunidade no local. (Shaw, 1997, p. 3)

Assim, a hipótese de que os FPCs modificaram o modo como a polícia e a comunidade interagem não parece evidente. Apesar de os FPCs estarem institucionalmente legalizados, eles não garantem um relacionamento produtivo entre polícia e vizinhança ou uma mudança na polícia local ou nas atitudes da comunidade com relação à segurança e à prevenção da criminalidade. Antes, essas relações foram reconstruídas de forma *ad hoc*, refletindo casuísmos de indivíduos, de líderes comunitários e da polícia no plano local.

Conclusão

O engajamento da comunidade e do Estado na prevenção da criminalidade e na segurança produziu padrões e processos desiguais que refletem as próprias comunidades e as localidades nas quais estão situadas. Esses exemplos também manifestam os traços das instituições policiais, do pessoal, das instalações e dos recursos disponíveis nos diferentes locais da cidade. O caso de Delft South ilustra os complicados elementos observados no nível comunitário, em que uma variedade de padrões de consolidação comunitária está em processo. O interessante é que os moradores negros e de cor de Delft South procuraram unificar-se, em grande medida, a partir de sua pobreza comum e de sua conseqüente vulnerabilidade ao crime e à dominância das *gangs* da vizinhança. Apesar das evidências do desigual padrão de consolidação

comunitária em Delft South, as organizações da área não se dividem em função das diferenças de língua e cultura. Estruturalmente, porém, as ligações entre as organizações comunitárias e a polícia são, na melhor das hipóteses, tênues. Embora as famílias de cor procurem a polícia com mais assiduidade do que seus vizinhos negros, o índice de resposta da polícia em Delft South é baixo. A falta desses relacionamentos entre funcionários e instituições do Estado, de um lado, e moradores e organizações comunitárias, de outro, prejudicam seriamente a prevenção da criminalidade na área.

Em geral, os FPCs parecem ser mecanismos fracos para que o Estado se comprometa com as comunidades de negros e de pessoas de cor, porque eles são constituídos diferentemente, refletin-

do a diversidade das comunidades. Do mesmo modo, as funções que os FPCs escolheram desempenhar, sua formação e suas relações com a polícia diferem nas diferentes partes da cidade. Conseqüentemente, os moradores recorrem às redes informais em que confiaram historicamente. Esses legados mais profundos e persistentes coexistem, entretanto, com as demandas imediatas de que o Estado enfrente os desafios do crime e com os caminhos segundo os quais as comunidades constroem seus próprios mecanismos informais e algumas vezes ilegais de solidificação da regulação social e da ordem. Tais atividades constituem oportunidades para o Estado trabalhar com as estruturas comunitárias informais, tais como os comitês de rua, mas, ao mesmo tempo, desafiam a eficácia e a centralidade do Estado nas

transformações em curso no terreno, na escala da comunidade.

Do mesmo modo que o Estado controla os limites e as possibilidades das reformas, as comunidades também controlam os parâmetros da reestruturação comunitária, através de reações criativas contra a pobreza e a falta de serviço policial fornecido pelo Estado. Os moradores e as organizações comunitárias medeiam os modos de intervenção e regulação social do Estado na área. Esses padrões refletem a própria localidade, a cidade e sua regulação, assim como as negociações do Estado com relação a práticas sociais, econômicas e políticas mais amplas, bases sobre as quais os processos de transformação social e sustentabilidade urbana nas cidades da África do Sul são construídos.

Referências bibliográficas

AFRICA, C. et al. Crime and community action: Pagad and the Cape Flats, 1996-1997. *Public Opinion Service Reports*, 1998.

AMUPADHI. *Mail and Guardian*, Johannesburg, 5 Aug. 1998.

BURMAN, S.; SCHARF, W. Creating People's Justice: Street Committees and People's Courts in a South African City. *Law and Society Review*, n. 24, p. 693-744, 1990.

CAMERER, L. et al. *Crime in Cape Town*

Survey. Halfway House, Pretoria: Institute for Security Studies, 1998.

CITY OF TYGERBERG. Housing Policy Workshop, Working Document. 1998.

COLE, J. *Crossroads: the politics of reform and repression*. 1976-1986. Johannesburg: Raven Press, 1987.

HAEFELE, B. W. Islamic Fundamentalism and Pagad: An Internal Security Issue for South Africa? *Crime and Conflict*, p. 8-12, Autumn 1998.

- ISLP. Integrated Service Land Project Guidelines on the Participative Development Process. Report, 1996.
- _____. Integrated Service Land Project. Report, 1998.
- JOHNSON, A.; HESS, S. *Mail and Guardian*, Johannesburg, 2 Aug. 1996.
- MAIL AND GUARDIAN. South Africa, Johannesburg, 12 Aug. 1994. Staff Reporter.
- _____. South Africa, Johannesburg, 4 Apr. 1996. Staff Reporter.
- MAMDANI, M. *Citizen and Subject: The legacy of late colonialism in Africa*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MATTES, Robert B. "PAGAD": collective action against crime. Cape Town: Institute for Democracy in South Africa, 1996.
- MINNAAR, A. *Mail and Guardian*, Johannesburg, 21 May 1999.
- MISTRY, D. The state of community police forums (CPFs) and their challenges. Occasional Paper. Cape Town: Institute of Criminology, 1995.
- NGCOKOTO, B. *Street Committees in Gugulethu Section 33, 1982-1995*. Cape Town: Community Peace Foundation, 1997.
- OLDFIELD, S. The centrality of community capacity in state low-income housing provision in Cape Town, South Africa. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 4, p. 858-72, 2000.
- POSEL, D. Curbing African urbanization in the 1950s and 1960s. In: SWILLING, M.; HUMPHRIES, R.; SHUBANE, K. (Ed.). *Apartheid City in Transition*. Cape Town: University of Cape Town Press, 1991.
- RSA (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA). South African Police Services Act (68 of 1995). Pretoria: Government Publishers, 1995.
- _____. Constitution of the Republic of South Africa. Pretoria: Government Publishers, 1996a.
- _____. National Crime Prevention Strategy. Pretoria: Government Publishers, 1996b.
- _____. White Paper on Safety and Security. Ministry of Safety and Security. Pretoria: Government Publishers, 1998.
- SCHARF, W. *Transforming Community Policing in Black Townships in the New South Africa*. Cape Town: Institute of Criminology, 1991.
- _____. Community Policing in Post-Apartheid South Africa: The Views of Some Black Township Civic Associations in South Africa. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL PERSPECTIVES: Crime, Justice and Public Order. Russia, St. Petersburg, 1992.
- _____. Access to Justice: Community Structures. In: SOUTH AFRICAN LAW COMMISSION WORKSHOP. Vista University, 1998.
- SEEKINGS, J. People's Courts and Popular Politics. *South African Review*, Johannesburg: Raven Press, n. 5, 1989.

SELDMAN, A. *How Long Before Justice Arrives?: Why the police are not satisfying South Africa's crime worries*. USA: Boalt Hall, 1997.

SHAW, M. Buying time? vigilant action, crime control and state responses. *Crime and Conflict*, p. 5-8, 1996.

_____. *South Africa: Crime in Transition*. Halfway House, Pretoria: Institute for Security Studies, 1997.

SMITH, C. *Mail and Guardian*, Johannesburg, 11 June 1999.

VAN DER SPUY, E. *Community policing in South Africa: A comment*. Cape Town: Institute of Criminology, 1994.

ZWANE, P. *Mail and Guardian*, Johannesburg, 15 Dec. 1995.

Resumo

Percepções e experiências do crime urbano galvanizaram a ação do Estado e de grupos da sociedade civil da África do Sul, não só porque as estratégias usadas para a prevenção do crime são imperativos de segurança, mas também porque são uma necessidade do desenvolvimento para a transformação e a sustentabilidade urbanas. O processo de entrosamento das estruturas do Estado e das comunidades para trabalharem juntas tem sido difícil, porque as condições que facilitam ou diminuem a criminalidade estão enraizadas na regulação social e na constituição das comunidades, assim como nos vínculos entre as comunidades e entre elas e as instituições estatais. Uma análise profunda das estratégias de prevenção ao crime em *Delft South* – uma comunidade de baixa renda e racialmente mista constituída na Cidade do Cabo após o *apartheid* – revela que, enquanto os moradores priorizam a prevenção ao crime, diferentes tradições das organizações comunitárias dificultam as estratégias dessa prevenção

Abstract

Perceptions and experiences of urban crime have galvanized the South African state and civil society groups into action, not only because crime prevention strategies are security imperatives, but also because they are a developmental necessity, central to transformation and urban sustainability. The process of engaging the state and community-based structures to work together has been difficult, however, because the conditions that facilitate or discourage criminality are rooted in the social regulation and fabric of communities, as well as in the linkages and ties that relate communities to each other and to state institutions. An in-depth analysis of crime prevention strategies in Delft South – a post-apartheid, low-income, mixed-race neighborhood in Cape Town – reveals that while residents have prioritized crime prevention, different traditions of community organization complicate strategies to prevent crime within this neighborhood. At the same time, the state's engagement, particularly through

em suas vizinhanças. Ao mesmo tempo, o Estado não tem explorado suficientemente sua capacidade de trabalhar com iniciativas comunitárias de prevenção ao crime nestas áreas. O presente texto ilustra as sobreposições e os conflitos – os elos faltantes – entre os mecanismos e iniciativas de base comunitária e do Estado para prevenir o crime no contexto urbano contemporâneo da África do Sul.

Palavras-chave: criminalidade urbana, policiamento comunitário, política de segurança

the police and a community-policing forum, with residents and organizations has been fraught, often missing the potential to work with community-based crime prevention initiatives in this area. This paper illustrates the overlaps and at times conflicts – the missing links – between community-based and formal state-driven mechanisms and initiatives to prevent crime in the contemporary South African urban context.

Keywords: urban crime, community policing, security policies

Recebido em julho de 2002. Aprovado para publicação em setembro de 2002

Sophie Oldfield é professora do Department of Environmental and Geographical Science da University of Cape Town, South Africa

Instrumentos

Implicações da sociedade da informação para a mensuração estatística: desajustes conceituais e metodológicos

Rosa Maria Porcaro

Introdução

Uma série de fatores vem caracterizando a extensão e a intensidade de mudanças na sociedade atual, envolvendo transformações radicais nela própria e nos indivíduos. Entre tais fatores, podem-se citar o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, a dimensão planetária dos fenômenos econômicos e culturais, a reestruturação produtiva, a metamorfose do mercado de trabalho, os desafios propostos ao pensamento positivista, a perda de aderência de valores éticos e morais e de tipos de relações antes estruturados, que são claros indicadores de uma sociedade modificada. Tudo parece levar à certeza de que vivemos uma profunda mudança estrutural.

É nesse ambiente de mudança que se insere este artigo, cujo objetivo é dis-

cutir-se e como as importantes transformações que marcam a sociedade atual, comumente referida como sociedade da informação, se refletem nas informações estatísticas oficiais, construídas a partir de representações da realidade social. Questiona-se se transformações estão sendo apreendidas com o arcabouço conceitual-metodológico dos atuais levantamentos estatísticos construídos e consolidados para “retratar” a sociedade capitalista industrial moderna de escopo nacional, hoje completamente modificada. Neste artigo, serão enfatizadas a emergência e a relevância de um processo produtivo informacional, da integração de atividades propiciada pela tecnologia de informação e comunicação, do processo produtivo flexível e de relações “insumo x produto” informacionais.

Aspectos metodológicos

Parte-se do pressuposto de que as estatísticas oficiais são representações numéricas da realidade que buscam mensurar. Em seu processo de construção, apóiam-se em interpretações teóricas que modelam aspectos da realidade e *passam a criar seus próprios modelos de interpretação do real*. As estatísticas que buscam apreender a realidade social guardam, pois, em sua configuração numérica, uma certa visão de mundo, o que as restringe ao *contexto* em que estão inseridas.

Considera-se, então, que as estatísticas oficiais estão referidas a uma configuração social – econômica, tecnológica, cultural e política – relativa à sociedade industrial de caráter nacional, dos pós-guerras, que se distingue substantivamente da configuração atual, marcada por transformações sociais profundas. Assim, tenciona-se mostrar que as transformações em curso vêm alterando de forma significativa muitas das práticas econômicas e sociais da sociedade industrial, representadas pelo arcabouço conceitual central das estatísticas oficiais.

Foi no citado período industrial que ocorreu, então, a construção, a solidificação e a reificação das estatísticas ofi-

ciais. Constituiu-se o paradigma das estatísticas oficiais consubstanciado na construção do sistema de informação estatística - SIE, o qual produz informações que “retratam” a sociedade industrial nacional, em sua fase organizada, regulada¹ e de maiores certezas, sob uma concepção que supõe, como saída do sistema estatístico, uma informação padronizada e homogênea – harmonizada –, capaz de garantir comparabilidade no tempo (diferentes momentos) e no espaço (diferentes contextos).

O período atual, por abranger um processo vigoroso e em ebulição, vem sendo discutido por diversas abordagens, como as das sociedades da informação, do conhecimento, pós-moderna, pós-fordista, dos signos e das imagens etc. Muito embora não haja uma compreensão convergente entre as abordagens, todas elas não mais consideram o vetor industrial anterior à força orientadora, controladora e organizadora, que deu à sociedade forma e significado.

Trata-se, pois, de dois momentos sociais distintos representados por meio dos mesmos recortes interpretativos.

¹ Autores como Lash e Urry (1987) e Offe (1989), Wagner (1994) e Arrighi (1996), caracterizam o período, respectivamente, como capitalismo organizado, modernidade organizada e fase de regulação econômica. Um período caracterizado por uma produção industrial, de escopo nacional, de bens materiais padronizados (de massa), por alto nível de emprego e busca de pleno emprego, e marcado por melhorias nas condições sociais e políticas da população. Um contexto social de maior estabilidade e legitimidade, em que ocorreu uma ampliação da formalização de práticas sociais, que se homogeneizaram. Uma configuração social que possibilitou a construção de esquemas teóricos coerentes e abrangentes de interpretação da sociedade, facilitando a construção dos modelos estatísticos de representação da sociedade.

Assim, o presente artigo procura contrastar fatores propulsores de mudanças, destacados pela abordagem da *sociedade da informação*, com aspectos conceituais e operacionais centrais na construção das estatísticas oficiais. Ressaltam-se, então, importantes diferenças

entre os pressupostos que dão forma a essa visão da sociedade e os pertinentes aos modelos estatísticos atuais.² Procura-se apresentar *desajustes ou desconceitualizações decorrentes da mensuração de uma nova situação a partir de velhos modelos*.

O contexto atual: a sociedade da informação

Na interpretação dos fenômenos que marcam a sociedade atual, uma corrente teórica que prosperou e se ramificou foi a da *sociedade da informação*, que dá maior ênfase ao conhecimento científico e tecnológico, gerador de inovação, como fonte de valor e de crescimento da sociedade.³ Muitos autores, nesse campo teórico, consideram que, apesar da maior visibilidade das informações e das inovações, o central é mesmo o conhecimento, sem o qual não é possível decodificar o conteúdo das informações. O maior destaque dado ao conhecimento deve-se também ao fato de que as inovações tecnológicas resultam de enormes esforços de pesquisa e desenvolvimento, numa geração sistemática de conhecimento.

Nesse contexto, é postulado que durante as últimas décadas uma série de inovações científicas e tecnológicas pas-

sou a convergir e a constituir, segundo muitos, um novo paradigma tecnológico, baseado nas Tecnologias de Informação e de Comunicação, abreviadamente chamadas de TIC.

O fundamento científico e tecnológico de tal paradigma são o desenvolvimento acelerado da microeletrônica e dos computadores, que propiciaram, respectivamente, o aumento da capacidade de integração dos circuitos (contidos em um *chip*) e a revolução no processamento da informação (*hardware e software*). Com o desenvolvimento das comunicações via satélite e por fibras óticas, a telecomunicação tornou-se o vetor chave da difusão e do máximo aproveitamento das novas tecnologias. O uso da tecnologia digital também melhorou enormemente as telecomunicações. A convergência dessas tecnologias possibilitou a rápida conexão entre diferentes unidades de

² Um tratamento mais extenso dessas questões foi realizado na tese de doutorado da autora, "Produção de informação estatística oficial na (des)ordem social da modernidade", onde se inclui a leitura de outras duas abordagens: a da sociedade pós-fordista e a da sociedade pós-moderna.

³ Trata-se da abordagem inicial da sociedade pós-industrial elaborada por Daniel Bell (1973). Outros pesquisadores, como Peter Drucker (1969) e Alvin Toffler (1970), estavam também envolvidos com essa linha de interpretação da sociedade.

processamento e acelerou o desenvolvimento dos sistemas de informação e das redes de comunicação eletrônica mundial, em que passa a sobressair a internet.

De fato, as técnicas digitais, ao transformarem qualquer informação eletrônica em pacotes padronizados de sinais binários, possibilitaram o rápido e eficiente processamento e transmissão de qualquer tipo de informação (textos, dados, sons, imagens, *softwares* etc.) por meios eletrônicos. Isso vem provocando alterações significativas nas formas de organização da produção e na gestão empresarial.

Castells (1989, p. 29-49, e 1990, p. 31-6) sugere a passagem do modo de desenvolvimento industrial para o modo informacional, que decorre da convergência das mudanças sociais com as tecnológicas. A passagem para a sociedade da informação resulta de um processo social de desenvolvimento científico e tecnológico, cujas forças motrizes geram implicações técnicas, sociais, culturais, políticas e econômicas cumulativas e irreversíveis, que mudam as formas de discutir, produzir e organizar, enfim, de movimentar e representar a sociedade.

Altera-se o elemento fundamental para a determinação da produtividade do processo de produção. Não é mais a energia do modo de desenvolvimento industrial, mas sim a qualidade do conhecimento. Na realidade, o conheci-

mento intervém em todos os modelos de desenvolvimento, já que é sempre base, em algum nível, para o processo de produção. Mas, é específica do modo de desenvolvimento informacional a ação do conhecimento sobre o próprio conhecimento, como fator de produtividade e criatividade.

No novo paradigma tecnológico, a informação é a matéria-prima: “são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como nas revoluções tecnológicas anteriores.” (Castells, 1999, p. 31-6, p. 78). Portanto, um dos traços fundamentais desse paradigma é que a *informação passa a constituir tanto matéria-prima como produto*. Outro traço marcante (aliás, comum às grandes revoluções tecnológicas) é que *os principais efeitos das inovações recaem sobre os processos*, mais que sobre os produtos. Há certamente um vasto elenco de novos produtos, porém o impacto mais profundo e generalizado da inovação está associado ao processo. Os processos, diferentemente dos produtos, incorporam-se a todas as atividades humanas, produzindo transformações conduzidas por essas tecnologias.

Assim, pode-se considerar que, na sociedade da informação, os onipresentes fluxos de informação provocam modificações na organização social em seu conjunto: no modo de produzir, de consumir, de administrar, de morar, enfim, de viver.

O sistema estatístico e a sociedade da informação: algumas reflexões conceituais e metodológicas

Esta seção apresenta uma leitura sobre algumas das implicações das TIC no contexto da produção de estatística, mais especificamente no âmbito da representação das atividades econômicas. Serão focalizados alguns cortes/critérios de representação do sistema de informação estatística *vis-à-vis* das transformações introduzidas pelas TIC nas formas de estruturação dos negócios na sociedade da informação.

O processo produtivo informacional: fatores cognitivos e simbólicos

Fatores considerados constitutivos dos processos produtivos industriais – matérias-primas, insumos materiais, produto e tecnologia mecânica – perdem centralidade. Ganham relevância nos processos produtivos da sociedade da informação os fatores cognitivos e/ou simbólicos. Preconiza-se o maior investimento em insumos não-materiais.

Chama-se a atenção para o *soft-ening* da produção. Morris e Suzuki (apud Kumar, p. 29), afirmam que no Japão, já em 1980, apenas 27% das indústrias eram consideradas *hard*, no sentido de que bens materiais constituíam 80% ou mais do valor total dos insumos. Drucker (apud Stehr, 1994, p. 131) estima que o custo da matéria-prima contida num semicondutor, *microchip*, é de 1% a 3% do total de seu custo de pro-

dução, enquanto na fabricação de automóveis, aquele custo chega a 40%, e na de vasilhames, a 60%. Rifkin (1996, p. 115-77) observa que no setor automobilístico os robôs se tornam cada vez mais atraentes como alternativa ao trabalho humano na linha de montagem (a Mazda Motor Corporation esperava que 50% de sua linha de montagem final estivesse automatizada em 2000) e que no setor do aço encontra-se, hoje, uma “estrutura branca e luminosa”, que mais parece um laboratório que uma fábrica.

Em sentido análogo, Marques (1999, p. 196) assinala que quanto mais informacionalizado for um processo produtivo mais se estará operando sobre papéis, telas de computador, sistemas operacionais, *softwares*, *scans*, transferências de arquivos etc. Argumenta que quanto mais informacionalizada for a produção mais trabalho de concepção e projeto, de programação, de planejamento, de construção sob forma latente, potencial e virtual (desmaterializada) será realizado, antes que, em algum lugar do planeta, alguma ferramenta de uma máquina operatriz automática execute fisicamente uma operação real e atual sobre a matéria (p. 203).

Lash e Urry (1994, p. 60-1), sob outra ótica, enfatizam, além dos atributos cognitivos, os estéticos, como constitutivos da economia contemporânea. Propõem a noção de “acumulação reflexiva” (atribuindo à acumulação uma conotação econômica e à reflexividade

uma conotação cultural), com o intuito de mostrar como os *processos econômicos e simbólicos estão, mais que nunca, entrelaçados e interarticulados*. Isto é, a economia é crescentemente refletida na cultura, que, por sua vez, é mais e mais refletida na economia.

O que se quer, pois, é destacar o *componente estético no processo de geração de valor agregado*. Mais trabalho passa a ser despendido no desenvolvimento dos modelos relativamente ao trabalho envolvido na produção desses modelos. Exemplo disso, que passa a ser recorrente na produção industrial, é a produção de conteúdo cultural, em que cada modelo é único (um livro, uma música, um videoclipe), que se volta ao atendimento de nichos de mercado, com produtos sofisticados e exclusivos (ou quase).

Passa-se a direcionar o consumo (e a produção) não pelo valor de uso, mas pelo valor simbólico. Compra-se não essencialmente o produto, mas um símbolo, uma marca: um *Armani* (apresentado na mídia por belos modelos, artistas famosos etc.) ou um *BMW* (associado a potência, a desempenho, a beleza etc.). O *design* e a criação invadem a produção, modificando a *essência*, a função original de muitos produtos, que se transformam em objetos de arte. São “cadeiras”, “estantes”, “mesas”, utensílios vários, aos quais se atribui valor por sua estética e beleza, reduzindo-se o seu significado concreto e original. Isso vale tanto para a produção de setores “tradicionais” como para a de carros, de computadores, de televisores, de telefones

etc. O consumo é uma questão de atitude, de cultura, de qualidade de vida. Em muitos casos, são os “conceitos” que passam a dar origem aos produtos. “Num desfile de modas, não importa se aquelas roupas nunca vão ser usadas na rua; *não é o produto que está à venda, é o conceito* que vai influenciar um mercado têxtil de milhões de dólares.” (Cohen, 1999, p. 51)

Ao valor simbólico estão associados, certamente, alto nível de conhecimento e alto nível de tecnologia, que adicionam valor ao bem produzido. Por exemplo, no “setor” do vestuário, há um segmento que produz roupas sofisticadas, de grife, que envolve *design*, corte, modelagem e padronagem artísticos, personalizados, com tecidos diferenciados, inventados a cada estação e “inteligentes” (que se adaptam à temperatura, mudam de cor, controlam a transpiração). Envolve também o uso intenso de TIC (na concepção, elaboração e distribuição), bem como um mercado especializado, de luxo, com valor de uso simbólico, associado à publicidade, à imagem etc. Há outro segmento que produz em série, com maquinário mecânico especializado e preços decrescentes. São, pois, *produtos diferentes* gerados por *atividades distintas*, que implicam diferenças fundamentais quanto às formas de produzir, às matérias-primas e insumos empregados, ao conteúdo não-material e ao nível de utilização de TIC.

Pode-se dizer, pois, que a “*dimensão principal do processo produtivo informacional*” – o conhecimento, a informação e a criação, o *design* – não está

contemplada na lógica que permeia a construção das classificações atuais, de forte viés industrial, material, da produção de massa, centrada na tecnologia mecânica. Não se consideram matérias-primas, insumos e tecnologias informacionais, hoje fundamentais, na diferenciação dos processos produtivos. São componentes como microprocessadores, *chips*, *softwares*, serviços de informação e comunicação, sistemas de gestão integrados, e as próprias TIC, com soluções tecnológicas complexas para a realização de operações eletrônicas de negócio, de *hosting* e de *outsourcing*. Por outro lado, há que levar em conta a criação, o *design*, o planejamento, a pesquisa e o desenvolvimento, hoje essenciais na invenção e na inovação de produtos e serviços, sendo esta última muitas vezes a própria produção. São, portanto, características de produção bem distintas daquelas do modo de desenvolvimento industrial, da tecnologia mecânica.

Enfim, se há uma sociedade da informação, há um modo de desenvolvimento informacional, que por sua vez está vinculado a processos produtivos informacionais.

A convergência das tecnologias da informação e da comunicação: integração das atividades

Uma das características das TIC é sua crescente *convergência para um sistema altamente integrado*. A microeletrônica, a telecomunicação, a optoeletrônica e

os computadores estão integrados nos sistemas de informação. Observa Castells (1999, p. 79) que, embora ainda exista uma distinção comercial entre fabricantes de *chips* e desenvolvedores de *softwares*, a diferenciação é, de fato, indefinida, uma vez que é crescente a integração das duas funções:

(...) em termos de sistemas tecnológicos, um elemento não pode ser imaginado sem o outro: os microcomputadores são em grande parte determinados pela capacidade dos *chips*, e tanto o projeto como o processamento paralelo dos microprocessadores dependem da arquitetura do computador. As telecomunicações são agora apenas uma forma de processamento de informação; as tecnologias de transmissão e conexão estão, simultaneamente, cada vez mais diversificadas e integradas na mesma rede operada por computadores.

Atividades passam a ser desenvolvidas de forma interligada e complexa, numa clara conjugação entre e intra-setores, sendo difícil delimitar onde termina uma e começa a outra. Esse fenômeno certamente não é de todo novo, embora esteja hoje em expansão, tornando-se bastante comum, especialmente, nos “setores” das TIC e nos que a eles estão mais diretamente atrelados.

Esse é o caso da imbricação de setores como os da informática (computadores e *softwares*), da telefonia e da televisão, cujos produtos e serviços correspondentes convergem e se apóiam

na internet e na multimídia, estas também atividades integradas, que decorrem da união, no primeiro caso, das telecomunicações com os serviços de informática e com os computadores e, no segundo caso, dos computadores com os *softwares* de produção de imagem e som.

A internet possibilitou a criação de novas formas de negócios, que podem tanto complementar os negócios tradicionais como representar modelos de negócios inteiramente novos. Nesse contexto, produziu-se uma ampla gama de novas funções, que abrange desde a externalização, através da internet, de funções que eram anteriormente executadas dentro da empresa, até o oferecimento, pela internet, de funções que antes não existiam. Por outro lado, as novas funções “internet” variam segundo a extensão da integração das funções, indo dos modelos de negócio de função única, como, por exemplo, as *e-shops*, que fornecem somente a função do *marketing* na internet, aos modelos de negócio com funcionalidades completamente integradas, como os integradores da cadeia de valor (*value chain integrators*) e as plataformas de colaboração (*collaboration platforms*).

Na verdade, o tráfego de fluxos de informação pela rede tornou possível a criação de valor a partir da integração

de tais fluxos. Daí o surgimento de serviços que adicionam valor à enorme quantidade de dados disponíveis na rede ou provenientes de operações decorrentes de negócios eletrônicos. São modelos de negócio que possuem maior ou menor analogia com os negócios não-eletrônicos, como os serviços de certificação eletrônica que adicionam novas funcionalidades que claramente requerem o suporte das TIC, tais como a criptografia e a administração de chaves públicas e privadas, os serviços de provisão na cadeia de valor (*value chain service providers*) e os mercados eletrônicos de negócio (*market places*) (Timmers, 1998).

A integração complexa e diversificada de atividades ocorre também nas empresas que produzem e/ou montam computadores, que produzem, desenvolvem e vendem *softwares*, e que prestam variados e diferenciados serviços de informática a seus clientes, como monitoramento e gerenciamento de redes e *hosting* (hospedagem). A Dell Computer Corporation, por exemplo, é uma empresa que vende “*sistemas de computadores*”, diretamente aos clientes individuais ou corporativos, com soluções de *hardware* e de *software* específicas.⁴

Davis e Meyer (1999, p. 20) postulam que a conectividade, uma das principais forças propiciadoras de mudanças

⁴ São ofertas da Dell: assessorar os clientes na configuração ideal do sistema e dos equipamentos; efetuar venda direta e sob medida e sem intermediários; gerenciar a fabricação e a instalação dos equipamentos; garantir instalação *on site* (no local); dar suporte técnico personalizado, mediante o número de identificação (etiqueta) de cada equipamento, e oferecer soluções para *upgrade* e substituição tecnológica. São atividades integradas envolvendo vários setores das classificações de atividades.

nos modelos empresariais e econômicos atuais, estaria mesmo eliminando a diferenciação existente entre produtos e serviços. Isso se dá com a crescente incorporação de serviços aos produtos, como elemento diferenciador e gerador de valor agregado; com a construção de produtos que se conectam por meio eletrônico (*chips*) a bancos de informação; e com a “customização” (personalização) de produtos de massa, agora preparados segundo a necessidade do cliente. A “customização” envolve, pois, um *mix* de produtos e serviços.⁵

A obrigatoriedade de escolha de uma atividade como a principal, *critério de exclusividade*, para a classificação das atividades, dificulta, pois, o acompanhamento das atividades integradas, cujas formas de estruturação e características estariam sendo distorcidas, mascaradas e mutiladas.

O processo produtivo flexível: descentralização produtiva e organizacional

Vários enfoques teóricos, como fordismo flexível, neofordismo, fordismo periférico, acumulação flexível, enfatizam a abertura de espaços para a flexibilidade, tanto nos processos produtivos – tecnológica, organizacional e espacialmente –, como nos processos e relações de trabalho, numa modificação do modelo fordista.

A produção flexível apóia-se nas TIC por ser uma tecnologia que permite a produção em pequenos lotes, especializada, voltada para a produção e o consumo não padronizados. Novos ou modificados, os produtos não exigem mais novas máquinas (especializadas) para serem elaborados, uma vez que resultam de mudanças nos programas controlados por computador que comandam as máquinas. Torna-se viável uma sucessão contínua de novas idéias e novos produtos, que são conhecimento/ inovação intensivos.

A organização empresarial característica da produção flexível se estrutura sob uma constelação articulada de grandes, médias e pequenas empresas, através das quais se dá a divisão do trabalho. Tem-se no centro da organização uma companhia que domina as marcas e as tecnologias estratégicas de produto e de processo. Cabe a essa companhia coordenar todo o sistema que lhe é subordinado, por meio de modernas e velozes redes de tratamento e comunicação da informação (Dantas, 1999, p. 219-20).

As empresas estruturam-se de modo a concentrarem na unidade central as fases operativas cruciais: a gestão da(s) empresa(s), as fases produtivas mais qualificadas, de maior conteúdo tecnológico e valor agregado, a engenharia dos produtos, o desenvolvimento tecnológico (P&D). Às unidades periféricas, são dele-

⁵ Por exemplo, com o programa Par Personalizado da Levis pode-se, em qualquer uma de suas lojas, “encomendar um par de *jeans* personalizado – perfeitamente confeccionado segundo seu corpo, e possivelmente único entre zilhões de pares que a Levis Strauss já produziu ao longo dos anos.” O sistema *online* retém as informações permitindo que se encomende um novo *jeans* em qualquer loja da rede. “(...) o produto mais massificado do mundo foi inteiramente integrado aos serviços.” (Davis e Meyer, 1999, p. 23)

gadas as fases produtivas do ciclo e as operações consideradas não-determinantes. Essas fases podem ser efetuadas por empresas controladas – pertencentes ao mesmo sistema empresarial – ou por outras empresas em sistema de cooperação ou delegação – fornecedoras ou subcontratadas –, muito ou pouco integradas ao modelo organizativo operacional da empresa motriz. A rede de fornecedoras e/ou subcontratadas pode se multiplicar por estratos sucessivos, em cascata. Sua extensão é variada, indo de empresa local e regional a empresa global.

São, pois, formas organizacionais que diferem substancialmente daquela das empresas fordistas verticalizadas e independentes – da grande fábrica dos anos 1950 –, com processos de produção e de trabalho semelhantes.

No ambiente econômico atual, em que são cruciais as articulações entre as unidades produtivas, inúmeros são os casos de empresas que não produzem componentes-chave de seu produto final. São grandes empresas com capacidade de processamento simbólico e de conhecimento que se apropriam da produção material de outras empresas.

Nesse contexto, passa a prevalecer uma nova lógica de geração de valor distinta da cadeia de valor da “empresa-estrutura” da economia industrial anterior, em que a posição central era a do produto final, proveniente de uma cadeia de montagem. Hoje, mesmo sem produto final, empresas “subcontratantes” ou mesmo “subcontratadas” podem assumir posição dominante. A Nike, uma lideran-

ça mundial de imagens relacionadas a tênis, não produz nenhum tênis. Toda a sua “produção” vem de uma rede de mais de 500 fornecedores espalhados, especialmente, pelos países asiáticos. É uma corporação virtual (Goldfinger, 1998). Na verdade, a produção da Nike é de pesquisa e desenvolvimento, isto é, de conhecimento. Na indústria de semicondutores, muitas empresas líderes são “sem-fábricas” (ou quase), subcontratando toda (ou quase toda) a “produção” a ser comercializada. A corporação italiana Benetton fabrica e vende diretamente apenas um pequeno segmento de produtos que levam a sua marca.

A estrutura organizacional das empresas – pequenas, médias e grandes – foi, portanto, bastante alterada. No entanto, em que pesem os esforços realizados pelas classificações no sentido de apreender alguns processos de terceirização e de subcontratação, o sistema de informação estatística continua a refletir um modelo produtivo essencialmente tradicional, baseado na *independência das empresas* (unidade local). Não se leva em consideração o ambiente de cooperação (que compartilha serviços diversos como pesquisa, *marketing* e financiamento) e interdependência entre as unidades produtivas.

Relações “insumo x produto” informacionais

Na nova realidade eletrônica, saturada de informações, imagens e símbolos, cria-se um mundo imaterial, logo, uma produção a ele relacionada.

Uma dimensão dessa produção eletrônica imaterial é a produção midiaticizada (TV, cinema, internet etc.), em que é forte a inter-relação de idéias, imagens e signos envolvidos. Surgem inúmeros *produtos inter-relacionados*. Um certo conteúdo pode ser fonte de geração de uma família de outros artefatos interligados com o original. A habilidade de gerar tal família é fator de sucesso para as empresas. A Disney, por exemplo, a partir de um filme infantil, cria uma infinidade de produtos: livros, vídeos, brinquedos, jogos computacionais, atrações em parque de diversões etc.

Fenômeno semelhante ocorre com imagens produzidas de pessoas famosas e consagradas, como Xuxa, Ronaldinho e Guga (para ficar só no âmbito nacional), que passam a produzir famílias de bens com sua própria marca e/ou a vender suas imagens, associando-as a produtos de grandes grifes ou de empresas planetárias. O fator preponderante da venda dos produtos é a invasão do significativo – a imagem – sobre o referente. Isso resulta em um valor agregado pela imagem e na constituição, portanto, de um mercado de produção e venda de imagens & signos que se articula e interage com o mercado de produto.

A mensuração estatística oficial e a sociedade da informação

A sociedade da informação é tanto uma abordagem teórica específica (sinteticamente apresentada) como uma denominação ampla, difusa, muitas vezes

No quadro de inter-relação de produtos, idéias e signos, uma questão importante formulada por Goldfinger (1998) é que a “economia intangível adiciona outra ligação, que pode ser chamada de relação de monitoramento.” Certos produtos e serviços estimulam o desenvolvimento de atividades cujo propósito é monitorar, avaliar e explicar as características e desempenhos desses produtos e serviços. O crescimento da indústria do computador pessoal foi acompanhado e estimulado por uma emergente e especializada indústria de impressão e publicação. Em 24 de agosto de 1995, dia do lançamento do *software Microsoft Windows 95*, cerca de 450 livros a respeito do assunto já estavam disponíveis. Aí se inclui, também, a espetacular profusão na mídia – jornais, revistas, livros, programas de rádio e TVs etc. – de notícias, histórias, fofocas e fotos sobre (seus) famosos astros: o personagem, a pessoa real ou sua imagem.

Observa-se que as relações de monitoramento e as associadas às relações midiaticizadas não são levadas em conta nas atuais análises de insumo e de produto.

utilizada como sinônimo de sociedade pós-industrial. É, ainda, uma denominação usada para se referir à parte da sociedade mais diretamente vinculada às TIC.

É neste último sentido que se tem utilizado com bastante ênfase, no âmbito da mensuração estatística, a denominação de sociedade da informação, isto é, atribuindo-se grande destaque às TIC. Nesse âmbito, são também usuais as denominações de economia da informação, de *e-commerce*, de nova economia, de economia eletrônica e de economia digital. Elas são usadas ora como sinônimo de sociedade da informação, ora como referente ao segmento econômico dessa sociedade.

A OECD (Organization for Economic Co-operation and Development), por exemplo, criou, dentro do Committee for Information, Computer and Communications Policy, dois Grupos de Trabalho: o *Working Party on Indicators for the Information Society - WPIIS* (com o *Expert Group Defining and Measuring e-commerce*) e o *Working Party on Indicators for the Information Economy - WPIIE*. O Grupo de Trabalho de Estatísticas dos Serviços da United Nations Statistics Division (*Voorburg Group*) e o Eurostat vêm adotando a mesma nomenclatura, que tem por referência um arcabouço conceitual comum. Na realidade, esses organismos internacionais e a OECD vêm desenvolvendo um trabalho conjunto.

A produção dos sistemas de informação estatística

Os referidos organismos internacionais, gestores da informação estatística oficial,

e os países membros (sistemas estatísticos avançados) têm buscado levantar informações relacionadas à demanda e à oferta das TIC e ao *e-commerce*.

ESTATÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INFORMACIONAIS: O LADO DA OFERTA

O Grupo de Trabalho de Indicadores para a Sociedade da Informação *Working Party on Indicators for the Information Society - WPIIS*, da OECD, criado em 1998, vem realizando esforços para delimitar o Setor TIC. Nesse sentido, o Grupo centrou seu trabalho nas classificações.

A definição proposta pelo Grupo baseia-se no deslocamento de classes de atividades para a formação do Setor das TIC, tomando como referência a Isic Rev. 3 (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities) – “Agregado Alternativo”⁶ –, e vem sendo adotada pela OECD e pelo Eurostat.

Já os países do Nafta (Canadá, EUA e México) construíram uma nova classificação, a Naics (Sistema de Classificação de Atividade Norte-Americano), em que o setor informacional constitui um grupo de atividades próprio.

A construção do Setor das TIC, como uma reagregação de atividades já existentes, Agregado Alternativo, contrasta com a classificação dos países da Nafta, na qual o setor informacional faz parte da estrutura da classificação – é um grupo de atividades próprio – e in-

⁶ Para indústrias, os produtos das TIC devem cumprir a função de processamento de informação e de comunicação, incluindo a transmissão e a apresentação, ou usar de processamento

clui as denominadas *content industries* (atividades de produção e distribuição de informação por meios tradicionais – não-eletrônicos).

Estudos estão sendo desenvolvidos para a revisão dessas classificações, em que se busca uma maior compatibilização da Isic com a Naics.

ESTATÍSTICAS DE USO DAS TIC: O LADO DA DEMANDA

Considerando que para avaliar a sociedade da informação é necessário entender como os produtos dos setores econômicos da informação se difundem na economia, os gestores da informação estatística oficial vêm desenvolvendo Modelos de Pesquisa para apreender a utilização de produtos e serviços das TIC no setor empresas/negócios, nos domicílios/famílias e no setor governo.

MODELO DE PESQUISA PARA O USO DAS TIC

- o setor empresas/negócios
 - modelo de questionário (coordenação do *Statistics Sweden*, com a participação dos demais países nórdicos). O modelo de questionário tem 5 módulos:
 - informação geral sobre os sistemas TIC;
 - uso da internet;
 - *e-commerce* através da internet;
 - *e-commerce* através de outras redes de computador, inclusive EDI

(Electronic Data Interchange / Troca Eletrônica de Dados);

- Barreiras ao uso do *e-commerce*, da internet e das TIC em geral.
- o setor domicílios/indivíduos
 - desenvolvimento de pesquisas como parte do Programa de Pesquisas Domiciliares e Suplementos (coordenação do Australian Bureau of Statistics):
 - intensidade de uso das TIC;
 - barreiras ao uso das TIC;
 - benefícios do uso das TIC;
 - tendência a se concentrar no uso de computadores e da internet.
 - acesso às características sociodemográficas das pesquisas.
- o setor governo
 - experiência ainda pequena (o *Statistics Canada* vem assumindo a liderança):
 - serviços eletrônicos oferecidos pelo setor público.

ESTATÍSTICAS DO E-COMMERCE

Apesar de o termo eletrônico da definição estar associado ao comércio (um conceito de uso e concepção já consagrados), é atribuído ao *e-commerce*, por atores distintos, muitos significados diferentes. Uns consideram todas as transações financeiras e comerciais realizadas por meios eletrônicos, incluindo, por exemplo, a troca eletrônica de dados (EDI), a transferência eletrônica de fundos (EFT) e

eletrônico para detectar, medir e/ou registrar/gravar fenômenos físicos ou controlar um processo físico. Para os serviços, os produtos das TIC devem cumprir a função de processamento e de comunicação da informação por meios eletrônicos.

todas as atividades que envolvem cartão de crédito. Referem-se, pois, a formas de comércio eletrônico que existem há décadas e que resultam em trilhões de dólares. Já outros limitam o comércio eletrônico à venda a varejo ao consumidor, cujas transações e cujos pagamentos sejam realizados através de redes abertas, como a internet. Referem-se, portanto, a atividades que existem há poucos anos e que ainda não são muito expressivas em termos das transações financeiras envolvidas.

Nesse contexto, é enfatizada, pelos gestores da produção de informação estatística, a existência de várias visões sobre a questão, umas bastante abrangentes e outras bastante restritas.

A visão mais ampla de comércio eletrônico tem seu espaço de formulação e de reflexão na área acadêmica e diz respeito às *aplicações de informação e de comunicação* que dão suporte às atividades comerciais. O *foco está no comércio eletrônico como uma estratégia ou um novo modelo do negócio*, e não no *e-commerce* como uma aplicação da tecnologia para realização de vendas. São negócios realizados por meio de ligações/conexões que, utilizando-se de tecnologia Web, integram soluções tecnológicas de *e-business* (plataformas que combinam *softwares, hardwares e serviços*).

As Agências Estatísticas usam a definição mais restrita, isto é, a que considera apenas as *transações* realizadas por meio eletrônico, por reputarem-na a que

melhor se ajusta ao instrumental estatístico atual. Nesse âmbito, uma *transação eletrônica* é a venda ou a compra de bens ou de serviços entre negócios, domicílios, pessoas, governos e outras organizações públicas ou privadas, realizadas por meio de *redes mediadas por computadores*. Os bens e os serviços são requisitados através de meios eletrônicos, mas o pagamento e a entrega final do bem ou do serviço podem ser feitos tanto *on-line* como *off-line*.⁷

Nas discussões ocorridas no Encontro dos Grupos de Trabalho da OECD de Indicadores para a Sociedade da Informação e de Economia da Informação (*Joint Meeting between two Working Parties WPIE and WPIIS*, Paris, April 2000), além do acordo alcançado com relação à definição restrita de *e-commerce*, foi ressaltado o interesse de desenvolver indicadores que “não somente capturem o volume de transações de comércio eletrônico mas que também foquem a natureza dos processos eletrônicos de negócios e os efeitos e impactos econômicos que estes provocam.” (*Defining and Measuring E-commerce: A provisional framework and a follow-up strategy*, DSTI/ICCP/IE/IIS, 2000, 3).

Como já observado, concorda-se que as TIC sejam o elemento chave para a compreensão dos desenvolvimentos econômico e social atuais e que as modificações introduzidas pelo novo paradigma tecnológico exigirão das agências estatísticas grandes desafios técnicos e, portanto, reformulações complexas.

⁷ Muitas vezes é utilizada uma definição ainda *mais restrita*, referida a transações via internet.

Porém, acredita-se que:

- o arcabouço de medidas existentes pode oferecer ainda algumas respostas e orientação para a apreensão da sociedade da informação;
- o desenvolvimento de um sistema apropriado deve começar por uma adaptação e/ou reconstrução do sistema de mensuração atual e de seu arcabouço teórico-conceitual-metodológico.

Assim, as estatísticas de comércio eletrônico são captadas ou pelos Modelos de Pesquisa para o uso das TIC – setor empresas/negócios – ou pela introdução de quesitos nos questionários das empresas (realização de vendas *on-line*, volume de vendas em unidades monetárias). As pesquisas estatísticas vêm, pois, focando o comércio realizado via internet, isto é, a transação comercial.

ELABORAÇÃO DE INDICADORES DE USO DAS TIC E DE INFRA-ESTRUTURA DAS TIC

Os gestores da informação estatística oficial propõem os seguintes indicadores:

- *indicadores da capacidade/possibilidade de realização de e-commerce* (“readiness”). São indicadores relacionados à infra-estrutura de telecomunicações, que inclui uma variedade de fontes. São basicamente de dois tipos:
 - a infra-estrutura de telecomunicações disponível em um país
 - tamanho do setor de telecomunicações

- crescimento dos serviços de telecomunicações
- provedores de serviços de internet;
- as habilidades e o treinamento da população que usa a infra-estrutura de telecomunicações
 - medidas de qualificação da força de trabalho no setor das TIC
 - medidas de uso das TIC.

– *indicadores de intensidade*. São indicadores relacionados ao uso das TIC nos setores dos negócios/empresas, nos domicílios e nos setores do governo, tendo por base os Modelos de Pesquisa para o uso das TIC;

– *indicadores de impacto*. São indicadores relacionados aos impactos provocados pelo *e-commerce*, impactos cujas medidas estatísticas ainda não têm recebido a atenção devida.

Alguns desafios

Sabe-se que os países membros da OECD fizeram grande avanço na elaboração de indicadores de mensuração de capacidade e de intensidade para a realização de *e-commerce* (indicadores de infra-estrutura e de uso das TIC), mas que desenvolveram poucas medidas para a mensuração do tamanho do *e-commerce* e de seus impactos. Em parte, isso se deve ao fato de que medir o impacto do comércio eletrônico e seu potencial futuro apresenta grandes dificuldades, uma vez que requer a expansão e a modificação dos levantamentos de dados atuais. Ressalte-se, contudo, que mais estudos são

necessários para especificar os tipos de processos de negócios eletrônicos e delimitar, assim, o conjunto de indicadores a serem elaborados. É claro que, para tal, grandes desafios técnicos e conceituais deverão ser enfrentados.

Pressupõe-se que alguns dos desafios técnicos refletem a fase inicial do comércio eletrônico e o ritmo relativamente rápido de mudança da atividade. Destaca-se que:

- relativamente poucos negócios/empresas e domicílios/indivíduos estão atualmente engajados nos negócios eletrônicos
 - pequeno número absoluto nas amostras;
- algumas atividades-chave possuem um número pequeno de negócios/empresas, dificultando a divulgação de informações
 - questões de confidencialidade das informações;
- os negócios/empresas incorporam e desfazem atividades eletrônicas, bem como mudam a natureza das atividades do negócio, muito mais rapidamente do que os governos atualizam os registros dos negócios dos quais extraem suas amostras.

Já outros desafios decorreriam da própria natureza dos programas de levantamento das agências estatísticas, que focalizam tipicamente transações e

não processos, os quais, convém lembrar, são bastante complexos.

Assim, pode-se afirmar que:

- muitas transações *e-commerce* de interesse ocorrem dentro do negócio, porém os programas de levantamento de dados centram-se tipicamente nas transações entre negócios;
- as transações do comércio eletrônico não necessariamente envolvem transações financeiras; assim, outras informações, além das financeiras, devem ser pesquisadas;
- há necessidade de desenvolver medidas de referência para apreender os processos de negócios, em relação aos quais se avaliariam as diferenças entre os processos do comércio eletrônico e do não-eletrônico;
- devem-se mensurar:
 - não apenas as quantidades de insumos comprados pelas empresas, mas também os processos que possibilitam tais compras;
 - não apenas as quantidades de produtos produzidos pelas empresas, mas também os processos que elas usam para transformar os insumos em produtos, e os processos que elas usam para vendê-los.

Observe-se que tais medidas requererão o levantamento das informações de referência dentro do próprio negócio.

Conclusão

Por um lado, procurou-se mostrar como as grandes transformações que marcam a sociedade atual modificaram pressupostos centrais que dão forma às estatísticas oficiais. Cabe ressaltar, uma vez mais, que as questões aqui tratadas se limitaram ao âmbito da representação das atividades econômicas. Certamente a problemática apresentada é de escopo mais amplo, envolvendo os arranjos e as relações de trabalho; as fragmentações, recomposições e articulações ocupacionais; as funções do domicílio e os novos arranjos familiares; os padrões de consumo individual e coletivo; a dicotomia “produtor” e “consumidor” etc.

Por outro lado, a partir da proposta institucional para a mensuração da sociedade da informação, realizada pelos gestores da produção das informações estatísticas oficiais e sistemas estatísticos avançados, pode-se observar a ausência de reflexão a respeito dos efeitos das modificações introduzidas pelo novo paradigma tecnológico sobre os pressupostos teóricos/conceituais que dão suporte à construção das estatísticas oficiais.

Conclui-se assim que, afora o reconhecimento dos organismos internacionais e dos países membros da OECD de que o foco atual nas transações, e não nos processos, é bastante restritivo para a mensuração da economia eletrônica, outras limitações vêm sendo apontadas nas esferas acadêmica e dos negócios.

E nesse contexto que se inserem os aspectos relacionados aos desencaixes conceituais, apresentados neste artigo, decorrentes de fatores como a difusão de formas de produção mais flexíveis e desreguladas (uma nova lógica de organização produtiva apoiada nas TIC), a importância do conhecimento, da inovação, da informação e da estética na estruturação dos processos produtivos e a explosão e a expansão da produção cultural num mundo globalizado.

Modificam-se, pois, os pressupostos que modelam as estatísticas, como os arranjos, as relações e as articulações empresariais, setoriais, ocupacionais, de trabalho e mesmo familiares; os padrões de consumo individual e coletivo; as funções do domicílio; os processos de produção (intensivos em informação: reflexivos e estéticos); a dicotomia “produtor” e “consumidor” e as relações de “insumos” x “produtos”.

Em que pese o grande esforço já realizado, o estágio atual de mensuração (ver a última publicação da OECD, *Measuring the Information Economy*) não reflete um avanço conceitual e metodológico. De fato, continua a prevalecer, na construção das estatísticas oficiais para a sociedade da informação, a base conceitual que representa a sociedade industrial, de forte viés de produção material, em massa, realizada no plano nacional.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996. 393 p.
- BELL, D. *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix Ltda, 1977. 540 p.
- CASTELLS, M. *La ciudad informacional*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1995. 504 p.
- _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.
- COHEN, D. O fim do segredo: o melhor jeito de multiplicar o conhecimento é dividi-lo. *Revista Exame*, Fascículo III, nov. 1999.
- DANTAS, M. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, M. H. M.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 216-61.
- DAVIS, S.; MEYER, C. *Blur*: a velocidade da mudança na economia integrada. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 188 p.
- DRUCKER, P. F. *The age of discontinuity*. London: Heinemann, 1969.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991. 177 p.
- GOLDFINGER, C. The intangible economy and its implications for statistics. In: ANNALI DI STATISTICA. Anno 126, Serie X, v. – Economic and Social Challenges in 21st century: statistical implications – Proceeding of a joint ISTAT/ EUROSTAT Seminar, Bologna. (Pre-print), 1996.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.
- HEGEDEUS, Z. *Il presente e l'avvenire*. Milano: Franco Angeli, 1985. 124 p.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1997. 258 p.
- LASH, S.; URRY, J. *Economies of signs & space*. 3. ed. London: SAGE Publications Ltd., 1996. 360 p.
- _____. *The end of organized capitalism*. 4. ed. Cambridge: Blackwell Publishers Ltd., 1996. 383 p.
- MARQUES, I. C. Desmaterialização e trabalho. In: LASTRES, M. H. M.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 191-215.
- OECD - ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Defining and Measuring E-Commerce: A Status Report* (Working Party on Indicators for the Information Society). Disponível em: <http://www.oecd.org/pdf/M000014000/M00014372.pdf>, 1999.

_____. *Measuring Electronic Commerce* (Committee for Information, Computer and Communications Policy: CICCIP), s.d.

_____. *Measuring the Information Economy*. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/measuring-infoeconomy>, 2002.

OFFE, C. *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 322 p.

PORCARO, R. M. *Produção de informação estatística na (des)ordem social da modernidade*. 1999. 195 p. Tese (Doutoramento em Ciência da Informação) – Convênio UFRJ/ECO e CNPq/IBICT, Rio de Janeiro, 1999.

RIFKIN, J. *O Fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995. 348 p.

STEHR, N. *Knowledge Societies*. London: SAGE Publications Ltd., 1994. 285 p.

TIMMERS, P. *Business Model for Electronic Markets*. Disponível em: <http://digitalenterprize.org/models/models.html>.

TOFFLER, A. *O choque do futuro*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1970. 389 p.

_____. *A Terceira Onda*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. 491 p.

WAGNER, P. *A sociology of modernity*. London; New York: Routledge, 1994. 267 p.

Resumo

Uma série de fatores vem caracterizando a extensão e a intensidade de mudanças na sociedade atual. Podem-se citar a revolução eletrônica, com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação; a produção intensiva em informação-conhecimento; a globalização; a reestruturação produtiva, com a flexibilização, a descentralização e a diversificação; a metamorfose do mercado de trabalho, os desafios propostos ao pensamento positivista e a perda de aderência de valores éticos e morais e de tipos de relações antes estruturados. Este artigo tem por objetivo discutir se e como as importantes transformações que marcam a sociedade atual, comumente referida como sociedade da informação, estão

Abstract

The signs and hallmarks of radical transformation of individuals and society are quite evident and abundant. The development of information and communication technologies, the world dimension of economic and cultural phenomena, the productive restructuring, the metamorphosis of the labour market, the challenges proposed by the positivist thought, and the loss of ethical and moral values, priority structured, are indicators of a modified society. Within such modified environment, this article aims to discuss how major changes, which affect the contemporary society, are reflected in the relevance of the official statistical information. A critical question to be answered is if these changes are being captured by the

sendo traduzidas nas informações estatísticas oficiais, construídas a partir de representações da realidade social. Questiona-se se essas transformações estão sendo apreendidas com o arcabouço conceitual-metodológico dos atuais levantamentos estatísticos que foi construído e consolidado para “retratar” a sociedade capitalista industrial moderna de escopo nacional, hoje completamente modificada.

Palavras-chave: sistema estatístico, sociedade da informação; comércio eletrônico

methodological-conceptual framework of the current statistical surveys. A framework constructed and consolidated to measure the modern industrial capitalistic society, of national scope, structured to produce standardised mass goods, which is completely modified today.

Keywords: statistic system, information society, e-commerce

Recebido em julho de 2002. Aprovado para publicação em outubro de 2002

Rosa Maria Porcaro é pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e doutora em Ciência da Informação

Resenhas

De la trama de la cotidianidad a los modos de vida urbanos. El Valle de Chalco

Alicia Lindón Villoria

México: Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, El Colegio Mexiquense

1999, 482 p.

Ana Isabel de Carvalho Pelegrino

O livro, por decorrer de uma investigação sociológica que prioriza tanto a dimensão teórico-metodológica quanto a dimensão técnica da produção do conhecimento, é uma contribuição fundamental para a reflexão e a intervenção na problemática urbana. Busca, por meio de questões universais, desvendar o cotidiano e o trabalho dos habitantes de uma área periférica da Cidade do México, o Valle de Chalco, e valorizar a vida em bairros periféricos.

Assim, a obra é muito oportuna, na medida em que é uma produção latino-americana de alto nível sobre os problemas das grandes cidades contemporâneas. Ademais, há a valorização da sociologia na investigação urbana, já que o estudo resgata a dimensão cultural e subjetiva da vida em microssituações sociais.

O livro divide-se em oito capítulos, incluindo a parte introdutória e o dedica-

do às principais conclusões, que contém os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa empírica e os conceitos acionados na investigação. Registra, assim, um rico panorama do trabalho teórico-empírico, constituindo um exemplo de investigação sociológica plena, em que a autora demonstra uma extraordinária capacidade de trabalhar os dados de forma a apreender as especificidades das práticas cotidianas.

No primeiro capítulo, é apresentado, de forma clara, o objeto da investigação, por meio da reconstrução do debate teórico do conceito de *modo de vida*: análise da contribuição de Simmel, dos usos do conceito na Escola de Chicago, do interesse pelo conceito da sociologia urbana francesa - especialmente a etnologia urbana dos anos 1970. Com base nessa reconstrução, a autora considera conveniente utilizar o conceito de modo de vida

de uma perspectiva multidimensional, o que será realizado ao longo da pesquisa empírica.

A análise da *vida cotidiana* é realizada no segundo capítulo. Esse campo temático é tratado a partir da relação entre o *habitar* e o *trabalhar*, através de três dimensões analíticas: o tempo, o espaço e as formas de sociabilidade. São diversos os conceitos de vida cotidiana. Entretanto, segundo a autora, parece existir concordância, tanto na orientação marxista quanto na fenomenológica, em relação à relevância da temporalidade e da espacialidade constitutivas das práticas cotidianas, destacando-se a rotina e a repetição.

Para a autora, o grande desafio analítico não decorre, portanto, das diferenças entre as perspectivas analíticas. A questão central consiste no reconhecimento das orientações teóricas que permitem compreender a vida cotidiana simultaneamente como alienação e invenção. Nessa direção, seu olhar investigativo procura articular modo de vida com vida cotidiana, da perspectiva do indivíduo, ou seja, como o indivíduo recria processos históricos em sua vida cotidiana. Logo, observa-se o apoio teórico representado pela perspectiva fenomenológica (Schutz), visto que nela o enfoque da vida cotidiana tem, como primeiro pressuposto, assumir o ponto de vista do indivíduo. Porém, não se trata de um indivíduo isolado, pois, como mostra a autora, é exigida a análise dos *sistemas de atividades* (Michel de Certeau) da vida cotidiana. Essa noção é realmente instigante, uma vez que inclui a espacialidade e a temporalidade das atividades, bem como os significados

socialmente atribuídos a cada atividade. Nesse sentido, verifica-se a preocupação da autora com os significados que condicionam a atualização de estruturas sociais, as denominadas *imposições mortíferas* de Michel Maffesoli, e, também, as *invenções do cotidiano*, propostas por Michel de Certeau.

O terceiro capítulo destina-se à reconstrução do processo de expansão da cidade (México) sobre o Valle de Chalco. Esse processo é reconstruído a partir da análise territorial da urbanização. Entretanto, no capítulo seguinte, a autora problematiza novamente a urbanização, trazendo uma proposta analítica que integra a dimensão sociocultural à análise dos processos espaciais, por meio da criação do conceito de *trama da vida cotidiana*.

Esse conceito é proposto a partir de dois componentes fundamentais: os vínculos sociais e a dimensão espaço-temporal em que esses vínculos (relações sociais) são desenvolvidos. Os papéis conjugais constituem uma parte da trama, objeto de apreciação do capítulo cinco. Eles são vistos *como vínculos sociais básicos de construção da cotidianidade*, por meio de informações relativas aos domicílios do Valle de Chalco. Conhecer esses vínculos exige o reconhecimento das práticas cotidianas. Para tal, Alicia Villoria estuda o domínio dessas práticas em quatro âmbitos: o trabalho gerador de renda; o trabalho doméstico, o tempo livre e a vizinhança. O objetivo não é conhecê-las em si mesmas, mas conhecer, a partir delas, a configuração de um tipo particular de vínculo social.

A dimensão espaço-temporal da cotidianidade, da *trama da vida cotidiana*, é tratada no capítulo seis, em que a autora aborda as práticas cotidianas e identifica significados, ou seja, os sentidos que os indivíduos atribuem a elas. Esse movimento analítico, possibilitado por pesquisa qualitativa exposta de forma minuciosa no segmento dedicado aos procedimentos metodológicos, exige a valorização da subjetividade. Os processos de produção da vida cotidiana, dessa ótica, são compreendidos através da articulação entre o rotineiro e as novas práticas (*invenção do acontecimento*).

A preocupação da autora é conhecer a conformação de pautas culturais no *corazón mismo del modo de vida*. Para isso, examina dimensões socioeconômicas da vida dos moradores do Valle de Chalco (por exemplo, a relação entre o trabalho e sua espacialidade), considerando-as na configuração do modo de vida. Em termos históricos, a investigação produz uma série de questionamentos sobre o retorno do trabalho ao espaço da habitação, ou do doméstico; o que significa, para a análise sociológica, um conjunto de questionamentos relativos à vida cotidiana metropolitana.

A grande contribuição do livro é possibilitar a imaginação de formas de organização social diante das chamadas crises do trabalho, da cidade e da família. Este é um desafio que exige a conjugação de diferentes perspectivas analíticas, porque a meta de conhecimento desafia o próprio processo de produção de conhecimento, do ponto de vista teórico-metodológico. Desafia, ainda, o sentido da ação indivi-

dual e a qualidade do seu envolvimento na construção da própria trajetória social dos indivíduos, o que, no entanto, é salutar, porquanto estimula a superação do nível de abstração em que, em geral, é realizada a reflexão das práticas e dos sujeitos sociais.

A pesquisa realizada pela autora pode ser valorizada sob diferentes ângulos. Contudo, cabe salientar a contribuição representada pelo reconhecimento da dimensão cultural e subjetiva da vida metropolitana. A multiplicidade de modos de vida articulados pelo cotidiano de setores populares de uma região periférica da Cidade do México contribui para elucidar problemáticas presentes no cotidiano de outras cidades. Para o leitor brasileiro, a contribuição é oportuna. Afinal, no que respeita à desigualdade social, expressa na violência, na segregação socioespacial e em múltiplas formas de exclusão, Brasil e México parecem ter mais similitudes do que diferenças.

Quanto ao aporte teórico do livro, convém enfatizar a revalorização do conceito de trabalho a partir do reconhecimento do seu caráter polissêmico, de sua dimensão espacial e da consideração de seu valor do ponto de vista dos indivíduos que trabalham, e não a partir das estruturas sociais (mercado de trabalho). Aqui reside a contribuição da autora para o debate em torno da centralidade do trabalho no âmbito da teoria sociológica. Questões decorrentes desse debate, como aumento do tempo livre e redução do tempo de trabalho, devem ser relativizadas quando se trata da análise da vida cotidiana dos pobres urbanos. O fato é

que a própria realidade das periferias exige a ampliação da discussão teórica do trabalho para além, por exemplo, da sua dimensão industrial.

A análise dos papéis conjugais é outra contribuição importante do livro, à medida que são reconhecidas as suas diferentes faces. A autora demonstra que a emoção (por exemplo, cuidado com os filhos) indica um eixo de alterações nas normas sociais que orientam a organização de relevantes papéis reproduzidos no cotidiano. No que diz respeito aos papéis conjugais, a análise evidencia que, nos domicílios estudados, o trabalho em casa favorece a integração do grupo familiar. Essa integração permite a renegociação de papéis na ordem do privado, ou seja, possibilita padrões de “conjugação conjugal” (isto é, parceria entre cônjuges) por caminhos ainda não instituídos.

Ainda com relação à cotidianidade, o estudo mostra que, nos domicílios caracterizados pela separação entre o trabalho do homem e a família, há forte vinculação da vida familiar a exigências externas, o que contribui para a reprodução de papéis socialmente reconhecidos (por exemplo, papéis conjugais). Foi constatado, ainda, que o sustento material exige concentração de esforços, aumentando o sentimento de pertencimento ao espaço social da família, o que tende a ampliar o distanciamento da vizinhança. Tal distanciamento, que separa e protege, cria o que a autora denomina *contorno de segurança*, portanto, o fortalecimento da concepção do domicílio como um âmbito fechado e autocontido.

Reconhece-se, a partir dessa obra, que os elos entre vida cotidiana e modo de vida são configurados por práticas cotidianas com sentido, não sendo possível, pois, estudar modos de vida sem exame dessas práticas. A partir da análise da cotidianidade no Valle de Chalco, pode-se vislumbrar a existência de diferentes modos de vida, que não são, entretanto, completamente esmiuçados pela autora. Quanto à distinção entre os conceitos de modos de vida e práticas cotidianas, observa-se que a dimensão histórica emerge, com mais força, da reflexão do conceito de modo de vida, visto que as práticas cotidianas terminam por assumir uma face mais imediata. Nesse sentido, como salienta a autora, compreende-se melhor o interesse pelo conceito de modo de vida tanto no final do século XIX como no do século XX.

Dentre as conclusões, destaca-se a que se refere às temporalidades biográficas envolvidas nas práticas cotidianas do Valle de Chalco. A autora demonstra a falta de correspondência entre o instituído e o *fazer* (ou os *fazeres concretos*). Os casais constroem práticas, o que pode ser interpretado como uma forma de mudança social no *minúsculo*. Nessa direção, o que se observa, no contexto social analisado, é *el regreso del trabajo a la vivienda*. Entretanto, a autora assinala que esse elemento não instituído da “conjugação conjugal” não expressa um modo de vida, mas, sim, a emergência de um modelo ou sistema de práticas cotidianas diferente.

Com essa breve exposição, espera-se ter transmitido a importância do livro

como um excelente exemplo de pesquisa interdisciplinar. A sua leitura permite reconhecer o valor da cultura para a investigação urbana. Dessa forma, a obra significa uma importante contribuição ao exame atualizado de questões fundadoras da sociologia urbana, tais como a sociabilidade familiar, o pertencimento ao território imediato (vizinhança), a experiência do trabalho, a vivência de roti-

nas, além dos horizontes temporais que orientam as práticas sociais.

Ana Izabel de Carvalho Pelegrino é professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ

Le monde des villes au XIX siècle

Jean-Luc Pinol

Paris: Hachette

1991, 230 p.

Luís Octávio da Silva

Decorridos mais de dez anos de sua publicação, essa obra continua uma referência indispensável para todos os interessados pela história urbana no mundo ocidental, especificamente a referente ao século XIX. A obra não foi traduzida para o português e ainda é pouco conhecida pelo público sem acesso à literatura em francês. Jean-Luc Pinol, na ocasião, era professor da Université de Strasbourg II e dirigia o Centre de recherches historiques sur la ville. Atualmente é professor da Universidade François Rabelais (Tours) e da Maison des sciences de l'homme e de la société "Villes et territoires". Foi também o responsável pelo volume francês da coleção *Atlas histórico de las ciudades europeas*¹.

Pinol nos introduz ao assunto abordado em seu livro pela apresentação de

quatro diferentes "tradições" em história urbana, na forma como elas se apresentavam no início dos anos 1990: a tradição inglesa, a americana, a alemã e a francesa, subentendendo-se que constituem tradições em história do século XIX sobre a cidade industrial. A tradição inglesa é revelada como a mais globalizante e plurifacetária; a "new urban history" americana, por sua vez, teria sido principalmente centrada na questão da mobilidade social. Segundo Pinol, foi só a partir do fim dos anos 1960 que essa tradição inglesa conseguiu definir um campo de temáticas pertinentes para o desenvolvimento dos estudos históricos sobre o fenômeno urbano no século XIX:

"habitação, setor imobiliário, uso e propriedade do solo, transporte, administração municipal, finanças locais,

¹ Publicado sob o título *Atlas historique des villes de France*. Paris: Hachette / Centre de culture contemporaine de Barcelone, 1996.

política edilícia, saúde/higiene, abastecimento, população, vida familiar, classes sociais, elites, subculturas, criminalidade, conflitos, manifestações (sic), filantropia, bem-estar, arquitetura, organização do espaço, necessidades em termos de espaço, qualidade estética da cidade, renda da terra, organização industrial ...” (p. 4-5)².

As tradições alemã e francesa seriam retardatárias em relação à inglesa e à americana. A alemã apresentaria um desenvolvimento em três vertentes preferenciais: as realizações das prefeituras, as abordagens econômicas e demográficas, e a história do cotidiano. A tradição francesa, por sua vez, seria mais pobre: um reduzido número de teses centradas na história de algumas cidades, especialmente Paris. É curioso notar que, a esse respeito, Pinol parece desconsiderar um importante projeto coletivo que resultou na publicação de *Histoire de la France urbaine*, em cinco volumes editados entre 1980-85³. Uma outra característica dessa tradição seria a ênfase na história social, mais do que na história urbana propriamente dita. Mencionando os trabalhos de Roland Treppe (sobre Carmaux), de Pierre Pierrard (sobre Lille) e de Yves Lequin (sobre as cidades da região de Lyon), Pinol sintetiza: “mas a cidade não é exatamente o objeto de estudo” (p. 9).

Mesmo sem anunciá-lo explicitamente, o que Pinol propõe nessa obra é um sobrevôo panorâmico sobre o conhecimento já produzido: um estudo comparativo

da história urbana (sobre o século XIX) abrangendo a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos e a França, e assim produzindo uma compilação dessas diferentes tradições. As razões da escolha desses países, apesar de não evidenciadas, parecem óbvias: não só eles estiveram na vanguarda do processo de urbanização/industrialização, como é neles que se verifica a própria existência dessas tradições em história urbana. Desafiando uma tendência recente, na tradição inglesa, de abandono das ambições globalizantes e de concentração em aspectos específicos, o sobrevôo de Pinol nos propõe justamente duas vertentes: uma perspectiva global e uma reflexão aprofundada em diversos aspectos particulares. É claro que essa proposição só é possível graças à existência de um volume considerável de trabalhos já concluídos durante os anos 1970 e 1980, e mesmo no início dos anos 1990, a partir dos quais a reflexão de Pinol se desenvolve. Isso pode ser verificado na datação dos trabalhos citados. Esse livro não seria factível tendo por base pesquisas “primárias”. É mais um trabalho de síntese, em que há sempre o risco da superficialidade, risco ainda maior em função do volume e da profundidade das pesquisas desenvolvidas, nessas últimas décadas, sobre diferentes aspectos da história urbana do século XIX: habitação, transporte, higiene, demografia, cotidianos etc. Pinol obteve pleno êxito no seu empreendimento. *Le monde des villes au XIX siècle* é uma obra que abarca um vasto número de aspectos sem ser superficial. Mesmo que o espaço dedicado a cada uma das facetas

² Esta e todas as traduções que aparecem neste texto são de minha autoria.

³ Ver Silva, L. O. da. História urbana: breve histórico da constituição de uma área de conhecimento. *Revista Pós*, n. 9, p. 210-22, 2001.

seja limitado (o livro possui “apenas” 230 páginas), o autor soube muito bem destacar os elementos mais importantes, sem cair no lugar-comum. Por exemplo, mencionando os trabalhos de Haussmann em Paris, ele afirma que

“não se trata de um urbanismo demolidor nem de um urbanismo policial ou militar. Os *boulevards* puderam facilitar a repressão da Comuna, embora não tivessem sido construídos com esse intuito (...).”

Esse livro não se destina aos que só se interessam pelos temas urbanos de forma tangencial. Ele exige uma leitura atenta, densa. Cada linha traz informações complementares, nuances, aprofundamentos. Frequentemente, ao longo da obra, o autor apresenta também a evolução das análises e interpretações sobre os fenômenos tratados. Mas a evolução do conhecimento sobre diferentes particularidades da história das cidades constitui apenas um dos muitos aspectos abordados pelo autor.

Partindo sempre de uma perspectiva histórica, Pinol procura assinalar as características mais presentes nas primeiras décadas em oposição aos períodos mais recentes. A opção pelo estudo comparativo entre países implica também destacar as diferenças nacionais. Esse estudo reproduz-se em diversas dimensões: cidades de pequeno / de médio / e de grande porte; cidades novas / cidades já existentes; cidades mineiras / cidades portuárias, entre outras. Isso resulta, em muitas passagens, numa apresentação bastante segmentada, mas seguramente

inevitável devido à abordagem adotada. Ao nosso ver, o principal trunfo de Pinol é possuir um conhecimento muito vasto e sólido tanto dos trabalhos “clássicos” quanto dos trabalhos *up to date*, sejam eles em francês, em inglês ou mesmo em alemão, o que é fundamental para que a obra não seja superficial. A bibliografia citada, mesmo sem ser enorme (nove páginas), é essencial e completa, e é organizada por país. O texto de Pinol é grandemente enriquecido por pequenos dossiês apresentados ao fim de cada capítulo. Eles não têm forma fixa, contêm quadros de dados demográficos, extratos da literatura ficcional – sempre precedidos de pequenos parágrafos de apresentação –, crônicas, mapas de cidades, plantas de quarteirões, das construções etc., segundo o assunto tratado em cada capítulo. O trabalho de edição é cuidadoso e criterioso.

Le monde des villes au XIX siècle é escrito em forma de ensaio e estruturado em seis capítulos precedidos por uma pequena introdução e seguidos de uma breve conclusão. Segundo nossa leitura do livro de Pinol, a história urbana do século XIX se estrutura em quatro grandes conjuntos: os aspectos demográficos (capítulos 1 e 5); os olhares sobre a cidade (capítulo 2); a produção física da cidade (capítulos 3 e 4); e, finalmente, os cotidianos urbanos (capítulo 6). O primeiro assunto tratado é o crescimento urbano. A apresentação de diferentes regimes administrativos locais dos países abordados fornece um importante quadro de referência preliminar, o que permite perceber que os dados frequentemente levantados sobre o processo de urbanização em dife-

rentes países não se referem necessariamente ao mesmo fenômeno. No que diz respeito ao crescimento urbano em si, os dados relativos às diferenças entre países e à evolução ao longo do século XIX são cruzados com os relativos às diferenças entre tamanhos e tipos de cidade. O primeiro capítulo, portanto, descreve o panorama quantitativo do fenômeno da urbanização, que permitirá contextualizar, de uma maneira mais adequada, os outros pontos tratados nos capítulos seguintes. O “peso” dessa primeira parte do livro talvez explique por que o autor abandona os aspectos demográficos e quantitativos a partir do segundo capítulo e só os retoma bem mais adiante, no quinto capítulo, em que, sob o título “populações urbanas”, ele aprofunda os aspectos demográficos: densidades, estrutura etária, natalidade, mortalidade, morbidez e mobilidade intra-urbana e interurbana.

O segundo capítulo (imagem da cidade) narra a evolução do olhar dos contemporâneos sobre a cidade industrial em transformação, primeiramente caracterizado pelas enquetes médicas, pela percepção dos problemas, pela formulação de uma interpretação causal (a teoria ambiental e dos miasmas) e pela condenação moral. Na Inglaterra e nos Estados Unidos desenvolveu-se uma corrente antiurbana; na França, o foco foram o mundo operário e Paris; e na Alemanha produziu-se uma visão apologista das pequenas cidades e dos vilarejos, onde estariam as verdadeiras raízes alemãs.

A percepção dos problemas urbanos, ao longo do século, tornou-se cada vez

menos uma exclusividade do mundo científico. Na seção “Documentos” desse capítulo, há extratos de Dickens, Horatio Alger, Jack London e Flora Tristan. Já próximo ao fim do capítulo, Pinol apresenta a evolução do olhar científico em direção a posições mais matizadas. A teoria bacteriana de Pasteur questiona a concepção ambientalista e a cidade começa a ser lida, também, como local de liberdade e de atividade intelectual e cultural. As novas tecnologias urbanas dos últimos anos daquele século ensejaram a emergência de uma visão sensivelmente mais otimista. Pelas citações feitas, acreditamos que esse capítulo foi em grande parte baseado no trabalho de Andrew Lees, *Cities Perceived, Urban Society in European and American Thought, 1820-40*⁴.

O bloco referente à produção física da cidade (capítulos 3 e 4) constitui, a nosso ver, a parte mais densa da obra, em que há maior número de elementos informativos referentes às mais variadas dimensões do fenômeno urbano. Não é por acaso que é exatamente esse bloco que apresenta a maior interface com os outros capítulos. É muito grande a quantidade de aspectos abordados no terceiro capítulo. O quarto capítulo se concentra na produção habitacional. Primeiro, são fornecidos alguns dados que permitirão ter uma idéia das diferentes surperfícies das maiores cidades de cada um dos países. Uma das discussões referentes às transformações ocorridas, ao longo do século XIX, justamente questiona o processo de especialização funcional e de segregação espacial como consequência ou não dos novos sistemas de transporte.

⁴ Nova York: Columbia University Press, 1985.

De uma maneira um pouco segmentada, Pinol trata de diferentes elementos físicos que teriam influenciado a configuração da paisagem urbana: o aparecimento das galerias, os arranha-céus, os parques públicos, a iluminação das avenidas, as estações ferroviárias, as grandes intervenções etc. A implantação de sistemas de transporte público (o ônibus movido a tração animal assim como o bonde sobre trilhos) e de redes de água e esgoto é apresentada de forma bastante sintética, abordando aspectos técnicos, urbanísticos, financeiros e administrativos. Tudo isso em uma perspectiva histórica e comparativa. A evolução das regulamentações urbanísticas constitui o último tópico do terceiro capítulo.

O quarto capítulo, por sua vez, descreve especificamente as questões referentes à produção habitacional: as tentativas de compreensão da lógica dessa produção, as influências das diferentes circunstâncias de acesso à propriedade fundiária urbana, os ciclos de produção e os diversos tipos de habitação produzidas. O último capítulo aborda os temas referentes à mobilidade social, à segregação espacial e aos diferentes modos de vida (segundo a classe social), às tensões e às lutas urbanas.

Sem dúvida, *Le monde des villes au XIX siècle* permanece uma obra de caráter geral fundamental para os estudos históricos sobre o urbano do século XIX nos países de capitalismo avançado. Apresentaremos a seguir alguns comentários sobre algumas das passagens do livro. São comentários sobre questões específicas que em absoluto chegam a desabonar

o conjunto da obra tratada. Começando pela introdução, acreditamos que Pinol poderia tê-la tornado bem mais consistente se tivesse destinado um pouco de espaço à contextualização dos estudos históricos no conjunto dos estudos sobre o urbano. Tendo em vista, principalmente, o próprio assunto central do livro, dois outros aspectos que poderiam ter sido explorados seriam a relação entre essas “novas tradições” em história urbana configuradas a partir dos anos 1960 e 1970 e as “antigas tradições” existentes anteriormente, e as interfaces com as novas correntes em história social de uma maneira mais geral. Uma vez que se está diante de um trabalho tão meticuloso, teria sido muito útil, no primeiro capítulo, a apresentação de um mapa que permitisse ao leitor, mesmo europeu, situar as cidades, especialmente as de porte médio, insistentemente citadas, cuja localização não é necessariamente de domínio do público potencial. No capítulo sobre as imagens da cidade, o segundo, consideramos que teria sido pertinente a inclusão das visões prospectivas. Referimo-nos aqui a toda uma gama de proposições conhecidas como as “proposições utópico-socialistas” e de outras utopias difundidas ao longo do século em questão. Essas visões utopistas e prospectivas constituem, de certo modo, uma imagem “em negativo” das cidades então existentes. Pinol sequer as menciona.

Na seção sobre a evolução das regulamentações urbanísticas e edilícias, o terceiro capítulo, teria sido pertinente o estabelecimento de uma “ponte” entre a teoria dos miasmas ou a abordagem ambientalista, de forma mais geral, e o con-

teúdo das regulamentações então estabelecidas. Sobretudo porque essas concepções são analisadas em outras seções do livro. Ainda no tocante às regulamentações urbanísticas, acreditamos que o autor poderia ter examinado mais explícita e extensamente as primeiras intervenções de zoneamento nas cidades alemãs. Em vez disso, Pinol refere-se timidamente a “uma tendência à aplicação de regulamentações urbanísticas adaptadas à natureza do bairro”. A importância dessas primeiras experiências alemãs do século XIX está no fato de que o zoneamento se tornou, no século seguinte, possivelmente

o principal e seguramente o mais difundido instrumento de controle da produção física da cidade, e isso não apenas nos países estudados no livro. Não há a menor dúvida de que essas questões não chegam, nem de longe, a afetar a importância desta obra de Jean-Luc Pinol, que, no universo de língua francesa, já é considerado um “clássico”.

Luís Octávio da Silva é professor da Universidade São Judas Tadeu



Instruções aos colaboradores sobre o envio de artigos para publicação em CADERNOS IPPUR

1. Os artigos devem ser apresentados em no máximo 25 (vinte e cinco) laudas de 20 (vinte) linhas de 70 (setenta) toques; os textos devem ser enviados em disquete de 3,5" ou CD-ROM de computador padrão IBM PC ou compatível, utilizando um dos programas de edição de textos disponíveis para esses equipamentos. As figuras deverão ter extensão EPS, TIF, WMF, CDR ou XLS (gráficos em excel), ser elaboradas em P&B e ter o tamanho máximo de 17 cm x 12 cm. As tabelas deverão ser feitas no Word.

2. As referências bibliográficas devem ser incluídas em notas de rodapé e assim redigidas:

a) **livro** - último Sobrenome, Prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es). *Título (em itálico)*: subtítulo. Número da edição, a partir da segunda. Local de publicação: Editora, ano de publicação. Número total de páginas ou, quando mais de um, número de volumes. (Coleção ou Série).

Ex.: Maciel, Alba Costa. *Planejamento de bibliotecas: o diagnóstico*. 13. ed. Niterói: EdUFF, 1993, 91 p.

b) **artigo** - último Sobrenome, prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es); título do artigo: subtítulo; *Título do periódico (em itálico)*, local de publicação, nº do volume, do fascículo, da página inicial-página final do artigo, mês e ano de publicação.

Ex.: Targino, Maria das Graças. Citações bibliográficas e notas de rodapé. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 38, n. 12, p. 704-780, dez. 1986.

3. Devem ser enviados um resumo, com cerca de 10 (dez) linhas, e uma relação de palavras-chave para efeito de classificação bibliográfica.

4. O autor deve enviar referências profissionais.

5. O autor de artigo publicado em CADERNOS IPPUR receberá três exemplares da respectiva revista.

6. Os artigos devem ser enviados ao IPPUR.

IPPUR / UFRJ

Prédio da Reitoria, Sala 543
Cidade Universitária / Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2598-1676
Fax: (21) 2598-1923

ASSINATURA

O CADERNOS IPPUR é um periódico semestral, editado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

Para fazer uma assinatura ou obter os exemplares avulsos, preencha esta ficha e a envie ao **IPPUR** juntamente com um cheque cruzado e nominal à **FUJB**, no valor correspondente ao seu pedido.

Assinatura anual: R\$ 35,00
Assinatura bianual: R\$ 65,00
Exemplar avulso: R\$ 18,00

Nome _____

Instituição _____

Endereço _____

Cidade _____

Estado ____ CEP _____

País _____

Tel. () _____

Fax: () _____

E-mail: _____

Desejo fazer uma assinatura anual

Desejo fazer uma assinatura de 2 (dois) anos

Desejo obter os seguintes exemplares avulsos: (mês e ano dos exemplares)

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____